



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

BONJA:
OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A
APROPRIAÇÃO DO LUGAR NA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS,
BA

Salvador

2020

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

**BONJA:
OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A
APROPRIAÇÃO DO LUGAR NA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS,
BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Muller

Salvador

2020

P285 Passos, Antônio Marcos de Oliveira.

Bonja: Os processos de produção do patrimônio cultural e a apropriação do lugar na ilha de Bom Jesus dos Passos, BA / Antônio Marcos de Oliveira Passos. – Salvador, 2020

352f. : il. , color.

Inclui anexos.

Tese Doutorado em Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Cíntia Beatriz Muller

1. Patrimônio Cultural. 2. Lugar-Lar. 3. Pertencimento. 4. Entrelace. 5. Insurgência. I. Título. II. Salvador - Ba. III. Muller, Cíntia Beatriz, Orient. IV. Universidade Federal da Bahia – Salvador.

CDD 306

ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA PASSOS

BONJA: OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E A APROPRIAÇÃO DO LUGAR NA ILHA DE BOM JESUS DOS PASSOS, BA

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 18 de Novembro de 2020

BANCA EXAMINADORA:

Cíntia Beatriz Muller – Orientadora

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal da Bahia

Cornelia Eckert

Doutora em Antropologia Social pela Paris V - Sorbonne, Université René Descartes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Guilherme Cantor Magnani

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Ana Paula Comin de Carvalho

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Marcelo Moura Mello

Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional – UFRJ

Universidade Federal da Bahia

*Dedico às minhas Mães,
Marinalva de Oliveira Passos, e
Neyde Aquino Rocha, sempre vivas em mim e
exemplos de Vida e Resiliência;
e ao meu querido pai Manoel Nascimento Souza Passos,
sempre atento, solícito e amoroso.*

AGRADECIMENTOS

Aos Orixás, Mikise, Voduns e Caboclos. Sem essa AJUDA, seria impossível realizar a façanha de uma pesquisa de doutoramento sem recursos financeiros já que duas identidades estiveram continuamente em conflito: a de ser estudante e a de ter que ser servidor público da UFBA em tempo integral para pagar as contas da vida e da pesquisa. A investigação foi realizada com entusiasmo, mas sem nenhum conforto, pois tive de dar nó em éter para fazer acontecer todas as necessárias etapas da pesquisa de campo e a escrita da tese. Assim, sem essas **Energias**, nada disso seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, seus Professores, Estudantes e Servidores Técnicos, conjunto que sempre me ensinou, especialmente com as atividades de Pesquisa Orientada – P. O. – quando era possível ouvir, perceber e apreender diversas formas de fazer Antropologia. Para mim, esse foi um dos melhores momentos para equilibrar minhas reflexões, angústias e muitas dúvidas.

Ao meu pai Manoel Nascimento, sábio homem negro, pai amoroso e sempre presente, que constantemente queria saber como estava a pesquisa. À minha patrocinadora, que não é o CNPQ, Márcia Raquel de Oliveira Passos, minha irmã-mãe, que sempre está atenta a tudo de que preciso, uma grande companheira, pessoa de quem me orgulho de ser irmão. À minha irmã Cintia Cristiana Passos, que me ajuda a compreender o mundo de forma diferente, exercitando o meu refletir.

À minha esposa e amiga Suylan Carvalho Laranjeira Passos, companheira que sempre participou da “descoberta” dos processos culturais que envolvem Bonja e a perversa apropriação pelo Poder Público sobre a Praia da Pontinha. Sua presença constante e apaixonada propiciou harmonia, estratégias, segurança e profundo afeto, o que me ajudou decisivamente a manter a saúde e ânimo durante para construção desta tese. Muito obrigado pela paciência no ficar sempre comigo.

Ao meu primogênito Arthur Gabriel, razão de minhas buscas por melhorar, crescer e aprimorar. Figurinha que me ensina a importância e razão da descoberta das coisas em seu tempo, e que tem “tiradas” sensacionais que me fazem pensar em 360°. E aos caçulas Henrique e Maria Eduarda, dupla dinâmica e i-m-p-r-e-v-i-s-í-v-e-l, que muito contribuí para eu enxergar novas e surpreendentes perspectivas de mundo.

À minha orientadora Profa. Dra. Cintia Beatriz Muller, por aceitar me orientar após 2 anos de entrada no doutorado e, mesmo com tantos outros orientandos,

acompanhar concretamente a construção da tese, o que envolve realizar o exercício de descobrir o cerne dos processos de produção do patrimônio cultural em Bonja e a apropriação do Poder Público em uma relação de assimetria com aquela população.

À banca examinadora da Qualificação da Tese, nas pessoas do Prof. Dr. Fernando Firmo, pela oportunidade de repensar conceitos, formas e formatos do texto qualificado, o que contribuiu para buscar novas perspectivas antropológicas. Ao Prof. Dr. Marcelo Moura Mello pela generosidade de mostrar os caminhos e leituras possíveis, buscando na potencialidade do trabalho perspectivas para construir com rigor acadêmico a discussão necessária sobre Bonja, e assim iluminar aspectos que envolvem aquele “Lugar” na Baía de Todos os Santos. À Profa. Dra. Cintia Beatriz Muller, que antes e depois da Qualificação, traçando com entusiasmo novas táticas e estratégias, trouxe elementos para alicerçar as descobertas e para o debate sobre Patrimônio Cultural na citada ilha.

Às professoras que fazem parte da Banca Examinadora da tese, Profa. Dra. Cornélia Eckert, que acompanha o meu caminhar na Antropologia desde o mestrado e que muito contribuiu com suas observações junto ao primeiro capítulo. À Profa. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho, de quem fui aluno no mestrado e que sempre possibilitou conhecer novas referências para o trabalho. À Profa. Dra. Mariana Balen que fez a leitura do primeiro rascunho do primeiro capítulo e, sempre de forma animada e preocupada, deu valiosas sugestões para aprofundar os encaminhamentos do texto. Ao Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani, cuja presença foi uma surpresa e um presente na banca, por toda trajetória de pesquisa e pela prosa antropológica que muito contribuiu para minha formação. E ao Professor Marcelo Moura Mello, que agora avalia esse trabalho.

Ao amigo e Prof. Dr. Antônio Leonam Alves Ferreira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IF Baiano, doutor em Educação pela UFBA –, que, entre discussões animadas e churrascos intermináveis, muito contribuiu no exercício de me fazer focar “nos processos de produção do patrimônio cultural” como elemento polifônico para perceber os movimentos da vida daquela população.

Aos Interlocutores, que se tornaram amigos, e aos amigos em Bonja que nem entrevistei, mas que contribuíram muito e de forma surpreendente. Pessoas fantásticas, abertas ao diálogo, prontas para ensinar, acolhedoras no dia a dia. No meu entra e sai de suas casas para fazer as entrevistas, diziam ser um pecado eu não ficar para os cafés, almoços e jantas. Era impossível recusar ou resistir ao bom e amigo tratamento, tão comum entre esses soteropolitanos. Infelizmente, essas pessoas possuem pseudônimos aqui. Essa escolha em parte me deixa triste, pois gostaria de explicitar seus nomes, mas,

devido à necessidade de protegê-los, deixo que as Energias que me regem os guardem, lhes agradeça e os protejam sempre. Realmente foi uma grande honra conhecer essas pessoas, aprender com elas, compartilhar momentos e agora devolver o produto desse convívio por meio da cópia que lhes entregarei da tese, para que tenham uma fonte de consulta (assim como outros grupos locais), o que acredito que será uma contribuição para essa sociedade local¹. Muito obrigado amigos e amigas, nos veremos sempre.

À minha cunhada, Profa. Dra. Silvana Carvalho, doutora em Letras, que disponibilizou referências muito importantes para esta escrita. À minha sogra Maria Lucia Carvalho, à bisavó Maria da Gloria dos Santos, a Maria do Socorro Carvalho, família amorosa, engraçada e atenta, que hoje é parte da minha vida. Aos meus tios, tias, primos, sobrinhos, que fazem parte da minha constituição de pessoa e cidadão.

À amiga Profa. Dra. Maria Célia T. Moura Santos, que sempre me incentivou na continuidade de minha formação e trouxe também referências de leitura. Ao meu amigo de sempre José Marcos Brito Rodrigues, jornalista e mestre em Estudos Étnicos e Africanos, que gentilmente e com muito humor permitiu o uso de sua dissertação sobre a ilha de Maré, apresentando-me uma outra ilha que também pertence à cidade de Salvador, igualmente à deriva dessa municipalidade.

Ao Programa Fábrica de Ideias 2017, nas pessoas do Prof. Dr. Lívio Sansone e Profa. Dra. Jamile Borges, além, é claro, dos muitos amigos que contribuíram para as reflexões sobre a pesquisa entre debates, seminários, conferências ao longo de 15 dias nas cidades de São Luís e Alcântara no Maranhão. Essas atividades foram relevantes para troca de *ideias* sobre Patrimônio Cultural, Gênero, Classe e Raça.

À minha unidade de trabalho e à equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia pela compreensão nesse processo tão importante e delicado para mim como Servidor Técnico de nível superior, cargo técnico totalmente invisível na Universidade.

Aos demais amigos, família e os muitos anônimos que me permitem chegar até aqui, meu muito obrigado. Que outros e outras afro-indígenas descendentes possam realizar mais facilmente essa trajetória e, com êxito, se preparar para novos voos.

A todos meu muito obrigado.

Ipe Babá, Epa Babá meu pai Oxaguian!

¹ A noção “sociedade local” enfatiza antagonismo, escolhas, singularidades, lutas internas, desentendimento e outras questões sociais dessa ilha-bairro, que entregue a si mesma constitui singular sociedade. Lugar que assim com as ilhas de Maré e Paramana, juridicamente pertencentes a Salvador, ainda foram pouco investigadas. Fato que torna esse estudo de singular importância para demais pesquisas sobre essa parte da referida cidade.



*Deus vos salve Aldeia,
Deus vos Salve.
Deus vos Salve esse vosso Canzuá.
Deus vos salve Aldeia Santa,
Salve todos os Orixás,
Obaluaê e a Rainha do Mar.*

*Ao meu querido Caboclo Pedra Preta,
que na minha chegada em campo foi o primeiro a me saudar*

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. **Bonja: os processos de produção do patrimônio cultural e a apropriação do lugar na Ilha de Bom Jesus dos Passos, BA**. Orientadora: Cíntia Beatriz Muller. 2019. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Por meio desta etnografia, analiso processos de produção do patrimônio cultural na ilha de Bom Jesus dos Passos – Bonja (Salvador/BA) a partir do embate entre eventos culturais locais e um grande projeto de investimento municipal na orla marítima da ilha. Assim, ao se considerar o “patrimônio cultural” como categoria de pensamento, é possível investigar de forma polifônica os conflitos decorrentes entre habitantes e a Prefeitura dessa cidade, caracterizados por táticas, estratégias e rebeldias locais. Esta etnografia propõe-se a descrever, associar, traduzir, representar e experienciar “cenário, atores e regras” naquele sítio e suas “Artes de Fazer e Ser”. A metodologia foi constituída em três etapas a saber: 1. Pesquisa documental em instituições da área da Salvaguarda do Patrimônio Cultural (Federal, Estadual e Privada), Cadastro de Imóveis (Municipal), Estatística (Federal), Arquivo, Biblioteca e Meio Ambiente; 2. Mapeamento do Calendário de Eventos da Ilha e seus processos intensos durante 08 meses, o que resultou em uma visão sistêmica dos períodos, tempos de organização e execução daqueles acontecimentos, muitos deles centenários; e 3. Ação de “caminhar vivenciado” com, em e entre o lugar-lar, as coisas, os seres (materiais e imateriais) e a cosmologia daqueles que são habitantes dessa simultaneamente ilha-bairro e ilha-cidade situada na Salvador-insular. Esta investigação revela componentes que permitem refletir sobre os discursos desses agentes culturais, os quais compreendem o patrimônio cultural como “pontes” para continuar existindo e resistindo; as ações coletivas de salvaguarda que os ajudam suportar a invasão de seu lugar-lar por lógicas externas e que servem de base para as pessoas lutarem pela preservação de suas identidades; a imposição da Prefeitura e parceira privada de uma gentrificação baseada em certo tipo de classe, gosto e habitus social, dinâmica que estabelece historicamente descompassos socioeconômicos atrelados ao racismo estrutural que aflige essa ilha-bairro (igualmente verificável em outras coletividades na Baía de Todos os Santos), Nesse cenário, os moradores são entregues de forma perversa à miséria, a atrasos e a constantes pilhagens. As considerações desta investigação ressaltam a noção de patrimônio cultural como elemento vital para destacar as ações desviacionistas e as artes de fazer, o que presenciei nas ruas de Bonja com seus habitantes realizando o “processo de produção” do patrimônio cultural, o que De Certeau nomina como “economia do lugar próprio”. Assim, revela-se um Estado cada vez mais violento, perturbador, entregue à domesticação e à gentrificação dos lugares a partir de seus pactos com os “parceiros do lucro”. Tal fato conduz os habitantes dessa ilha ao seu saber-fazer anônimo como referencial para a construção simbólica e prática do cotidiano, desenvolvendo modos de como fazer, quando fazer, com quem fazer as práxis culturais que surpreendem os próprios agentes culturais e revelam singular Salvador esteticamente insurgente.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural. Lugar-Lar. Pertencimento. Entrelace. Insurgência.

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. **Bonja: cultural heritage production processes and the appropriation of the place on the Island of Bom Jesus dos Passos, BA**. Thesis advisor: Cíntia Beatriz Muller. 2019. 335 s. Thesis (PhD in Anthropology) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

Through this ethnography, I analyze cultural heritage production processes on the island of Bom Jesus dos Passos – Bonja (Salvador/BA) based on the clash between local cultural events and a major municipal investment project on the island's waterfront. Thus, when considering the “cultural heritage” as a category of thought, it is possible to investigate in a polyphonic way the conflicts arising between inhabitants and the City Hall of this city, characterized by tactics, strategies and local rebellions. This ethnography proposes to describe, associate, translate, represent and experience “scenery, actors and rules” on that site and its “Arts of Doing and Being”. The methodology consisted of three stages, namely: 1. Documentary research in institutions in the area of Safeguarding Cultural Heritage (Federal, State and Private), Property Registry (Municipal), Statistics (Federal), Archive, Library and Environment; 2. Mapping of the Island's Events Calendar and its intense processes during 08 months, which resulted in a systemic view of the periods, times of organization and execution of those events, many of them centenary; and 3. Action of “experiential walking” with, in and between the home place, things, beings (material and immaterial) and the cosmology of those who are inhabitants of this island-neighborhood and island-city located in the island-Salvador. This investigation reveals components that allow reflecting on the speeches of these cultural agents, who understand cultural heritage as “bridges” to continue to exist and resist; the collective safeguard actions that help them to support the invasion of their home place by external logics and that serve as a basis for people to fight for the preservation of their identities; the imposition of the City Hall and a private partner of a gentrification based on a certain type of class, taste and social habitus, a dynamic that historically establishes socio-economic discrepancies linked to the structural racism that afflicts this island-neighborhood (equally verifiable in other communities in the Bay of Todos os Santos). In this scenario, residents are exposed in a perverse way to misery, delays and constant looting. The considerations of this investigation emphasize the notion of cultural heritage as a vital element to highlight deviationist actions and the art practice, which I witnessed in the streets of Bonja with its inhabitants carrying out the “production process” of cultural heritage, which De Certeau calls as “economy of the proper place”. Thus, the increasingly violent and disturbing State proves to be committed to the domestication and gentrification of places based on its pacts with the “partners of profit”. This fact leads the inhabitants of this island to their anonymous know-how as a reference for the symbolic and practical construction of everyday life, developing ways of doing, when to do it, with whom to do the cultural praxis that surprise the cultural agents themselves and reveal an aesthetically unique and insurgent Salvador.

Keywords: Cultural Heritage. Home Place. Belonging. Crossing. Insurgency.

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. **Bonja: les processus de production du patrimoine culturel et l'appropriation du lieu sur l'île de Bom Jesus dos Passos, BA.** Directrice de thèse: Cíntia Beatriz Muller. 2019. 335 s. Thèse (doctorat en anthropologie) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUME

À travers cette ethnographie, j'analyse les processus de production du patrimoine culturel sur l'île de Bom Jesus dos Passos – Bonja (Salvador / BA) à partir de l'affrontement entre des événements culturels locaux et un grand projet d'investissement municipal sur le littoral de l'île. Ainsi, si « patrimoine culturel » est considéré une catégorie de pensée, il est possible d'enquêter de manière polyphonique sur les conflits qui surgissent entre les habitants et la mairie de la ville, caractérisés par des tactiques, des stratégies et des rébellions locales. Cette ethnographie propose de décrire, d'associer, de traduire, de représenter et d'expérimenter « des décors, des acteurs et des règles » sur ce site et ses « Arts de faire et d'être ». La méthodologie comporte trois étapes, à savoir: 1. Recherche documentaire dans les institutions dans le domaine de la sauvegarde du patrimoine culturel (fédéral, de l'état et privé), du registre des biens (municipal), des statistiques (fédéral), des archives, de la bibliothèque et de l'environnement; 2. Cartographie du calendrier des événements de l'île et de ses processus intenses pendant 8 mois, ce qui a abouti à une vision systémique des périodes, des heures d'organisation et d'exécution de ces événements, dont beaucoup sont centenaires; et 3. Action de « marche expérientielle » avec, dans et entre le lieu d'origine, les choses, les êtres (matériels et immatériels) et la cosmologie de ceux qui sont habitants de cette île-quartier et île-ville à la fois située dans Salvador insulaire. Cette enquête révèle des éléments qui permettent de réfléchir sur les discours de ces agents culturels, qui conçoivent le patrimoine culturel comme des « ponts » pour continuer à exister et résister; les actions collectives de sauvegarde qui les aident à soutenir l'invasion de leur domicile par des logiques extérieures et qui servent de base à leur lutte pour la préservation de leur identité; l'imposition de la Mairie et d'un partenaire privé d'une gentrification basée sur un certain type de classe, de goût et d'habitus social, une dynamique qui établit historiquement des décalages socio-économiques liés au racisme structurel qui afflige cette île-quartier (également vérifiable en autres communautés de la baie de Todos os Santos). Dans ce scénario, les habitants sont exposés de manière perverse à la misère, aux retards et aux pillages constants. Les considérations de cette enquête mettent l'accent sur la notion de patrimoine culturel comme élément vital pour mettre en évidence les actions déviationnistes et la pratique artistique, dont j'ai été témoin dans les rues de Bonja avec ses habitants menant le « processus de production » du patrimoine culturel, que De Certeau appelle « économie du lieu approprié ». Ainsi, l'Etat de plus en plus violent et inquiétant se révèle engagé dans la domestication et la gentrification des lieux sur la base de ses pactes avec les « partenaires du profit ». Cela mène les habitants à leur savoir-faire anonyme comme référence pour la construction symbolique et pratique de la vie quotidienne, développant des manières de faire, quand et avec qui faire la praxis culturelle qui surprend les agents culturels eux-mêmes et révèlent une Salvador esthétiquement unique et insurgée.

Mots clés: Patrimoine culturel. Lieu d'accueil. Appartenance. Lien.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – A Cidade de Salvador, seus Bairros, as Ilhas e a BTS | 18 |
| Figura 2 – Mapa da Baía de Todos os Santos/ Cidades/ Ilha de Bom Jesus dos Passos | 19 |
| Figuras 3 e 4 – Terminal de Madre de Deus e Barcos (aspectos externo e interno) | 20 |
| Figura 5 – Território da Ilha de Bom Jesus dos Passos | 21 |
| Figura 6 – Pesquisador na área de Requalificação da Rua do Brito | 24 |
| Figura 7 – Aterro sobre o Mangue e o Mar, Ilha de Bonja | 25 |
| Figura 8 – Telas de Ferro na Posição Vertical e Horizontal para Uso no Aterro sobre o Mangue e o Mar..... | 26 |
| Figura 9 – Desenho do Mapa da Ilha de Bom Jesus dos Passos, BTS – BA, 2018 e da Localização dos Interlocutores em Bonja..... | 49 |
| Figura 10 – Local das Primeiras Conversas sobre a Ilha..... | 54 |
| Figura 11 – Bonja e seus Patrimônios Materiais e Imateriais | 65 |
| Figura 12 – Localização da Ilha de Bom Jesus dos Passos | 94 |
| Figura 13 – Ao centro, com sinalização vermelha, Ilha de Maré e | 98 |
| distâncias em relação a Madre de Deus e Ilha dos Frades | 98 |
| Figura 14 e 15 – Parte externa (à esquerda) e interna (lado direito) do barco..... | 102 |
| Figura 16 – O Mar, o Mangue e os Seres sobrevivendo ao desenvolvimento | 109 |
| Figura 17 – 1º Pórtico de Chegada (Próximo à Igreja Matriz) | 113 |
| Figuras 18 e 19 – 2º Portal: Cais do Chico e Degradação do Local..... | 114 |
| Figura 20 – Fachada da Igreja de Bom Jesus dos Passos e o Cruzeiro | 116 |
| Figura 21 – Nártex e o Coro da Igreja | 117 |
| Figura 22 – Parte Interna da Igreja de Bom Jesus dos Passos..... | 118 |
| Figura 23 – Calçamento das principais ruas em 2015 | 125 |
| Figura 24 – Construção e Uso do Espaço pelos Habitantes Locais | 127 |
| Figura 25 – Casas na Praia na Construção do Fazer Local | 127 |
| Figura 26 – Jardim e Bar | 128 |
| Figura 27 – Nossas Senhora da Conceição, Aparecida e Santa Bárbara..... | 132 |
| Figura 28 – Desenhando para Colorir..... | 144 |
| Figura 29 – Mulheres Baianas e a Procissão | 146 |
| Figura 30 – Andor de Santo Expedito | 147 |
| Figura 31 – Andor de Nossa Senhora dos Navegantes..... | 148 |
| Figura 32 – Andor de Bom Jesus dos Passos | 149 |
| Figura 33 – Personagens locais em destaque: Sr. Ofenisio, Dona Gogó. Tio Zunga, Dona Margarida e Sr. Humberto em sequência | 150 |

| | |
|--|-----|
| Figura 34 – Composição completa representando a tradição que se repete todos os anos | 151 |
| Figura 35 – Igreja da Conceição da Praia (Salvador) – Parte interna..... | 156 |
| Figura 36 – Músicos da Filarmônica de Bonja na Igreja da Conceição da Praia | 157 |
| Figura 37 – Mulheres carregando o andor de Bom Jesus dos Passos na área da Marinha no bairro do Comércio | 158 |
| Figura 38 – Escunas e Acompanhamento da Procissão Marítima..... | 160 |
| Figura 39 – Vista da parte interna da Escuna | 162 |
| Figura 40 – Escuna parte Interna da Procissão..... | 162 |
| Figura 41 – Cerveja, Feijoada e Procissão | 163 |
| Figura 42 – Passando pela Igreja do Loreto / Chegando em Bonja | 165 |
| Figura 43 – Voltando do Acompanhamento Marítimo | 166 |
| Figura 44 – “Participação Observante” | 167 |
| Figura 45 – Fachada da Filarmônica Sociedade Beneficente e Musical União dos..... | 171 |
| Figura 46 – Ternos de Reis da Ilha de Bonja | 176 |
| Figura 47 – Estandartes dos Ternos de Reis..... | 177 |
| Figura 48 – Ternos de Reis e Mensagem de Conscientização | 178 |
| Figura 49 – Dança de Exu / Artista Leonardo | 182 |
| Figura 50 – Maculelê de Saubara/BA | 184 |
| Figura 52 – Oxalá, baianas, Orixás e os Habitantes locais..... | 186 |
| Figura 53 – Fachos de Dendê pegando fogo | 187 |
| Figura 54 – Placa de Identificação da Obra Civil de Requalificação | 196 |
| Figura 55 – Placa em Protesto | 203 |
| Figuras 57 e 58– Estátua de Iemanjá (à esquerda) e sua Ocultação (à direita) | 241 |
| Figura 59 – Tudo é tão igual..... | 247 |
| Figura 60 – Aterrando e Destruindo | 250 |
| Figura 61 – Domesticando o Lugar | 256 |

LISTA DE SIGLAS, INSTITUIÇÕES E ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| BONJA | Ilha de Bom Jesus dos Passos |
| BTS | Baía de Todos os Santos |
| EIA | Estudo de Impacto Ambiental |
| GPIs | Grandes Projetos de Investimento |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INEMA | Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos |
| IPAC | Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| PP | Poder Público |
| RIMA | Relatório de Impacto Ambiental |
| TRBA | Terminal de Regaseificação da Petrobras |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| EMBARCANDO NA TESE: UMA INTRODUÇÃO PARA COMEÇAR A “PISAR” E “PENSAR” NA E SOBRE A ILHA..... | 17 |
| PARTE I – Patrimônio Cultural: a Teoria e o Vivido | 53 |
| 1 AS SUTILEZAS DO LUGAR | 53 |
| 1.1 A Categoria de Pensamento: O Patrimônio Cultural em três Perspectivas | 54 |
| 1.2 O Papel das Mulheres nos Processos de Produção do Patrimônio Cultural..... | 72 |
| 1.3 Parentes, e Parentescos por Amizade e por Brincadeira: Enxergando as alianças, revelando as possibilidades | 81 |
| PARTE II – Patrimônio Cultural como Categoria de Pensamento dos Habitantes de Bonja | 90 |
| 2 OS LUGARES, AS COISAS E AS PESSOAS * | 90 |
| 2.1 A Cidade de salvador em 2 horas..... | 94 |
| 2.2 O Mar, o Mangue e outros Seres..... | 105 |
| 2.3 O Trajeto e os Porticos de Entrada..... | 111 |
| 2.4 A Igreja, os Agentes Culturais e a Vida em Processo | 115 |
| 2.5 O traçado das Casas: Eles também Produzem o Espaço | 123 |
| 2.6 As Pessoas, seus Modos de Vida e seus Patrimônios Culturais | 130 |
| 2.7 A Arte, o Patrimônio e a Representação: o olhar dos Artistas LOCAIS..... | 138 |
| 2.8 Entrelaces e Perspectivas | 151 |
| 3 OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS LOCAIS EM PROCESSO | 153 |
| 3.1 Acompanhamento Marítimo de Bom Jesus dos Passos: Gente, fé e carnaval no mar | 155 |
| 3.2 A Igreja: A Procissão do Encontro..... | 167 |
| 3.3 A Filarmônica entre Gerações..... | 170 |
| 3.4 Os Ternos de Reis E suas resistencias em existir..... | 175 |
| 3.5 Orixás e Caboclo: representações e trocas simbólicas | 179 |
| 3.6 Práticas e Tradições: Força criativa desse lugar..... | 189 |
| PARTE III – Antagônicas Produções e Sentidos do Patrimônio Cultural..... | 192 |
| 4 A ESFINGE E SUAS IMAGENS: TRUQUES E TRUNFOS DO PODER ESTRATÉGICO | 192 |
| 4.1 A Esfinge e suas Imagens: Truques estratégicos de quem tem o poder | 193 |
| 4.1.1 A Imagem que é Esfinge: a Prefeitura Municipal de Salvador | 195 |
| 4.1.2 A Imagem Desfigurada: a Desconstrução do Cidadão..... | 200 |
| 4.1.3 Imagem Externa: Poder Público sobre o Lugar-Lar..... | 202 |
| 4.1.4 Imagem e descompassos: Existe nesse caso o Racismo Ambiental?..... | 205 |
| 4.1.5 Imagem ocultada: uma entrevista que não aconteceu | 231 |
| 4.1.6 A Antítese da Imagem..... | 239 |

| | |
|---|-----|
| 4.1.7 Mudanças de Paisagens | 250 |
| 4.2 O habitante, o Poder Público e as antagônicas projeções da imagem | 257 |
| 4.2.1 Experiências do Vivido: Antagonismos e Necessidades | 257 |
| 4.2.2 Subemprego: pobreza e permissividade | 263 |
| 4.2.3 O Chefe Abstrato e a Carteira de Trabalho Assinada..... | 273 |
| 4.2.4 O que ainda resta: o Espírito do Lugar, para além da Rua | 276 |
| OS “FINALMENTES”: Patrimônios Culturais como Estratégias dos Invisibilizados..... | 285 |
| REFERÊNCIAS | 298 |
| ANEXO A – LEI ORDINÁRIA 502, 1956..... | 315 |
| ANEXO B – LEI ORDINÁRIA 2781, 1975 | 327 |
| ANEXO C – Decreto 5508, 1978..... | 328 |
| ANEXO D – Decreto 18783, 2008..... | 331 |

EMBARCANDO NA TESE: UMA INTRODUÇÃO PARA COMEÇAR A “PISAR” E “PENSAR” NA E SOBRE A ILHA

Longe de representar a fraqueza da antropologia, portanto, a etnografia dramatiza, com especial ênfase, a visão weberiana da eterna juventude das ciências sociais.
(PEIRANO, 1995, p. 53)

Carxs, a introdução desta tese foi idealizada com vistas a apresentar a trajetória de construção do pesquisador e da tese, ambos entre inúmeros processos. Um desses deu-se na entrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia em 2015, quando descobri conflitos de interesses na sociedade local de Bom Jesus dos Passos, o que causou uma mudança de objeto de estudo.

A seguir, apresento a metodologia utilizada², compreendida como possibilidade de melhor traduzir o que vivenciei durante dois anos de pesquisa de campo, sendo que por quatro meses morei na ilha de Bom Jesus dos Passos. Essa metodologia está implicada com os aportes teóricos escolhidos, que sustentam a perspectiva de construção desta etnografia.

Por fim, segue a caracterização dos interlocutores³, protagonistas na escrita etnográfica, e dos bastidores vividos por mim como doutorando, pesquisador, servidor público federal, esposo, pai, filho. As dificuldades que conciliar todos esses papéis entrelaçam o despertar e o florescer da minha particular observação participante.

1. O Projeto iniciado

No processo de entrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, em 2015, para realizar o doutoramento, apresentei um projeto que discutia os conflitos causados pela instalação do Terminal de Regaseificação da Petrobras (TRBA) na sociedade local da ilha de Bom Jesus dos Passos. Entretanto, em 2016, ao realizar diversas entrevistas com os ilhéus, percebi que esse era apenas um dentre

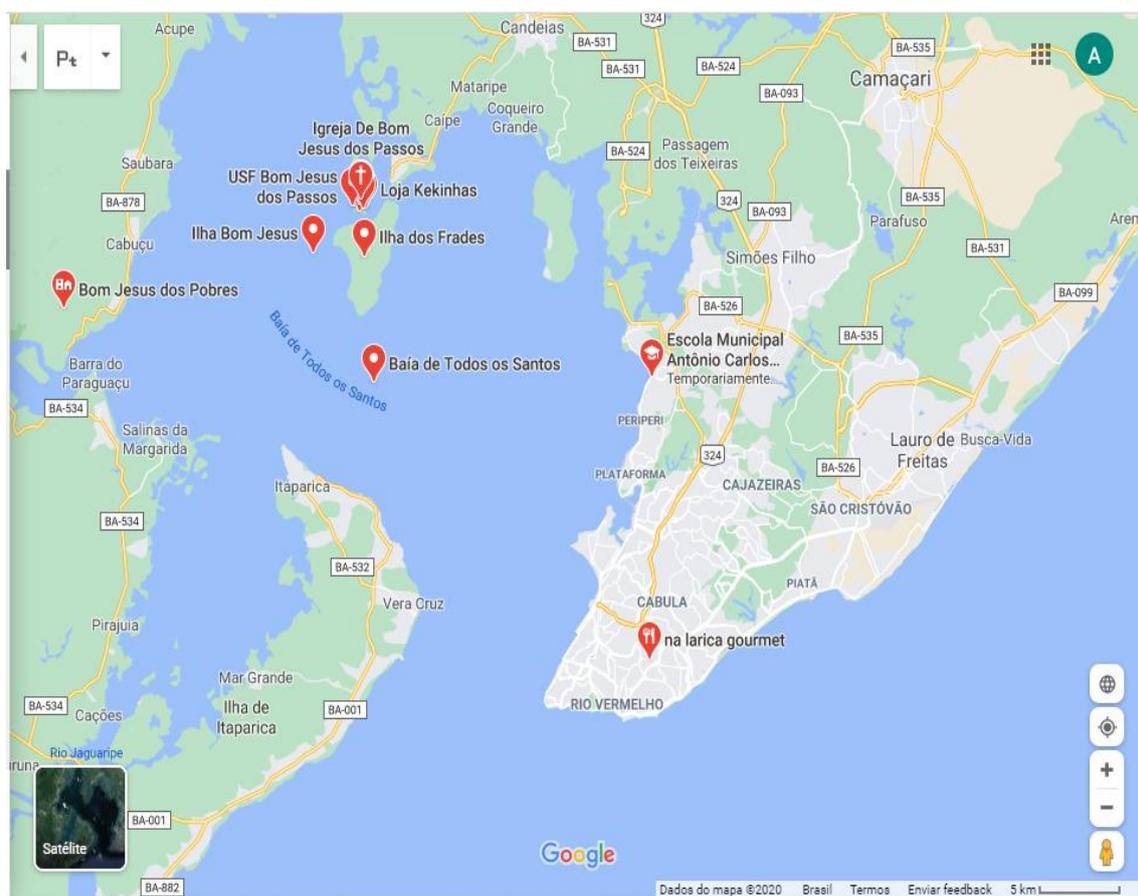
² A realização do campo de pesquisa ocorreu durante o período de 2018 e 2019, com ênfase para os quatro meses de residência na ilha (de março a julho de 2018). Nesse período, realizei a vivência cotidiana com os diferentes interlocutores.

³ Durão (2018, p. 201) destaca e aprofunda a importância dos interlocutores: “Dependemos de fato de *interlocutores*, de conhecimento íntimos, em todos os momentos da nossa pesquisa; podendo denominá-los como informantes, amigos e até mesmo parentes. Precisamos deles para ter acesso ao campo, para nos mantermos nele, para aprendermos o que quer que seja com eles e nesses lugares onde não estaríamos não fosse o objetivo e o pulsar da pesquisa antropológica; o gesto etnográfico.”

os problemas existentes, pois havia outros mais urgentes, que incomodavam ainda mais esses habitantes.

Devido a diversos problemas constatados ao longo do trabalho de campo que remetiam a questões relacionadas ao projeto de requalificação da orla da ilha de Bom Jesus, optei por criar um novo projeto de doutoramento em 2017 o que, conjugado com a troca de orientação, permitiu-me construir outras formas de perceber, viver e realizar na Antropologia. Narro a seguir esse despertar via aspectos gastronômicos.

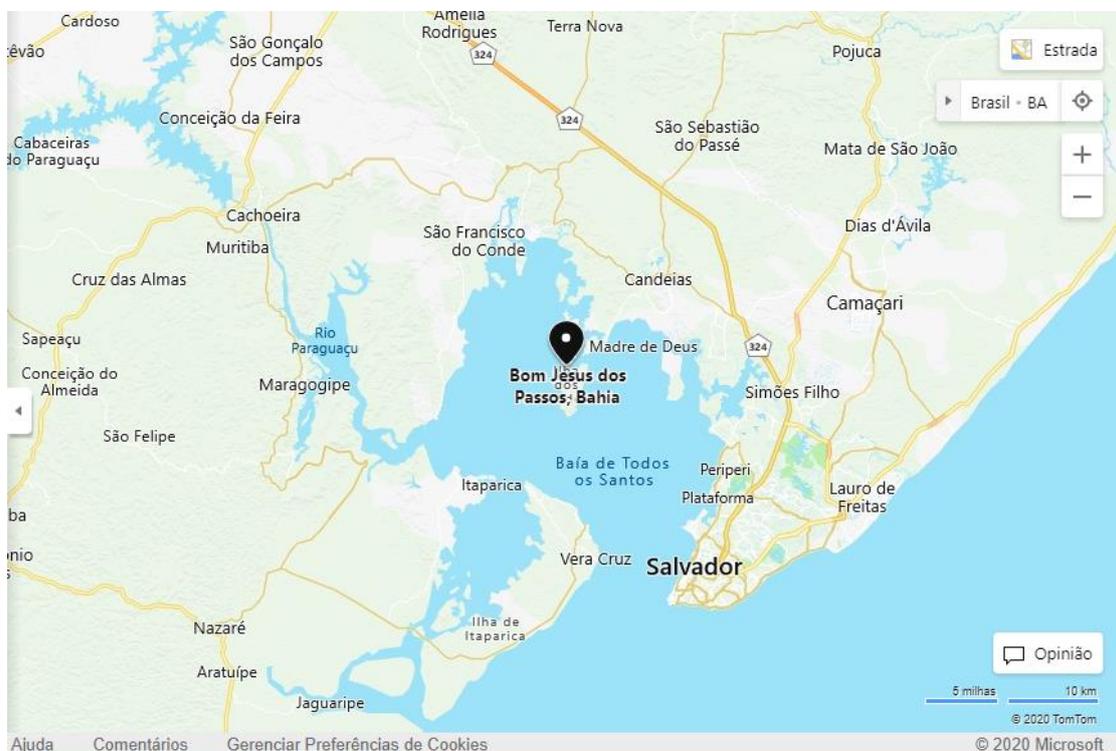
Figura 1 – A Cidade de Salvador, seus Bairros, as Ilhas e a BTS



Fonte: Google Maps em 01 de outubro de 2020

2. Sabor e Pesquisa: Modificando Olhares e Objetos

Figura 2 – Mapa da Baía de Todos os Santos/ Cidades/ Ilha de Bom Jesus dos Passos



Fonte: Google Maps em 28 de dezembro de 2020

Era 3 de outubro de 2017 quando convidei minha esposa para irmos à Ilha de Bom Jesus dos Passos. Saímos de casa, no bairro de Brotas, por volta das 7 horas da manhã, indo de Uber até a rodoviária de Salvador e lá pegar um ônibus até a cidade de Madre de Deus. Vale ressaltar que já havia verificado antes junto ao Terminal Marítimo de Salvador, localizado no bairro do Comércio, se era possível ir de barco diretamente para a Bom Jesus dos Passos. Porém, para minha surpresa e consequente insatisfação, soube que tal rota não existia mais sendo mesmo necessário fazer parte do trajeto de ônibus.

Posteriormente, em uma conversa, dois ilhéus informaram-me que em 2014 havia uma rota direta, mas que essa não operou por muito tempo. Cabe destacar que, devido à grande especulação turística, essa comodidade de transporte aparentemente tiraria o lucro dos donos das Escunas que fazem os “passeios turísticos” na Baía de Todos os Santos – BTS, que envolve as localidades de Frades, Paramana, Maré, Ponta de Nossa Senhora, Loreto e Bom Jesus dos Passos.

Assim, compramos a passagem na rodoviária de Salvador com partida para às 8h30 de Salvador, com chegada prevista a Madre de Deus para às 10h30. Como o ônibus

demora de fato duas horas para chegar no Terminal Marítimo de Madre de Deus, de onde devíamos pegar o barco que faz o trajeto Madre de Deus-Ilha de Bom Jesus, em um percurso de aproximadamente 14 minutos, a viagem era de fato cansativa.

Fazia um lindo dia de verão, daqueles em que a luminosidade do mar, assim como as altas temperaturas, nos convida para um banho demorado nas águas lindas e transparentes da ilha de Bom Jesus. Por isso, não aconselho ninguém a cometer o mesmo erro que cometemos, pois fomos de calça jeans e tênis e, por conta do calor sufocante dentro desses trajes (risos), meus pés pareciam que iam pegar fogo. Foi realmente um “sacrifício” ficar nessas vestes vendo aquela água fresca do mar e imaginar o prazer de um banho demorado.

Figuras 3 e 4 – Terminal de Madre de Deus e Barcos (aspectos externo e interno)



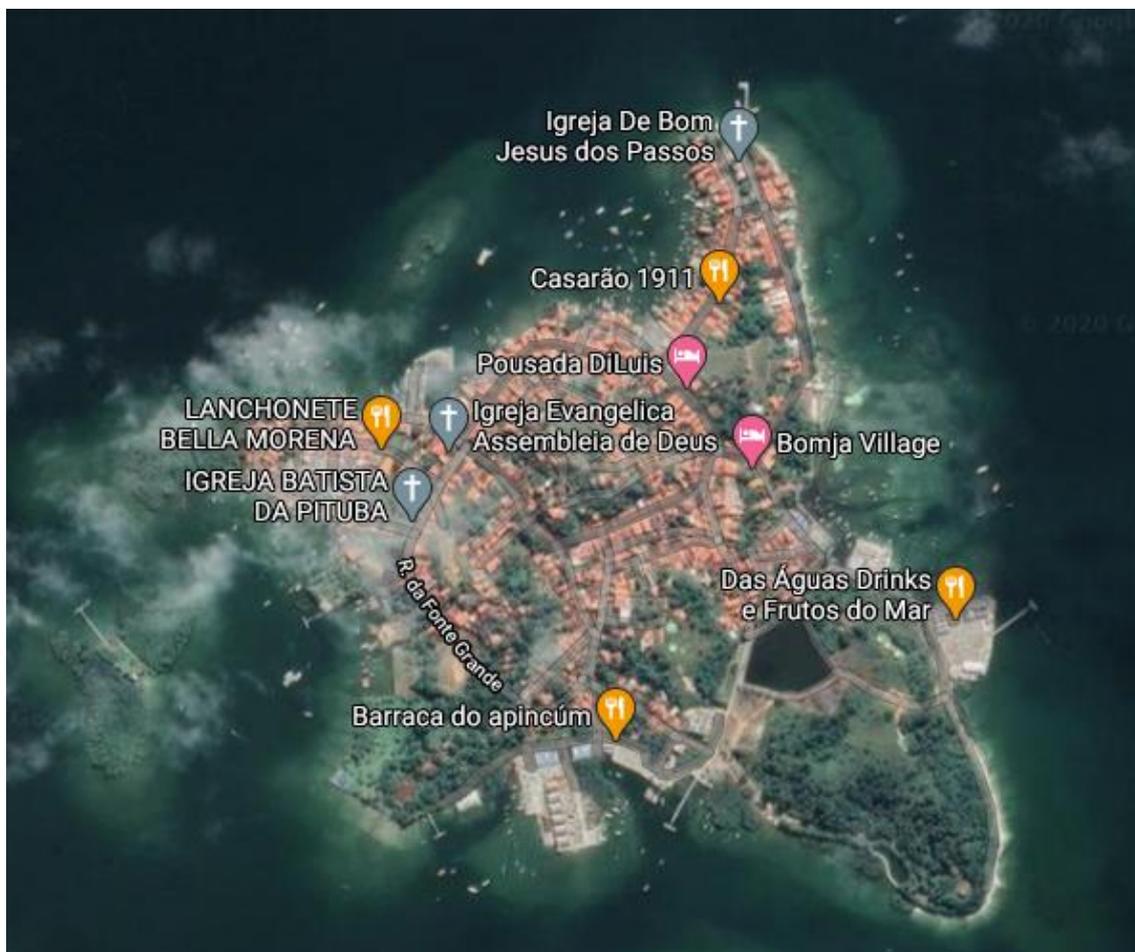
Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

O barco que pegamos juntamente com outros habitantes⁴ (adultos) é custeado pela Prefeitura de Salvador, pois Bom Jesus é um subdistrito pertencente à capital. Essa pertença é algo que beira a loucura, pois, conforme conversas com três os interlocutores, a Prefeitura de Salvador é quase ausente na ilha, já que quase não há serviços públicos em Bom Jesus dos Passos. Fomos surpreendidos também pelo número de estudantes que voltavam para casa na escuna: eram aproximadamente de 50 a 60 adolescentes que brincavam, falavam alto, davam muitas risadas, namoravam, divertiam-se; alguns poucos

⁴ Conforme Ingold (2015, p. 219): “Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó”. Nesse aspecto, utilizo o termo habitante(s) por compreender que esse tem uma agência, que estabelece práxis, e está em conexão com os habitantes da ilha pesquisada e suas formas de relação com o lugar, os seres e as coisas.

estavam tranquilos na volta para a ilha de Bom Jesus. Posteriormente, soube que na ilha não havia ensino fundamental 2 nem ensino médio e por isso todos os alunos devem ir estudar em Madre de Deus.

Figura 5 – Território da Ilha de Bom Jesus dos Passos



Fonte: Google Maps em 01 de outubro de 2020

Nossa primeira parada estava prevista para acontecer na casa de uma importante professora, com quem já havia encontrado em fevereiro e julho de 2016, por indicação do meu ex-orientador, quando estive na ilha para colher algumas informações sobre o local e perceber algumas relações dessa professora com os habitantes e seu patrimônio cultural. Nesse dia, precisava também encontrar o dono das quitinetes para alugar, com quem já havia tentando entrar em contato, mas sem sucesso. Assim, precisava resolver de imediato onde eu moraria durante o futuro período da minha pesquisa de campo. Porém, como existem sempre as variáveis, os “imponderáveis da pesquisa”, quando chegamos à ilha, com o calor que estava fazendo e quase nenhuma sombra de árvores, a fome já chegava a dar sinais; fomos então nos refrescar no Restaurante de Sr. Bedéu.

Pensei que beberíamos apenas uma água ou guaraná e iríamos encontrar a citada professora. Entretanto, além do sol escaldante, a acolhida foi tão boa por parte de Sr. Bedéu, proprietário do estabelecimento, arrumando uma mesa dentro da sua casa, com uma cerveja gelada, um ventilador turbo e um belo almoço por R\$50,00 (cinquenta reais) que permanecemos nesse restaurante-bar por algumas horas. Foi durante esse tempo que pude perceber outra perspectiva de pesquisa.

Escolhemos almoçar uma moqueca de camarão e siri e, enquanto esperávamos, tivemos uma boa e demorada conversa com Sr. Bedéu. Ele nos contou que estava na ilha há 40 anos, que havia trabalhado no Polo Petroquímico, mas, quando teve oportunidade, trocou tudo por uma vida na ilha, onde constituiu família e montou seu negócio, pois, já que gostava de cozinhar, foi fazendo alguns pratos até que seu estabelecimento se firmou. Ele também nos disse que “todo mundo de longe sabe que aqui vai encontrar um almoço muito bom, com preço justo, cerveja gelada”, além de um bom papo, acrescento eu.

Assim, permanecemos à espera da nossa moqueca que, quando chegou, com o azeite de dendê borbulhando em um belo e grande aguidá de barro, encantou nossos olhos. O azeite quente, os camarões e o catado de siri borbulhando no aguidá, perfumando todo o ambiente, mais os acompanhamentos de pirão de dendê, farofa de dendê, feijão fradinho, arroz branco, uma cerveja e uma coca lata geladas nos fizeram acreditar que realmente estávamos no paraíso. Assim, nossa rápida parada para uma simples água ou refrigerante transformou-se em três horas de entrada no campo pela porta principal, entrada gastronômica (risos), olhando para dentro da ilha e, claro, extremamente feliz em saborear aquele belo banquete, único durante toda a pesquisa.

A cada garfada no prato colorido pelo laranja terroso do dendê, pelo vermelho fogo do camarão, o branco do arroz, o cinza esverdeado do feijão fradinho e o amarelo ouro do pirão e da farofa de dendê, as cores e os gostos levavam-me a uma imersão profunda em minhas particulares memórias, que revelavam o sabor de minha terra, minha gente, minha trajetória de baiano de Salvador. Buscava por meio do paladar encontrar em cada garfada o gosto da castanha, do amendoim, do gengibre, da cebola escondidos naqueles elementos que, quando combinados, pareciam um só. Todos esses sabores despertavam em mim o desejo de conhecer esse lugar, suas histórias, suas pessoas, seus processos juntos aos seus patrimônios culturais, pois se aquela iguaria estava tão boa, certamente poderia encontrar outras iguarias tão fantásticas e reveladoras de muitas outras pessoas interessantes de forma a compreender essa ilha soteropolitana.

O banquete foi ainda mais completo por conta do que descobrimos na conversa com Sr. Bedéu. Das muitas informações que ele nos deu, uma se destacou: era sobre a nova orla marítima que estava sendo criada e na qual “*teria também um box para fazer o restaurante, local que será visitado por turistas de alto padrão financeiro, sendo que meu filho ficaria responsável pelo atual restaurante-bar*”. Quando Sr. Bedéu falou sobre essa orla em tom muito satisfatório, seus olhos brilhavam como brilham os olhos de uma criança ao ganhar um belo brinquedo já que essa nova orla seria uma oportunidade de ampliação de seu negócio e introdução do seu filho no comércio de alimentos. Para mim, essa informação ressoou de forma enigmática: O que seria essa nova orla? Onde? Quem estaria patrocinando? Para quando? Como os outros estariam vendo esse empreendimento dentro de Bom Jesus? Tais questões atearam fogo às minhas intenções até aquele momento, trazendo-me uma inquietação sem igual e abrindo um leque de novas excitações.

Assim, após descansar do almoço no sofá, sob um vento fresco do potente ventilador Arno da casa-restaurante de Sr. Bedéu, e compreendendo que deveríamos sair daquela hipnótica-paralisia gastronômica tão prazerosa, resolvemos ver a ilha. A paisagem repleta de um verde e cores tão belas fez-me enveredar por uma pequena rua (Rua do Brito) que dava para nova orla marítima da ilha. Precisava ver com meus olhos aquilo do que Sr. Bedéu falava com tanto entusiasmo.

Figura 6 – Pesquisador na área de Requalificação da Rua do Brito



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Para minha surpresa, encontrei um empreendimento gigantesco sendo realizado. Uma requalificação da orla com aterro de grandes áreas outrora praia, com vistas a domesticar o lugar. Para minha tristeza, meus olhos contemplaram uma imensa destruição do manguezal, pois o lugar foi extremamente modificado por conta da construção de quatro quadras poliesportivas, três parques infantis, um espaço para ginástica; uma creche escola, que depois virou colégio, mas que ficou interditada devido a rachaduras; uma praça com quatro quiosques; dois novos *piers* para embarque/desembarque de pessoas; dois novos restaurantes; um centro comercial e uma passarela de pedra e cimento sobre o manguezal da ilha na Rua do Brito de pelo menos três quilômetros.

Figura 7 – Aterro sobre o Mangue e o Mar, Ilha de Bonja



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Encontramos uma placa de licenciamento da requalificação da orla marítima, cujos proponentes eram a Prefeitura de Salvador e a Fundação Baía Viva. Conversando com uma interlocutora, descobri que o projeto dessa requalificação foi aprovado sem passar pelo conhecimento da população. Embora envolvidos como pedreiros, carpinteiros, eletricitas e quituteiras, os habitantes não têm noção da dimensão do projeto, o que foi corroborado inúmeras vezes durante meu contato com os habitantes de Bonja entre 2017 e 2018.

Após uma enorme caminhada de mais de duas horas durante a qual fotografei a orla, tomado de monstruoso espanto com a construção das lajes de ferro, pedra e cimento, conversei com inúmeros trabalhadores que falaram que os trabalhos haviam iniciado em 2012. O que chamou a atenção foi que todos falavam que a então inacabada orla marítima fazia parte do “Resort de um magnata” e que, em dezembro de 2017, data prevista para a conclusão das obras, haveria uma grande festa de inauguração. Essa obra seria “muito boa para todos”, pois “mais gente iria vir para a ilha e teria mais chances de ganhar a vida”.

Figura 8 – Telas de Ferro na Posição Vertical e Horizontal para Uso no Aterro sobre o Mangue e o Mar



Fonte: Banco de fotos do autor (2017) – Várias malhas de ferro empilhadas

Ressalto que, enquanto percorria essa orla marítima, vieram-me milhares de ideias, emoções, discordâncias. O local foi modificado ao extremo. Fiquei imaginando as memórias constituídas em espaços de sociabilidades que foram destruídos e como seriam os novos usos, as memórias, histórias e narrativas que já estavam sendo criadas.

Ao final dessa viagem, não encontrei o dono das quitinetes para alugar, pois ele estava na baía da ilha praticando esportes náuticos. Para minha surpresa, soube por Sr. Bedéu, ao voltar da caminhada pela orla, que todas as quitinetes estavam alugadas devido à preparação das festas de final de ano, o verão e o aluguel para professoras da Prefeitura de Salvador. A realização de meus planos complicou-se então, pois conforme os dias passavam, percebi que seria bem difícil encontrar um lugar para alugar.

Assim, esse dia trouxe relevante oportunidade para repensar o lugar, seus habitantes, as transformações do espaço e a antropologia a ser descoberta. Mudei de ângulo, mudei minhas perspectivas e expectativas, o lugar se abriu para mim e me chamava para traduzi-lo. Eu estava apaixonado por discutir os conflitos existentes entre os diferentes tipos de patrimônios culturais e um empreendimento cuja ideia de desenvolvimento urbano já havia começado sem anuências dos habitantes locais. Assim, a tese foi iniciada, e em muitas outras descobertas fui imerso a partir das narrativas de diferentes pessoas, que nesta introdução apresento. Certamente foi um dos momentos

mais intensos de minha vida, o despertar para a pesquisa com pessoas que vivem intensamente as artes de fazer e ser.

3. A Problemática

A Ilha de Bom Jesus dos Passos foi habitada por índios tupinambás⁵ entre os séculos XVI e XVII, sendo nesta época chamada de Pataíba Assú (madeira da palmeira pati). Um novo batismo desse território ocorreu em 1776, durante a construção da Igreja de Bom Jesus dos Passos, quando passou a pertencer à duas irmãs, Rosa Maria Telles e Margarida Telles, que dividiram a posse da ilha em duas partes.

Rosa Maria, por devoção a Bom Jesus dos Passos, criou e posteriormente ampliou uma Capela de fazenda. Por não ter filhos, deixou suas terras para Irmandade que fundou a Igreja. Vale ressaltar que essa mesma devoção a levou a trocar o sobrenome Telles por Passos, passando a se chamar Rosa Maria Passos. Margarida, irmã de Rosa Maria, ficou com outra parte da ilha, e, por diversos motivos, suas terras ficaram devolutas e posteriormente foram invadidas por posseiros, que dividiram o território com a União, fato que perdura até os dias de hoje.

Com o passar do tempo, conforme o IBGE⁶ (2010), de acordo com artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 2 de agosto de 1947, houve alteração da divisão territorial vigente em 1944-1948. Conforme a necessidade geopolítica do município de Salvador, foram anexados os distritos de Suape e Senhor dos Passos, que anteriormente estavam ligados ao município São Francisco do Conde, como simples subdistritos e com os nomes de, respectivamente, Madre de Deus e Bom Jesus. Entretanto, posteriormente, com o crescimento tecnológico proveniente da indústria petrolífera, o distrito de Madre de Deus foi elevado a município por meio da Lei Estadual nº 5.016, de

⁵ No que diz respeito à história da permanência dos Tupi na costa atlântica brasileira, é sobejamente conhecido o fato de que, segundo as duas interpretações históricas dominantes – uma linguística e outra arqueológica –, quando a primeira frota de estrangeiros chegou àquela região, em 1500, ela era habitada por índios Tupi. De acordo com os estudos linguísticos, os Tupi residiam na costa há apenas umas décadas, mas de acordo com a abordagem arqueológica, a presença deles nessa região costeira já era permanente há cerca de três séculos (VIEGAS, 2007, p. 28).

⁶ Não foi possível utilizar novos dados do IBGE, pois devido a problemas de orçamento desse órgão federal, até o momento (2020) não foi realizado o Censo brasileiro, que ocorre no intervalo de 10 anos. E conforme informações desse órgão não há previsão de ocorrer nesse ano de 2020. Destaco que encontrei dificuldades para coletar dados oficiais sobre as ilhas de Bom Jesus dos Passos, Maré e Paramana, todas pertencentes a Salvador, pois não há documentos oficiais. Realizei buscas nos seguintes locais: Arquivo Público Municipal de Salvador, Biblioteca Pública dos Barris, Biblioteca da UFBA, Museu Temporal, Gabinete Português de Leitura, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e outros órgãos. O que reforça a importância dessa tese e outros trabalhos, que posteriormente ajudarão futuros pesquisadores.

13 de junho de 1989, e, conseqüentemente, desmembrado do município de Salvador.

A ilha de Bom Jesus dos Passos, uma espécie de bairro “esquecido” pela municipalidade da cidade de Salvador, na Baía de Todos os Santos (BTS), tem uma população aproximada de 1.537 habitantes (IBGE, 2010), que contempla 0,06% da população de Salvador, vivendo em uma área de 433.431,71m², organizada em seis Setores e 29 Quadras, possuindo 998 lotes (SEFAZ, 2018). No que diz respeito à renda, 47,7% dos chefes de família recebem por mês de 0 a 2 salários-mínimos, e 55,11% dos chefes de família têm de quatro a sete anos de estudos (IBGE, 2010).

Há um farto repertório de práticas populares que são consideradas patrimônio cultural e social pelos habitantes da ilha. Esse abundante fazer cultural nos faz refletir junto com Arantes (2004) acerca da urgência em compreender os patrimônios culturais e suas práticas coletivas, assim como os suportes de preservação, como, por exemplo, o uso da oralidade por meio de cânticos, rezas, histórias, causos, eventos que, fragmentados e recompostos, chegam à atualidade e nos dão conta da existência da população local.

Diferentes autores⁷ aguçam nossa atenção sobre a noção de patrimônio cultural imersa em tempos diferenciados em que guerras, genocídios e etnocídios, substituição de impérios, deslocamentos humanos forçados, desterritorialização, escravização de milhares de almas, pilhagens dos territórios, imposição de nova “fé”, e outros flagelos e dinâmicas culturais são ‘elos’ desse quebra-cabeça chamado humanidade e desenvolvimento. Muitas vezes deixamos escapar tais fenômenos por conta de um olhar mais superficial, sem que apreendamos a heterogeneidade no que tange aos “saberes”, “fazeres” e “modos de ser e estar no mundo”. Cunha (2009) me permitiu falar de “cultura” com mais atenção de forma que essa categoria também passou a congregiar “propriedade de uma metalinguagem”, ou seja, tem vida, está se recriando a todo tempo e carrega fortes e diferentes implicações dada a sua utilização, sendo imprescindível cautela, pois os povos possuem diferentes compreensões sobre seus referenciais culturais que podem diferir da nossa compreensão no tempo-espaço.

Assim, com vistas a essa cultura e sua metalinguagem, passei a conviver na ilha de Bom Jesus dos Passos durante o período de pesquisa de campo de dezembro de 2017 a julho de 2018 e a observar que há intenso processo de produção do patrimônio cultural. Esses mesmos interlocutores, por diversos motivos, são, também, reféns do “desenvolvimento” a partir de 2012, quando o Poder Público (Prefeitura de Salvador) e a

⁷ Entre eles, elenco: Arantes (2004), Velho (1978), Cunha (2009), Ingold (2017), Canclini (2010), Gonçalves (2009, 1996, 2012) e outros.

iniciativa privada empreendem a requalificação da orla marítima desse território, sem anuência nem diálogos com os habitantes.

Nesse processo de produção do patrimônio como tática⁸ da coletividade, que salvaguarda as histórias e as memórias locais e contribui para acionar experiências coletivas, os ilhéus são obrigados a conviver com a estratégia⁹ do empreendimento (Estado\iniciativa privada) que incide no território a partir da requalificação da orla. Esse choque entre “tática e estratégia” nos leva a refletir sobre uma possível ruptura das práticas cotidianas, o que promove certa apatia e conformismo entre os agentes culturais que elaboram, gerenciam e realizam o cronograma anual de eventos culturais nessa ilha, manifestados no silenciamento de seus habitantes, na medida em que a intervenção realizada pelo empreendimento estabelece destruição, especulação e mercantilização desse território. Assim, problematizar o efeito social das ações da Prefeitura de Salvador e a iniciativa privada sobre os processos de produção do patrimônio cultural dos habitantes da ilha de Bom Jesus pareceu bem atraente e importante de ser feito, pois os aspectos conflitantes e densos dessas ações de “desenvolvimento” empreendidas nesse território esquecem os sujeitos sociais, suas trajetórias-experiências de vida, o meio ambiente e a necessidade de diálogo.

⁸ De acordo com Certeau (2007, p. 100): “Chamo de tática ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar no terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bulow, e no espaço por ele encontrado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. E astúcia”.

⁹ Ainda conforme Certeau (2007, p. 99): “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprio. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar”.

4. Os Interlocutores da Investigação

Percebi que teria de analisar dois processos um tanto díspares de produção do patrimônio cultural que convivem na Ilha de Bom Jesus. Um trata dos eventos culturais realizados de dezembro de 2017 a julho de 2018 que dão vida a sociabilidades, modos de viver, heranças culturais dos ilhéus. O outro diz respeito às repercussões\rupturas no cotidiano, advindos do empreendimento da orla marítima, que destruiu o manguezal e conseqüentemente modificou a paisagem, domesticou o espaço e desestruturou trabalho\renda da população, privatizando o que antes era de todos. Frente ao exposto, o ponto fulcral desta tese é apreender e analisar os *processos de produção* do Patrimônio Cultural na ilha de Bom Jesus dos Passos, buscando compreender os agentes sociais e seus protagonismos no que tange a preservação, salvaguarda e comunicação de seus referenciais culturais, em contraposição ao silenciar ou ser silenciados, quando o Poder Público e a iniciativa privada implantam nesse território em 2012 um empreendimento que desarticula existências, memórias e saberes locais.

Para dar conta dessa tarefa, empenhei-me em analisar a categoria de pensamento “patrimônio cultural” em dois díspares processos de produção. Procurei compreender as sociabilidades empreendidas pelos interlocutores, que estabelecem singular coletividade, permitindo enxergar sua tática no seu fazer cultural, chaves para trocas de experiências, preservação e salvaguarda de seus referenciais culturais (i-materiais) frente às lógicas do “Estado” e do “Desenvolvimento”.

Além disto, fez-se necessário refletir sobre os processos de produção do Patrimônio Cultural empreendidos pela coletividade e o conflito desses mesmos sujeitos sociais, que se silenciam ou são silenciados pela força do empreendimento de *natureza mista* (Estado\iniciativa privada), que se estabelece, se expande e empreende novas lógicas de domesticação do espaço, sem anuência nem diálogo com os “donos da casa”, os habitantes da ilha. Essa problemática desestrutura o lugar-lar, suas peculiaridades de conter locais-memórias, o fazer cultural, o meio ambiente, o trabalho\renda, e, conseqüentemente, as formas viver, sentir, estar e realizar-se no território.

5. A Metodologia Concebida

A metodologia¹⁰ desta pesquisa ocorreu em três ritmos, que revelam a necessidade de nortear por vários meios o objeto de estudo compreendendo “cenários”, “atores” e “regras” (MAGNANI, 2018) em confrontação com aspectos global e o local, o perto e o longe, e o perto e o mais íntimo no cotidiano da sociedade local da ilha de Bom Jesus dos Passos. A disposição era compor uma etnografia com dados que permitissem enxergar essa ilha no tempo-espaço a partir de diferentes documentações, seu calendário de eventos/celebrações, e na confrontação dos antagônicos processos de produção do patrimônio cultural que envolvem habitantes e a Prefeitura de Salvador, conjunto acionado por uma teoria antropológica que visa traduzir esses processos nessa particular experiência de pesquisa.

Para tanto, a metodologia constitui-se em três momentos, a saber: 1) Em 2017, realizei a Pesquisa Documental em Salvador, com objetivo de mapear dados sobre essa ilha e os possíveis registros documentais em inúmeras instituições (federal, estadual, municipal e privada); 2) Configuração de Calendário da Ilha de Bom Jesus, a partir das narrativas dos interlocutores e dados na internet, para nortear a pesquisa e que serve agora para apresentar aos leitores os eventos, celebrações e acontecimentos cívicos entrelaçados; e no item 3) O Caminhar na/pela Ilha para vivenciar a pesquisa reveladora de diferentes relações sociais, a partir da teoria que se entrelaçava com o objeto de estudo. Tais aspectos foram necessários para a própria construção teórica-metodológica do autor e do objeto a partir das narrativas dos interlocutores, que exercem diferentes papéis sociais de pais e mães, além de filhas e netas, pescadores e educadoras, barqueiros e pintores, pescador e intelectual, agentes culturais e pedreiros, em uma dinâmica na qual estão diferenciados dada a escala que estão vivendo, ou gerenciando eventos, atores/atrizes que vivem seu lugar-lar, e nos fazem repensar as suas vivências e suas construções como senhores de seu tempo.

¹⁰ Castro (2018, p. 33) adverte sobre as questões que envolvem método e técnica: “É preciso apresentar de maneira clara que o alcance de cada método e técnica de pesquisa não depende da intermediação técnica em si, mas do contexto em que ela foi produzida e do contexto no qual ela é utilizada. É preciso refletir sobre isso enquanto fazemos pesquisa, de modo que consigamos desfeticizar aquilo que nos promete entregar os métodos quantitativos e qualitativos. Nossas estratégias de pesquisa são contextuais e são informadas tanto por nossa posição na produção de conhecimento científico quanto por nossa posição e a de nossos objetos e sujeitos/as de pesquisa no mundo social”.

5.1 Pesquisa Documental em Salvador

Em 2017 realizei pesquisa documental para contribuir qualitativamente na compreensão da trajetória histórica da ilha de Bom Jesus dos Passos. Esses dados e as narrativas dos interlocutores em processo de acumulação permitiriam fundamentar as escalas de análise; até então, confiava encontrar documentos (jornais, livros, cartografia, inventários e outros registros) em diferentes instituições públicas para aprofundar a investigação. Todavia, minha pretensão de ter esses dados foi desaparecendo, pois constatei uma invisibilidade que parecia proposital para as ilhas de Salvador (Bonja, Maré e Paramana). Quando visitei as principais instituições do Estado (Federal, Estadual e Municipal) a seguir citadas, não encontrei estudos representativos desses sítios até aquele momento.

5.1.1 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sede no Centro Histórico de Salvador

No período de 2017, realizei pesquisa junto ao IPHAN – Bahia localizado no bairro da Barroquinha com o objetivo de colher informações sobre a Igreja de Bom Jesus dos Passos além de outros dados sobre esse território de Bom Jesus. Entretanto, após várias consultas dos arquivos, fui surpreendido com a informação de que essa Igreja não está tombada pelo IPHAN (Bahia ou Nacional) devido a uma disputa entre o Estado e a Irmandade de Bom Jesus dos Passos, proprietária daquele imóvel. Há várias décadas, a Irmandade se nega a deixar que o Estado tenha autonomia sobre aquele bem cultural.

Posteriormente, as entrevistas com inúmeros interlocutores na Ilha de Bom Jesus revelaram que esse impasse diz respeito à conservação do patrimônio. A Irmandade dessa igreja, compreendendo que o Estado brasileiro tem deficiência na manutenção das eventuais necessidades de restauro dos bens de pedra e cal, decidiu não realizar o tombamento desse imóvel e assume a contratação de profissionais com comprovada experiência na área de restauro e conservação para a realização de eventuais serviços.

Sobre outros dados dessa Ilha nos arquivos do IPHAN – Bahia não foi possível encontrar fotografias, desenhos etc., pois essa instituição não tem projetos específicos para as três ilhas de Salvador, a saber: Bom Jesus dos Passos, Maré e Paramana. Essa

ausência de dados revelava certa invisibilidade que há do governo federal para com essa e demais ilhas que compõe a Baía de Todos os Santos. Assim, por conta da ausência do IPHAN (Bahia e Nacional) naquele território insular, precisei criar outros aportes teóricos para desvelar o processo de produção do patrimônio cultural, já que sem dados não poderia realizar conexões na análise que pretendia.

5.1.2 Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia (IPAC) – Sede no Pelourinho

As pesquisas realizadas no período de 2017 na sede do Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia, localizado no Centro Histórico do Salvador, bairro do Pelourinho não foram tampouco exitosas, pois não foi possível encontrar dados quantitativos e qualitativos sobre a ilha de Bom Jesus dos Passos. Mais uma vez, percebe-se a invisibilidade dessas localidades, pois mesmo fazendo parte de Salvador e gerando diferentes e valiosos tipos de patrimônios culturais (tanto materiais quanto imateriais), não há arquivos sobre essa ilha e suas celebrações, festas, monumentos, personalidades. A falta de registro desses bens culturais por parte do poder público prejudicou bastante o entendimento do pesquisador em relação à “escala de valorações” estadual, o que compromete o entendimento dos aspectos antropológicos, históricos, sociológicos, religiosos, ambientais etc., desse sítio.

Os funcionários (museólogos, sociólogos, historiadores e outros) informaram que não há e nunca houve projetos de mapeamento dos patrimônios culturais dessa e das demais ilhas de Salvador. Assim, não foi possível encontrar dados como períodos de construção, reformas, adaptações da Igreja de Bom Jesus dos Passos, nem todas as possibilidades de usos e atribuições dessa Igreja e Irmandade.

As ausências documentais junto ao IPAC sobre a ilha trouxeram novamente grande pesar ao pesquisador, pois aquele território insular permanecia sobre o véu de um “silenciamento”, “pilhagem” e ou “abandono” que prejudicaria o próprio objeto de pesquisa e as possíveis interfases na construção pretendida.

5.1.3 Museu Tempostal – localizado no Pelourinho

No Museu Tempostal que faz parte da Diretoria de Museus ligado ao Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia, há centenas de postais que mostram a evolução paisagística de inúmeros lugares dentro e fora da capital Salvador, especialmente a Baía de Todos os Santos. Infelizmente, não foi possível localizar postais que apresentassem a temporalidade da ilha de Bom Jesus dos Passos, ou outras duas ilhas de Salvador. As paisagens preservadas por essa instituição apresentam algumas partes da Baía de Todos os Santos com ênfase aos bairros da Barra, Rio Vermelho, Itapuã. Cheguei a encontrar referências a Itaparica e outros lugares, mas não a ilha de Bom Jesus dos Passos. Saliento que o Museu Tempostal foi uma tentativa criativa e esperançosa de encontrar dados sobre aquela ilha que, a despeito do que estava vivendo e tentando compreender, permanece longe de interesses em registros iconográficos.

5.1.4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Sede no Bairro de Nazaré

Realizei inúmeras visitas ao IBGE em Salvador para apreender dados sobre a ilha de Bom Jesus dos Passos. Entretanto, novamente encontrei dados sobrepostos, pois, para essa instituição, a ilha em questão está vinculada ao subdistrito de Maré, e com isso os dados ficaram confusos. Porém, graças ao interesse dos funcionários, foi possível pelo menos delimitar número parcial de habitantes naquela localidade conforme o Senso de 2010. Portanto, não consegui coletar outros dados sobre essa ilha nessa instituição, pois, assim como tantas outras, a compreensão da cidade do Salvador está voltada só para o território do continente dessa localidade, o que menospreza o levantamento de dados sobre as ilhas dessa cidade.

Destaco que, tanto o IBGE quanto o Instituto de Leituras Macro Estatística do território nacional poderiam ser uma possibilidade que poderia contribuir para esse processo. Porém, compreendia que se tratava de apenas uma possibilidade macro social de compreender a Baía de Todos os Santos e a ilha específica. De qualquer forma, novamente a tentativa não teve êxito.

5.1.5 Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Sede no bairro dos Barris

Nessa importante biblioteca, no período de 2017, realizei a pesquisa nos setores de Obras Raras, Jornais Históricos e no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. Vale destacar que obtive grande interesse dos funcionários em contribuir com o processo da pesquisa. Entretanto, no setor de Obras Raras, não foi possível encontrar aspectos iconográficos (imagens de paisagens e pessoas), documentos (cartoriais, sobre a Irmandade de Bom Jesus, e outros), mapas localizando o território da ilha específica ou de ilhas circunvizinhas. Contatei mais uma vez a invisibilidade desses territórios.

Foi igualmente frustrante a visita no setor de Jornais Históricos, pois não consegui localizar dados sobre aquela localidade. Inúmeros jornais, durante especialmente os séculos XIX e XX, tratavam da vida da cidade do Salvador a partir de um território como comumente compreendemos, ou seja, os bairros da cidade alta e algumas partes dos bairros da cidade baixa; porém, nada havia sobre a ilha em questão, não sendo possível desenvolver análise posterior sobre Bom Jesus e suas vizinhas próximas à ilha de Madre de Deus.

No Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, situado no térreo dessa biblioteca, realizei pesquisas para localizar o EIA – Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Apesar da disponibilidade das funcionárias, não conseguir encontrar dados sobre essa ilha. Por conta da sugestão das mesmas funcionárias desse setor, realizei pesquisas na sede oficial do INEMA, localizado no Centro Administrativo da Bahia. Após enviar inúmeros e-mails de apresentação formal como pesquisador à direção desse órgão de proteção ambiental, fui informado de que seria feita a varredura dos documentos sobre a requalificação da orla de Bom Jesus dos Passos. Posteriormente, em pesquisa presencial nesse lugar, vivenciei muitos dias de frustrações. Após mais de 1 mês, o INEMA informou que não localizou o EIA nem o RIMA, e que eu deveria entrar em contato com a própria Prefeitura de Salvador.

5.1.6 Prefeitura Municipal de Salvador (SEFAZ- CCD) – Setor de Recadastramento Imobiliário

Também no ano de 2017 realizei contato com vários setores da Prefeitura especialmente de Planejamento, e fui informado que os dados sobre a ilha de Bom Jesus dos Passos poderiam ser encontrados no setor de Recadastramento Imobiliário. Novamente, por meio da orientadora Profa. Dra. Cintia Beatriz Muller, fui apresentado a esse setor mais de três vezes, e os gestores dessa pasta perguntava sempre qual seria o uso/fim dos dados a serem disponibilizados. Essa burocracia bastante complexa rendeu muitas visitas a esse setor, mas pouquíssimos dados, especialmente sobre a requalificação da citada ilha, o que pouco ajudou para análise documental da tese.

Mesmo existindo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de acesso à informação, não obtive concreta informação sobre a requalificação da orla de Bom Jesus dos Passos, pois esses documentos permaneceram “blindados” tanto para o pesquisador quanto para os habitantes de Bonja. Uma postura infeliz e prejudicial da Prefeitura de Salvador, pois o acesso a esses documentos públicos bem poderia desencadear inúmeros trabalhos em diversas outras áreas do saber.

5.1.7 Fundação Baía Viva

Sendo essa Fundação a parceira da Prefeitura de Salvador para conceber e concretizar a requalificação da orla marítima da ilha de Bom Jesus dos Passos, realizei contatos via telefone e e-mail para acesso aos dados (mapas, relatórios, projeto arquitetônico, RIMA etc.) da obra civil. Porém, embora não tenha tido acesso aos documentos formais, no site dessa fundação foi possível colher dados sobre os equipamentos a serem construídos na nova orla com o aterramento do manguezal e praia.

5.1.8 Arquivo Público Municipal – Sede Quintas dos Lázaros

Durante as buscas por documentação, realizei visitas a essa instituição para checar se havia mapas e narrativas históricas que representassem a ilha de Bom Jesus dos Passos. Infelizmente, mesmo com a boa vontade das funcionárias, nada foi encontrado que pudesse subsidiar a pesquisa e melhor compreender aquele sítio.

As funcionárias das áreas de arquivologia e história realizaram durante 02 (duas) semanas varredura para achar dados sobre essa ilha, permanecendo com meu e-mail e telefone celular, pois compreendiam a importância e grau da pesquisa. Entretanto, passadas algumas semanas e novamente visitando aquela instituição, foi constatado também por essas profissionais que não havia dados específicos sobre a ilha de Bom Jesus dos Passos.

5.1.9 Avaliação da Pesquisa Documental

Após tantas caminhadas por tantas instituições, constatei que a ilha de Bom Jesus dos Passos pouco está representada e registrada em documentos oficiais do Estado da Bahia. As instituições de salvaguarda do patrimônio cultural desconhecem a existência desse território como pertencente à capital, pois até aquele momento não encontrei satisfatória informação nem publicações científicas, artísticas, turísticas e ou informativas.

No plano federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nada possuía até aquele momento de estudos sistemáticos sobre essa ilha, além de permanecer à distância dos bens culturais (material e imaterial). Tal era a situação encontrada no Instituto do Patrimônio Cultural (IPAC), ou seja, pouco ou nenhum interesse por aquele sítio e seus patrimônios culturais locais.

Sobre a Prefeitura de Salvador, infelizmente minhas buscas aos setores se constituíram em um pingue-pongue que revela total desrespeito aos soteropolitanos (leia-se os habitantes, e especialmente de Bonja), ao pesquisador e às instituições de pesquisa. Suponho que há documentos em abundância sobre essa ilha-bairro e demais ilhas de Salvador, mas nesse caso continuaram blindados, trancados a 7 chaves e inacessíveis nos

setores para os de fora. Os funcionários, mesmo com gentileza, pareciam cumprir ordens de burocratizar ao máximo a permissão de estudar os documentos, algo inadmissível frente à lei de acesso à informação de documentos públicos.

Essa burocratização realizada para cansar o pesquisador teve êxito, pois após mais de 10 tentativas em um único setor dessa prefeitura municipal, os chefes desse setor disponibilizaram um fragmento de “meia lauda” de um estudo de mais de 20 páginas sobre a ilha de Bom Jesus. Aqueles chefes da repartição, por conta própria, avaliavam que aquela “meia lauda” seria útil para o pesquisador, mesmo sem compreender de antropologia, pesquisa, etnografia e escrita etnográfica.

Esses impedimentos, ausências de dados, nenhum projeto de mapeamento cultural dessa ilha no contexto federal, estadual e municipal revela o desrespeito com essa e demais ilhas, seus habitantes, seus patrimônios culturais e seus modos de existir. Considero que esse processo de invisibilizar, burocratizar, impedir acesso aos documentos, cansar propositadamente o pesquisador prejudica a própria cidade de Salvador, que não re-conhece aquele pedaço de território, os seus habitantes, seus patrimônios culturais e suas muitas formas das Artes de Fazer. Consequentemente, permanece sem produzir dados sobre aqueles sítios e outros, impedindo avanços estratégicos para essa capital, seus bairros, suas ilhas e a Baía de Todos os Santos.

Logo, esta etnografia tem suma importância, pois passa a ser o registro de um lugar esquecido ou invisibilizado pelas instituições de salvaguarda do patrimônio cultural, e consequentemente passa a ser referência para essas instituições e demais pesquisadores para compreender essa Salvador-insular.

5.2 Mapeamento do Calendário da Ilha de Bom Jesus

Para construir a pesquisa sobre o processo de produção do patrimônio cultural nessa ilha, é necessário compreender como os seus habitantes constroem seu calendário anual de festas, celebrações religiosas. Essas datas envolvem o cotidiano sempre vivido com suas relações de trocas e produções coletivas. Tais dados são aprofundados durante todo a etnografia.

Calendário da Ilha de Bom Jesus dos Passos – Bahia

| Eventos Culturais | | |
|-------------------|------|---|
| Meses | Jan. | Festa de Bom Jesus dos Passos* |
| | Fev. | Presente de Iemanjá |
| | Mar. | Quaresma* |
| | Abr. | Procissão do Encontro* |
| | Mai. | Mês de Maria* |
| | Jun. | Santo Antônio*, São João*, São Pedro* |
| | Jul. | Festa do Dendê, 02 de Julho* |
| | Ago. | Mutirão de Eventos para arrecadação de recursos financeiros |
| | Set. | Mutirão de Eventos para arrecadação de recursos financeiros |
| | Out. | Mutirão de Eventos para arrecadação de recursos financeiros |
| | Nov. | Mutirão de Eventos para arrecadação de recursos financeiros |
| | Dez. | Novena de Bom Jesus |

| Eventos e Processos | |
|--|---|
| Eventos anuais/centenário | |
| Processo de organização dos Eventos | |
| Principais Eventos para os Habitantes | |
| Mês da Novena de Bom Jesus e início do Calendário de | |
| Eventos Centenários desse lugar | * |

5.3 O Caminhar na/pela Ilha

Após apreender que não havia fontes documentais disponíveis (até mesmo propositadamente) e compreender o calendário de eventos/celebrações locais de Bom Jesus, a metodologia deste trabalho foi influenciada pelas possibilidades de vivenciar as intimidades do convívio nas casas dos interlocutores, de sua igreja católica, de seus eventos, do mundo dos barcos e pescas, dos almoços e cafés da manhã para os quais muitas vezes era convidado e, é claro, graças a suas disposições de conversar por muitas horas, com ou sem gravador, sobre tantos temas.

Era respirando aquelas pessoas, suas histórias, aquele lugar, que as sinapses se desencadeavam, dizendo-me que era necessário viver o campo, equilibrar os tempos cronológicos, afetivos, acadêmicos e locais, pois a teoria estava o tempo todo me acompanhado. Autores como Peirano (1995, 2006, 2014), Magnani (2002), Eckert e Rocha (2008), Gonçalves (2009, 1996, 2012) e Ingold (2011, 2015, 2017) estavam também juntos, por escolha ou por similitude, construindo comigo a experiência de etnografar aqueles patrimônios culturais no cotidiano, que despontavam de todos os pontos cardinais daquela ilha, de seus líderes com seus saberes e suas contradições.

Ao longo desse processo, estive sempre presente a compreensão de que a antropologia contemporânea volta a desenvolver estudos em seus próprios territórios, amplificando e aprofundando debates sobre sítios, populações, relações – com e em tensões entre homens e mulheres; objetos (in)animados; patrimônios (i)materiais; modos de vida; religiosidade; genética; gênero; classe; raça; consumo e implicações ambientais; sexualidade; elites; fontes renováveis e não renováveis de energia, entre outros assuntos, em um caldeirão de complexidades que faz despertar novos conhecimentos nas sociedades contemporâneas complexas. Nesse sentido, busquei em Peirano (2006) perspectivas para iniciar a discussão sobre o desenvolvimento da pesquisa sem uso de exotismo, distância geográfica e outras categorias antropológicas que até o século XX eram essenciais para o presente etnográfico¹¹:

[...] ao longo do século XX, as distâncias que separavam o etnólogo do *seu* grupo foram se tornando cada vez menores, com o questionamento inevitável do pronome possessivo (meu/seu): dos trobriandeses para o Azande, deste para os Bororo, passando pelos Kwakiutl, na década de 1960, a sociedade local acadêmica descobriu que era a abordagem, e não o objeto de estudo, que, desacomodada, havia sempre definido o empreendimento antropológico. Lévi-Strauss desempenhou papel fundamental nessa mudança de consciência, passando a imprimir um sentido horizontal às crenças e práticas sociais em qualquer latitude. Daí em diante, o projeto durkheimiano do início do século pôde se afirmar, por vários caminhos, até que Geertz, na década de 1980, proclamou como original a ideia de que “agora somos todos nativos”, o *outro* podendo estar além-mar ou no final do corredor. Depois da longa tradição em que o fazer antropológico tinha como aspecto distintivo à distância (cultural e geográfica), a etnografia foi trazida pra casa, apenas das admoestações da geração mais velha. Mas a legitimidade de se pensar em casa precisou dos estudos de parentesco o como o “ácido

¹¹ Conforme literatura antropológica, o Presente Etnográfico configura-se como uma estratégia discursiva com vistas a contribuir para observação dos atores sociais. Paredes (1996, p. 111) complementa: “O uso do conceito de “presente etnográfico” também facilita os estudos estruturais e psicológicos das relações entre diferentes tipos de instituições, sistemas tecnológicos e várias características culturais como, por exemplo, a relação entre as atividades de subsistência e as organizações de parentesco”.

teste de validade”, e talvez não seja por acaso que, mesmo com abordagens diversas, Raymond Firth, na Inglaterra, e David Scheneider, nos Estados Unidos, tenham se destacado como pioneiros nessa tarefa. (PEIRANO, 2006, p. 20)

Peirano (1995, 2006, 2014) foi fundamental para que eu conhecesse o campo via o “Caminhar” pela ilha de Bom Jesus dos Passos. Tal práxis sempre foi polifônica, pois eu associava diversos conhecimentos advindos da minha formação como antropólogo ao longo do processo, o que me permitia a construção do campo de pesquisa. Nesse aspecto, em Peirano (2014), busquei compreender a Etnografia como teoria vivida, observando as interfaces desta etnografia que se configura em método e teoria, provocando novas sinapses junto às/aos diversos/as protagonistas. Essa pesquisadora provocou-me reflexões a partir do confronto do que está posto e do que foi construído na disciplina, assim como o que vivenciava particularmente a partir das lógicas epistêmicas e locais que se entrelaçavam.

É dentro dessa lógica de antropologia em casa que Peirano (1995) trouxe alicerces para este trabalho, permitindo-me compreender como esse fazer etnográfico, “o estar lá”, tem tantas formas de construção. Essa práxis envolve repertórios conceituais que visam à percepção criteriosa do vivido, que está em sintonia com percepções do local no global, e vice-versa.

Mundo que é observado, mundo que observa o observador, e que me permitiu também me auto-observar no que tange ao meu próprio EU, seja esse: na chegada no campo, no transcorrer dos tempos (cronológico, vivido, afetivo e acadêmico), em convívio com aquela localidade (pessoas, ruas, lugares, eventos, animais, plantas, rochas, cimento) e na construção de uma possibilidade de “tradução” possível do experienciado.

Nesse aspecto, essa autora assentou em mim a sensibilidade de enxergar a vida em processo, com otimismo e critérios, assim como aconteceu em sua pesquisa ao observar em Geertz a importância de repertório para a sua própria construção como pesquisadora:

Foi Geertz quem chamou a atenção para esse aspecto microscópico e artesanal da pesquisa antropológica, afirmando que os etnólogos não estudam aldeias, mas em aldeias (Geertz, 1973). É lá que o repertório de conceitos gerais das ciências sociais — como integração, racionalização, símbolo, ideologia, ethos, revolução, visão de mundo, sagrado, cultura — se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloqüentes as simples ocorrências (1973: 38). (PEIRANO, 1995, p. 42)

Já a partir de Magnani (2002), passei a compreender a etnografia concebida como de perto e de dentro. Fiquei atento para não apenas conhecer superficialmente as pessoas, mas respeitando seus espaços, e, quando possível, ao ser convidado, ouvi-las, conversar sobre o próprio projeto que estava realizando, sem subterfúgios, mas claramente, atento sempre no tripé: atores, cenários e regras.

Nessa escuta recíproca, as “verdades” sobre fatos, pessoas, situações, eventos e crises revelavam-se abertamente, ou muito próximo do real. E nessa aproximação, compreendo que tive muita sorte, pois as pessoas sempre abriram suas casas para me conhecer. Saliento que, como forasteiro, eu passava a ser repertório também das conversas diárias desses habitantes. Assim, foi possível compreender os bastidores que muitas vezes eram tecidos nas mesas das cozinhas daquelas casas, que tinham como líderes mulheres de mais de 50 anos, que administravam as vidas de suas famílias, seus lares e a própria ilha como seu lar extensivo.

Magnani (2002) chama atenção para o debate entre Cidade e Etnografia, e eu, imerso na construção de uma tese, também estava nessa busca, pois aquela localidade pertencia e não pertencia à metrópole de Salvador. E de perto e de dentro daquelas casas com seus habitantes, pude ver que eles mesmos destacavam que era bem difícil se compreender como soteropolitanos, pois aquela Salvador para a qual se levava duas horas para chegar, muitas vezes nunca tinha ouvido falar dessa ilha que também era Salvador. Além disso, a Prefeitura de Salvador parecia, nos discursos dos interlocutores, desprezar sistematicamente a ilha e seus habitantes.

Assim, fui escolhido por alguns interlocutores para conhecer de perto e de dentro suas vidas. E caminhei com essas pessoas, construindo percepções mescladas pela sua experiência e olhar, seus círculos de amizade, e suas inimizades externadas pelo silêncio, acenos educados de mão e distância física.

Nesse caminhar, os fragmentos de compreensão de cada um daqueles que se permitiam ofertar seu tempo e conhecimento foram revelando esses atores e atrizes, suas escolhas, buscas e tensões. Aos poucos, percebi que eu tinha uma “mariscada” diante de mim, com diferentes tipos de frutos que minha imaginação poderia ver e que nasceram dessa experiência de confrontar contrastes, assimilar quem pode falar e quem ouvir, quem tem autoridade naquela ilha-cidade, ilha-bairro, ou só Bonja para seus habitantes.

Ainda nesse contexto de tantas construções, encontrei em Eckert e Rocha (2008) a necessidade de posicionar e clarificar o que vem a ser “etnografia”, com sua métrica, que envolve: observação direta, o trabalho de conhecer, a escuta atenta, o contexto

estudado, o exercício da escrita e a ipseidade, a importância de aprender etnografia lendo etnografias, a vigilância epistêmica e tantas outras necessidades de assimilar o que está posto. Quando Eckert e Rocha (2008) falam do papel do etnógrafo, compreendi que há infinitas possibilidades no campo, e que mesmo tentando estar “travestido de nativo”, buscando uma “certa neutralidade e ou invisibilidade”, isso se torna, no meu caso, uma impossibilidade, pois minha presença naquela ilha, sem vínculo familiar com aquelas pessoas, homem negro e de contas de candomblé, levando comigo o nome da Universidade Federal da Bahia, já incendiava as compreensões, os desejos e anseios daquela população.

Além disso, o “estar lá” a partir de Eckert e Rocha (2008) era também compreender que eu estava em “serviço”, mesmo com o clima de festa e férias que aquela ilha propagava. Era necessário o exercício constante de anotar no caderno de campo e nas notas de campo o que se passava. Era necessário, mas algumas vezes impossível, dado o cansaço físico e mental, sentar-se no computador e tentar traduzir as experiências de que havia participado em cada dia em que estive realizando a pesquisa de campo.

Para além de tudo isso, essas pesquisadoras trouxeram para mim a necessidade de constituir uma posição ética de me comportar como profissional antropólogo: mesmo participando de aniversários, festas, procissões, ritos, encontros com pessoas (autoridades oficiais e ou donas de casa, que são bem mais autoridades nessa ilha), era preciso registrar, trazer a experiência para a escrita, exercitar teoria, prática e tradução. Escrever as memórias diárias e ou semanais e revisá-las constantemente permitia-me trânsitos qualitativos do que havia vivido, das pessoas envolvidas e de minha posição no evento. Algumas vezes, parecia para mim mesmo que deveria ficar ainda mais nas sombras, apenas observando, mas minha presença naquele local, como um elefante que esconde a tromba, era logo percebida e eu era chamado a participar dos eventos. Em algumas vezes, cheguei a ser apontado como sendo autoridade de uma grande universidade.

Nessa construção metodológica, a noção de Patrimônio Cultural, como categoria de pensamento, a partir de Gonçalves (2012), constituiu grande relevância para dar sentido e dinâmica à investigação. A escolha metodológica por essa categoria principal alinhou as perspectivas de compreensão dos processos de produção dos habitantes e sociedade local, e a destoante atuação da Prefeitura de Salvador naquele lugar:

O tema está presente nos meios de comunicação, assim como no mundo acadêmico. Nos jornais, na televisão, na internet, as notícias são constantes sobre processos de patrimonialização dos itens os mais

diversos, assim como sobre os agentes, os objetos, os espaços, os interesses e os conflitos em jogo. A palavra “patrimônio” transformou-se numa espécie de “grito de guerra” e qualquer espaço da cidade, qualquer atividade, qualquer lugar, qualquer objeto pode ser, de uma hora para outra, identificado e reivindicado como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais. Em geral, trata-se de reivindicações identitárias, fundadas numa memória coletiva ou numa narrativa histórica, mas, evidentemente, envolvendo interesses muito concretos de ordem social e econômica. (GONÇALVES, 2012, p. 59)

Vale esclarecer que a sociedade local dessa ilha tem perfeita noção da importância de seu patrimônio cultural muitas vezes ressoado nos discursos proferidos. Trata-se de uma categoria nativa, que inspirou o cozimento de tantas experiências, ansiedades, conquistas, e tantos outros aspectos que encontrei, ou deixei passar, sendo eu mesmo diretor, protagonista e coadjuvante do processo de construção desta tese.

Para finalizar, reconheço a contribuição de Ingold para mim em dois momentos: em 2014, durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA quando descobri seu trabalho de 2011, e, posteriormente, no encontro espontâneo com seus textos de 2015 e 2017, que bem contribuíram para que eu aprofundasse as questões de “educar” a percepção de olhar para compreender aspectos de uma antropologia ecológica na qual as coisas, os humanos, os não humanos também falam e possuem suas próprias agências. Nesse aspecto, Ingold diz que é necessário “levar os noviços para o mundo lá fora” (2015, p. 23), e “aprender a escrever sobre as pessoas” (2015, p. 385). E nesse olhar o mundo, compreendi e apreendi a *malha* como elemento que se aproxima do vivenciado com aquelas pessoas, que têm suas existências entrelaçadas e reconhecem a importância do estar juntos, seja nas alegrias das festas, ou na tristeza momentânea ou prolongada silenciosamente do luto.

Malha que os une como coletivo e permite reconhecer as centralidades do tecido social, desencadeia pactos de salvaguarda de seus patrimônios culturais, independente das idades, mas que dá importância a idade, classe, raça, gênero, que tem seu peso social local, revelando especialmente que não há “perfeição” no convívio coletivo. A *malha*, como elemento vivo, é constantemente sacudida, estendida, tecida e alongada a partir do calendário de dezembro a julho, que também aciona diferentes frentes de trabalho e responsabilidade.

Todas essas polifônicas percepções da etnografia como práxis ajudaram a construir minha estratégia de “estar lá”. Meu próprio presente etnográfico entrecruzou a dinâmica de vivenciar o cotidiano dessas pessoas e me permitiu aos poucos ‘perceber’,

‘sentir’, ‘vivenciar’, ‘ouvir’ e ‘experimentar’ o que as pessoas, os lugares, as coisas e os seres em entrelace poderiam falar para mim sobre o cotidiano vivido daquela localidade.

Assim, surgiram oportunidades e estratégias para que eu, homem negro, soteropolitano, candomblecista, servidor público, pai de família, esposo, pesquisador sem bolsa de pesquisa construísse meios para conceber esta etnografia. Poderia então traduzir o que percebi, o que me foi permitido ver e o que foi permitido ser oferecido, unindo esses teóricos na prática do campo na minha tentativa de enxergar as sutilezas desse conjunto de atores e seus refinados processos de compreensão de nossas sociedades sempre em fluxo. Assim, a metodologia que produziu esta tese baseou-se na necessidade de caminhar para compreender pessoas, o Lugar-Lar, as coisas e os seres (materiais e imateriais) e a cosmologia daqueles que são e ao mesmo tempo não são habitantes dessa Salvador.

Desta forma, a metodologia foi uma construção realizada ao longo de caminhos e caminhadas, ao me sentir andarilho e ir compreendendo o “aparecer” das coisas para apreender os sentidos de viver naquela ilha. Aos poucos, ao longo da pesquisa, passei a ser apontado como o “rapaz que usa contas de candomblé”, “que fala com todo mundo”, “que pergunta coisas para a gente”, “servidor que está fazendo doutorado”, “esposo que está com a cabeça a mil para terminar o doutorado”, “pai que tem cabeça de livro”, como disse meu filho de nove anos certa vez, quando falei que precisava de mais tempo para terminar um texto e fazer o “livro”.

Entretanto, esse caminhar, esse processo de me tornar pesquisador, mesmo não compreendido por inúmeras partes, também trouxe benesses. Foi no constituir leituras intermináveis e práticas em campo, em casa, com minha família, que as categorias como “pertencimento, entrelace e ressonância”, que se juntam de forma tão complexa à grande categoria deste trabalho, o “patrimônio cultural”, que pude pensar no que vivi como habitante na ilha de Bom Jesus dos Passos; as muitas metodologia, teorias, aprendizados realizados no processo de doutoramento junto com meus professores e orientadora; e, especialmente, os aprendizados com esses diferentes atores (pessoas, instituições e coisas), que me conduziram a um desfecho da pesquisa proposta.

Partindo dessa multirreferência, os capítulos da tese foram nascendo em suas próprias ordens, formas, tempos, tempos cruzados, entrelaces. Não há nenhum capítulo que não tenha um entrelace com o outro, pois eles são realmente frutos do “movimento da vida” que, no meu entender, foi bem usado para compreender aquela ilha de tantas inventividades, que tanto me encanta.

Destaco que as imagens que compõem cada parte desta tese refletem uma antropologia vivida por mim junto com tantos atores e interlocutores de Bonja. São imagens que se juntam à escrita e que são aqui traduzidas como documentos e linguagens. Essas imagens, de autorias variadas, corroboram o entendimento de quem são esses habitantes, percebidos na escrita que busca refletir os costumes locais, os processos de produção cultural, e, é claro, o uso do tempo vivido. Assim, as imagens utilizadas em cada capítulo não são meras ilustrações sem sentido e soltas ao acaso, mas elementos primordiais captados em um longo tempo que se mescla à própria escrita e tem como objetivo fazer reconhecer os cenários, os atores e as regras do viver (MAGNANI, 1996).

5.4 Bastidores do processo

Assim, Eu, originário de Salvador, que desde sempre olho com curiosidade e encanto a Baía de Todos os Santos (que no passado era denominada Kirimurê), busquei por prazer e necessidade revelar uma Salvador insular escondida, esquecida ou mesmo invisibilizada: a ilha de Bom Jesus dos Passos, ou Bonja como os habitantes e eu próprio me acostumei a chamá-la. Lugar esse que o Poder Público parece sistematicamente desconhecer, assim como seus soteropolitanos.

A criação da metodologia da pesquisa estabeleceu-se no “processo” que envolveu caminhar em um labirinto de possibilidades. Nesse contexto, foi necessário assistir às sessões de Pesquisa Orientada (P. O.) nos auditórios de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em São Lázaro, atividade de sextas-feiras pela manhã do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Para mim, atividade viciante e de muitos *insights*, mas também, evidentemente, para cumprir créditos das disciplinas e aprofundar entendimentos sobre as Antropologias, que estão sempre se reinventando.

Nesses processos das sessões de P. O., orientação formal da pesquisa e o foco no estudo da cultura da citada ilha na Baía de Todos os Santos, os autores Max Gluckman (1987), Ingold (2015, 2015a, 2015b), Michel de Certeau (2007; 2008) trouxeram-me elementos para pensar o cotidiano das pessoas com seus complexos patrimônios culturais. Posteriormente, especialmente no contato com as obras de Ingold, foi sendo revelada aos poucos a necessidade de encontrar referências junto a Gregory Bateson, em seu *Naven* (2008), Evans-Pritchard, com *Os Nuer* (1936), e Foote-White, com *Sociedade de Esquina* (1942), autores que me ajudavam a olhar a antropologia com olhos multirreferenciados. Há ainda de se esclarecer que se destacam neste trabalho referências dos pesquisadores

Manuela Carneiro da Cunha (2009), Bela Feldman-Bianco (1987), Reginaldo Gonçalves (2013), Cornelia Eckert (2013a; 2013b) e José Guilherme Magnani (2003) que se juntaram ao núcleo central das escolhas para constituir os capítulos da tese.

Era preciso ler, fazer fichamentos e resenhas. Enviar e-mail para os professores, os amigos e os conhecidos perguntando sobre outras referências sobre Antropologia e Patrimônio Cultural, memória e ilhas. Aventurar-me a fazer meu processo que ora era pensado no coletivo, mas muitas e muitas horas era construído na aflição para conhecer e reconhecer o caminho. Ouvir e enxergar os “sinais”. Aflição que envolvia a necessidade de dar o melhor de mim para que no futuro esse melhor acontecesse junto à minha família.

Era necessário o “caminhar”, seja para buscar ter apenas um ano de licença do Governo Federal com intuito de realizar dedicação exclusiva à pesquisa de campo, construindo dados para posteriormente, a trancos e barrancos, conseguir enxergá-los e interpretá-los. Nesse sentido, foi necessário mobilizar diferentes atores tais como a coordenação da Pós-Graduação em Antropologia na pessoa do Prof. Dr. Marcelo Moura Mello, a minha orientadora Dra. Cíntia Beatriz Müller, o diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia Dr. Cláudio Luiz Pereira, para construir uma *defesa quase sobrenatural* para convencer Pró-Reitores que eu estava “saindo” para realizar pesquisa e estudo de doutoramento, o que posteriormente seria benéfico para a própria Universidade. Igualmente precisei da ajuda de algumas outras dezenas de pessoas para fazer movimentar o processo institucional dentro das repartições da Universidade Federal da Bahia. Universidade que, embora eu mesmo compreenda a complexidade que envolve a construção de teses, fecha os olhos quase que completamente para os seus Servidores Técnicos que buscam isoladamente a concretização da formação acadêmica em uma instituição de ensino superior já que não tem política específica para seus funcionários técnicos que estão em processo de mestrado e doutorado em uma instituição pública.

Era preciso “Caminhar” dentro de um labirinto de incertezas, o que me fez buscar as táticas necessárias, como “homem ordinário” (CERTEAU, 2007) que sou, para calcular os gastos com aluguel, traslados e alimentação para ir a campo, lá residir por quatro meses, reelaborando o “como pagar” essa permanência em campo. Para mim, tornava-se urgente realizar o trabalho de campo, princípio genuíno, para perceber as sociabilidades daquele lugar-lar, que abriga intensas e inventivas formas do fazer cultural, e possibilitar o rito de passagem, ou seja, meu nascimento como antropólogo.

Foi a partir também desse “caminhar”, do acordar cedo, andar por diferentes ruas da ilha de Bom Jesus dos Passos, sentar nos passeios, junto das crianças, jovens e adultos,

e também cachorros, para contemplar e interagir com aquelas existências e sociabilidades que são construídas por esses “homens e mulheres extraordinários” que, a contragosto da vida, sorriem em meio a suas graves necessidades, diante das quais há uma ausência quase que completa do Poder Público nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança, habitação e cultura. Tais ausências e necessidades contrastam com os diversos e inventivos patrimônios culturais daquele povo que está em uma ilha, periferia da periferia que, mesmo pertencendo a Salvador, necessita utilizar os serviços de saúde e de educação da cidade de Madre de Deus, e a segurança pública de Candeias.

5.5 Caracterização dos Interlocutores

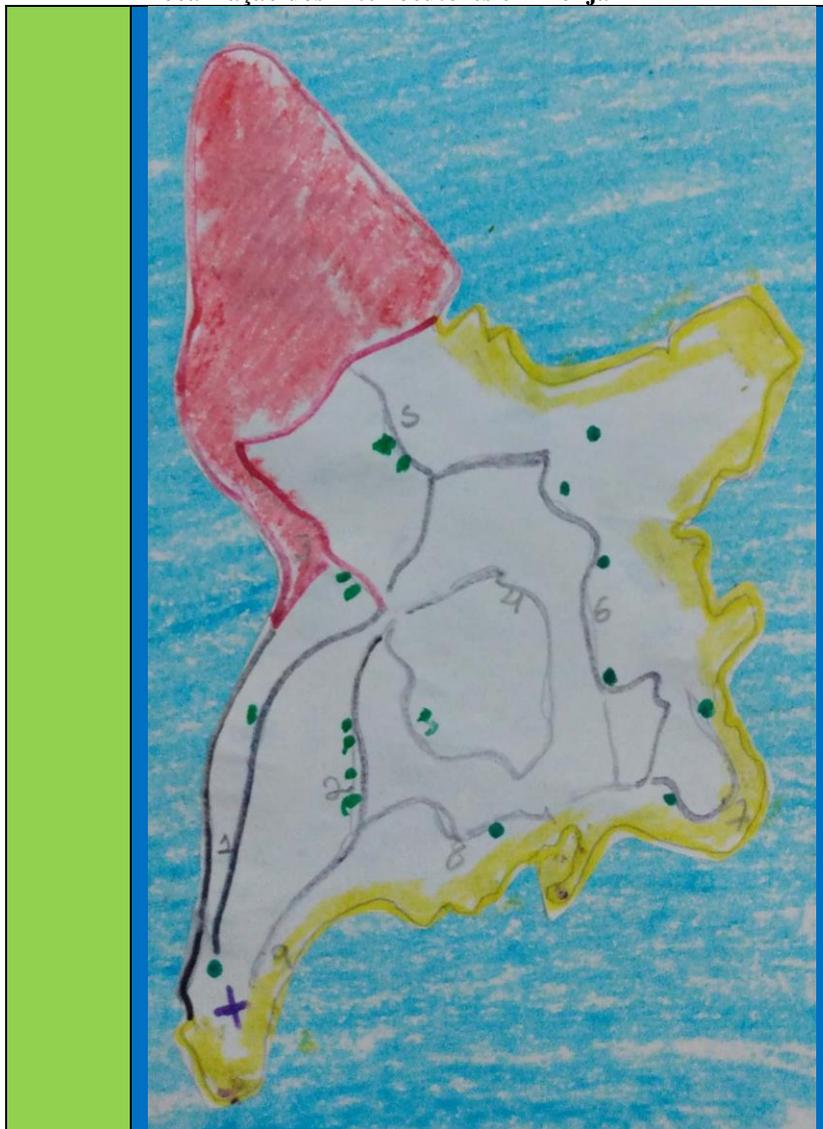
Devido a problemas identificados na pesquisa de campo na ilha de Bom Jesus dos Passos, optei, inspirado na leitura da etnografia *Sociedade de Esquina* de autoria de Foote-Whyte, deixar anônimos¹² os interlocutores da pesquisa Assim, antes de iniciar as entrevistas, ou melhor, o bate-papo, na grande maioria das vezes repleto de bom humor, salientei sempre que os interlocutores permaneceriam totalmente anônimos no trabalho, pois percebia que esse anonimato também contribuía para tranquilizar a sociedade local, que algumas vezes viu alguns membros serem perseguidos; também deixaria a narrativa livre para aprofundar as discussões sobre os dois processos de produção do patrimônio cultural, que envolvem, de um lado, essa sociedade local, e de outro, um empreendimento do Poder Público (Prefeitura de Salvador) e da iniciativa privada. Dessa forma, tive o aceite de meus interlocutores.

Esses homens e mulheres, com seus patrimônios culturais, ensinaram-me para além do que poderia imaginar o que é a arte de fazer e, conseqüentemente, a arte de existir. Intelocutor(es/as) que são pais, mães, filhxs, netxs, estudantes (1º, 2º e 3º graus), pescadores, professores, intelectuais, marisqueiras, agentes culturais, barqueiros, comerciantes, religiosos, músicos e muito mais, tudo isso, muitas vezes, ao mesmo tempo

¹² A escolha dos pseudônimos dos interlocutores vem da convivência no campo de pesquisa. Busquei realizar analogias que envolviam aparências e atitudes, às vezes tendo como referência outras pessoas de minhas relações particulares, algumas vezes, de atitudes dos próprios interlocutores, como, por exemplo, do “Sr. Galo”, que, durante as nossas conversas, parecia estar sempre pronto para o combate; ou do “Sr. Galã”, pseudônimo que surgiu após ele me mostrar sua fotografia quando ele tinha 20 anos, na qual lembrava um ator hollywoodiano; ou mesmo de “dona Glória”, que tem grande destaque na sociedade local e cuja presença nos eventos parece dar legitimidade aos acontecimentos. Assim, o campo de pesquisa vivido com essas pessoas constitui um modo específico de compreender atores, cenários e regras dentro de Bonja.

mostrando o quanto as identidades pessoais são fruídas, e traz importantes contribuições no plano coletivo.

Figura 9 – Desenho do Mapa da Ilha de Bom Jesus dos Passos, BTS – BA, 2018 e da Localização dos Interlocutores em Bonja



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

| Tabela de Localização | |
|-----------------------|--|
| | Interlocutores |
| | Locais de Sociabilidade |
| | Local da Requalificação – início 2012 |
| | Locais a Espera da Requalificação desde 2012 |

5.6 Sobre os Capítulos da Tese

O primeiro capítulo realiza iniciais ponderações teóricas e exerce a dialética necessária para o entrelaçamento dos demais capítulos, propiciando as primeiras pistas para a construção da análise do *patrimônio cultural como categoria de pensamento* (GONÇALVES, 2009)¹³. Os muitos sentidos desse patrimônio cultural são aprofundados ao longo de toda a tese a partir das sutilezas do lugar em uma perspectiva plural que envolve discussão sobre os conceitos, teorizações e concretude da vida. Nesse processo, invoca-se a participação das mulheres e homens, alguns desses homossexuais, como líderes desse fazer cultural, acionados por diferentes e intrincados processos de parentescos (por sangue¹⁴, amizade e brincadeira).

A partir do segundo capítulo o cenário de vida local é apresentado permitindo ao leitor/a também perceber quem são os agentes sociais e o processo de construir e domesticar seu lugar. Além disso, também é possível compreender como esses habitantes produzem seu espaço, socializam-se e usufruem o território, ou seja, as relações que envolvem o viver, estar e possuir sua ilha. Vale salientar que alguns desses habitantes possuem parentes ou até mesmo residências em outras localidades na outra Salvador (continental), especificamente nos bairros da Ribeira, Brotas, Cabula. Nos discursos dos habitantes, esses lugares são algumas vezes apontados como locais que estão mais próximos daquilo que entendem ser “morar bem”.

No terceiro capítulo, busco aprofundar os intensos processos que dão vida aos patrimônios culturais que intensamente correlacionam pessoas aos acontecimentos desses eventos, organizados de forma orgânica, geridos e executados por esses agentes culturais. Faço isso com vistas a proporcionar uma leitura independente sobre essas pessoas, seu calendário de eventos, que mistura catolicismo romano e popular a candomblé e

¹³ Segundo Gonçalves (2009, p. 28): “Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente de concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações”.

¹⁴ Carsten (2014, p. 112) nos diz que: “Se o poder simbólico do sangue é parcialmente derivado de suas capacidades naturalizantes, então se pode sugerir que isso se conecta com sua habilidade de carregar múltiplas historicidades separada e simultaneamente enquanto age como ícone, índice e símbolo. Em outras palavras, essa potência do sangue para naturalização (e implicitamente que outras substâncias também têm) está ligada a esta capacidade especial para transmitir diferentes historicidades. E apesar de ter deixado de fora algumas partes cruciais de seu argumento (particularmente, a importância do discurso ritual na transformação histórica), se eu entendi Keane corretamente, podemos ver também como estas diferentes modalidades semióticas permitem compreender como o sangue tem tanto um poder extraordinariamente aberto e transformador, como também carrega simultaneamente significados e qualidades que parecem paradoxalmente sobredeterminados”.

movimento cívico, revelando agências coesas no sentido de preservar a existência das relações com seus agentes, objetos e sentidos em entrelaces.

No quarto capítulo, analiso e correlaciono os antagonismos presentes entre empreendimento na Rua do Brito, Praia da Pontinha com o que vimos nos capítulos anteriores. Busco compreender o patrimônio cultural e o processo de sua produção como um *mana*, que nesse antagônico processo parece estar sendo colocado em conflito, desafiando quem mora e produz o patrimônio e que passa a ser obrigado a permanecer como se estivesse “passivo” frente a um empreendimento que chega, se instala e força novas perspectivas de usos do espaço.

Trata-se de extenso aterro sobre o mar de mais de três quilômetros de extensão que nasce privatizado, proibindo o uso do espaço marítimo que, invadido e modificado pela Prefeitura de Salvador, oprime os trabalhadores do mar. Esses pescadores/as, caso estejam na frente desse empreendimento, têm seus barcos, apetrechos de pesca e pescado apreendidos pela Polícia Ambiental. Para complicar ainda mais, o espaço aterrado, quando para uso dos pedestres, que podem ser ou não os “nativos”, exige cadastro biométrico imposto pela Prefeitura e parceiro privado, e, conseqüentemente, estipula valores, ainda que diferentes para os habitantes locais e turistas ocasionais, privatizando esse lugar-lar.

Assim, nesse quarto capítulo, a tensão entre aqueles que vivem no sítio e a Prefeitura de Salvador, que propôs um empreendimento, deve ser compreendida como hiato entre as possibilidades de violência do global no local, do poder do Estado sobre a vida das pessoas. Tal violência (concreta e simbólica) é histórica e perversa e constitui uma contínua forma de governar que intervém no mundo coletivo, pessoal e íntimo das pessoas dessa ilha que agora, dada a forma de pensar e agir desse Poder Público, prepara o local, domesticado e privatizado, para receber pessoas que, alheias à forma como foi requalificada aquele sítio, viverão momentos de lazer e tecerão novas relações, agências. Porém, a condição para isso é de que ocorra uma domesticação claramente perceptível, que silencia por diversos meios e ao absorver os habitantes de Bonja os via carteira assinada para também *pegar no pesado*, construindo algo a que os mesmos pouco terão acesso e que não fará mais parte da sociabilidade local.

Os “capítulos desta tese são “parentes”, nasceram em momentos diferentes e ou simultaneamente, e precisam ser lidos e percebidos como um conjunto, uma família. É nesse permitir compreender a configuração do todo nas partes e vice-versa que acredito que essas partes se combinam, têm sentido, trazem sinapses. Esta tese é o encontro de

“processos” dentro de outros “processos”, que envolvem a própria vida do autor. Devem ser imaginados, reconhecendo no seu autor, imerso em esferas que estão em movimento, nas quais o familiar, o profissional, o religioso, o acadêmico e pesquisador estabelecem linhas que são entrelaçadas e percebidas pelos capítulos que seguem, agora, para a análise de todos.

Capítulos que guardam horas de vivências, partilhas e entrevistas (semiestruturadas e abertas), outras tantas horas de gravação, leituras sem fim, prazer em ler na companhia da cerveja ou água gelada para matar o calor, da pipoca quente com manteiga, do chocolate e dos quilos a mais. E que foram digitados em ideias na tela do computador, máquina imprescindível como muitas outras, mas que às vezes, no final da escrita, sem avisar, “pifa”. Mas isso faz parte do processo.

Nas considerações sistematizo os resultados, destaco aspectos encontrados em campo, respondo a hipótese inicial que envolve as posturas dos habitantes locais, enérgicos quanto da produção de seu patrimônio cultural, atentos na compreensão que mesmo invadidos por “estratégias”, daqueles que não vivem naquele sítio, permanecem vivos coletivamente a partir do calendário de insurreições culturais.

Logo, convido-os a conhecer Bonja, seus processos de produção do patrimônio cultural em contínuo renascer, mesmo a contragosto da arbitrariedade da Prefeitura de Salvador com sua máquina de silenciar populações. Para o povo de Bonja, esse fato é bem sabido e me¹⁵ ensina, nessa experiência com imaginação, que as relações que dão vida à cultura permitem-lhes ultrapassar os entendimentos binários, falaciosos e amargos da existência e assim vivenciar o *Mana*¹⁶ em alto grau em seu Lugar-lar.

¹⁵ Há de se destacar que no final desse andarilhar, as forças físicas foram testadas, e houve certa anulação do ser biológico colocado à prova, pois escrever configura-se em permanecer por longas horas sentado e em meio a devaneios, algo exaustivo, ainda que necessário. É dentro desses “processos” de produção, fluxos contínuos, que ofereço os capítulos nascidos de muito suor, inspiração e da busca prazerosa de sonhar em me tornar também antropólogo. Ingold destaca que “O andarilho no labirinto, que se submete ao mundo e responde aos seus acenos, seguindo por onde outros já estiveram, pode seguir adiante, sem começo ou fim, abrindo caminho no fluxo das coisas” (2015, p. 34). Busca que se reveste nas multissituadas formas de compreender as Antropologias como um caleidoscópio de saberes tão heterogêneos, ricos e complexos que compõem nosso social.

¹⁶ Conforme Oliveira (1982, p. 137): “A noção de *mana* é um desses princípios: é dada na língua; implicada toda uma série de juízos e de raciocínios, tendo por objeto atributos que são os do *mana*, dizemos que o *mana* é uma categoria. Mas o *mana* não é somente uma categoria especial do pensamento primitivo [...], outras categorias funcionam sempre nos espíritos: as de substância e de causa. O que sabemos permite, pois, conceber como se apresentam as categorias no espírito dos primitivos”.

PARTE I – PATRIMÔNIO CULTURAL: A TEORIA E O VIVIDO

1 AS SUTILEZAS DO LUGAR

A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica de cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas.
(GONÇALVES, 2004, p. 28)

Neste capítulo, apresento recursos analíticos a serem aprofundados e problematizados ao longo de toda a tese. Compreendo que aqui, a partir da categoria patrimônio cultural, dou a partida formal para adentrar a teoria antropológica que cria ressonâncias e está em constante reflexão com a “malha social” da ilha-bairro de Bom Jesus dos Passos, e a necessidade do exercício etnográfico: “de longe e de fora”, “de fora e de perto”, “de perto e de dentro”, e “de dentro e no particular” serem percebidos com seus “cenários, atores (agentes culturais) e regras¹⁷”.

Desta forma, a leitura deste capítulo e o avançar dos demais, reconhecidos como parentes que vivem juntos e se complementam, traz compreensões diversas do exercício teórico empreendido, que soma as narrativas dos interlocutores aos processos de produção do patrimônio cultural entre dois díspares grupos (sociedade local e Prefeitura de Salvador/parceiro privado), o que propicia as problematizações antropológicas.

Assim, as três perspectivas que são agora apresentadas fazem conexões com os demais capítulos. São elas: *Perspectiva 1 – Situando Conceito e Compreensões*, que se liga posteriormente ao Capítulo 2 – Os Lugares, as Coisa e as Pessoas– no qual descrevo e problematizo a produção do espaço pelos habitantes locais dessa ilha, permitindo compreender o traçado da imaginação local e a dinâmica daqueles que bem conhecem seu lugar-lar. *Perspectiva 2 – Imersos aos Patrimônios Culturais reais*, que posteriormente aprofundo no capítulo 3 – Os Patrimônios Culturais locais em Processos, o que envolve descrição e problematização dos eventos dentro de um calendário centenário da sociedade local estudada, a saber: o Acompanhamento Marítimo de Bom

¹⁷ Elementos apreendidos a partir do Curso de Extensão Etnografias Urbanas: Práticas Culturais na Metrópole, organizado por Silvana Nascimento e José Guilherme Magnani, no período de 08/05/2018 a 10/07/2018, pelo Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

Jesus dos Passos; a Procissão do Encontro; a Filarmônica local e as gerações em convívio contínuo; celebração dos Ternos de Reis; e a Festa do Dendê, no qual há exuberante homenagem aos Orixás. Finalmente, é na *Perspectiva 3 – Expandindo os sentidos do Patrimônio Cultural na Ilha de Bom Jesus*, que aprofundo discussões no capítulo 4 no qual busco compreender a Prefeitura de Salvador, fazendo uma analogia com uma “Esfinge”, monstro mitológico, para assim problematizar inúmeras questões que envolvem as imagens e as antagônicas compreensões de como se apropriar do lugar pelos habitantes locais e o poder público. Dessa forma, exército o cruzamento “de longe e de perto”, de “fora e de dentro”, finalizando com o aspecto “de dentro e em seu particular”, por meio da narrativa do Sr. João, que antes de 2012 era pescador e que, embora ainda se sinta um pescador, por diversas razões torna-se servente de obra para manter a família. Logo, a malha tecida durante toda tese estabelece conexões, permitindo ressonâncias e entrelaces, e conseqüente tradução dessa experiência de campo, contribuindo nesse sentido para Antropologia, disciplina cuja marcante característica é a de permanecer em processo de rejuvenescimento constante.

1.1 A CATEGORIA DE PENSAMENTO: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM TRÊS PERSPECTIVAS

Figura 10 – Local das Primeiras Conversas sobre a Ilha



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Perspectiva 1 – Situando Conceitos e Compreensões

Enxergar o patrimônio cultural é um exercício a ser experimentado a partir de diferentes planos, interesses e epistemologias. Ao buscar realizar o processo de enxergar a cultura em uma ilha específica e revisar como realizar esse exercício, experimentei o fazer etnográfico que permitia a descoberta com e junto aos interlocutores, pois era necessário ouvir, enxergar, perceber, viver intensamente os eventos, conviver e realizar trocas, o que Peirano (2006) conceitua como a construção de uma teoria vivida¹⁸.

Durante residência por quatro meses na ilha de Bom Jesus dos Passos, adentrando os labirintos da percepção, que permitiriam a descrição de fatos e pessoas, encontrei também os pressupostos traçados por Michael de Certeau (2007 e 2008) com os dois volumes da “A Invenção do Cotidiano” 1 (Artes de Fazer) e 2 (Morar e Cozinhar). Esses textos me permitiram aprofundar ainda mais os delicados processos que envolvem as tramas da vida e suas intensas relações e contradições nos planos pessoais e coletivos, que fazem parte da própria condição no cotidiano, especialmente por trazer as noções de “*arte de fazer*” e o “*bairro*”, nesse caso traduzido para uma ilha, que compreendo como a periferia-da-periferia da cidade Salvador.

Junta-se a esse processo o encontro com Ingold (2017), que permitiu compreender a possibilidade de olhar o mundo de forma plural por meio dos “4As” a saber: Arte, Antropologia, Arquitetura e Arqueologia. Isso constitui uma forma de perceber o mundo onde diversos tipos de conhecimentos podem ser percebidos, misturados e experienciados pela pessoa e suas coletividades. Esses e outros autores, com seus argumentos, trouxeram elementos para situar a pesquisa, na qual aspectos íntimos das pessoas na coletividade, ao serem narrados, eram analisados. Assim, pude compreender as realidades e incongruências do lugar com pessoas reais e das pessoas que trabalham para o coletivo, mas têm também interesses particulares.

Essas e outras perspectivas de enxergar os atores e atrizes em seu tempo e lugar social permitiram-me compreender um patrimônio cultural intenso, representativo, elástico em sentidos, que tem seus antagonismos próprios das pessoas de carne e osso. Pessoas comuns, mas também extraordinárias, que compreendem suas existências a partir

¹⁸ Segundo Peirano (2006, p. 8): “A idéia de uma “teoria vivida” alude à ação permanente, ao movimento contínuo que caracteriza o desenvolvimento geral da disciplina e também as suas configurações particulares. É fato conhecido que noções de tempo e espaços são centrais para o exame da ação social; essas noções são igualmente básicas na apreciação da trajetória da antropologia como fenômeno intelectual (e cultural). Conceber a teoria vivida sugere, portanto, a existência de dimensões políticas em sua prática”.

da existência de seu fazer cultural, que aqui entendo a partir dos pressupostos de Certeau (quando ele estabelece que “o enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o **narrador**, quando **define o lugar** (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de **seu desenvolvimento**” (CERTEAU, 2007, p. 63, grifos do autor).

Para além dos autores anteriormente citados e experienciando a vida nessa ilha, fui instigado a trazer para a tese outras contribuições como o “devaneios e descontinuidades” de Gaston Bachelard, os “espaços vividos” de Milton Santos, os “homens lentos e o direito à Cidade” de Henry Lefebvre, a “ressonância” de Reginaldo Gonçalves, a “antropologia da duração” de Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, a “sociabilidade” em José Magnani, a “subcidadania” de Jessé de Souza e outros que contribuíram para aprofundar a análise do “processo” de produção do patrimônio cultural na ilha de Bom Jesus dos Passos, Baía de Todos os Santos, Salvador, Bahia.

Esse conjunto de pressupostos, alinhados à tradução que faço da ilha de Bom Jesus dos Passos, trouxe compreensões à tese, especialmente a percepção sobre o conceito patrimônio cultural como categoria de pensamento. Foi a partir de Gonçalves (2003), autor que mostra possibilidades de entendimentos, flexibilizações e dialéticas em diferentes lugares e sociedades locais, que pude ampliar os sentidos para perceber, sentir, comparar, descrever e agir sobre a vida vivida daquelas pessoas. Esse autor enfatiza:

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para **agir**, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2003, p. 27)

Tais aspectos foram vivenciados por mim nos planos pessoal e profissional, na ilha de Bom Jesus, mas também nas construções da vivência com a cultura da cidade da Bahia, Salvador, minha terra natal.

Em Ingold (2015a, 2015b e outros) e outras publicações, foi possível apreender elementos que me permitiram deslocar percepções sobre a categoria patrimônio cultural para traduzir o que vivenciei na citada ilha. E nesse contexto, experimentei o conceito de *malha*, não por conta de bem servir, mas especialmente por melhor permitir a tradução do mundo vivido pelos habitantes daquela Salvador insular.

Malha permite misturar arte, arquitetura, filosofia e história, existindo em intensos

entrecruzamentos do presente com o passado; o presente preparando o futuro; e especialmente o pensar o patrimônio cultural como elemento estratégico e como a própria estratégia da continuidade da existência para além das condições possíveis no presente e do descompasso com o desenvolvimento que absorve, empareda e traz diversas perversidades a essa sociedade local e tantas outras na Baía de Todos os Santos. Em meio a tantos Grandes Projetos de Investimento (GPIs), existem populações extremamente pobres, logo sem acesso fácil aos recursos básicos como alimentação, moradia, educação de qualidade, água encanada, luz elétrica, saneamento e segurança pública.

A partir da compreensão da categoria *patrimônio cultural*, entendida neste estudo como uma *malha* em construção, busco compreender o movimento, conhecimento e descrição do lugar com seus habitantes produzindo seus patrimônios culturais para trazer novas contribuições que problematizem na antropologia os diálogos sobre humanos e não humanos e suas dialéticas do devir na construção do fazer cultural local. O que envolve o antes, o durante, o depois e a necessidade de continuidade da observação participante junto à vida dos interlocutores, e de mim mesmo como pesquisador durante e depois da vida vivida com esses atores sociais. Momentos que envolvem a minha própria vida no cotidiano de ser estudante-pesquisador e servidor público trabalhando 40 horas semanais.

A sociedade local em questão, que bem sabe trabalhar a necessidade de continuidade e a certeza de que haverá a descontinuidade, pareceu-me, a partir dos pressupostos de Ingold, um lugar de possibilidades imerso no contínuo movimento da vida de quem vive lá. Tal movimento, a partir do patrimônio cultural, reconhece a importância dos pilares memória e história, além, é claro, da preservação e salvaguarda.

Durante todo o tempo, ficava buscando refletir os “4 As” propostos por Ingold (2012), colocados em interfaces com o devir dos humanos e não humanos. São esses “As” que busquei reconhecer na efervescência que há na sociedade local de Bom Jesus dos Passos que, amparada nas relações pessoais, permite que os habitantes sobrevivam, seja na necessidade da ajuda mútua para remédios nas madrugadas para aliviar as dores, ou os favores do cotidiano dos barcos para levar as mulheres ao hospital para “dar à luz”; ou ainda o mutirão para pintar e limpar a igreja preparando-a para a festa do padroeiro; e mesmo a restauração paga comunitariamente do carro e da estátua do caboclo, preparando-os para as comemorações do 2 de julho. O certo é que as trocas, as relações, os vínculos pessoais permitem fincar na existência dessas pessoas a necessidade de preservar o seu patrimônio cultural.

Nesse sentido, percebi que há certa arqueologia do saber e do saber fazer que os

fortalecem na crença de que é preciso seguir o calendário de eventos. É no envolvimento para realizar a organização, o planejamento e a execução de comissões de festas que o patrimônio cultural como elemento vital existe nesse coletivo. Ademais, ocorre certa magia do encontro da individualidade com a coletividade, e dessa com os sentidos e significações de ali viver e se realizar.

Assim, a Arte presente e necessária em todas as formas, faz acontecer o patrimônio cultural nessa ilha. Isso enriquece os sentidos, os signos, os significados e, é claro, os afetos, pois suas manifestações envolvem quem sabe fazer, quem pode fazer, quem precisa aprender a fazer, onde fazer, quanto custará fazer e para quando fazer, em complexos, exaustivos, mas afetuosos processos de produção cultural.

É a partir da perspectiva da Arte que a arquitetura monumental da Igreja de Bom Jesus dos Passos se faz ainda mais grandiosa para aquelas pessoas que são protagonistas nessa produção do espaço e produção da sua própria tradição, com seus diferentes usos, o que também envolve a paisagem cultural. Essa prática cotidiana é intensamente vivida por meio dos festejos, ocorram eles dentro da Igreja matriz, nas ruas com as muitas procissões, ou também na festa do Dendê de 1º de julho que destoa dos princípios católicos locais, ou em outros tantos eventos que utilizam o mar e que envolvem a sociedade local. Vale ressaltar que esse fazer cultural nunca adormece dentro das mentes desses agentes culturais por conta do calendário local em constante ebulição.

É dentro desse enigmático processo que a história do lugar une-se às pessoas, em uma combinação de continuidade e descontinuidade (BACHELARD, 1994; e outros), que contribui também no sentido de permitir olhar o conjunto (humanos com os não humanos); a paisagem que lhes cercam e lhes libertam, mas que de algum tempo para cá também lhes angustia; os tempos e os conflitos existentes entre a compreensão do que é o lugar e seu próprio lar e que estão sendo forçosamente domesticados por um poder além do poder local coletivo. Trata-se de particularidades da própria experiência de estar vivo que lança a todos variáveis nos processos e nos movimentos trazendo incertezas. Nesse sentido, não há lugar para cristalizações, a vida a todo tempo persiste e irrompe os percursos.

Assim, os conceitos propostos por Ingold (2012) – *produção, a história, o habitar, a vida vivida ao longo de linhas* – parecem tão nítidos quando colocados como lentes para enxergar e acolher os interlocutores de Bom Jesus dos Passos nesta pesquisa. Mesmo observando a ilha com os demais seres, é possível singularizar esse local e seus patrimônios locais tão intensos, que se fazem além das ausências por morte, doença ou

desinteresse de alguém, pois a existência dessa produção cultural parece transcender as vontades pessoais, sendo substituída por uma dialética da coletividade e sua intransitividade, o que para

Esse antropólogo, ao lançar luz sobre a história e o habitar, permite-me ver o patrimônio cultural ali produzido em entrelaces, em uma condição única para viver naquele local, fazê-lo intenso a partir de suas memórias e histórias locais, permitindo um constante acesso ao passado, em um processo fluido de conectar pessoas de várias idades aos festejos que precisam e terão que acontecer. É a partir dessa condição de existência que as gerações se reconhecem e se fortalecem, gerando os desdobramentos das matrizes relacionais, constituindo vida no desdobramento.

A experiência de produção da tese e a análise da produção do fazer cultural nessa ilha a partir dos pressupostos de Ingold possibilitaram-me compreender as relações concretas das pessoas reais com quem estive convivendo cujas casas estão sempre com as portas abertas. Seus filhos, netos e vizinhos brincam, conversam, namoram, estão ali juntos na mesma porta. Filhos e filhas que, com liberdade, podem permanecer soltos nos labirintos daquele lugar, pois todos se conhecem e se tratam com respeito e receptividade, mesmo que em algumas vezes também tenha sido possível assistir a alguns “barracos”. Por terem sido poucos, não mancham o acolhimento de seus habitantes.

No cotidiano, essas pessoas me acolheram como habitante mesmo que eu estivesse fazendo a pesquisa de campo. Fizeram-se íntimas, preocupando-se comigo seja pelas perguntas que faziam, os olhares que lançavam, os perigos do desconhecido e as perguntas embaraçosas, além da preocupação com minhas necessidades básicas de comer, beber, ter condições de entender determinados pontos das narrativas para depois poder escrever.

Essas pessoas reconhecem-se em processo, pois nessa coletividade, o que me foi passado por meio das narrativas é que nada está finalizado, especialmente o seu próprio patrimônio cultural, que sofre com a problemática de dar vida àquele fazer cultural, que são suas próprias vidas. Trata-se de uma práxis cultural que faz brilhar o lugar, suas memórias e histórias e suas inúmeras formas de expressão cultural, o que Ingold pega emprestado de Merleau-Ponty, *Ser Senciente*: “é o abrir-se a um mundo, render-se ao seu abraço, e ressoar em seu ser interior a suas iluminações e reverberações. Banhando na luz, submerso no som e arrebatado em sentimento, o corpo senciente, ao mesmo tempo percebedor e produtor, traça os caminhos do devir do mundo no curso mesmo da contribuição para sua contínua renovação” (INGOLD, 2015, p. 38).

Assim, o experimento de andar descalços, aspecto que inconscientemente experimentei, quando chamado para ser “soldado romano”¹⁹ na Procissão do Encontro. Vestido a caráter, andei descalço por toda a ilha de Bom Jesus dos Passos, juntamente com outros seis rapazes. A partir dessa vivência, na qual era visto e podia estrategicamente enxergar e perceber os habitantes, percebi o quanto aquela prática cultural está imbricada àquelas pessoas, que saíam da frente da televisão com o Jornal Nacional, colocavam um misse no cabelo, pegavam um par de sandálias Havaianas, colocavam a camisa e juntavam-se à procissão atrás dos andores dos Santos Bom Jesus e Maria para viver, reverenciar, estar senciante para aquele momento de contemplação e fé.

Lembro-me da materialidade dos objetos à nossa volta. A alusão do signo no estandarte com a pomba branca em sinal do filho de Deus, que estava sendo levado pelos soldados romanos; as lanças de ferro que ultrapassavam dois metros de altura e buscavam representar a própria força física e dominação do Império Romano sobre as pessoas locais; os santos e suas expressões de dor nos andores ricamente adornados com flores vermelhas; o clímax do encontro do *Filho-Deus* com sua *Mãe-Virgem*, orquestrado por um violino e o canto lírico de uma moradora, que trouxe prantos aos participantes, pois aquela cena, com seu peso simbólico, representava o último encontro em vida de ambos na terra, até então suspensos por ossos e carne. Estávamos imersos na fé cristã sempre renovada que triunfava novamente naquela ilha, mostrando o peso, a força, a beleza e a crença naqueles seres que levavam suas particulares formas de transcendências a todos.

Apenas utilizando a cena do encontro dos dois andores dos Santos, com o canto lírico anteriormente descrito, é possível pensar a materialidade que para Ingold (2015) está entre a paisagem e os artefatos. Paisagem que tem sua produção realizada e mesmo imposta por aqueles que fazem parte da sociedade local ou estão nesse local. Lembro-me da necessidade de ornamentação das pessoas, dos andores, da rua, da cantora lírica que, ao cantar, também utilizava como artefato um tecido com a imagem clássica do Cristo europeu e que ao ser exposta, calava e fazia soluçar algumas pessoas. Embebecidas de fé, essas pessoas se ajoelhavam em plena praça em sinal de total comunhão com aquele artefato e conseqüentemente com sua fé.

Para além daquele momento, as paisagens da ilha de Bom Jesus dos Passos estão

¹⁹ Esse evento será analisado no item 3.2 A Igreja: A Procissão do Encontro, que ocorreu em 04 de abril de 2018. (Figura 43). Busco analisar diversos aspectos que envolve o processo de produção desse patrimônio cultural, o que possibilita enxergar como os habitantes locais são absorvidos pelas figuras do Bom Jesus dos Passos e de Maria, como a mãe desse deus, e a catarse que ocorre e que justifica essa malha social em constante entrelace.

entrelaçadas com os artefatos que os habitantes criam e utilizam para viver, como os barcos coloridos, as casas coladas umas às outras, a igreja matriz com seu branco e amarelo que de longe já se destaca, os nichos dos santos católicos que estão espalhados por todas as ruas da ilha e inúmeros outros artefatos que compõe aquele lugar.

Assim, a partir das percepções de Ingold sobre existência, materialidade, fluxos contínuos, pude apreciá-los paulatinamente no exercício de fazer campo, realizar a observação participante, entrecruzar dados, conceber a escrita desta tese. Compreendi como esses habitantes fabricam esse lugar e como o Poder Público também busca fabricar algo nesse lugar. Esses processos, mesmo antagônicos, são também de alta complexidade dadas as experimentações, pois envolvem esses habitantes e as diferentes gerações que realizam e continuam a realizar seu fazer cultural, mesmo perdendo a posse coletiva de uma determinada área no mapa local.

É nesse contexto, onde tudo está em movimento (pessoas, coisas, paisagens), que a cultura material e sua materialidade são pensadas por Ingold, permitindo conceber o mundo-em-formação. O antropólogo intensamente ratifica que estamos em processos e em processamentos, nos quais experienciamos coisas, há fluxos, deterioração, misturas e consequentes transformações. Nesse ponto, ele convoca Bachelard ao utilizar a fala desse filósofo para sonhar substâncias e a partir dessa perspectiva pensar os objetos e suas agências: “Trazer coisas à vida, portanto, não é uma questão de acrescentar a elas uma pitada de agência, mas de restaurá-la aos fluxos geradores do mundo de materiais no qual elas vieram à existência e continuam a subsistir” (INGOLD, 2015, p. 63). Nessa composição, há em toda parte fluxos circulatórios, que estão ligados em feixes. Há vida dentro e fora de nós, há processos acontecendo ininterruptamente, e esses processos fazem parte dessa vida orgânica.

Ingold (2015) propõe a noção de lugar para estabelecer a relação que existe desses humanos com suas particularidades. Lugar que está imerso no espaço. Lugar que permite viver a casa, escola, parque, mercadinho e outros possíveis exemplos, onde há possibilidades de trocas de experiências com seus parentes, amigos, vizinhos, conhecidos e desconhecidos – ou seja, o lugar de existência. Ele mesmo fala:

Minha objeção é que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares (INGOLD, 2000a, 229). Eu uso o termo peregrinar para descrever a experiência corporífica deste movimento de perambulação. É como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra (INGOLD, 2007a: 75-84). [...] Onde habitantes se encontram, trilhas são

entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó, e, quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó. (INGOLD, 2015, p. 219)

É dessa compreensão que concebo o conceito de Lugar-Lar para esta tese, pois as pessoas dessa ilha estão enlaçadas, absorvidas, entranhadas por viver, permanecer e se sentir vivas em sua grande casa, aquela ilha, que é o seu mundo particular e nunca um lugar a ser substituído.

É dentro dessa *malha* que as pessoas, envolvidas com suas materialidades e imaterialidades, têm seus afetos entrelaçados e seus conhecimentos postos a prova e repassados às gerações. O que permite diversos movimentos que avançam e retrocedem, mas que permanecem ininterruptos. O que me fez refletir sobre essa particular Salvador, essa periferia-da-periferia, onde tantos tipos de patrimônios culturais estão a todo tempo sendo estabelecidos. Local sem igual, onde para além das possibilidades do agora é possível imaginar as relações sociais, as influências econômicas e políticas externas, a presença e participação das mulheres, contribuindo contínua e temporalmente junto às diferentes manifestações culturais.

É dentro dessa *malha* em fluxo que o patrimônio cultural se inspira e é inspirado, “textos”, “imagens” e “mensagens” que nos permite se aventurar a conceber descrição densa para enxergar o amplo alcance desse fazer cultural. Complexidade que também envolve a destruição de quase 100% do manguezal, indignando seus habitantes e a mim como antropólogo, mas que ao mesmo tempo me leva a questionar os motivos que fizeram com que esses agentes culturais cruzassem ou encenassem cruzar seus braços.

A imagem aqui trazida via fotografias e desenhos, ou melhor, rabiscos, a exemplo do mapa geográfico, permite também fazer reconhecer esse peregrinar nos labirintos da ilha e da tese, e as formas de descrever, para aqueles que não estavam lá, a ilha, a observação participante e a contribuição no fazer etnografia. Assim, pensando esse Lugar-Lar em fluxos contínuos, o cotidiano a partir de Certeau (2007; 2008) permite, via as “artes de fazer”, reconhecer conexões simétricas e assimétricas, as coisas com seus sentidos e as ideias que inspiram e fazem movimentar. Ideias que se materializam nos patrimônios culturais locais, permitindo também nessa sociedade local reconhecer estratégias, táticas na prática cotidiana, seja também no “falar, ler, circular, fazer compras ou preparar refeições” (CERTEAU, 2007, p. 46) e, atrevo dizer, criar acontecimentos que inspiram e dão sentido àquelas pessoas e às suas vidas.

Nesse contexto, as noções de estratégia, tática e o homem ordinário passam a

compor à tese para possibilitar uma compreensão ainda mais densa sobre esses homens e mulheres ordinários, tão comuns na ilha de Bom Jesus, buscando realizar a discussão sobre o fazer cultural dessas pessoas que, inquietas pela força de articulação, alongamento das práticas culturais, compreensão da necessidade de fazer acontecer no período determinado, organizam-se e realizam intensas reflexões que se materializam, unindo fé, cultura, arte, apropriação, pertencimento e prazer de participar fazendo:

[...] homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminado. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de seus relatos, o ausente que lhe dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, antes aos textos. Nem os espere. Zomba deles. Mas, na representação escrita, vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de novas cenas científicas. (CERTEAU, 2007, p. 58)

São esses elementos que elucidam a construção das narrativas, imbricadas com causas e efeitos no social, com o objetivo de compreender a importância das táticas e estratégias dessa sociedade local. Esse grupo protagoniza pertencimento, afetividade, zelo por sua cultura e pelas constantes trocas relacionais tão essenciais para que essas pessoas continuem traduzindo o seu modo de ser, estar e viver em sua ilha. São esses elementos que permitem enxergar as construções das narrativas, imbricadas com causas e efeitos no social, projetando compreender importância das táticas e estratégias dessa sociedade local. Daí a importância de congrega a sociedade local, de continuar protagonizando seu presente e de bem saber o que realizam afetiva, social, cultural e geograficamente naquele pedaço de terra.

Assim, construímos caminhos para pensar as práticas cotidianas das pessoas comuns e como são utilizadas as astúcias para driblar as estratégias do Poder Público, que adentra em parte da ilha, propondo outras formas de apropriação para paisagem local, a vida das pessoas, a proibição de uso, o valor de uso e o de troca, em uma confusão de sentidos para aqueles habitantes. É uma mistura de casa e rua: patrimônios culturais que unem esses dois universos e que trazem ainda a força da fé católica como lastro para pensar essa possibilidade de juntar pessoas.

Esse habitar e apropriação do Lugar-Lar acionam as artes de dizer, pensar e fazer, vividas e imaginadas a partir de longo tempo das práticas, do poder, da memória que articula os tempos para organizar os espaços e os lugares. Certeau (2007) assim se refere à memória:

Análoga no tempo ao que é uma “arte da guerra” para as manipulações do espaço, uma “arte” da memória desenvolve a aptidão para estar sempre no lugar do outro, mas sem apossar-se dele, e tirar partido dessa alteração, mas sem perder aí. Essa força não é um poder (mesmo que seu relato o possa ser). Recebeu antes o nome de autoridade: aquilo que, “tirado” da memória coletiva ou individual, “autoriza” (torna possíveis) uma inversão, uma mudança de ordem ou de lugar, uma passagem a algo diferente, uma “metáfora” da prática ou do discurso. Daí o manejo tão sutil das “autoridades” em todas tradições populares. A memória vem de alhures, ela não está em si mesma e sim noutra lugar, e ela desloca. As táticas de sua arte remetem ao que ela é, e à sua inquietante familiaridade. (CERTEAU, 2007, p. 163).

Desta forma, as noções cunhadas por Ingold (2015), Certeau (2007; 2008) e demais autores, assim como a práxis da observação participante permitem enxergar a *malha*, que mistura artes de fazer, a vida em um bairro e o patrimônio cultural com categoria de pensamento. Em conjunto, a *malha* espalha-se, apropria-se nas e em ideias, nas ações, na fabricação daquele lugar pelos seus habitantes e também pelo Poder Público, friccionando questionamentos sobre os tempos cronológicos, sincrônicos e afetivos ali presentes e em constantes fluxos, ambiente que se torna propício para as análises científicas via as lentes da Antropologia.

Perspectiva 2 – Imerso aos Patrimônios Culturais reais

Como falar de patrimônio cultural e não se maravilhar com o que há na ilha de Bom Jesus dos Passos? Com os entrelaces entre pessoas, coisas e seres? Com as trocas que permitem vida aos patrimônios culturais e que geram pertencimentos e afetividades entre aquelas pessoas no seu Lugar-lar?

Figura 11 – Bonja e seus Patrimônios Materiais e Imateriais



Fonte: Banco de fotos do autor - 2018

Ao existirem, esses patrimônios trazem a força de ressonância que une pessoas, paisagens, elementos materiais e imateriais, construindo oscilações entre táticas e estratégias para dotar de vida aquela ilha, também invadida pela ideia de domesticação do lugar e do espaço, revelando incompreensões intrínsecas do Poder Público. Foi neste “estar lá” que construí a experiência de sentir, ouvir, enxergar, caminhar, falar, tocar e realizar trocas dentro dessa Salvador insular a partir do mês de janeiro no acompanhamento marítimo de Bom Jesus dos Passos, buscando compreender as pessoas e suas formas de equilibrar festa e sagrado, experiências dentro do mar e na terra, respeito e alegria de se realizar por meio da realização daquela ação e, mais que tudo, a renovação da devoção e do viver juntos.

No mês de fevereiro, ocorre o presente de Iemanjá, evento que constrói outros sentidos de fé para os habitantes de Bonja, que buscam agradecer essa deusa afro-brasileira com presentes tais como flores, frutas, bonecas, espelhos e outros. Em sua grande maioria, os habitantes da ilha reconhecem o gesto de agradecer a dona do mar, ser que reina onde essas pessoas moram e que, invariavelmente, faz parte de suas vidas, mesmo que a maioria se mostre católica, e até católica fervorosa. É no Presente para Iemanjá, que envolve a prática de flores jogadas no mar de Bonja em troca de proteção, amor e prosperidade, coisas que a rainha do mar bem sabe que seus filhos precisam, que se renova essa devoção que parece ficar escondida até novamente se revelar nesse mês e ou em

alguns momentos quando se fala do mar e do que se faz nele.

Já nos meses de março, abril e maio, com a Quaresma, a Páscoa, as procissões religiosas e o esplendor das comemorações do mês de Maria, os cânticos na igreja e nas ruas da ilha fazem vivenciar a força do catolicismo tradicional, mas sempre popular, que elucida o poder secular da fé cristã. Essa fé coage, cria e mantém hábitos, faz emocionar e envolve a todos com profundo sentimento e devoção.

Quando junho chega, a fé cristã em festa homenageia os três santos desse mês (Antônio, João e Pedro), três perspectivas que envolvem rezas cantadas, comidas e bebidas em exagero, grandes fogueiras aquecendo os corações, forró que vira a noite aproximando famílias e amigos, com suas portas e janelas sempre abertas a qualquer hora, A grande festa patrocinada pela Colônia de Pesca homenageia São Pedro, pela lógica bíblica “pescador de almas”, com tudo que há de direito para os pescadores e sua fama de grandes farristas, em três dias consecutivos, incendiando a Rua do Fogo e envolvendo uma multidão de gente, que bebe, come e se diverte quase que de graça.

Para finalizar, em julho, no dia primeiro, a ilha dedica novamente momento especial para assistir e se incorporar ao mundo dos Orixás. Nessa ocasião, ocorre a Festa do Dendê, quando há uma quase conversão religiosa de grande parte dos habitantes, ou uma revelação de que eles não são tão católicos assim, fato que muito me impressionou. Há nessa festa, além das apresentações dos Orixás, ao dar passagem ao carro do Caboclo, levado pelas ruas com seus habitantes vestidos de Orixás. Com as pessoas tomadas pelo fogo dos fochos de dendê, que ilumina e bronzeia a pele de todos, há inusitada imagem do esplendor daquele lugar que, em uma noite de calor, tem suas ruas iluminadas de fogo. Para mim, foi a mais inexplicável comemoração de que já participei, pois as ruas são realmente incendiadas pela mistura de fogo e alegria até se chegar na própria rua do Fogo, quando a população, já em total catarse, ao som dos músicos da Filarmônica local, deixa festivamente o Carro do Caboclo em local especial, voltando a seguir para praça da Igreja em som de festa com todos os sentidos e atribuições dessa palavra que, com toda certeza, tem sabor pela vida.

Esse momento chega ao ápice com a música instrumental dessa Filarmônica que, ao deixar o povo inteiro ao redor da igreja, sai como entrou, parecendo um raio, passando a festa agora ao cargo do cantor e sua música eletrônica. É hora de beber água e cerveja bem gelada e comer alguma coisa no bar-restaurant, local que tem nome bem provocador, Na Larica. É também o momento de olhar as faces das pessoas, seus contentamentos durante os eventos de dezembro a julho, sentindo-se realizados e

integrados à ilha, pois seus patrimônios culturais oxigenam suas vidas pessoais e coletivas. Entretanto, com todo esse emaranhado e consecutivos momentos de catarse, ainda não ocorreu o que posso denominar de final.

Nesse conjunto concreto de referenciais culturais dessa sociedade local, imersa em processos de produção do patrimônio cultural, percebo as tensões de quem está à frente de cada momento festivo. Protagonismo de pessoas comuns, homens ordinários, homens lentos, que constroem suas próprias formas de fazer a história local, acionando dados no plano global com o local e se permitindo fazer do local o chão firme para continuar seus projetos pessoais e coletivos.

É nesse entrelace de perspectivas culturais que a imaginação dessas líderes e sua sociedade local se manifestam. Em uma das entrevistas, soube que as roupas e indumentárias dos Orixás são guardados no baú de jacarandá da igreja, e essa guarda está revestida do mesmo zelo da guarda dos paramentos dos padres e dos santos católicos. É nessa mesma sociedade local que o caboclo é reverenciado como homem e santo, que homenageia o índio, imagem formal do dono da terra projetado pelo Estado brasileiro, mas também uma das entidades religiosas que une o mundo indígena ao mundo afro-brasileiro.

São concretudes da imaginação que o povo da ilha, como muitos gostam de falar, conseguem inventar. Eles tornam esses eventos datas obrigatórias no calendário, criando e inventando tradições. Tais fatores fazem dessa ilha um espetacular laboratório para análise de diferentes tipos de fenômenos culturais.

Perspectiva 3 – Expandindo os sentidos do Patrimônio Cultural na ilha de Bonja

Pensar o conceito e as aplicabilidades daquilo que pode ser considerado patrimônio cultural na ilha de Bom Jesus dos Passos obriga-nos a lançar mão das possibilidades da imaginação sobre essa categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003), pois o exercício de acompanhar e analisar a trama da vida real com os signos e símbolos produzidos e que estão em processo de produção nos chama a refletir acerca das relações subjetivas entre humanos e não-humanos, com vistas a apreender a concepção dos “outros” e seus “conhecimentos”. Esse conhecimento pauta-se na perspectiva da ampliação da noção de habilidades que se faz na prática cotidiana, em que trocas entre pessoas, objetos e relacionamentos, em fluxos contínuos, dentro do mundo real, estabelecem tramas subjetivas junto às instituições e grupos humanos. É na produção de

conhecimento que se compõe o coletivo dessas sociedades, constituindo alteridades, nas quais são forjadas as marcas simbólicas, objetivas e reveladoras de como os humanos se comportam, agem, estabelecem construções discursivas e práticas, vivenciam e transmitem seus conhecimentos e se posicionam com e junto aos não-humanos.

O patrimônio cultural compreendido como possibilidades, como algo que está sempre em devir, envolve a prática dele no tempo-espço. Essa dinâmica se faz em fluxo constante, de forma que as sociedades estabeleçam movimentos que envolvem vida-trocas-morte-nascimento de ritos e modos de vida que constroem o estar no mundo de forma entrelaçada, em tramas que se encontram e estabelecem objetividades, subjetividades e abstrações.

É dentro dessa dinâmica, que envolve imaginação, movimento, força e ação a partir do entrelace dos habitantes dessa ilha, que percebi o quanto essa sociedade local está consciente da importância de preservar seus patrimônios culturais, mesmo que para isso possa parecer que esqueçam os problemas econômicos, ambientais e outros que ali também existem. A partir das potencialidades do patrimônio cultural, são criados, atualizados e destruídos esquemas que nos auxiliam a ser/estar na vida. Esse fato permite que as sociedades renovem posições sociais, modifiquem apreensões sobre coisas e lugares, que cruzamentos desses elementos surjam produzindo conjuntos de intencionalidades junto às novas gerações que aperfeiçoam o que foi entrelaçado e provocam a criação de novas *malhas* a serem percebidas, transmitidas, vividas e sentidas em um processo cotidiano.

Compreendo o patrimônio cultural no entrecruzar e entrelaçar de pessoas, coisas, objetos, cosmologias, pensamentos, práticas e afetos em processo contínuo. Esse processo contribui para a construção de uma identidade social que permite diferenciar Bonja de outras sociedades locais, uma sociedade cujo patrimônio cultural possibilita questionar a realidade imposta e a realidade ideal por meio da construção de novas fronteiras para escolha de ícones, representações, instituições, pessoas, líderes e lugares, em um complexo jogo e trocas de conhecimento incorporado. Tal processo envolve também o choque entre forças antagônicas que, em dado momento, valorizam aquilo que os habitantes acham interessante para seus respectivos grupos, mas também questionam a existência, manutenção e transmissão do conhecimento, pondo em movimento a insatisfação de certo contingente do grupo.

Para abordar a noção de patrimônio como proponho em minhas análises, é necessário explorar um conceito subsidiário – mas bastante importante – de lugar-lar.

Compreendo como lugar-lar o ambiente onde pessoas, seres, coisas, memórias e histórias constituem entrelaçamentos e conseqüente relações (concretas e abstratas), promovendo o pertencimento e envolvimento dos interlocutores e seus múltiplos processos de produção do patrimônio cultural local, o que lhes permitem sonhar, amar, viver, trocar e, é claro, “bem existir”.

Como estratégia de reflexão, proponho o debruçar sobre o patrimônio cultural em suas diferentes esferas (material e imaterial, transgressora e inventivo) como elos para traçar o passado e suas conexões com o presente que contribuem para que possamos compreender as condições humanas existenciais, obrigando-nos a reconsiderar os modelos binários e expandir novas possibilidades multissituadas de pensar o fazer, o saber e o saber fazer da cultura em intensos processos de interação. Dentro dessa lógica de sentir e relacionar-se com a cultura, percebendo suas alteridades, Cunha (2009) fala dessa categoria que “tem a propriedade de uma metalinguagem”, permitindo-nos ver o patrimônio cultural e seu devir no tempo-espaço que carrega fortes e diferentes implicações dada a sua utilização.

A reflexão de Cunha (2009) tem relevância, pois nos leva a refletir sobre aquilo que as pessoas consideram patrimônio cultural em relações multissituadas que envolvem “pessoas”, “lugares”, “acontecimentos” e “relacionamentos”, elos de uma trama que traz à tona novos conhecimentos cruzados nas gerações. O fazer cultural cotidiano envolve práticas de preservar, ensinar e aprender como salvaguardar o patrimônio local, despertar a necessidade da existência desses patrimônios culturais como elos coletivos, aspectos que unem, estabelecem trocas, reciprocidades e novos pactos de reciprocidades. Vida coletiva que, a exemplo da sociedade local da ilha de Bom Jesus dos Passos, a partir do seu cronograma cultural que inicia em dezembro e termina em julho, nos surpreende pela força de “juntar” pessoas para viver coletivamente e reafirmar, entre elas, uma espécie de pacto de conviver através da (re)produção e manutenção do seu patrimônio cultural.

Neste contexto, refletir sobre o patrimônio cultural junto à sociedade local de Bonja e as mudanças na paisagem local especialmente da Praia da Pontinha, também conhecida como Enseada, acarreta retomar memórias e histórias pessoais e coletivas esfaceladas, assim como coloca para debate o tipo de “desenvolvimento” (im)posto à sociedade local. Ou seja, essa reflexão nos propõe questionar que tipo de processo de produção cultural está sendo desencadeado pelo Estado e pela iniciativa privada. De um lado, a população local vivencia ativamente seu lugar-lar; de outro, “aliens” (Estado e iniciativa privada) não conhecem nem têm relações com o local e passam a enxergá-lo

como um “espaço-vazio”, propício para ser domesticado ou recolonizado.

Ao compreender os dois processos de produção do patrimônio cultural, local e macrossocial, buscamos reconhecer a fricção que há entre esses campos antagônicos, sendo possível assim aprofundar e renovar perspectivas sobre o “patrimônio cultural” no século XXI. Lembremos que “patrimônio cultural” sempre vive os processos de afetação socioeconômicos de seu tempo-espaço, nesse caso, os habitantes de Bonja e suas percepções a esses antagonismos que os obriga a conviver com as transformações impostas às suas próprias vidas, quando as continuidades dadas pelo entrelace de parentes, amigos, meio ambiente, memórias e histórias passam a viver uma inconstância, e, é claro, uma conseqüente ruptura das tramas do tecido social.

Nesse aspecto, compreendo que, por meio do patrimônio cultural, ocorre um fato social total²⁰, expresso na performance, na moral, na estética, na religiosidade, nas cosmologias, na economia, na natureza cíclica e simbólica, na reciprocidade, no parentesco²¹ por amizade, na plasticidade, na história local, nos valores, nos conflitos e na dinâmica da vida, que acontece ciclicamente. Essa *malha* em constante produção estabelece ressonâncias que fortalecem a sociedade local, em uma experiência social e coletiva, permitindo a construção de diversas formas de narrativas.

Essa “ressonância”, compreendida como o “poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2013, p.10) é a ressonância que nos acompanhará, pois dissemina diferentes compreensões próprias das sociedades locais e do viver coletivo que tornam os patrimônios culturais tão vivos. Esses, por estarem tão vivos, presentes e intimamente associados ao espírito do lugar e à alma do grupo social, chamam a atenção quando se tenta compreender os conjuntos de relações

²⁰Segundo Mauss (2003, p. 187), “Existe aí [nas sociedades arcaicas] um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam”.

²¹ Carsten (2014) destaca que: “ (...) o parentesco também, e de forma fundamental, provê um reino imaginativo para pensar, parcialmente em termos éticos, mas também de forma mais especulativa, sobre quem somos nós e o que podemos ser no futuro; sobre nossas conexões no presente assim como com gerações do passado, e com os não-nascidos. “Nos tornamos crianças de nossas crianças, os filhos de nossos filhos... E ficamos velhos e jovens ao mesmo tempo”, como diz a epígrafe de Sahlin (2013: 04)”.

que são tecidas e que estruturam a vida sociocultural das sociedades locais, especialmente aquelas que estão de certa forma mais distantes dos grandes centros urbanos.

Dentro desse contexto, a ressonância necessita de seu público, que compreende a importância do ato de ressoar o patrimônio cultural e assim desencadear “forças culturais complexas e dinâmicas” (GONÇALVES, 2013) que se fundem na e com a própria sociedade local. É na existência do vigorar que se dão os costumes, festas, práticas culturais mediações que envolvem o “universo cósmico, natural e social” (GONÇALVES, 2005, p. 18). A partir da ressonância das práticas políticas, religiosas, econômicas, afetivas e regulatórias e por meio da materialidade (santos e roupas de orixás e cristãos, barcos coloridos, e outros elementos) e da imaterialidade (representações, signos, símbolos) que são concebidas diversificadas e complexas relações e ações pessoais e coletivas, dando sentido à existência das pessoas.

As dinâmicas desencadeadas pelo ressoar dos diferentes patrimônios culturais tornam-se caleidoscópio que formam o povo da ilha de Bom Jesus dos Passos, que vibra com os preparativos dos eventos, tomando parte com doação de dinheiro, tempo, animação e interesse de ver, participar e assistir àqueles acontecimentos. Assim, são trazidos para os presentes imaginários do passado que integram os humanos e não humanos em contextos da infância, da pré-adolescência, da adolescência e das demais fases adultas. A ressonância manifesta-se como licença primorosa para aquela sociedade local que, surpreendentemente, mesmo esquecida, invadida no seu lugar-lar, incrivelmente percebe via seus referenciais culturais, com diferentes bases étnicas, as possibilidades de continuar sorrindo. Com suas subjetividades, esses interlocutores se fazem agentes profundamente preciosos e dinâmicos em relação às suas experiências de vida que, vividas intensamente em seu lugar-lar, revelam que essas pessoas continuarão realizando seus atos, tramas de intensos afetos.

Essas experiências de vida compartilhadas continuamente formam, como já mencionei, o caleidoscópio que espelha e provoca os habitantes a compreender desde a infância a importância de se estar envolvido com as práticas culturais dentro e fora das instituições. Assim, é possível de fato enxergar o que Gonçalves (2010) a todo momento nos convoca a olhar: o patrimônio como categoria de pensamento vinculado à existência de pessoas que, mesmo com seus antagonismos, empreendem o avivamento de tradições, regulam, normatizam, mas também reinventam outras possibilidades de pensar sua ilha.

Os entrelaces da vida coletiva na ilha de Bom Jesus dos Passos, as ressonâncias da produção do patrimônio cultural e a circularidade de líderes estabelecem o fazer

cultural que se inicia em dezembro com os preparativos da festa do Bom Jesus dos Passos, e termina com o 2 de julho, comemoração cívica da independência do Brasil. São 8 meses de intensa produção coletiva do patrimônio cultural, período este que nos apresentou a “trama” imersa na produção cultural local e suas interfaces com os fluxos que envolvem o local, o regional, o nacional e o mundo.

Nessa perspectiva, o entrelace da produção cultural local como processo, nos leva novamente a pensar a experiência como composição de linhas, constituindo fluxos circulatórios e orgânicos da vida, envolvendo humanos e não humanos em conexão, tensão, circularidade. Igualmente, leva-nos a perceber *malhas*. Tal perspectiva é realizada a partir de capítulos que buscam no fluxo constante fazer perceber as sutilezas desse lugar, que constrói coletivamente peculiar forma de existir.

1. 2 O PAPEL DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO

A pesquisa realizada de 2016 a 2018 intensificou-se nos quatro meses de minha permanência em campo, quando loquei residência na ilha para melhor conviver com seus habitantes. Isto possibilitou esclarecer aspectos importantes da vida social nesse sítio, entre eles, o que envolve o “status das mulheres” (brancas, negras e mestiças) tanto nos bastidores das casas, como nas práticas cotidianas que ressoam na centralidade dos processos de produção do patrimônio cultural local.

Nesses ambientes, pude observar como essas líderes locais, as quais também compreendo como intelectuais orgânicas²², atuam em diferentes espaços, seja na diretoria das duas escolas locais, na organização do calendário das festas e eventos (que envolvem tanto a igreja quanto a população não católica), no comércio de mariscos, peixes e outros crustáceos, no gerenciamento de bares, restaurantes, mercearias, ou então no serviço público (sendo tanto servidoras ativas quanto aposentadas). Nesse contexto, dona Nete, que é agente cultural, 30 anos, sem filhos, solteira, se autodeclara negra com pele clara, narrou a seguinte afirmativa:

Nós mulheres estamos em todos os pontos da ilha, não somos mulheres passivas, vivemos a ilha. Minhas tias-avós ajudaram a me criar, pois

²² “[...] Os agentes principais são os intelectuais que têm uma responsabilidade especial na circulação e no desenvolvimento da cultura e da ideologia, e que se alinham às disposições existentes das forças sociais e intelectuais (os intelectuais “tradicionais”) ou se alinham às forças populares emergentes e buscam elaborar novas correntes de ideias (os intelectuais “orgânicos”) (HALL, 2018, p. 359).

minha mãe trabalhava muito. E sempre observei que elas é que decidia as coisas aqui em casa. Meu pai era ausente, tinha problemas de saúde, e elas e minhas mães davam a métrica. Quem realmente mandava era elas. Manda mesmo acredite! E assim também na organização das coisas. Hoje vemos várias tomando conta de instituições aqui na ilha seja nas duas escolas, na administração dos barcos, pois a “conhecida” lá é o braço direito do presidente dos barqueiros, e sem ela tudo desanda; seja na melhor mercearia que temos, onde a dona é uma mulher e ela manda mesmo. Ou ainda as marisqueiras e pescadoras que não esperam por homem não. Ainda há a grande predominância de mulheres no controle das festas da ilha que começa em dezembro e vai até julho. E claro dentro da Igreja que mais de 90% são mulheres. É como se formasse aqui uma sociedade das mulheres, estamos em todos os lugares [risos].

A narrativa de dona Nete permite refletir sobre a liderança das mulheres nessa ilha correlacionada ao papel de chefes em suas casas, onde são mães, educadoras, controladoras das finanças e dos futuros de seus filhos. Além disso, essas mulheres são as introdutoras de seus familiares nos processos de produção do patrimônio cultural dentro da lógica local, estabelecendo também ‘interesses’, ‘status’ e ‘liderança’ de suas famílias no contexto coletivo no calendário anual de eventos. Entretanto, a liderança não deve ser confundida com assimetria, imposição de vontades sobre os demais indivíduos, invasão de espaços, pois se trata, de fato, da responsabilidade daquelas que compreendem que só conseguirão realizar os citados eventos com a plena participação de filhos, maridos, irmãos, vizinhos, amigos e outros que se fazem parentes também por meio desses eventos em uma atmosfera de brincadeiras, trocas, comprometimento e certezas de que aquilo que estão produzindo torna-se vital para dar seguimento ao pertencimento tão latente naquele lugar.

Essa liderança parece gerar certo tipo de poder (LANDES, 2002) que dá forma e substância à existência e à salvaguarda dos processos culturais, que envolvem maneiras de educar, tratar, compreender e acompanhar seus filhos e suas escolhas, seus maridos e companheiros e suas lidas no trabalho, a defesa de suas famílias, os interesses institucionais dos diversos grêmios dos quais participam e os interesses e necessidades do seu lugar-Lar. Isso oferece a essas mulheres os componentes para existência e experiência coletiva no devir com a sua cultura.

A partir desse status de liderança dessas mulheres, compreendo as liberdades de escolhas, os planejamentos dos eventos abstratamente traçados dentro das residências. Dona Gloria Agente cultural, 70 anos, dois filhos, divorciada, autodeclarada negra, aposentada da Prefeitura de Salvador na área da Educação, nos fala dessa esfera interna

da casa na qual é possível tecer o início, o meio e o fim dos eventos que posteriormente serão realizados, expostos, submetidos ao prazer e à devoção de pessoas. Embora tais eventos sejam algumas vezes iniciados dentro de instituições como a igreja matriz, eles serão na prática plenamente realizados nas ruas dessa ilha.

É encontrando com uma e outra companheira aqui, marcando muitas vezes aqui em casa, que a gente vai trocando informações e decidindo como será feito a coisa. Seja a festa dos Reis, seja a festa do padroeiro (Bom Jesus dos Passos), e como nós somos as mães, e acostumamos a colocar nossos filhos dentro das festas, isso torna tudo mais fácil, todos estão acostumados a participar e querem participar. É assim, todo mundo se envolve, mesmo aqueles que estão trabalhando ou morando lá em Salvador.

Essa trama de relações que envolve “residência, liderança, cultura e a rua”, em contexto de bricolagem, exerce complexas formas de liberdade do uso do lugar, com seu simbolismo e materialidade, o que nos permite refletir sobre como se fazem os acordos locais, como se configuram e permanecem os laços de parentescos, e a compreensão da existência da homossexualidade como participante no fazer cultural. Status positivo este do feminino que não nega, e talvez reforce, a gays e lésbicas, possibilidades de acesso como líderes culturais locais dentro ou fora dos assuntos da Igreja católica local, de outros lugares, e de suas celebrações. No fortalecimento da tradição local, unem-se todos os tipos de gêneros e de expressão da sexualidade.

Nesse contexto, o status de liderança das mulheres nessa ilha estabelece ordem, envolvimento, acolhimento e dinamismo aos processos culturais. A convivência com essas líderes demonstra que, por meio da cordialidade, criam-se formas de tratamento junto às pessoas que, respeitadas e dando-se ao respeito na coletividade, são elementos chaves para realizações de árduos processos de construção dessa cultura que necessita sempre de agentes motivados para cumprir a manutenção da existência de práticas culturais centenárias.

Entretanto, por existir número maior de mulheres chefes de família, especialmente quando pensamos no universo de mulheres da classe média local, há a criação e manutenção de certo destaque social àquelas mulheres que sempre estiveram próximas do poder político, econômico e social local. Mulheres que ora participam como atrizes principais, ora como coadjuvantes. Isso mantém seu capital simbólico sempre em ascensão e lhes gera certa “aura” que as torna ícones no cotidiano para outras mulheres de baixa renda da ilha.

É nesse constante fortalecimento do papel da mulher que se dá também o controle social, seja na organização, no envolvimento das pessoas, na realização dos eventos, na reivindicação de melhorias locais. Conforme dona Fé, dona de casa, 68 anos, casada, 3 filhos, autodeclarada negra, tudo isso vai gerar também constante fortalecimento da liderança das mulheres e consequente controle social sobretudo no que diz respeito aos filhos. Esses processos envolvem a forma de criá-los, a escolha da escola onde irão estudar, o acompanhamento de seus estudos na escola municipal e, posteriormente, no ensino médio fora da ilha, a vigília de seus passos na ilha, o esclarecimento sobre situações que envolvem vícios, brigas e desentendimentos, a transmissão do reconhecimento da importância de suas avós como autoridades, a cobrança de sua obediência e participação nos eventos culturais e religiosos na ilha, entre tantas outras ações no cotidiano.

Nós somos as mães e sabemos educar. Aqui nossa voz tem força. Mas não é batendo e nem constringendo ninguém, é no exemplo, é no exemplo. Nós Mães, seja donas de casa ou que trabalha fora de casa, a noite antes da novela das 8, nos reunimos sempre, estamos atentas a tudo. O filho da outra é nosso filho também, não tem tempo ruim, tudo que os filhos fazem a gente sabe, ficou sabendo aqui dentro da cozinha [arregala os olhos e coloca as mãos na cintura]. E assim, também é as coisas da nossa ilha. Você não é daqui Marcos, ou é quase daqui, já não sei mais, mas deve ter percebido que aqui a gente se junta e faz, sem pedir nada a Prefeitura [de Salvador] que a gente sabe que não vem nada de bom, nunca veio, não vai ser agora

Essa liderança que atua de dentro para fora das residências, de dentro e de perto, incidindo desde a infância junto aos filhos, estabelece necessários desempenhos junto aos maridos, filhos, netos no agir, controlar despesas, realizar ações, definir planos, defender urgências, resolver situações, fazer manter a vida local em movimento. As mesmas mulheres que desempenham o poder de liderança, constatado via entrevistas abertas, demonstram certo receio do que pode acontecer com seus homens, dando-lhes conselhos tais como: não ir de encontro aos poderes externos que atuam na ilha e que possuem pragmático e estratégico poder político e econômico; aguardar por dias melhores, não se envolvendo em discussões políticas; lembrar a necessidade de preservar o emprego ou subemprego que o poder público está oferecendo para os que ainda o têm, entre outros. Todas essas e demais preocupações fazem dessas mulheres sentinelas diárias para resguardar suas famílias.

Essa influência decisiva estabelece o status social do cotidiano vivido. Senhoras de seus 60 a 70 anos, que guardam suas vaidades, administram pensões, protegem seus filhos e filhas, que vão fazendo o “puxadinho” na parte de cima de suas casas e que reconhecem a autoridade de suas mães, tias e avós no cotidiano de suas vidas. Mulheres chefes de família, que veem seus netos nascer, acompanham o desenvolvimento das crianças, fazem mimos de avós, reprimem quando necessário e lhes apresentam a vida calma da ilha com seus eventos que agitam os locais com suas festividades. Mulheres como dona Eva, 65 anos, sem filhos biológicos, solteira, que tem grande respeito social nessa ilha, pois durante muitos anos exerceu papel religioso relevante:

Lá na Igreja passei minha vida. Lá fiz amigos até hoje. Mas não era obrigando as pessoas a participar de nada não. Eu queria que as pessoas primeiro se sentissem bem. E a Igreja é esse lugar das pessoas se sentir bem. Nos muitos anos de ministério na Igreja de Bom Jesus, formei uma família maior que a minha de sangue, pois sempre estamos envolvidos com tudo. É assim, uma grande e numerosa família, graças a Deus!

Essa e outras narrativas, que entrelaçam tantos sentimentos, repetem uma constante forma de “construção da pessoa” (PINA-CABRAL e SILVA, 2013) que se dá de forma fluida, muitas vezes, como falamos anteriormente, devido à influência familiar de décadas; porém, mesmo dentro das famílias, há a busca por ser esse agente ativo e dinâmico, que absorverá seu clã e o dos demais para liderar. A escolha ou não para realizar o desempenho deste papel no plano da liderança exporá a pessoa, trazendo benesses e críticas severas, além de fofocas com seu nome, exigências e constante provas de superação para resolver os impasses que ocorrem nessa sociedade local.

Por conseguinte, o processo imaginativo de constituição da pessoa (em linguajar antropológico: a autopoiese que acompanha a ontogênese de cada um de nós) está constantemente sendo realizado num movimento no qual a dualidade do gênero polariza a essencial mutualidade das identidades continuadas e dá ensejo a confrontações que, na medida em que criam encruzilhadas, singularizam a pessoa. (PINA-CABRAL e SILVA, 2013, p. 24)

Essas senhoras, suas “pessoas”, seus status de liderança e suas particulares construções de líderes são os símbolos máximos do local. Os homens que encontramos e entrevistamos que também possuem status de liderança apresentam, em sua maioria, certos aspectos e opções femininos. São homossexuais assumidos. Quando fazem a

narrativa envolvendo suas mães, há clara devoção, muito próxima de uma devoção religiosa a santos católicos e/ou Orixás. Essa narratividade permite reconhecer nessas figuras maternas diversos tipos de “saberes” que os ajudam a agir na necessidade. Mulheres-pilares dessa sociedade que atravessa o tempo, as quais, atualmente, tornam-se essenciais para a realização dos processos culturais que envolvem a todos.

Assim como Pina-Cabral (2013), Geertz (2011) nos chama atenção para essa questão da categoria pessoa: a partir de sua investigação de Bali, o autor estabelece que existem seis eixos classificatórios a partir dos quais uma pessoa pode ser identificada ou se identificar: “ (1) nomes pessoas; (2) nomes da ordem de nascimento; (3) termos de parentesco, (4) tecnônimos; (5) títulos de status (chamados comumente “nomes de casta” na literatura sobre Bali); e (6) títulos públicos, com os quais quero indicar os títulos semi-ocupacionais utilizados pelos chefes, governantes, sacerdotes e deuses” (GEERTZ, 2011, p. 154).

Essas categorias salientam ainda mais a figura das mulheres, pois aquelas que apontamos como tendo poder e status na ilha de Bom Jesus dos Passos, muitas vezes, além de pertencerem a famílias centenárias, estão atreladas também a profissões de status, seja na área da cultura, da religião, da política ou da economia. A manutenção da existência de suas famílias passa pela manutenção da existência das celebrações locais. O entrelace da vida pessoal, familiar e coletiva só passa a ter sentido quando tramado por meio de práticas e crenças que trazem o passado ao presente e sustentam o bem-estar mais efêmero, que só se completa nos processos de produção cultural. Esse poder de liderança promove alianças entre as famílias via casamentos, coleguismos, parcerias; trocas que vão de alimentos, roupas usadas a favores; constituição de apadrinhamentos, parentescos por amizades, famílias extensivas que se cruzam e se entrelaçam, sempre com o intuito de fazer existir o futuro, que acontece no presente das celebrações e eventos culturais.

Essas mulheres “reconhecidas”, “prestigiadas” e “líderes” no e entre o local estabelecem padrões culturais, modos de comportamento, formas de tratamento, posturas de mentoras e agentes na prática da ação cultural. São vários os seus campos de atuação: seja na mariscagem e na pesca com a cadeia de produção; na organização e execução dos eventos comemorativos; no aconselhamento junto aos seus companheiros, quando se colocam a resolver pendengas com parceiros, patrões e dívidas (o que envolve tomar a frente e ir conversar com os responsáveis pela obra de requalificação da orla para saber quando será pago o mês, pois algumas vezes há atraso no pagamento); seja no comércio das mercearias, no qual o “caixa”, na maioria das vezes, está controlado, governado e

fiscalizado pela mulher; seja na figura da esposa, mãe solteira e mesmo patroa que controla os recursos financeiros dos funcionários para que sejam gastos a partir das necessidades, sempre lembrando do futuro próximo.

A observação da vida cotidiana nessa ilha nos permite afirmar que o poder central e de centralização das coisas que ali ocorre tem sua dependência e aprovação no que as mulheres, que são a grande maioria da população, querem e pensam. Essa situação social lembra o que Mead (1935) encontrou em sua pesquisa na Nova Guiné, quando pesquisava diversas sociedades, especialmente a Tchambuli, na qual as mulheres têm um papel de alta relevância junto aos seus parceiros, pois vem dessas mulheres o poder de realizar as atividades de pesca que geram diferentes relações de comércio na sua sociedade e com as demais:

[...] apesar dos Tchambuli serem patrilineares em sua organização, apesar de haver poliginia e do homem pagar pela esposa – duas instituições que popularmente se afiguram degradar as mulheres – são as mulheres, entre os Tchambuli, que detêm a verdadeira posição de poder na sociedade. [...] Quanto à alimentação, o povo depende da pesca das mulheres. [...] E as mulheres controlam os lucros em kinas e talibun. [...] somente com o consentimento da esposa, ele (marido) pode gastar os talibun e kina e as cordas de anéis de conus que traz de volta de suas férias. (MEAD, 2000, p. 246)

Há nesse aspecto uma quase semelhança com as mulheres da ilha de Bom Jesus dos Passos, que estão na lida da pesca e mariscagem, na liderança da criação dos filhos, no controle das relações de “dentro e de perto” da sua família com as demais famílias, e, é claro, na sua marcante presença nos processos que vão gerar a produção do patrimônio cultural. Apenas a partir dessa perspectiva que podemos compreender o caráter de continuidade que se faz necessário para a execução das festas, celebrações, encontros, para enfrentar os desafios do presente e como suas famílias ainda existirão em um local de difícil existência econômica.

É patente que, a partir dessas mulheres, a construção cotidiana de seu “status” se articula, se unifica e controla o viver coletivo. Ressalto que os homens não são passivos nesse processo, seria leviano assim proceder; mas sua posição no cenário dos processos culturais, que não só envolvem o acontecer os festejos tradicionais, mas diferentes aspectos sociais dentro da ilha, tem papel secundário na escolha dos caminhos em Bonja.

Há nesse contexto aparente inversão no status social para realização dos eventos. A esses homens cabe a autoridade sobre os filhos, mas o poder das mulheres se expande

sobre esses homens e os demais. Esses homens parecem “deixar” às suas mulheres o papel principal, pois assim podem “curtir” melhor a vida nessa ilha, deixando que os problemas sejam primeiramente enxergados, articulados e resolvidos por e entre as mulheres.

Tal fato nos faz acessar novamente o exemplo que Mead (2000) experienciou no qual na relação entre mulheres e homens há carinhosa tolerância e intimidade, mas o controle da vida local está estrategicamente sustentado na percepção que essas mulheres têm e fazem acontecer no cotidiano:

Os Tchambuli valorizam primordialmente sua vida social intrincada, delicadamente padronizada, seus ciclos infundáveis de cerimônias e danças, a superfície polida de suas inter-relações. [...] as mulheres cooperam com um grande grupo de parentesco [...] as mulheres pescam e recolocam suas armadilhas, remam pelo lago na madrugada fria, sobem de volta às suas casas, onde passam o dia inteiro sentadas, trançando mosquiteiros que trarão mais kina e talibun à circulação, e é graças à presença de kina e do talibun que a vida cerimonial é mantida em movimento, pois cada dança, cada cerimônia exige o dispêndio de alimentos e valores. As mulheres dão a esses serviços eficiência impessoal, vigorosa; trabalham não pra o esposo ou filho primordialmente, mas para que a dança possa desenrolar-se num estilo grandioso. (MEAD, 2000, p. 256)

Assim, com o fortalecimento constante do prestígio social dessas mulheres na ilha de Bom Jesus dos Passos, há também o controle social representado na economia dentro e fora de casa, nos acontecimentos com suas datas, normas e lideranças que se alteram, nas barganhas quando necessário com as demais mulheres, que aprendem a todo tempo como agir em conflitos, resolver pendências nas escolas, nos bares, na igreja, na colônia de pesca, ainda que em algum momento deixem a esses homens pensar que foram eles que tomaram alguma decisão. Dona Lica, nova moradora da ilha, casada, 46 anos, 2 filhos, da religião do candomblé, jornalista, não se auto declarou nem negra nem branca. Ela ainda completa:

Cheguei a pouco tempo, e sei bem quem são as “poderosas” daqui. E sei também o meu lugar de pessoa que ainda está chegando. Mas há um abraço de todos para quem chega, que as vezes penso que sou daqui a vida toda. Sei bem, que são essas mulheres em diferentes trabalhos e posições nessa ilha que garante o movimento. Sei também que os homens gostam de ter como companheiras suas mulheres, pois vejo que os casais vão ficando velhos juntos, e isso tem relação com a vida que eles vivem juntos, e nisso estou me referindo a esse fazer cultural que eles em conjunto vem construindo a muitas décadas, é maravilha morar aqui, mesmo com os problemas e faltas que a prefeitura impõe, quase abandonando tudo aqui, mas é muito bom.

Fonseca (2002) ressalta que as relações de família operam como um elemento que evoca valores, o que me faz refletir que essas líderes, ao envolverem seus entes queridos, realizam processos subjetivos e objetivos de como realizar as festas e eventos que dão sentido ao patrimônio cultural:

[...] as relações familiares, de uma forma ou outra, parecem continuar ocupando um lugar de destaque na maneira em que a maioria de nós vemos e vivemos o mundo. Falar de família é evocar um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família – ligada à organização da vida cotidiana – ainda desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas. Precisamos, portanto, de uma linguagem para falar desse conjunto de valores e práticas familiares sem cair no erro do passado – de imaginar um modelo homogêneo, coerente, hegemônico. Procuramos, por conseguintes, instrumentos para pensar as diferentes formas familiares numa perspectiva comparativa – perspectiva essa que recusa hierarquias etnocêntricas (famílias “avançadas” versus famílias “atrasadas”, etc.) e, ao mesmo tempo, resgata a especificidade de cada configuração. (FONSECA, 2002, p. 5)

Essa força de articulação e astúcia das mulheres, “chefes-de-família”, estabelece no meio social o controle sobre seus entes queridos e conseqüentemente sobre as movimentações destes junto as instituições, transportes, emprego e lazer. São delas a estratégia (CERTEAU, 2007) para que os comportamentos, os eventos e as trocas passem a ter sentido e se realizem.

Assim, ao conviver com os habitantes dessa ilha, foi aberta a possibilidade de assistir a todo tempo, nas diversas instituições, a “liderança” das mulheres no qual acontece o “processar” o lugar de forma múltipla e fluída. Também assisti aos conflitos e às estratégias entre mulheres, mostrando que nunca é fácil estabelecer o controle social, visto que também entre esse gênero há escolhas, padrões culturais, diferentes modos de ver o mundo e necessidades urgentes. Entretanto, mesmo ante esses conflitos, há processos dinâmicos, astúcia em movimentações que garantem o poder e permitem ressoar da necessidade de “realizar” a ilha para com isso “realizar” a permanência da identidade local, do pertencimento, do ser no mundo desse coletivo que se protege a partir da fabricação, invenção, reelaboração e insurgência de sua cultura.

1.3 PARENTES, E PARENTESCOS POR AMIZADE E POR BRINCADEIRA: ENXERGANDO AS ALIANÇAS, REVELANDO AS POSSIBILIDADES

Conforme Woortman (1990), apreender o significado de ser parente e os diferentes processos de constituição de parentescos nos faz enxergar diversas chaves de acesso à cultura local²³, permitindo acompanhar, destrinchar, constatar movimentações, êxitos, erros e fracassos nas ações sociais, culturais e políticas que envolvem os diferentes sujeitos e suas alianças:

Se a história é produtora de ambiguidades, cada pessoa é igualmente ambígua, na medida em que a história individual encerra a história geral da sociedade. Abstratamente, cada indivíduo ou grupo localiza-se num ponto variável ao longo da linha que une os dois polos do contínuo. Tanto há grupos coletivamente localizados em distintos pontos (o que pode corresponder a distintas regiões do país, isto é, a espaços contemporâneos, mas de distintas temporalidades) como há indivíduos num mesmo grupo e região diversamente localizados nesse contínuo. Como já disse, pode-se surpreender a campesinidade na frente de expansão, refúgio face ao “cativeiro da Besta-fera” (Velho, 1972), ou lugar da “terra de Deus”. Mas, pode-se igualmente surpreendê-la em plena plantation (Taussig, 1983). (WOORTMAN, 1990, p. 5)

Assim ocorreu quando convivi com os diferentes personagens na ilha de Bonja. Adentrar suas casas, comer, beber, cozinhar, conversar e, é claro, observar foram práticas que me levaram a atentar a todo tempo para compreender os enlaces entre esses protagonistas, para estabelecer uma *malha* de relações a partir das categorias parentesco, alianças, amizades e trocas. Além disso, os entraves no processo que envolvem o trabalho revelam tensões de quem manda e desconfortos de quem tem de obedecer.

Essa reciprocidade é um elemento que estabelece também, entre os parentes, e esses quando estão sob trabalho assalariado, posições assimétricas. O que lembra a expressão “com parentes não se **neguceia**”:

A reciprocidade não é um princípio de aplicação generalizada. Reciprocidade e generosidade são dois princípios que caminham juntos e se expressam num *idiom of amity* (Fortes, 1970) que pode ser codificado pelo parentesco, como é o caso do Sítio. É no interior do Sítio, espaço de relações entre famílias pensadas como iguais, que não

²³ LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. Tradução de Mariano Ferreira. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009. SCHNEIDER, David Murray. Parentesco americano: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 152. SINGLY, François de. Sociologia da família contemporânea. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). *Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p.382.

se **neguceia**. Pela mesma lógica, o parente não pode ser tornado alugado. Utilizando as ideias desenvolvidas por Sahlins (1978) em seu ensaio sobre o ensaio de Mauss, eu diria que é no interior do território do Sítio que vigora com plenitude a lei dos homens. Fora dele, vigora a lei das coisas, a “guerra de todos contra todos”. (WOORTMAN, 1990, p. 49)

A partir da situação mencionada e de se pensarem também outros aspectos que envolvem a categoria parentesco por amizade, trago também o parentesco por brincadeira (RADCLIFFE-BROWN, 1973), que ocorre entre alguns habitantes de Bonja, o que revela as categorias “poder”, “status”, “alianças” “elegibilidade”, “relacionamento de brincadeiras”, “redes de obrigação” e descendência cognática:

O parentesco por brincadeira é uma combinação peculiar de amistosidade e antagonismo. O comportamento é tal, que em qualquer outro contexto social exprimiria e suscitaria hostilidade; mas não é entendido seriamente e não deve ser tomado de modo sério. Há uma pretensão de hostilidade e real amistosidade. Em outras palavras, o parentesco é o de desrespeito lícito. Assim, qualquer teoria completa sobre ele deve ser parte de uma teoria do lugar do respeito nas relações sociais e na vida social de modo geral. (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 116)

Essas relações de parentesco, sejam por sangue, amizade ou brincadeira, imersas em conflitos e pilherias no cotidiano, permitem com que essas pessoas clarifiquem a força desses protagonistas, dentro do seu lugar-lar. De forma contraditória, mesmo sendo tão potentes na realização de seus empreendimentos culturais, parecem permanecer desconectadas quando um empreendimento adentra e estabelece modificação estrutural, paisagística e rompe laços afetivos dos habitantes com um importante pedaço de chão daquele lugar. Tal local, para muitos, era o lugar-memória, o lugar das brincadeiras, o lugar da concepção de filhos, o lugar da infância, o lugar do trabalho (pesca e mariscagem), o lugar do lazer, o lugar do devir.

Para melhor mergulhar nesse universo de parentesco²⁴ por amizade, trago algumas memórias vividas na pesquisa de campo e junto ao personagem do Dona Maria Catarina. Essa importante figura, está à frente junto com outros de quase todos os movimentos culturais do lugar. Possui grande respeito da população local e foi importante ator para

²⁴ Carsten (2014, p.115) ainda esclarece: “O parentesco é, dessa forma, parte da criação de histórias maiores ou histórias mais pessoais. Quando o tempo é apagado e a memória esquecida, assim como ocorreu com o protagonista de Austerlitz, romance de W.B Sebald sobre parentesco e memória na Europa do pós-guerra, estamos em perigo de perder não apenas as nossas conexões com o passado, mas também nosso senso de quem nós somos no presente e na possibilidade de criar parentesco no futuro”.

me ajudar a desvelar a problemática dessa ilha e do empreendimento de requalificação de sua orla.

Lembro que um dia estava na casa de Dona Maria Catarina, a seu convite, para tomar o café da noite. Era uma noite bem estrelada, tranquila, poucos maruins, comida muito boa e papo animado sobre o povo da ilha. Depois de certo tempo, adentrou na casa uma figura magra, estatura mediana, um rapaz com olhos grandes. Seus olhos, boca e unhas estavam pintados, em uma composição bem feminina. O nome dele era Raio, pois chegava e movimentava todo o ambiente. Ele tinha vindo à casa do Dona Maria Catarina, ainda no mês de abril, para tratar da organização da penúltima festa do calendário de Bonja, a Festa do Dendê, na qual os Orixás do candomblé são homenageados. Vale destacar que Sr. Raio tem mais de 10 anos de iniciação na religião do candomblé e, para alguns, é considerado o pai de santo da ilha.

Conversa vai, conversa vem, fui apresentado como “o pesquisador”. Compreendi que todos sabiam da minha presença e que ficavam felizes, surpresos, e até intranquilos em me conhecer. Mas o mais interessante foi que com essa visita do Sr. Raio, descobri que ele e Dona Maria Catarina eram primos carnais por parte de mãe. Esse vínculo permitia-lhes falar abertamente sobre os problemas da festa do ano anterior, os erros que aconteceram, os dançantes que foram destaque, a exemplo do próprio Sr. Raio que dançou vestido de Exu e foi muito aplaudido. Sr. Raio estava lá para começar a movimentar junto com Dona Maria Catarina os acertos e preparações necessárias para a próxima festa. Para além do vínculo sanguíneo, os dois apresentavam uma amizade e conseqüente olhares, gestos, frases que afirmavam vínculos para além do sangue.

Essas pessoas, com suas amizades e parentescos, atuam de forma conjunta, construindo e dando aporte para que o outro construa sua identidade como agente cultural com vistas à potencialidade de cada um. Cabe lembrar aqui que há um caleidoscópio de perspectivas culturais na localidade, que envolve religiosidade cristã e afro-brasileira; história das pessoas, das coisas e lugares; culinária e modos de comer na ilha; entrelace entre trabalho, lazer e cultura; interesses pelo mar, a pesca, a mariscagem e o turismo; o passado das festas e celebrações com as adaptações dadas as ocorrências do mundo global. Nesse aspecto, os agentes culturais, conforme Teixeira Coelho, são:

[...] sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura, criando as condições para que outros criem ou inventem seus próprios fins culturais. Atua, mais frequentemente embora não exclusivamente, na área da difusão,

portanto mais junto ao público do que do produtor cultural. Organiza exposições, mostras e palestras, prepara catálogos e folhetos, realiza pesquisa de tendências, estimula indivíduos e grupos para a auto-expressão, faz enfim a ponte entre a produção cultural e seus possíveis públicos. (COELHO, 1997 p. 41)

Assim, fiquei imaginando, ouvindo e vendo a relação dos dois agentes culturais, suas possibilidades para produzir diferentes processos do patrimônio cultural na ilha.

Nessa mesma noite, vieram à casa de Dona Maria Catarina outras três figuras interessantes de diferentes idades. É Radcliffe-Brown (1973) quem destaca essa relação de amizade e brincadeira, que aproxima gerações e que estabelece possibilidades infinitas de ações empíricas:

O parentesco por brincadeira, sob certos aspectos, se opõe frontalmente à relação contratual. Em vez de deveres específicos a serem cumpridos, há desrespeito privilegiado, liberdade ou mesmo licitude, e a única obrigação é não se sentir ofendido ante o desrespeito desde que ele se mantenha dentro de certos limites definidos pelo costume, e não ultrapasse esses limites. Qualquer falta na relação é como uma ruptura das regras de boas maneiras; a pessoa em questão é considerada como não sabendo comportar-se. (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p. 130)

Uma dessas figuras era uma senhora gorda, negra e alta, Sra. Rainha, bem sorridente, sem papas na língua, brincalhona, acompanhada pelo netinho muito bonito e traquino; a outra, Sr. Bigodinho, era um senhor magro, estatura mediana, negro, com um bigodinho, bem tranquilo, cuja fala mansa lhe dava um ar de autoridade; a terceira, a Sra. Glória, era uma mulher idosa, clara, de mais ou menos 70 anos, de expressão doce, com fala modelada, sorriso fácil, mas contido. Ela faz parte de uma das principais famílias da ilha que descendem dos primeiros habitantes e os mais abastados financeiramente e que sempre estiveram responsáveis por ações culturais locais. Essa personagem é bem interessante pelo seu vínculo com os fundadores da ilha, por sua presença na Igreja matriz e seu envolvimento direto na elaboração e execução dos folguedos, o que movimenta o calendário de comemorações culturais e cívicas.

Nas conversas desenroladas ao longo da visita, todos afirmavam verbalmente que a Dona Maria Catarina era um “irmão”. Em uma passagem, o Sr. Bigodinho revelou ao dizer: *“Flor é como se fosse meu irmão, ele é meu irmão. Se ele chama para fazer alguma coisa para ele ou para sociedade local, isso é uma ordem, estou sempre à disposição, posso estar com muito trabalho, mas passo aqui para resolver o que ele quer”*.

Esse discurso nos mostra o status de Dona Maria Catarina tanto para o Sr.

Bigodinho quanto para os três outros atores, revelando laços que propiciam o acionamento de possibilidades de práticas que podem estar associadas à coletividade, ou exclusivamente à pessoa. Tramas de vida que a Dona Maria Catarina utiliza muito bem para fazer com que seus *parentes por amizade* participem de projetos coletivos dentro e fora da igreja, um exemplo de manutenção da movimentação cultural intensa e de alto grau de participação popular. Assim, nos demais dias, passei a acompanhar de perto essas cinco figuras. Constatei que a Dona Maria Catarina conseguia reunir Sra. Rainha, Sr. Raio, a Sra. Glória e o Sr. Bigodinho facilmente. Durante o trabalho de campo, isso foi ficando mais evidente, quando saía em vários momentos e dias com a Dona Maria Catarina pelas ruas, momentos em que ele falava com todo mundo, desde uma criança da mais nova ao senhor mais velho.

É necessário destacar que a Dona Maria Catarina e a Sra. Glória são grandes articuladores dentro e fora da igreja. Algumas ações são encabeçadas por um desses dois protagonistas que, ao revezarem o poder de deliberação das ações culturais, empreendem notável e criativo processo de construção da história e memória local. Entretanto, dadas a juventude e a disposição de Dona Maria Catarina, nos momentos de nossos passeios pela ilha, ela aproveitava também para resolver inúmeras coisas com e junto das diferentes pessoas de ambos os sexos. Dona Maria Catarina conseguia articular com as pessoas suas participações nos eventos que ocorrem na ilha. Além disso, seu carisma permitia-lhe elegibilidade, proporcionava-lhe exercer a figura que intercambiava trocas de favores entre as pessoas, seja por meio da mediação na venda de objetos e terrenos, na liberação de sua casa para encontros românticos e “quase” proibidos, no comodato de objetos a partir da necessidade das pessoas com seus eventos familiares (aniversário, casamento e outros) ou na organização de eventos a partir da aptidão e escolha dos demais sujeitos. Enfim, a Dona Maria Catarina estabelecia elos que vão além de simples convivência, a partir da tessitura de amizades, ajuda e trabalho, ou seja, alianças com e entre os diferentes atores e atrizes sociais.

Nesses dias de caminhada com a Dona Maria Catarina, em vários momentos, e por vários motivos, adentrei salas, cozinhas, corredores de casas, quintais, pois quando as pessoas sabiam que era ele que estava a entrar em suas casas, surgia um misto de prazer e emoção. Todos se comportavam como a Dona Maria Catarina fosse a pessoa mais íntima e importante que adentra seus lares. Esse vínculo social estabelecia a esse sujeito a possibilidade de criar junto a seus parentes, amigos e vizinhos uma corrente de solidariedade, permitindo que os eventos do calendário da ilha pudessem ter o êxito

necessário, envolvendo pessoas de diferentes faixas etárias (Grupo etário Júnior e/ou Sênior).

Para apimentar essa experiência de observação, ocorreram dois episódios que envolvem as relações e construções de parentescos por amizade, que são aqui relatados para que possamos construir concepções que transitam entre o exercício da reciprocidade (MAUSS, 2003²⁵), os vínculos de amigos de amigos (BOISSEVAIN, 1987) e a quebra dessa reciprocidade.

O primeiro episódio teve início numa manhã ensolarada, repleta de pássaros cantando, quando Dona Maria Catarina entrou na casa da Sra. Glória, residência que se destaca na rua por ser extremamente ampla, com pomar nos fundos. No frescor da manhã, por volta das 9 horas, Dona Maria Catarina foi entrando, fazendo grande alarde: falava alto, mexia nas plantas, queria emprestado um móvel para levar consigo, pois em três dias aconteceria em sua casa uma festa de aniversário de uma amiga em comum e ele precisava do móvel da Sra. Glória para compor uma mesa de aperitivos.

No momento, eu estava realizando a entrevista com a Sra. Glória que, em tom de brincadeira, reclamou com o Dona Maria Catarina. Ambos começaram a debochar um do outro, deboche esse também com respeito e amizade, pois eles, apesar de serem de faixas etárias diferentes, carregam o *habitus*²⁶ de respeito à idade. A Sra. Glória dizia que não iria emprestar a ele as coisas de sua casa, pois Dona Maria Catarina nunca as devolvia, o que fazia com que ela, quando precisava, tinha sempre que pedir de volta seus objetos.

Entre deboches, sotaques, gargalhadas (deles e minha), terminando por Sra. Glória emprestar o móvel que Dona Maria Catarina tanto queria, fiquei matutando o que Boissevain (1987) menciona sobre “amigos de amigos” e as redes sociais criadas entre as pessoas no seu texto “Apresentando Amigos de Amigos: Rede Sociais, Manipuladores e Coalizões”. Esse autor esclarece que, assim como eu, você leitor (a), ao estar em uma situação em que necessita de ajuda, muitas vezes busca acionar seus amigos, que conhecem outros amigos. A partir da posição dessa pessoa, seu problema poderá ser resolvido ou mesmo amenizado. Desencadeia-se então uma rede social de amigos que, ao

²⁵ Segunda Parte – Ensaio sobre a Dádiva – Formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. P. 183 a 314, In.: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

²⁶ Conforme Pierre Bourdieu (2018, p. 79), “O *habitus* conceitua a relação entre o objetivo e o subjetivo, ou “externo” e “interno””. Também afirma que o *habitus* é “uma subjetividade socializada” e “o social incorporado” (BOURDIEU e WACQUANT, 2005a (1992:101,103)) – em outras palavras, ele é estrutura internalizada, o objetivo tornado subjetivo. É também como o pessoal passa a ter um papel no social – as disposições do *habitus* são subjacentes a nossas ações, que, por sua vez, contribuem para as estruturas sociais.

estabelecer ajuda ao outro, cria trocas recíprocas, fortalecimento de relações e valores morais no meio social, cultural e físico. Tal fato une essas pessoas aos seus grupos, instituições e sociedades, nas quais algumas vezes os recursos são escassos e valiosos.

Assim, Boissevain (1987) contribui para me fazer perceber esse episódio, que envolve dois habitantes dessa ilha, observando esses dois interlocutores que estão emaranhados por essa rede de relações de ajuda mútua necessária naquela ilha, que se torna a essência para existência coletiva, pois os problemas, sejam pequenos ou grandes, dependem de união, integração e boa vontade recíproca entre as pessoas para serem resolvidos. Nesse aspecto, é possível enxergar no cotidiano as relações que têm raízes antigas, testadas a partir de diferentes maneiras, que envolvem necessidades e reciprocidades, e que permitem a entrada de pessoas nos lares para visitas rápidas, empréstimos de objetos, o fazer festas. Isso envolve o dinâmico processo de trocas, brincadeiras, permissão, fortalecendo laços que estabelecem a “obrigatoriedade de também servir ao outro”. Manter esse tipo de lealdade pode contribuir para posterior ajuda no que tange a decisões políticas locais, em que as autoridades são testadas, estabelecendo em público quem deve ser ou não considerado líder. Essas disputas cotidianas contribuem para resolver, interceder, decidir o que está ou deverá ocorrer no coletivo.

Há, no entanto, um segundo episódio também envolvendo Dona Maria Catarina que ilustra os descompassos dentro do que estamos chamando de parentesco por amizade. O fato ocorreu na casa do citado interlocutor, quando uma amiga chamada Preta foi procurá-lo para lhe perguntar quanto ele cobraria para fazer o bolo de aniversário para seu filho. Conforme relatado pelo Dona Maria Catarina, Preta não tinha recursos financeiros para pagar pelo serviço e, como ele conhecia o menino desde criança e a mãe era como uma irmã para ele, disse que poderia fazer o bolo sem cobrar nenhum valor pelo serviço, mas que ela deveria comprar os ingredientes, trazê-los para ele que, na data certa, ele fizesse o bolo, confeitaria e a entrega como de costume. Para surpresa de Dona Maria Catarina, após alguns dias, justamente quando o acompanhava para que me apresentasse a uma conhecida, entre tantas conversas animadas, ele foi informado que a pessoa que iríamos encontrar estava preparando a massa do bolo de aniversário do filho de Preta. Dona Maria Catarina ficou surpresa e aparentemente triste, pois além de se colocar à disposição para fazer o bolo de aniversário sem cobrar pelo trabalho, soube também que o bolo já estaria em parte pago, pagamento que Preta disse que não teria como realizar. Nesse aspecto, podemos perceber que as quebras de reciprocidades ocasionam rupturas sociais que envolvem pequenos conflitos.

Essa experiência e experimentação em torno de um tipo de parentesco, que não é de sangue, mas um parentesco de amizade, leva também à comparação das duas Salvador: a Salvador que estava experimentando em Bom Jesus, que se orgulha de viver junto, com suas portas e janelas abertas, convívio próximo, troca de favores e alimentos, ajuda mútua, vidas dentro de um processo de reciprocidade, conflitos internos em escala menor; e a outra Salvador, a Salvador contemporânea, a que mais conheço e que, por diversas razões, esqueceu essa *malha* da vida, fechou-se para convivência com e junto dos vizinhos de rua. Isso me fez pensar sobre o passado dessa Salvador que mais conheço, na qual era quase uma obrigação e uma estratégia de vida ter, cuidar e propagar a sociabilidade entre as pessoas (casas e ruas), os parentes, os vizinhos, as instituições e os patrões. Vizinhos esses que com o tempo também se tornavam parentes via batismo, casamento e, é claro, amizade duradouras.

A relação contínua e de trocas verificadas na ilha de Bom Jesus nascem na infância, amadurecem junto com as trocas de experiências e mantem-se como elos de uma corrente de ajuda mútua. Essas trocas permitem a constituição de “tramas da vida” que, por sua vez, formam *malhas* relacionais que aquecem constantemente os laços desses habitantes dentro de suas famílias nucleares e dos diferentes tipos de parentescos que vão sendo formados e transformados por meio de diferentes movimentos naquele lugar-lar.

Assim “ilhados”, os habitantes de Bonja e suas gerações de inúmeras famílias protagonizam a organização, os preparativos financeiros e logísticos e a execução dos eventos que envolvem religiosidade (católica e candomblecista), folguedo (que ativam relações, memórias, afetos e história) e civismo (no qual os ideais de independência, democracia e solidariedade são afirmados). Nesse contexto, as amizades formam parentescos, juntam pessoas, revigoram as esperanças, fazem acreditar em possibilidades. Também mistura diferentes faixas etárias, mas de pessoas que gostam das mesmas coisas, entre elas, do lugar em que nasceram. Essas pessoas só se sentem bem quando passam pelos pórticos de sua ilha, o que lhes permite saber onde o outro mora; onde compra o pão; com quem é casado ou amigado; quem “pula a cerca”; quem pode ajudar e qual tipo de ajuda é possível; quem assumirá as festas principais; quem será responsável pela Igreja de Bom Jesus, e outros sensíveis e delicados aspectos do cotidiano.

Refletir sobre o domínio do lugar, das pessoas e dos seres é compreender o fluxo da vida, o que nos faz perceber, por meio dos ambientes modificados com domesticação do lugar, a busca por alimentar suas tradições, a forma de se dar com o mundo exterior da ilha, o envolvimento das famílias, os conflitos existentes com um empreendimento

de requalificação que a cada dia torna-se gigantesco e que suga para si os habitantes como operários nesse processo de ruptura com a paisagem natural. Tal cenário nos faz concluir que esse local pulsa vida, mesmo na complexidade de uma sociedade que vive o local, mas que, como inúmeras outras, está imersa em uma lógica de consumo que é mundial.

Observar como se constroem esses parentescos por amizade permite com que (re)conheçamos os processos de reciprocidades que vão formando alianças e envolvendo a todos direta ou indiretamente. Assim, é possível correlacionar a integração e envolvimento quando temos a necessidade de preservação dos referenciais culturais locais versus desintegração e alienação dado o empreendimento da requalificação da orla marítima. Assim, abrem-se possibilidades de emprego para peões de obra, mas não se abre o projeto para a sociedade local, que convive nesse lugar alheia às modificações em curso. Tal postura da Prefeitura e da empresa privada provoca graves rupturas no tecido social.

Logo, é importante compreender as articulações que unem pessoas – as quais, por sua vez, constituem parentes por amizade, contribuem para o surgimento de elos desses “novos parentes” que renovam as forças para articular, empreender e executar eventos característicos dessa Salvador insular. É nessa Bonja que seus agentes culturais produzem e salvaguardam diferentes processos culturais que lhes diferenciam da Salvador continental. Confesso que, ao conviver com as pessoas, vê-las acionando táticas e estratégias de existência, fui surpreendido pelo movimento que envolve administrar recursos financeiros razoáveis, advindos de doações, envolver pessoas diferentes que, mesmo convivendo algumas vezes com rivalidades, colocam-se como coletivo para acionar suas tradições e fazê-las ter vida, aceitando as transformações que os diferentes atores propõem.

Esses recursos produzem grandes acontecimentos em um lugar que, para muitos, não tem pertença, é independente da capital, está livre de amarras sociais, ao mesmo tempo em que preserva tradições, o que é o próprio paradoxo do novo e o antigo em constantes trocas. Essa mobilidade dos parentes por amizade é um fenômeno bem interessante sobre o qual nos debruçamos a analisar durante toda a tese.

Entretanto, saliento mais uma vez que há incongruências na realidade e cotidiana daquelas pessoas que envolvem escolhas dos atores sociais. Esses tanto podem ajudar mutuamente como também criam rupturas dentro de suas amizades, as quais, após o momento festivo, podem ou não ser restauradas. Assim, é necessário apresentar esse lugar na geografia da Baía de Todos os Santos, levando o (a) leitor (a) a adentrar esse labirinto

que envolve mar e barcos, pórticos e traçado de ruas e casas, fazendo com que se percebam as pessoas que dão vida a essa ilha de tantas histórias, fato aqui percebido como um particular fenômeno social.

PARTE II – PATRIMÔNIO CULTURAL COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO DOS HABITANTES DE BONJA

2 OS LUGARES, AS COISAS E AS PESSOAS *

O pesquisador não apenas apreende o significado do arranjo do nativo, mas ao perceber esse significado e conseguir descrevê-lo agora nos seus termos (dele, analista), é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores.
(MAGNANI, 2002, p. 11)

Este capítulo foi imaginado para possibilitar “leituras” sobre a ilha de Bom Jesus dos Passos, na Baía de Todos os Santos, ilha constituída por lugares, pessoas, seres, formas e coisas, e que sedimenta cenário para o habitar, o viver coletivo, as trocas mútuas e as reciprocidades constantes e necessárias. A partir desses vários contextos,  possível (MERLEAU-PONTY, 1991) desvendar os refinados sentidos da cultura local, que envolve humanos e não humanos, pois “a cultura nunca nos oferece significações absolutamente transparentes, a gênese do sentido nunca está terminada. Aquilo a que chamamos com razão nossa verdade, sempre o contemplamos apenas num contexto de signos que detm o nosso saber” (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 42).

Com essas premissas, considero de extrema importância o engajamento dos atores sociais e as necessárias práticas criativas que entendem a ilha de Bom Jesus dos Passos como um lugar de forte pertencimento e que envolvem existências, sonhos e realidades, em um lugar onde se pode reconhecer os entrelaes no movimento da vida. Nesse sentido, a noção de “lugares” (INGOLD, 2015) torna-se relevante, pois essa categoria traz consigo os elementos citados, tais como pertencimento, engajamento, reciprocidades e fluxos de vida.

Enfatizo tentar enxergar a ilha de Bom Jesus dos Passos envolve também discorrer sobre as demais Salvador-insulares, as ilhas de Maré e de Paramana, ainda que sobre essa última pouca informação exista. Contudo, este estudo vem contribuir para que as pessoas

possam saber da existência desses lugares também soteropolitanos, que pouco estão revelados nas muitas publicações que são feitas pelo próprio Poder Público e por demais atores sociais.

Nesse sentido, esta tese ganha ainda mais expressão ao trazer detalhes sobre um lugar pouco conhecido pela grande população de Salvador, o que se repercute para o Estado da Bahia e, conseqüentemente, para outros lugares dentro e fora do Brasil. Esta investigação desperta signos, sentidos e fluxos no devir de Bom Jesus dos Passos e certamente atrairá olhares de outros interessados nas Salvador-insulares que, invisibilizadas, esquecidas e maltratadas, são assertivamente lugares que abrigam sociabilidades, heranças culturais, modos de viver e ser, e inúmeras outras possibilidades de reconhecer essas populações e produzir valiosos conhecimentos.

Essas ilhas estão entre os mundos rural e urbano, as dicotomias do público e o privado e as multifacetadas existências na Baía de Todos os Santos: as multinacionais e ou transnacionais com seus gigantescos empreendimentos versus a pobreza endêmica. Tais aspectos necessitam ser reconhecidos pela Salvador-continental, a grande metrópole e suas políticas públicas para seus habitantes, assim como pelas demais agências de produção de conhecimento para que novos olhares sejam concebidos sobre essas ilhas e os relevantes papéis que desempenham em diferentes áreas do saber.

Portanto, ao apresentar os pormenores sobre da ilha de Bom Jesus dos Passos, para além de somente compreendê-los como triviais, torna-se de suma importância dimensionar adequadamente sua relevância, pois na ilha há linhas contínuas que compõem desenhos, que se configuram a partir do tempo de trajeto para se chegar e sair desse lugar, formado por um único povoado. As águas marítimas que embelezam, aproximam e distanciam mundos também dificultam o acesso desses habitantes aos equipamentos de saúde, educação, cultura e outros. As vidas e o uso ambiental desordenado integram e fazem da vida em vizinhança²⁷ uma necessidade pragmática.

Dentro desse contexto, reconheço a partir das narrativas dos interlocutores o pertencimento, imbricado com o viver e o estar em sua ilha como fonte vital para esses habitantes, pois tudo ao seu redor lhes é familiar e carrega forte afetividade. Exemplo disso são os dois pórticos de entrada e saída na ilha, localizados nos cais, que também

²⁷ De acordo com Jacobs (2011, p. 123): “Vizinhança é uma palavra que passou a soar como um cartão de Dia dos Namorados. Como conceito sentimental, “vizinhança” é prejudicial ao planejamento urbano. Dá lugar a tentativas de transformar a vida urbana num arremedo da vida em cidades de pequeno porte ou subúrbios. O sentimentalismo suscita atitudes açucaradas, em vez de bom senso”.

servem para projetar o lugar de seus habitantes, que não imaginam viver em outro lugar, pois se assim o fizerem, destoarão do que aprenderam como vida e existência. Sr. Raio (26 anos), babalorixá, homossexual, importante agente cultural na ilha, narra esse sentimento que envolve sua vida nesse território:

Não me vejo em outro lugar. Nasci aqui, aqui tenho os amigos, família, e aqui posso ser eu mesmo com meus lenços e turbantes coloridos, minhas unhas pintadas, meus gritos, minha forma de ser. Aqui rola as coisas [paqueras], as pegadas, e todo mundo se dá bem. Não consigo, assim, sair daqui, e viver em outro lugar. Estou, graças a Exu, preso no bom sentido aqui, e aqui só saio se Exu quiser, mas ele me quer aqui, aqui eu sou eu mesmo, aqui sou feliz, aqui posso rebolar, brincar, namorar com o macho da outra [risos]...

Tendo em vista essa narrativa, posso constatar que há no momento que pude presenciar os encontros de pessoas para propósitos coletivos. Mesmo com os ciúmes, as disputas pessoais, lideranças flutuantes, os namoros secretos e proibidos, elementos que compõem a vida concreta das pessoas de carne, osso e os modos diversificados de viver, as amizades permanecem duradouras. Sobre esse aspecto, Sr. Raio também fala:

Mas aqui não é o paraíso, aqui também tem cisma [problemas], aqui também tem arranca rabo, arranca toco, putaria. Tem dias que a baiana roda a saia, e sai de baixo! Vixeeee. É mulher correndo dentro do marido e o contrário também. Aqui é igual a todo lugar, e tem gente querendo sempre ser melhor que o outro. Eu detesto isso, mas confesso [risos, gargalhada alta] que também faço das minhas [balança a cabeça, arregala os olhos, cruza as pernas e dá uma gargalhada sonora].

Assim, as formas de uso do lugar para habitar constroem trajetórias de existência de homens e mulheres. As formas do fazer cultural local, que tem em múltiplos atores a possibilidade de renovar celebrações, preservar tradições, une pessoas de diferentes idades para participar de momentos de êxtase coletivos constados junto aos protagonistas locais que vivem intensamente seus patrimônios culturais.

São essas chaves de entendimento desse lugar-lar que nos permitem enxergar os componentes (humanos, sensoriais, afetivos, material e imaterial) que formam os patrimônios culturais, reconhecendo-os a partir dos delicados processos de produção que contribuem para tecer as *malhas* da vida. Essas pessoas interconectam-se a partir de relações de parentesco; mais especialmente, compõem amizades duradoras, possibilitando criar, recriar, romper com o que já está dado e, para além de tudo isso, ter prazer em viver naquele sítio. Dona Maria Catarina nos narra esse lugar com especial

delicadeza:

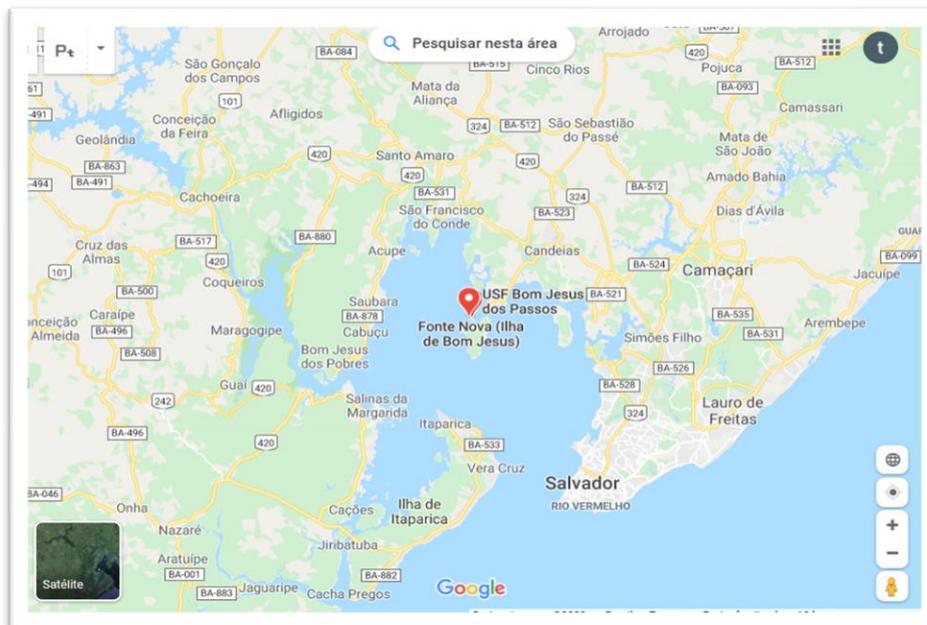
Eu sou daqui minha família toda é daqui, são poucos os parentes fora. Mas até quem está fora morando, lá em Salvador, está todo tempo voltando para ver a gente. Eu não saio daqui, aqui é uma coisa que prende meu coração, eu vou correndo na feira lá em Madre de Deus, e já fico louco de vontade de voltar. Aqui eu sou alguém, aqui estão todos que amo, e vem gente de fora como você Marcos, que se torna também daqui você já é daqui, e que bom que você veio. A gente acolhe mesmo, é esse acolher que nos faz diferentes e que mesmo com tantos problemas que temos, é bom morar aqui, e ser o que a gente quer ser, e fazer nosso tempo sem a maluquice de Salvador com aquele barulho horrível de carros e aquelas pessoas apressadas para ir a algum lugar. Eu mesmo quando vou em Salvador é rápido, vou de manhã e de tarde já estou em casa, aqui.

Todos esses elementos neste segundo capítulo tornam-se primordiais para se tecerem as conexões com os demais capítulos da tese, permitindo leituras múltiplas dos interlocutores e seu lugar-lar, ambos em fluxo do devir. Essa amarração desencadeia orgânico processo de apreensão da experiência que envolve afetos, afetividades e sentidos do que foi vivido pelos habitantes de Bonja e também por mim como pesquisador. Esses aspectos seguem um fluxo que conduz à reflexão sobre os processos de produção do patrimônio cultural (seja esse da sociedade local ou do Poder Público) que revela, de um lado, uma constante rebelião criativa, e de outro, uma imposição necrófila de neocolonização.

Logo, reconhecer como essa ilha e seus lugares se compõem revela o emaranhado de alianças entre humanos e não humanos. Possibilita também observar sensibilidades dos agentes culturais e a força da vida coletiva, fatores que compreendo que oxigenam a vida desses atores tanto quanto esta etnografia. Embora esquecida em pleno mar por diferentes mandatos da municipalidade, essa Ilha-Bairro do subúrbio de Salvador continua viva e profundamente amada pelos seus habitantes que a reconhecem como lugar-lar onde encontram sua única possibilidade de existir.

2.1 A CIDADE DE SALVADOR EM 2 HORAS

Figura 12 – Localização da Ilha de Bom Jesus dos Passos



Fonte: Google Maps em 01/12/2019

A cidade de Salvador tem trajetórias históricas controversas, o que torna o ato de realizar esta etnografia uma tarefa desafiadora, pois, nesse caso, temos diferentes “Salvadores” a inquirir nesta etnografia. Entretanto, não é minha opção tecer paralelos entre esse lugar tão plural. Trata-se aqui de compreender que há uma Salvador-continental, com seus morros, prédios de luxo, periferias e subúrbios, além de outras tantas peculiaridades. Que possui três ilhas a saber: Maré, Paramana e Bom Jesus dos Passos, essa última cerne desse trabalho.

Assim, durante a pesquisa de campo em Bom Jesus dos Passos constantemente presenciava o desconforto dos interlocutores por meio de suas narrativas, que marcam explicitamente conflitos entre suas existências e a municipalidade de Salvador, pois se sentem em dois distintos mundos, com formas de vida também diferentes. Nessa Ilha, não há movimentos frenéticos da vida da metrópole com seus transporte (ônibus, carro, metrô), engarrafamentos em grandes avenidas, poluição sonora constante, grandes equipamentos (hospitais, escolas, teatro e etc.), distanciamento das pessoas e suas compreensões sobre vizinhanças, insensibilidade com aqueles que passam fome em meio

aos restaurantes de luxo, ou da população crescente que “mora” ou está “jogada” na rua, e as consequentes rupturas com a criação e os festejos das tradições. A Salvador-continental, a grande metrópole, impõe imaginário complexo, belo, mas também perverso, que tenciona modelos culturais da cultura lusitana, da burguesia e classe média alta da cidade, em aberto conflito com os desejos e as necessidades da população contida nas periferias e no subúrbio ferroviário e, em sua esmagadora maioria, formada por descendentes das culturas “afro-indígenas” aqui misturados.

Destaco que os meus 44 anos de vida na cidade da Salvador-continental e a surpresa em 2013 ao descobrir que essa cidade se estende nas áreas insulares como as citadas ilhas permitiram-me aprofundar esse debate composto tanto por conteúdos teóricos, percepções pessoais, compreensões dos interlocutores que encaram com estranheza esse ajuste jurídico que anexa à municipalidade a ilha de Bom Jesus dos Passos, mesmo essa estando há duas horas de distância da parte continental da cidade. Sr. Jovem (19 anos), solteiro, universitário, pertencente à Filarmônica local e nos fala sobre esse descompasso de pertencer a Salvador:

Pergunte ao pessoal daqui se eles se sentem em Salvador. A resposta vai ser não! Aqui não tem nada a ver com aquela Salvador. Estamos à própria sorte. Mas de outro lado é até bom, pois eu posso subir as escadarias da minha casa a qualquer hora, e sei quem é que está no meio da escadaria, e sei também que vou chegar em casa. Lá em Salvador, todo mundo tem medo de todo mundo. A vida é cruel, eu mesmo só vou lá para estudar, e volto correndo para cá, aqui sim eu posso ficar na praça conversando, ir na casa da minha tia, ficar na frente daqui da igreja conversando com os amigos, aqui é outra história.

Essa Salvador-continental, dividida entre alta e baixa, é um exemplo perfeito de diferentes dinâmicas de existência e forte estratificação social. Na chamada cidade Alta, os bairros Campo Grande, Barra, Graça, Ondina, Rio Vermelho e outros na orla foram criados para serem habitados pelas “famílias tradicionais”, pelos funcionários do Polo Petroquímico, os petroleiros, entre outros, que no presente vivem em luxuosos prédios e condomínios. Essa é a cidade imaginada para bem servir especialmente a burguesia e as classes média e média-alta, priorizando para essas classes equipamentos financeiros, parques, praças estruturadas, teatros e demais serviços, sempre operando dentro da lógica do “perfeitamente aceito”. Em detrimento desse panorama, há nessa mesma cidade necrófila uma violência generalizada, assim como a ausência de equipamentos culturais e financeiros para as demais populações, a precariedade do serviço de saneamento e das

escolas públicas, desemprego generalizado e outras tantas mazelas junto a homens e mulheres negro(as) e mestiços(as).

De outro lado, conforme Carvalho e Pereira (2008), os demais 85% da cidade da Salvador-continental estão marcados por periferias e subúrbios com serviços públicos e equipamentos urbanos ainda precarizados quando esses locais ainda os têm, embora a falta de infraestrutura seja a regra, ou seja, ruas sem calçamento asfáltico, saneamento básico, segurança pública, locais de lazer e tantas outras coisas que contrapõe o discurso de Salvador como *capital da alegria*:

[...] o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência (Franco; Santos; Gabrielli, 1998; Souza, 2000). Assim, a apropriação diferenciada do território urbano se consolidou e intensificou com o surgimento da Salvador moderna. (CARVALHO e PEREIRA, 2008, p.87)

Portanto, a cidade de Salvador-continental (CARVALHO e BARRETO, 2007) reflete esse encontro e desencontro estruturais, que reverberam em diferentes formas de existir, situação que permite para alguns viver imerso nas oportunidades de uma grande metrópole, em contraposição à massa da população que permanece esquecida em locais como o subúrbio ferroviário:

Analisando a estrutura social de Salvador com a metodologia do projeto Metrópole, Desigualdade Socioespaciais e Governança, encontra-se uma elite de alta renda, composta por grupos de grandes empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais autônomos ou empregados de nível superior: pequenos empregadores e setores médios mais reduzidos que em outras metrópoles brasileiras, um proletariado terciário expressivo e um proletariado secundário em que a participação dos empregados na indústria de transformação (moderno ou tradicional) é especialmente restrita. Mas a marca básica de Salvador é a dimensão do subproletariado e um nível de desemprego superior a todas as demais metrópoles brasileiras, que atinge especialmente os negros, majoritários na sua população. (CARVALHO e BARRETO, 2007, p. 256)

Cidade perversamente estratificada, onde a massa da população negra e mestiça

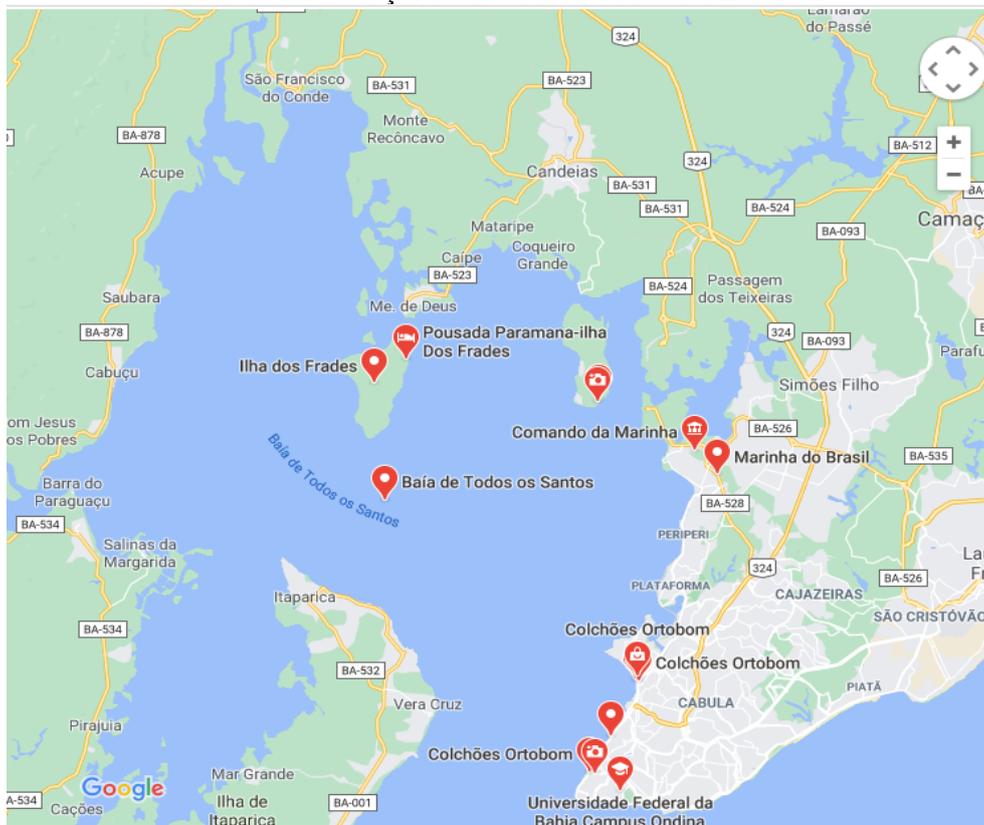
está, em sua grande maioria, na periferia e subúrbios, muitas vezes distantes dos centros culturais, econômicos e políticos dessa cidade. MetrÓpole onde os recursos para ações culturais são extremamente escassos, pois, embora áreas como o Pelourinho, Rio Vermelho e algumas poucas partes de Itapuã sejam vistas com forte apelo cultural, leia-se cultura afro-brasileira, na verdade, há uma estratégia do Estado para compor um projeto alegórico de turismo, fazendo valer a cultura negra como identidade do povo baiano. Entretanto, o restante dos muitos bairros está imerso em uma invisibilidade cultural além da imaginação.

No subúrbio ferroviário (IBGE, 2010), há 13 bairros/habitantes a saber: Paripe (55 mil), Periperi (47 mil), Plataforma (34 mil), Alto da Terezinha, Coutos, Fazenda Coutos, Itacaranha, Nova Constituinte, Praia Grande, Rio Sena, São João do Cabrito, São Tomé e Lobato, locais onde as precariedades se acirram e seus habitantes padecem. Periperi abriga os sub-bairro a ilha dos Frades (733 habitantes) e a Ilha de Maré²⁸ (4.236 habitantes), sendo a ilha de Maré compreendida pela Prefeitura de Salvador como “sede” para a ilha de Bom Jesus dos Passos (1.465 habitantes), embora uma se situe a 40 minutos de barco uma da outra. No imaginário dos gestores municipais, os habitantes de Bom Jesus devem resolver suas demandas junto à Ilha de Maré, mas, como anteriormente vimos, inexistente infraestrutura nessa ilha para resolver seus próprios problemas, quem dirá resolver os problemas de uma outra sociedade local. Rodrigues (2012) nos fala sobre esse lugar e o esquecimento histórico da Prefeitura de Salvador:

A Ilha de Maré é a segunda em extensão no arquipélago, entre as mais de 50, da Baía de Todos os Santos, com quase 14 quilômetros quadrados de área. Sem estradas, nem automóveis, o transporte local mais comum é o jéque ou o cavalo, através das estreitas trilhas de barro, sem nenhum tipo de pavimentação, ou pela praia com a maré baixa. Afastada de Salvador, a partir do terminal de São Tomé de Paripe, por apenas nove milhas náuticas (equivalente a cinco quilômetros), a ilha tornou-se um ponto de atração turística sem muita estrutura ou local de veraneio para visitantes urbanos. [...]. O cenário da ilha é uma mostra do esquecimento, do descaso social, do sentimento de exclusão. (RODRIGUES, 2012, p. 20)

²⁸ Conforme Rodrigues (2012, p. 21): “Localizada na região central da Baía de Todos os Santos, em frente ao Porto de Aratu, na foz do rio Cotegipe, a Ilha de Maré é uma extensão do Subúrbio Ferroviário de Salvador, região costeira oeste, com uma população estimada em cerca de doze mil habitantes, majoritariamente pessoas negro-mestiças de baixa renda, excluídas do desenvolvimento urbano. A abordagem deste trabalho acompanha um pouco dos problemas sociais dentro de um cenário delineado pela modernidade. O alcoolismo, a pesca predatória, a violência, o consumo de drogas são elementos contemporâneos da vida social da ilha. A Ilha de Maré padece até hoje de falta de infra-estrutura e de serviços públicos básicos. Ainda que incluída numa Área de Proteção Ambiental (APA) pelo governo, a poluição e a degradação são progressivas”.

Figura 13 – Ao centro, com sinalização vermelha, Ilha de Maré e distâncias em relação a Madre de Deus e Ilha dos Frades



Fonte: Google Maps em 01/10/2019

Vale destacar que desde a minha infância vou à ilha de Maré, pois essa está na frente do distrito de Caboto, terra natal de meu pai, que tem parentes nessa ilha. A ilha de Maré, infelizmente, vive a precariedade de um local esquecido pela municipalidade, pois não há escolas de ensino médio, posto de saúde, saneamento básico, segurança pública regular, transporte regular e outros serviços públicos. Abundam marcas da pobreza, esquecimento da municipalidade, contaminação química denunciadas por Santos, Silva, Moreira e Machado (2004, p. 4), o que envolvia grave problema à segurança alimentar dos habitantes da citada ilha:

Aliado à degradação do meio ambiente e a poluição química causada pela presença do chumbo e do cádmio, ainda persistentes no solo, sedimento, água e alimentos produzidos localmente, particularmente, os coletados nos mangues do estuário do Rio Subaé, acrescem-se as condições agravadas de vida, dada à inexistência de saneamento básico, tratamento adequado da água de consumo, a baixa renda gerada pelo subvalorização dos produtos obtidos da pesca e da coleta de mariscos, a baixa escolaridade, o desconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários e a ainda, baixa capacidade de mobilização e

organização e, restrito a um pequeno número de pescadores e pescadoras. A Associação local de marisqueiras e pescadores vêm enfrentando grandes dificuldades no processo associativo, existindo uma grande resistência e uma baixa adesão às discussões e ações promovidas pela entidade representativa da Categoria.

Também sobre esse problema de contaminação química, as parcerias entre a Universidade Estadual Paulista, a Universidade de Brasília e a Organização Não-governamental Teia de Saberes e Práticas (2014) contribuem para análise da ilha de Maré com argumentos que reforçam os altos índices de contaminação do pescado, o que, por sua vez, gera graves problemas locais aos seus habitantes:

Os três pescados (chumbinho, siri e sururu) mais consumidos na Ilha de Maré apresentaram altos níveis de contaminação por metais pesados, entre eles o chumbo, cádmio e o mercúrio (RADIS, 2013). O consumo dos pescados contaminados está associado ao risco de doenças graves como o câncer. Em crianças, a absorção dessas substâncias é maior (FREITAS et al, 2012); (UNESP/UNB/TEIA DE SABERES E PRÁTICAS, 2014, p. 19)

Ainda sobre a contaminação na ilha de Maré, em 2013, a Profa. Dra. Neuza Miranda da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia realizou análise sobre os alimentos ingeridos pelas crianças e também constatou alto níveis de metais pesados como chumbo e cádmio lançado nas águas por indústrias locais. O trabalho, ao ser apresentado no Congresso Brasileiro de Toxicologia, recebeu premiação. Dona Maré narra problema familiar que envolve essa contaminação:

Eu tenho uma filha já adulta, que a pouco tempo atrás, após fazer exames constatou que tem no seu corpo contaminação por metais pesados. Foi uma notícia triste. O que será do futuro da minha filha? Nesse país que pobre, preto e da periferia é invisível não há solução. O caso é que minha filha está contaminada, assim como outras mulheres, resta eu gritar, fazer barulho e buscar denunciar, essa é minha razão de ser, isso eu passei a fazer quando soube que ela estava contaminada. O que me resta fazer? Sou mãe dela, ela é minha filha, eu tenho que tentar tudo, ela é minha vida, ela é minha vida...

Vale salientar que os habitantes da ilha de Maré compreendem-se como quilombolas e, a partir de suas lideranças, buscam melhorias para sua sociedade local. As pessoas que trabalham na Ilha de Maré, em sua maioria, desenvolvem atividades relacionadas à pesca e à mariscagem. Como a ilha também sofre com a ausência de saneamento básico (HATJE; BÍCEGO; CARVALHO; ANDRADE, 2009), a fauna e a

flora local sofrem mais ainda com as contaminações, o que prejudica a existência de seus habitantes:

As ilhas de Maré e Frades, entre outras, também não dispõem de estações de tratamento de esgoto. Na ausência da rede coletora e de tratamento de esgoto, efluentes domésticos são lançados na rede pluvial, a céu aberto e ou diretamente em mangues e rios que desembocam na BTS. Algumas das estações elevatórias localizadas no entorno da BTS possuem pontos de extravasamento em zonas de mangue. (HATJE; BÍCEGO; CARVALHO; ANDRADE, 2009, p. 251)

Dentro desse contexto, tanto a ilha de Maré quanto a ilha de Bom Jesus dos Passos sofrem dos mesmos problemas. Mesmo se Bom Jesus tem à sua frente o município de Madre de Deus, a ilha pertence administrativamente ao município de Salvador²⁹. Em frente à Ilha de Maré, encontra-se o distrito de Caboto, que pertence ao município de Candeia.

Anteriormente, a ilha de Bom Jesus dos Passos pertenceu a São Francisco do Conde. Embora essa relação trouxesse benefícios para a ilha, após um plebiscito realizado no início de 1980, Bom Jesus passou a fazer parte de Salvador. Isso porque alguns habitantes eram funcionários da Prefeitura de Salvador e preferiram não estar ligados a Madre de Deus. Para algumas pessoas, tal escolha seria a origem dos problemas de Bom Jesus desencadeados desde então.

Assim, a minha perplexidade somou-se a dos habitantes que, durante a pesquisa de campo, claramente expuseram suas mais intensas decepções com a municipalidade de Salvador. Jacobs nos chama atenção para os usos dos bairros e os problemas que afetam esses lugares e seus fracassos: “Um bairro bem-sucedido é aquele que se mantém razoavelmente em dia com seus problemas, de modo que eles não o destruam. Um bairro malsucedido é aquele que se encontra sobrecarregado de deficiências e problemas e cada vez mais inerte diante deles. Nossas cidades apresentam todos os graus de sucesso e fracasso” (JACOBS, 2011, p. 123).

Para ficar mais evidente a precariedade relacionada aos serviços públicos, reconstituo com mais detalhes como fiz para chegar nessa ilha (fato que já mencionei na introdução de tese). Parti do bairro de Brotas, na cidade do Salvador, onde moro, para realização do trabalho de campo. Neste trabalho, ao construir a contextualização sobre a

²⁹ Lei-ordinária 502 de 12 de agosto de 1954, que fixa a divisão do Município do Salvador e dá outras providências.

ilha de Bom Jesus dos Passos, encontramos profundas diferenças e problematizações que afetam essa ilha. Para chegar nesse destino, há necessidade de utilizar a Rodovia 324 que liga Salvador a diversas outras cidades. Esse trajeto, que envolve terra-mar-terra, acaba fazendo com que se enxergue esse lugar como um outro mundo, uma outra perspectiva de cidade ou bairro, dentro da “imaginação” criada pela municipalidade pertencente a Salvador, mas expurgada pela capital ao mesmo tempo.

Para realizar viagens de curta duração, preferia sempre fazer meu deslocamento utilizando o serviço de carona particular hoje bem popularizado do Uber, pois o valor da viagem até a Rodoviária de Salvador variava entre R\$16,80 a R\$20,00 reais a depender do horário. Chegava à Rodoviária e comprava a passagem (2018) para Madre de Deus, que custava R\$8,50, sendo as empresas Lis e Jaúa as únicas a fazer o percurso. O ônibus tinha como trajeto a BR 324, e conforme as pessoas iam acenando com as mãos nas margens da rodovia, o ônibus parava em um “pinga-pinga” sem fim. Ao passar em frente à cidade de Simões Filho, o ônibus parava e mais passageiros embarcavam. Depois de algum tempo, entrava na Rodoviária de Candeias, onde o desce e sobe de passageiros, ambulantes e pedintes era frenético, tornando a viagem uma novela interessante para analisar. Depois desse sobe e desce, partíamos com destino final à cidade de Madre de Deus, onde o ponto do Terminal Marítimo é essencial para quem vai para a ilha de Bom Jesus.

Vale ressaltar que o ônibus na rodoviária quase sempre atrasava. Ao chegar no Terminal Marítimo de Madre de Deus, com tantas coisas que aconteciam no itinerário, já ficava exausto da viagem de ônibus. Outro detalhe é que sempre optei pela empresa Lis, pois os ônibus da empresa Jaúa parece uma “caixa de sapato”, com janelas emperradas, cadeiras com velhos estofados repletos de ácaro. Além disso, o pouco espaço entre os assentos fazia com que os joelhos ficassem prensados, o calor era muito forte pois nenhum veículo possuía ar-condicionado, ou seja, o ambiente do ônibus parecia querer esmagar os passageiros. Porém, a empresa de ônibus Lis não é um paraíso tampouco: seus ônibus têm ar-condicionado, mas infelizmente nunca se sabe o horário de chegada ao destino por conta dos constantes engarrafamentos e a impontualidade na partida em relação ao horário estabelecido na passagem. Quando as coisas funcionam, pode-se dizer que se trata de um prêmio para alguns.

No Terminal Marítimo de Madre de Deus, pagava R\$3,50 pela passagem do barco, mais R\$0,90 de imposto da Prefeitura local para utilizar uma passarela de cimento de aproximadamente 50 metros até o barco, uma espécie de atracadouro. Os barcos,

pequenos, bem coloridos, com diversificados nomes (Antônio, As Marias, Deni, Sonho, Ed, Cuca Legal, Nayane, Recordação de Deus, entre outros), possuíam assentos também de madeira, quase um improviso. A capacidade dos barcos é de 20 pessoas, sendo que seis passagens gratuitas são destinadas aos idosos a partir de 60 anos.

Dentro do barco, a altura não passa de 1.68m, o que obriga que você eventualmente se curve se precisar ficar de pé ou andar pelo barco. A ventilação é um tanto precária, mas possível de aguentar. O barulho do motor juntamente com o cheiro de diesel queimando faz com que os 14 minutos pareçam uma eternidade. Mesmo assim, algumas pessoas ainda tentam conversar em meio ao barulho. Algumas preferem ir em cima do capô do barco, mesmo queimando no sol escaldante, mas com a possibilidade de ventos, paisagens das ilhas ao longe (Maria Guarda, Capanema, da Vacas) e, é claro, a vista do Terminal de Regaseificação da Petrobras (TRB), um monstrego que reordenou muito a paisagem.

Figura 14 e 15 – Parte externa (à esquerda) e interna (lado direito) do barco



Fonte: Blog Vaneza com Z

Em direção ao TRB que avança no mar, transitam carros, kombis e caminhões que podem chegar próximos aos navios de gás tendo-se em vista uma estrutura da ponte que liga o terminal ao continente. Além disso, os passageiros das ilhas foram prejudicados pois passaram a ter que fazer uma volta para sair do perímetro de segurança desse empreendimento, sendo também proibida a pesca em sua proximidade, atividade que era

tradicional nesse lugar. Porém, conforme relatos de muitos pescadores, a pesca ainda acontece, pois as colunas do TRB passaram a ser local de berçário para diversos tipos de vida marinha.

Após a travessia de barco do Terminal de Marítimo de Madre de Deus à ilha de Bom Jesus dos Passos, cuja duração compreendia outra espera pelo embarque de aproximadamente 30 minutos e o trajeto de 14 minutos de barco até o cais da igreja, a trajetória entre Salvador-continental e a ilha de Bom Jesus totaliza uma média de tempo de duas horas a duas horas e meia “de relógio”, como bem falamos nós baianos. Estava novamente em “terras” da cidade de Salvador.

Durante as idas e vinda dessa ilha, houve a possibilidade de realizar outro exercício de deslocamento para partir de Bom Jesus rumo a Salvador-continental, quando participei do “acompanhamento marítimo”, em 14 de janeiro de 2018, após o término da procissão marítima de Bom Jesus dos Passos e Nossa Senhora dos Navegantes.

Depois de cinco horas de acompanhamento marítimo, precisei voltar para a outra Salvador, pois, por conta da alta estação, não havia apartamentos para locar nem vaga nas duas pousadas – Diluiz e de Custódio – lotadas de turistas. Ou seja, mais duas horas de barco me esperavam. Junto de mais três pessoas, mais o capitão do barco e dois marujos, retornei para o continente na escuna Pérola Negra, uma viagem com direito a bebidas (cerveja, vinho, caipirinha, sorvete de cachaça) e gorda feijoada e que me custou 130 reais. Em alta velocidade, desfrutamos do deslocamento, sob o brilho das estrelas, da lua nova e de uma brisa agradável.

Ouvindo as pessoas de Bonja, percebi sua perplexidade pelo fato de a ilha pertencer a Salvador, mesmo afastada por “duas horas de relógio” por mar e por terra. Os mesmos a todo instante das conversas gravadas e das informais falaram que o transporte para chegar e sair depende de barcos pequenos, coloridos e zuadentos. Esta precariedade quanto ao acesso é cotidiana, seja para ir trabalhar, ir ao médico, transportar pessoas em caso de urgência após as 18 horas (a SAMU não aparece nunca, seja para que as mulheres possam *dar à luz* seus filhos ou ir à emergência no hospital de Madre de Deus).

Nota-se que a pesquisa de campo demonstrou que sempre houve serviço de barcos, mas que o mesmo ficou mais estruturado com a formação da Associação dos Barqueiros da Ilha de Bom Jesus dos Passos, criada em 2005, comportando 25 barcos, que se organizam por escala (há um revezamento no qual 12 ou 13 barcos trabalham em dias alternados). Posso dizer que a organização do transporte tenta ser a mais contínua possível, com rígido funcionamento dos horários, acionado por buzina para avisar aos

barqueiros e usuários do início da viagem.

O primeiro barco do dia sai de Bonja às 4h30, em uma travessia de 14 minutos, para levar e trazer pessoas do Cais do Chico, ou da Rampa da Igreja Matriz de Bom Jesus para a cidade de Madre de Deus. De lá, os passageiros pegam carros alugados, esperam ônibus das empresas Lis, Jaúa ou vans de cooperativas, sendo os principais destinos as cidades de Candeias, Salvador (Rodoviária e Retiro), Simões Filho e Lauro de Freitas. O último barco sai do Terminal de Madre de Deus por volta das 19h30 cessando o trabalho do dia.

Um habitante de nome Zeca (aproximadamente 60 anos), que estava no barco que peguei para ir a Madre de Deus sacar dinheiro no Banco do Brasil, falou com descontentamento sobre essa saga: “*É preciso sair de Salvador, atravessar três cidades, para novamente chegar a Salvador, que absurdo! Pense, eu saio para entrar novamente! É um sentimento estranho, é um lugar lá e outro lugar aqui, não tem nada a ver esses lugares, eu não entendo aqui ser Salvador, eu não entendo*”. Mais uma vez, narrativas como essa permitem perceber que os habitantes da ilha de Bom Jesus dos Passos não se reconhecem como pertencentes à metrópole.

Conforme as entrevistas realizadas junto aos habitantes, a cidade de Madre de Deus e Candeias são os lugares em que vão para fazer compras, ir ao médico, acessar os serviços. Há de se destacar que essas cidades não possuem shoppings, cinemas, teatros, grandes parques; parecem também esquecidas no tempo-espço. De qualquer forma, por meio das entrevistas, soube que Madre de Deus não quer que seus serviços sejam utilizados pelos habitantes de Bom Jesus, em uma complicada relação entre esses habitantes e os equipamentos da citada cidade. Dona Glória nos fala sobre essa relação:

Tudo que a gente quer a gente vai é ali em Madre. Aqui tudo ou é no dinheiro, ou é na caderneta que o pessoal das mercearias tem. Eu não gosto de comprar fiado não, eu hein, para depois ficar apontada! Eu compro mais é em Candeias, pois aqui tudo é muito caro. Você Marcos já foi na mercearia comprar alguma coisa aqui? Aqui é caro, e eu não sei nem porque é caro, mas compro minhas coisas tudo em Candeias e trago também de Salvador para cá. Agora... se precisar de emergência só tem rápido o hospital de Madre de Deus, lá só atende na emergência, se for caso leve, tem que correr para Salvador, pois eles não atendem, eles diz que a prefeitura de Salvador não repassa dinheiro para eles, e eles não vão ficar atendendo a gente lá não. Aí a coisa fica feia, a gente fica sem saber o que fazer...

Vale destacar que sendo a ilha de Bom Jesus pertencente a Salvador e essa ilha

estando próxima ou envolvida com o Terminal de Regaseificação da Bahia, com outros projetos de tubulação de gás que passam dentro da ilha, são gerados royalties que alimentam os cofres do município de Salvador. Os habitantes falam que essa expertise da Prefeitura de Salvador leva os lucros para quem é da Salvador dos grandes prédios, mas que à ilha pouco se destina.

Dentro desses contexto de distância, tempo, transporte, identidade, royalties, a precariedade configura a ilha de Bom Jesus dos Passos como um interessante local de observação de relações cidadinas, tais como: o jogo entre urbano e rural; o pertencer e não pertencer a uma cidade; morar e não morar em uma grande capital; produzir e preservar seus referenciais culturais a partir de suas próprias experiências; assumir pelos acertos e erros com relativa independência entre escolher o que preservar, como fazer e como participar.

Assim, o exercício etnográfico nos deu a possibilidade de discutir junto aos habitantes o processo de produção do patrimônio cultural versus condições práticas de vida em um contexto de escassos serviços e equipamentos urbanos e aos efeitos sociais de grandes empreendimentos. Esses, no presente, estendem-se sobre o mar, o manguezal que quase desapareceu e sobre as novas configurações entre humanos e não humanos, fato que, conforme as narrativas dos habitantes, modificou profundamente a existência e sobrevivência das pessoas dali.

2.2 O MAR, O MANGUE E OUTROS SERES

A partir dessas premissas, o mar na BTS me provoca a reconhecê-lo como um elemento que une e separa e que compõe cenários permanentes nos quais é utilizado de várias formas, seja nos costumes diários, pessoais e coletivos. Assim, é preciso compreender sua presença nos diferentes patrimônios culturais materiais e imateriais que desencadeiam os processos de produção de inúmeros sentidos para as sociedades locais dessa baía, o que envolve transformações sociais, políticas e especialmente econômicas, assim como gera pobreza para grande parte das populações nas mais de 50 ilhas, e riqueza para alguns que nem vivem próximos dessas localidades. Trata-se de um mar de lutas travadas, algumas brutalmente assimétricas como a colonização, em que os nativos, por conta de seu aparato bélico desproporcional em relação ao do colonizador, tornaram-se

subjugados, conseqüentemente escravizados, vendidos como coisas, assimilados, mas que conseguiram recriar novos signos, símbolos e usos graças à sua criatividade. Desse encontro forçado, que por meio do sagrado permitiu que os explorados conseguissem preservar elos com a ancestralidade e com os tempos, novamente ocorreu um visível movimento de significação para atrair o turismo, fazer política, hierarquizar posições a partir também de práticas racistas que estabelecem patamares quase que intransponíveis entre classes sociais.

Esse mar de lutas de “libertação” da Bahia do julgo português infelizmente não libertou a população do julgo do esquecimento, pois o poder ficou concentrado nas mãos de famílias colonizadoras, centenárias, que formaram um corredor exclusivo para elas e lhe deram o nome de Vitória. Vitória sobre os índios que eram os primeiros donos da terra e que foram sacrificados em seus corpos e suas mentes para que a cultura lusitana fosse implantada com sucesso em uma terra que já tinha milhares de anos de ocupação de outras culturas, tão complexas e cheias de história. Vitória a partir do mar, que acompanhou e viu chegar os negros provenientes de terras africanas, que aportaram na baía e foram desmembrados para o recôncavo baiano, para dar seguimento às ávidas plantações de cana de açúcar, produzir o água-ardente, diversos tipos de alimentos para a capital, a cidade da Baía, São Salvador.

Gentes africanas, mestres em diferentes áreas, reis, princesas, súditos que, transformados em “coisas”, foram coisificados para o sucesso da colonização e ficaram submergidos da história brasileira por séculos. Igualmente, numa insurreição silenciosa realizada por alguns bravos e bravas, essas gentes guardaram e transmitiram conhecimentos fora dos centros da cidade, em território geograficamente de difícil acesso. Afastados da borda do mar, esses locais permitiam, por meio da religiosidade, a possibilidade do cultivo da ancestralidade como resposta às violências do presente amargo ofertado para homens e mulheres negros e negras. Depois de muitos séculos, esses lugares ficaram conhecidos como São Gonçalo (Terreiro Opon Afonjá), Federação (Terreiro do Gantois), Vasco da Gama (Terreiro da Casa Branca), e muitos outros, todos distantes do mar. São nesses sítios de reinvenção e insurreição que os conhecimentos da ancestralidade fazem renascer novas possibilidades de salvaguardar costumes, idiomas, cosmologias e estratégias desses “pedaços mágicos e possíveis” de uma África que nunca conheceremos. Trata-se de uma forma de estabelecer condições materiais e imateriais de vida negadas pelo sistema escravocrata que não reconhecia esses homens e mulheres africanos e afro-brasileiros.

Nesse movimento de implantar, estuprando a cultura que anteriormente utilizava o lugar, o mar foi a ponte-palco, o caminho perfeito, o aliado sem lados, o local sem cercas para o comércio dos mais de mil e quinhentos saveiros de vela de içar, velas brancas e de 30 metros de altura, que ligavam os rios-mar das cidades do recôncavo baiano à capital de São Salvador. Saveiros com proprietários brancos e negros, mas em sua maioria controlados por homens negros, sejam esses mestres ou comandados, que realizavam o penoso transporte de cargas de gêneros vivos (pessoas e animais) e coisas, que aportavam nas feiras de Água de Meninos, posteriormente feira de São Joaquim, Rampa do Mercado Modelo, Boa Viagem e Ribeira.

Mar que, com o passar do tempo, viu esses mesmos barcos majestosos desaparecerem quase por completo, deixando apenas alguns poucos saveiros de vela de içar. Hoje (2018), há dezenove saveiros de vela de içar vivos para ser mais exato. Foram substituídos por malhas rodoviárias, que destroçaram modos de vida, profissões, ambientes-lares de pessoas e outros seres, incentivando outras dinâmicas à sociedade baiana, e interligando essa a contextos metropolitanos dos países desenvolvidos e capitalistas.

Mar da Baía de Todos os Santos que viu aparecer nos anos 50 a corrida por petróleo dentro e fora de suas águas e rochas. Extração de recursos minerais que muitas vezes contaminaram a flora, a fauna e as pessoas. Ou seja, suas vidas, pois em seu contorno havia grande número de famílias de pescadores (homens e mulheres) que tiravam e continuam a tirar seu parco sustento do mar.

Mar que recebe o esgotamento sanitário de uma cidade populosa com aproximadamente 2.857.329 de habitantes (IBGE, 2018), e mostra sua força, persistindo em existir; que abriga grandes empresas, que fazem parte de grandes corporações internacionais, gerando riquezas que enriquecem as Prefeituras de São Francisco do Conde, Salvador, Madre de Deus, Catu e Candeias, cidades que, mesmo com esses royalties, permanecem recordistas em pobreza, consequentemente miséria, fome e mortes de todos os tipos, pois a população não recebe os investimentos oriundos dos royalties. Empresas e operações criaram para si outras formas de viver essa BTS, rompendo com a vida, seja essa das pessoas, da flora, da fauna e do ambiente que une todos esses seres.

Nesse contexto, o mar, compreendido com suas fauna e flora, tem no mangue o local de berçário da vida e que também vem sofrendo os efeitos desses usos. Na realidade, é possível entender e perceber esse mangue de diferentes formas que lançam diferentes luzes sobre suas potencialidades e fragilidades. No contexto do próprio mar, o mangue é

a vida em complexos processos repletos de dinâmicas de trocas entre seus desiguais. A agente cultural Dona Maré, de 33 anos, nos ajuda a melhor compreender o que vem a ser o “mangue”. Para essa marisqueira, pescadora, casada, mãe de uma filha, com atuação política nas três ilhas que pertencem a Salvador (Bom Jesus, Maré e Paramana), o mangue é o lugar-termômetro em meio ao que está em equilíbrio e o que precisa ser equilibrado. Seu relato é repleto de palavras carregadas de uma forte emoção quando fala do mangue como um especial lugar que, incompreendido especialmente pelo turismo, tornou-se um “mangue” no sentido pejorativo do uso comum, pois os empreendimentos e mesmo as instituições que deveriam proteger esses berçários não compreendem a necessidade de permanência de sua exuberante vegetação, que atrai peixes para desova, permite nascer os diversificados crustáceos, abriga diferentes tipos de aves que buscam locais seguros para procriar. Outro processo contínuo que ocorre no mangue é a devolução ao mar de águas límpidas, pois sua vegetação emaranhada de raízes profundas absorve e depura as sujeiras das águas. Assim, esses processos possuem diferentes movimentos e vidas que estabelecem o equilíbrio, conseqüentemente a existência para além de suas bordas entre terra e água, beneficiando locais próximos e distantes, em contínua *malha* de cruzamento entre os seres neste planeta. Ainda conforme Dona Maré,

Tem amigas minhas que dizem “minha casa hoje está um mangue”. “Poxa velho, não se refira ao mangue dessa forma, porque o mangue, você quer dizer que é bagunçado? Ele não é nada bagunçado, as pessoas que bagunçam ele! A raiz dele é uma trançada na outra, mude as formas de falar!” Porque o mangue tem um papel fundamental na vida da gente. Ele especialmente é para sustentabilidade desse povo que vive exclusivamente da pesca.

Infelizmente, a BTS, com suas empresas petroquímicas, seu turismo sem projeto, suas requalificações, continua a piorar o mangue e o mar. Das parcerias entre empresas e Estado, assistimos à formação dos “parceiros do lucro”, que impõem a morte para os diferentes seres para beneficiarem-se com a extração da beleza dos lugares. Vivenciei esse macabro uso quando fui caminhar pela orla da ilha de Bom Jesus dos Passos, em 2017, na Rua do Brito. Lá, por força da parceria entre Prefeitura de Salvador e iniciativa privada, desenvolve-se a domesticação do espaço para uso turístico, desconsiderando-se e destroçando-se quase todo o mangue. Resta um mínimo de 20% conforme as entrevistas que fiz com pescadores, marisqueiras, biólogos e agentes culturais.

Um desses interlocutores colocou de forma crua o que aconteceu nesse lugar. Ele

é pedreiro e habitante e cita “o mangue desapareceu, a empresa que está trabalhando aí destruiu 80% quando começou as obras [2012], e certamente destruirá os quase 20% que restaram. Mas o povo daqui não se manifestou, eu mesmo não entendo como eles deixaram”. Assim, são implantadas novas lógicas empresariais que desequilibram a existência da vida marinha, o existir das pessoas.

Figura 16 – O Mar, o Mangue e os Seres sobrevivendo ao desenvolvimento



Fonte: Banco de Fotos do Autor (2018)

Nessa perspectiva, o mar e o mangue que bordeiam a ilha de Bom Jesus dos Passos estão também em processo crítico, pois as invasões que sofrem trazem a esse Lugar e seu Habitar problemáticas junto aos seus habitantes, que são surpreendidos por ações do Poder Público e da iniciativa privada. Pegas de surpresa e, sem sua anuência, essas pessoas assistem ao processo que privatiza o mar, pois também os pescadores são vigiados e proibidos de realizar suas atividades de pescar onde está ocorrendo a “requalificação” da orla dessa ilha. Dona Maré volta a falar desse mar com propriedade, quando nos explica os tempos da maré e seu trabalho:

Você faz a lenha. Tem maré de 4h da manhã. Eu já fui fulana [Dona Branca] em maré de 4h da manhã. Que eu ficava em cima do mar esperando clarear. E veja que é uma hora e meia saindo de minha casa do território pesqueiro, até 4 horas. 2 horas da manhã a gente está saindo para fazer a atividade. Então diz “Você é contra o desenvolvimento”, a gente não é contra do desenvolvimento! A gente é contra as formas que o desenvolvimento chega, impactando o modo de vida da gente! Mas nós queremos um desenvolvimento que não impacte

a vida da gente, mas também que traga as políticas adequadas. Porque todos esses territórios que tem grande empreendimento, vai lá vê o fracasso: a droga, a prostituição, a miséria instalada, mas a empresa está ali. Essa ilha aqui, Bom Jesus, para onde vai os royalties dela e de Madre de Deus, daquele porto gigante da TransPetros? Não vem para Madre de Deus, não vem para Bom Jesus que pertence a Salvador. Mas quem é impactado? Porque o povo de Madre de Deus é impactado, mais nós (de Bom Jesus) devido às coordenadas dos ventos.

Domesticação do espaço que tem no aparato do Estado via polícia ambiental seu braço armado. Que apreende o pescador, o pescado, os apetrechos de pesca e o barco, não permitindo a atividade de pesca tradicional perto do empreendimento. Entretanto, essas autoridades não compreendem como inadmissível a construção de pavimentos (cimento, pedra, vigas, esteiras de aço e tijolos) sobre o mar. A dita Polícia Ambiental e outras com responsabilidade para com o meio ambiente participam ativamente da destruição daquilo que deveriam proteger.

Essa lógica perversa do lucro estabelece à requalificação da orla de Bonja em uma perspectiva de eliminação do mangue e conseqüentemente dos processos que ligam esse lugar aos demais seres. Todos passam a viver sem as proteções naturais do meio ambiente, a ‘regulação’ à vida dos animais (homens e outros) e da flora, repercutindo no cotidiano para quem usa, come e vive a partir desse ecossistema.

O mar, o mangue e os demais seres nessa trajetória e no contexto atual de rupturas empreendidas pelo Estado e iniciativa privada sofrem constantes ataques que sacrificam a vida nesse lugar a longo prazo, pois as contaminações químicas e o lixo jogado ou deixado nesses ambientes prejudicam diferentes sociedades locais, que ficam mais expostas às doenças de pele e outros males a seus órgãos internos. Contudo, os governantes e as empresas não querem e acham que não precisem enxergar o que se passa de fato. O mar, o mangue e os demais seres nessa trajetória e no contexto atual de rupturas empreendidas pelo Estado e iniciativa privada são sacrificados nesse lugar. Pescadores e marisqueiras passam a ter que pescar em outros locais, outras lógicas são recompostas, o sofrimento dos habitantes é visível, pois o mar privatizado não permite acesso, o mangue destroçado não permite renovação, a vida sem renovação se constitui em uma provável ruptura do estar em Bonja.

Configura-se então brutal imposição sobre os seres e as coisas, o habitar esse lugar invisível para o Estado e esquecido em pleno mar. Dona Maré nos chama atenção para esse processo no qual não há diálogos com a sociedade local, fato que traz desequilíbrios e força novas táticas para as populações, haja vista que também são trazidos para a ilha

animais exóticos que desequilibram o ecossistema:

Por isso que eles quando jogaram a tilápia no Rio São Francisco, ela prosperou com tanta rapidez que eles tiveram que fechar uma barragem, porque elas estão descendo rio abaixo, e a preocupação é chegar nas áreas ribeirinhas, porque eles comem todos aqueles que tem entorno. E uma outra preocupação que a gente tem é as espécies exóticas que vêm sendo trazido para o Brasil nos cascos dos navios estrangeiros. Como siri bidú, se você for no Google e colocar siri bidú você vai ver que ele vem das Bahamas, se não me engano, e ele veio para Baía de Todos os Santos por um navio que veio para o Porto de Aratu. As águas da Baía, elas são quentes, por isso que as Baleias saem de outros cantos para vir cruzar e pari ali, porque as águas da Baía é quente e favorecem o ambiente para as espécies. Então o siri bidú, ele é um bigamo, se você encontrar ele, você encontra um macho e umas cinco fêmeas, tudo entubada [gestantes], e eles conseguem proliferar de uma forma que ele arrasou a Baía de Todos os Santos! Veio uma política, isso foi em 2010, 2012 que a gente tinha que matar ele, porque senão ele iria tomar conta de tudo. Tem um coral Sol, teve o peixe lua que apareceu, o peixe lua ele tinha metade da carne vermelha, e metade da carne branca. Então ele veio de outros países, tal. Então a Baía de Todos os Santos está toda migrada de espécie exóticas de outros países, porque as águas da Baía favorecem para criar. Então a gente tem uma preocupação ainda em torno das espécies, mas também das exóticas que estão chegando, que estão acabando, e da forma que eles [Governo e empresários] de criar, e o criar é matar a cultura das populações tradicionais. Branca não vai mais pescar, porque aquela área já está toda devastada pelas sementes, por exemplo, criar camarão em cativeiro, que é a carnificultura que é uma miséria, a criação de ostras. A ostra não precisa de semente, ou seja, de ração, mas do camarão é muito agrotóxico.

Resta acreditar que o local guardará seus habitantes de alguma forma. Nessa perspectiva, encontrei certa crença que o entrar em Bonja e estar entre seus parentes e amigos é uma possibilidade de fazer a vida pulsar. Nesse contexto, os interlocutores falaram dos pórticos de entrada na ilha, que os ligam e desligam da outra Salvador.

2.3 O TRAJETO E OS PORTICOS DE ENTRADA

Há duas formas de se entrar em Bonja: dois pórticos sobre os quais alguns dos interlocutores nos falam com mágica emoção. Na narrativa de Dona Lica, sabemos de certo “trajetos e pórticos” ao chegar nessa ilha:

A gente vem fazendo aquele trajeto de Madre até aqui, e de cara a gente dá com a primeira parada. Quando você entra ali você se transporta para outra dimensão. E eu já cheguei a dizer que Bom Jesus é o “Elo” perdido. O seu trabalho, com a tese. Eu digo que é um elo perdido, sentimento de pertencer a Bom Jesus. É o Elo perdido mesmo, sabe aquela coisa que você imagina que se perdeu em algum momento, né? Aqui você tem, aqui você tem. Tem de tudo de bom e tem tudo de ruim também [risos]. Que é disso que se pede de uma sociedade local, tudo de bom e tudo de ruim. Tudo nessa ilha é linda.

Considerar esses locais nos leva a reconhecer cruzamentos do Eu com o Coletivo. Do pertencer e se sentir pertencido. Uma conexão que reflete as marcas de vivência dessa moradora com os demais, e desses outros com ela. Essas pessoas que deixam para trás a lógica da cidade grande, ao atravessarem um dos pórticos, parecem revelar que, inconscientemente, precisam pedir permissão para fazerem a passagem e assim acessar à lógica interna desse seu lugar-ilha. A questão é que ainda existem elementos sensíveis que garantem o acesso a uma identidade singular ao se pisar no chão dessa ilha. Nesse sentido Magnani (2014) elucida que “A noção de trajeto se aplica a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade ou no interior das manchas e levam de um ponto a outro através dos pórticos, marcos de transição na paisagem pois configuram passagens: já não se está no pedaço ou mancha de cá, mas ainda não se ingressou nos de lá” (MAGNANI, 2014, p. 8).

Na primeira vez em que entrei pela rampa da igreja de Bom Jesus, em 2016, vivenciei algo interessante também. No primeiro momento, passei despercebido pelo lugar, constituído por uma escadaria onde os barcos param. Com a ajuda do mestre do barco, somos induzidos ou temos a ajuda de suas mãos para o desembarque e ou embarque.

Há uma passarela de cimento, carcomida pelo tempo, de aproximadamente 20 a 30 metros, que nos leva para dentro de uma estrutura circular. Do lado esquerdo da mesma, para quem está vindo dos barcos, há um pequeno guichê, onde encontramos uma simpática balconista que muito nos conta sobre essa Salvador. A cor externa desse lugar circular acompanha as cores da igreja: branco e amarelo ouro. Esse cenário se faz ainda mais perfeito quando estamos ainda distantes, em dia de muito sol, com as águas azuis contrastando com a estrutura circular branca e amarela. O guichê situa-se antes da Igreja do século XVIII, que na verdade é classificada como Capela de Fazenda por ter uma torre, sendo o grande e belo ícone da Ilha.

Figura 17 – 1º Pórtico de Chegada (Próximo à Igreja Matriz)



Fonte: Portão Bonja (2018)

Esse primeiro pórtico é um lugar estratégico para ver e ouvir o que as pessoas estão sofrendo, pois, as vozes ecoam no local, sendo bem fácil saber o que está acontecendo naquela ilha. Sejam os doentes que foram às pressas levados para Madre de Deus ou para Salvador, seu retorno ou não; os amores heterossexuais e homossexuais que estão rolando; as brigas entre vizinhos; as festas que estão sendo planejadas e que ocorreram com suas respectivas resenhas; e outros variados e interessantes assuntos que, devido à presença de muitos passageiros, fomentam ressonâncias e deixam meus ouvidos atordoados.

Uma outra possibilidade é entrar pelo Cais do Chico, local ainda mais amplo, mas que tem também sua magia, pois os barcos ficam enfileirados, próximos à coroa da praia. O local tem esse nome porque o antigo proprietário chamava-se Francisco. Por conta da grande extensão da área, Francisco buscou criar um lugar para embarque e desembarque de passageiros. Porém, a obra paga com seus próprios recursos ficou grande demais e chamou a atenção da Marinha. Conta Sr. Alegre que “o caso poderia levar Chico para a prisão, se não fosse a intervenção dos barqueiros e sua associação junto à Marinha”.

Com a proibição da Marinha e quase sem recursos para continuar a obra, o cais do Chico foi ficando cada vez mais precário. Atualmente, mesmo para quem não tem necessidades especiais no embarque e desembarque, é preciso ter bastante cuidado, pois,

com a maré alta ou baixa, é grande o desafio de acessar os barcos sem que ocorram acidentes e os passageiros se machuquem.

Vale destacar que o despejo de lixo nesse local gera uma série de problemas ambientais sérios. Por conta das obras para requalificar a orla da Rua do Brito, o Cais do Chico passou a receber os dejetos da cidade. As consequências disso são muitas e repercutem na vida de todos, especialmente na dos barqueiros: o acúmulo de lixo atrai ratos, cães em busca de alimentos, gera explosões quando se queima esse lixo, produz líquidos que contaminam o mar. Assim, o aspecto geral do lugar foi transformado negativamente, fato que precariza ainda mais o espaço de embarque e desembarque.

Figuras 18 e 19 – 2º Portal: Cais do Chico e Degradação do Local



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Esses dois pórticos ao servirem de lugar de notícias, de encontro de pessoas, de idas e vindas de mercadoria, de descobertas, de trocas de conhecimento, foram sendo significados a partir dos relatos dos habitantes, que passaram a retratar essas entradas da ilha como locais fundamentais para conectar essa sociedade local. Em uma conversa, a Sra. Eva, 40 anos, mãe de dois lindos filhos, ela falou que “*quando eu passo naquele portal (o da Igreja, o Circular) sinto que cheguei na minha terra, que estou ‘salva’* [ela faz gestos com as duas mãos em forma de aspas], *que estou em segurança. É uma mistura de emoção, de estar em casa, de estar entre os meus.*” Esses aspectos também foram externados por outros interlocutores, que frisaram o momento de passagem como se fosse uma iniciação a esse lugar, que permite com que apreendam ou despertem suas identidades mais profundas.

Os interlocutores narram que as “duas entradas” os desconectam do mundo de

fora e permitem com que se conectem com o mundo de dentro. Dona Mainha, 29 anos, mãe de família, desempregada, pertence a uma família cuja existência está imbricada ao seu papel na história da própria ilha: *“Eu conheço todas as pessoas, ou a maioria das pessoas que vivem na ilha e que fizeram parte de minha infância, da minha adolescência, da minha fase como adulta, mesmo muitas vezes esse mesmo conhecer passe do limite e se torne fofoca”*. Esse lugar-lar traz de forma aparente o “pertencimento” daqueles habitantes que bem reconhecem os lugares e espaços, as trocas de olhares, apertos e acenos de mãos para os sempre conhecidos. Atores que sempre estão juntos nos momentos de festa e nos momentos difíceis, que vivenciam o estar e o pertencer a essa a sociedade local.

Nesse contexto, as pessoas vão se revelando. O ícone principal da ilha, a Igreja de Bom Jesus dos Passos, aglutina as pessoas, as possibilidades de produzir o patrimônio cultural e a vida possíveis. A vida coletiva possibilita o renovar de expectativas para a geração de novos processos que envolvem religiosidade, sociabilidade, política interna, prazer de conviver e outras nuances que dão sentido aos homens e mulheres de Bom Jesus dos Passos.

2.4 A IGREJA, OS AGENTES CULTURAIS E A VIDA EM PROCESSO

De longe, a aproximadamente mais de dois mil metros do Terminal Marítimo de Madre de Deus, para quem tem boa visão, já é possível avistar a Igreja de Bom Jesus dos Passos. A partir do momento em que o barco vai se distanciando do terminal marítimo, a imagem dessa Igreja vai suavemente ampliando-se em nossos olhos, de forma que se pode contemplar aquela majestosa construção do século XVIII, marca emblemática dessa ilha. Essa Igreja, classificada como Capela de Fazenda, pois só tem uma torre, representa o mais importante ícone religioso, político, histórico e cultural dessa sociedade local.

Figura 20 – Fachada da Igreja de Bom Jesus dos Passos e o Cruzeiro



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

A igreja é pintada de branco com detalhes em amarelo ouro, dentro e fora de suas paredes. Há apenas uma torre com sino, que poucas vezes ouvi ser tocado. O prédio tem três portas e janelas frontais, pintadas de verde intenso. No térreo, na lateral direita, há cinco janelas, e na parte esquerda, há duas portas laterais, sendo que uma acessa a nave central e a outra a sacristia. No primeiro andar, há seis janelas. Há dois espaços que os membros da igreja querem transformar em apartamento para gerar renda que será revertida para os gastos mensais da paróquia.

Na entrada frontal da Igreja, há o nártex, lugar onde os menos favorecidos e escravizados permaneciam obrigatoriamente para assistir às missas. Lá, é costume haver pinturas, mas não há afrescos, como também não há mais teto de madeira nem pinturas na nave central, sendo que o forro agora é de polipropileno de cor branca. Em cima do nártex, há espaço para o coro, sendo que muitas aulas de preparação são dadas por um maestro de Salvador que, por R\$800,00 reais, vai à Igreja quase todos os sábados para ensinar canto e manter ativo o coral da 3ª idade composto por senhoras de aproximadamente 70 anos, com exceção de uma jovem de 18 anos que também faz parte da Filarmônica local. É muito bonito vê-las cantar.

Figura 21 – Nártex e o Coro da Igreja

Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Provavelmente as ausências de afrescos e pinturas no teto da igreja devem-se às reformas ao longo desses três séculos, sem anuência de nenhum órgão de preservação (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia – IPAC). Quando se entra nesse nártex, no lado direito, é possível ver a pia batismal e uma estátua de um anjo. Ao receber uma ou algumas moedas, em uma determinada abertura, a cabeça do anjo balança levemente. As crianças adoram essa estátua e amolam suas mãos para levar moedas e assim ver o anjo balançar a cabeça.

Presenciei muitas vezes a chegada de uma senhora, negra, bem magra, de aproximadamente 1,60m de altura, cabelos bem curtos, vestes muito simples, que não participava da Irmandade de Bom Jesus dos Passos, nem dos grupos da igreja, mas que, ao chegar à igreja, sempre realizava o seu exercício religioso de entrar pela porta principal, se abaixar em referência ao altar mor, fazer o sinal da cruz e beijar, tanto na chegada como na saída, a cabeça desse anjo endinheirado. Constatei que apenas essa senhora realizava a prática do beijo, sendo que os homens e as outras mulheres passavam, olhavam a estátua, algumas vezes despejavam as moedas, ou faziam as crianças fazer isso, sem sequer olharem para o balanço da cabeça do anjo.

Figura 22 –Parte Interna da Igreja de Bom Jesus dos Passos



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

A nave central, nos lados direito e esquerdo, tem santos pequenos e médios dentro de nichos. Esses santos estão em nichos por conta de higienização e restauração realizadas por professores da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, contratados para um serviço pontual. Na ocasião, eles deliberaram junto à Irmandade da Igreja que os Santos, para a preservação, deveriam passar o maior tempo do ano fechados a chave, com vistas a protegê-los da umidade, vandalismo e furtos. As estátuas dos santos são bem ornadas, com pintura imitando ouro.

Algumas pessoas dessa sociedade local relataram que essas estátuas são antigas e estão na Igreja desde sempre. Na parede esquerda, há um grande quadro em cima de uma porta interna, que dá para uma área da igreja, cuja imagem retrata Nossa Senhora da Conceição, pintada pelo artista local chamado Ofenício Lessa. Autodidata que aprendeu a pintar quando garoto, esse artista tem lindas obras espalhadas em algumas casas de parentes e amigos na ilha e ensinou sua arte a outro artista também local e falecido, Isolino Passos.

Nas paredes direita e esquerda, há quadros de 30x20cm que retratam a via sacra. No altar-mor, a imagem de Bom Jesus dos Passos, do século XVIII, é a paixão da população, sendo utilizada nas procissões marítimas e terrestres. Não há possibilidade de

utilizar a réplica nas procissões, pois os relatos revelaram que “a população não aceita, e os próprios irmãos da Irmandade também não”. Bem, a Irmandade de Bom Jesus dos Passos é formada na atualidade por aproximadamente 25 pessoas da sociedade local, entre homens e mulheres. A origem da Irmandade remonta ao mesmo período de fundação da Igreja pela dona das terras ao sul da ilha, Margarida Passos que ao fundar em 1776 a Igreja, criou a Irmandade. Quando dos seus últimos dias de vida, assim contam, doou por testamento à Irmandade a Igreja e tudo que estava dentro desse templo. Vale registrar que doou por testamento também as suas terras.

Durante a pesquisa de campo, percebi que boa parte dos agentes culturais da ilha estavam de alguma forma ligados a essa Igreja. Seja por fazerem parte da Irmandade, seja por serem amigos de alguns “irmãos”. Trata-se de uma sociedade local que tem no catolicismo suas maiores referências. Os meses de dezembro, janeiro, março, abril, maio e junho são os momentos em que essa fé cristã mais se destaca.

No início do mês de dezembro e janeiro, são executadas as festividades em torno de Bom Jesus dos Passos, de Nossa Senhora dos Navegantes e de São Benedito. Todas acontecem obrigatoriamente por cinco dias, o que envolve também a festa profana, com contratação de palco de 10 metros, luzes, bandas e as logísticas de segurança junto à Polícia de Candeias que é responsável por essa ilha.

Mas como arranjar dinheiro para tudo isso? A Prefeitura de Salvador não participa, nem tem interesse nessas festividades culturais. O governo do Estado, mesmo registrando essa festa no calendário oficial do Estado, não a apoia com verba pública. Ambos, prefeitura e governo do estado da Bahia permanecem alheios a essas festividades.

O jeito encontrado foi a própria sociedade local se dividir por comissões de festas, com um líder central que busca recursos por diversos meios, seja realizando rifas, bingos, esmola cantada, carnês, doações e, é claro, colocando do próprio bolso para fazer com que aconteçam essas três festas que marcam a identidade dos soteropolitanos. Trata-se de beneficiar a sociabilidade, táticas de preservação de seus referenciais culturais, comércio de gêneros alimentícios, aluguel de casas, hospedagem nas duas pousadas, aluguel de escunas, contratação de músicos, compra de tintas, serviços de eletricitas, pintores, cozinheiras, polícia e outros, em um movimento que impressiona.

Nesse período, alugar uma casa ou hospedar-se em pousadas é bem complicado. Andar nas ruas parece um desafio. E a falta de água torna-se comum. Os preços disparam, os comerciantes e os barqueiros ficam extremamente ocupados e felizes. Há um movimento tão intenso que parece que a ilha vai afundar devido ao mar de gente em suas

ruas bebendo, fumando, namorando, seguindo procissões, sentindo e fazendo a vida se movimentar.

Nos meses de fevereiro, ocorre a missa para Nossa Senhora da Conceição e, no dia 2, acontecem as preces para Iemanjá, quando balaies de presentes são colocados no mar. Há uma pausa nos festejos por conta do Carnaval, mas depois começa o período tradicional da Quaresma, quando outras obrigatórias festividades guiam a sociedade local por 40 dias. Em março e abril, acontecem as procissões do período da quaresma, a Páscoa e os ritos católicos que emocionam a todos. Há uma catarse durante as procissões, como a Procissão do Encontro de que participei no papel de um dos guardas romanos.

Em maio, com o mês de Maria, são realizados 31 encontros com cânticos e rezas durante todas as noites do mês. A cada dia, algumas pessoas passam a ser as donas da noite. O primeiro comunicado da celebrante, a ministra de eucaristia, fala os nomes dos donos da noite, que devem oferecer alimentos e presentes no dia posterior. Eu mesmo fui questionado se não dividiria nenhuma noite com outras pessoas. Por fim, acertei assumir os gastos no Dia das Mães e ofereci mungunzá, sendo que outras pessoas ofereceram presentes para serem sorteado entre as muitas mães da ilha.

Fiz questão de participar dos encontros nos 31 dias de maio, que iniciavam por volta das 18h30. Verifiquei que o número de homens nas celebrações dentro da igreja não passava de seis, sendo o restante composto por quase 60 mulheres. Obviamente, houve dias em que não era possível contar o número exato de pessoas. Especificamente no Dia das Mães, a igreja lotou durante a missa, os cânticos, a teatralização, repletos de comida e presentes. Foi nesse dia em que ofereci o mungunzá de milho branco.

Após cada celebração no mês de Maria, ocorrem as preparações para o dia seguinte, com discussões animadas sobre como estão ocorrendo as celebrações, a ausência completa do padre de Madre de Deus que não aparece na ilha³⁰. Também se discute sobre a busca de flores, a limpeza da igreja, sua ornamentação, a organização do coro para os demais momentos e outros aspectos que acionam acordos, autoridades e movimento dentro da sociedade local.

Saindo do mês de Maria com muito trabalho para os membros da Irmandade, chega o mês de junho e novamente toda sociedade local fica eufórica, pois obrigatoriamente deve referenciar Santo Antônio com as trezenas, São João e São Pedro. Observei que algumas poucas casas realizam a trezena. Dona Maria Catarina informou

³⁰ Nos quatro meses em que estive na ilha, não tive a chance de conhecer o padre por conta de sua péssima relação com a sociedade local.

que

Aqui era uma competição para ver quem fazia a trezena mais bonita. Vinha gente de fora para assistir e participar, era uma competição. Quase todas as casas faziam a trezena. Hoje contamos nos dedos quem ainda faz. Eu faço em minha casa no último dia, pois eu gosto. E, ainda tem na Igreja que ajudo a organizar e participo todos os 13 dias.

Assim, fiquei assistindo às trezenas de Santo Antônio na igreja e no último dia, 13 de junho, na casa do Dona Maria Catarina. Nesse momento, os cânticos, as músicas e os tons diferem do que sempre se ouve, mas são igualmente bem emocionantes, unindo em êxtase aquela sociedade local que, após o momento tão festivo, deixa-se envolver por banquetes ofertados pela própria sociedade local.

Na procissão com o andor de Santo Antônio, de uma hora para outra, o som forte e prazeroso da Filarmônica União dos Artistas apareceu em seu esplendor. Trata-se de uma filarmônica centenária que fez um lindo acompanhamento com 25 músicos e o maestro, com hinos e músicas populares brasileiras que muito animaram a população. O andor do santo seguiu pelas principais ruas de Bonja, saindo pela Rua da Igreja, passando pela Rua das Flores, seguindo pela Rua do Tanque, para entrar na Rua do Fogo, passar pela Rua da Igreja, depois Rua das Flores e, por fim, ir para a Rua do Nordeste. Nessa rua, o andor fica na frente da casa de um habitante que anteriormente, com ajuda de parentes e amigos, fez uma festa animada em louvor a esse Santo. Em 2018, por conta da cachaça e dois aborrecimentos dos bêbados, a polícia finalizou a festa bem cedo.

As festas juninas de São João e São Pedro são marcadas por missa e muitas fogueiras. Mesmo após a queima da madeira dessas fogueiras, o chão da frente das casas conserva suas cinzas em brasa. As roupas ficam impregnadas de fuligens e cheiro de queimado. A comida e bebida tomam conta das casas. As tradicionais “portas abertas” da ilha são convites para dar de comer e beber a quem queira chegar. Os depósitos de bebida ficam superlotados e a reposição acelera, visto que os barcos vão e vem de Madre de Deus com bastante cerveja, licor e vinho.

Vale destacar que a Colônia de Pesca assume a realização da Festa de São Pedro, santo que tem profunda relação com os pescadores. Há o momento da missa a esse santo e, posteriormente, a festa pública, que nessa edição durou três dias. A Rua do Fogo é o lugar ideal para sua realização, pois próximo àquela Colônia, um grande toldo é colocado e ocorre apresentação de música ao vivo e eletrônica. Há comida para população e, evidentemente, muito forró. As pessoas se embriagam de álcool, comida e muita alegria.

Os membros da Igreja fazem parte de diferentes interfaces culturais e se

constituem em agentes culturais com bastante representação local. Desta forma, a igreja é um lugar bem estratégico para conhecer pessoas, marcar entrevistas, ser visto, perceber as relações simétricas e assimétricas dentro de uma sociedade local. Falando de alteridades sociais, notei que quem aparentava ter mais recursos políticos, financeiros e sociais se sentava mais à frente, perto do altar mor, variando poucas vezes. Esses eram aqueles também que organizavam as celebrações, davam os principais recados e conduziam as necessidades da igreja.

Na igreja, após as celebrações, eu permanecia no final do banco, perto da saída, permitindo que os membros da igreja realizassem suas reuniões. Nesse momento, ouvia as preocupações dos membros com a renovação dos fiéis, pois a ilha passa muito tempo sem realizar missa devido à ausência do padre, que se recusa a participar das celebrações, aceitando somente ir celebrar as missas se a sociedade local o pagar entre R\$200 e R\$300 reais. Além desse valor, ele exige que sejam pagos seu transporte (carro e barco), além da alimentação e hospedagem depois da missa para pernoitar em Bonja.

Logo, o “estar lá” com o pessoal da igreja foi sempre amistoso, estratégico e rendeu bons papos. Pude ver quem eram os principais agentes culturais, que se dividem como membros dessa instituição na operação de organizar o bem intenso calendário de celebrações que inicia em dezembro com a preparação das festividades de Bom Jesus dos Passos, o auto natalino, a definição dos padrinhos e comissões das festas e dura até julho. Além, é claro, da definição de quais membros da igreja irão participar na organização da festa para Rainha do Mar em fevereiro, momento que se despedem dos ritos católicos para reverenciar esse Orixá, mãe maior dos demais Orixás.

Essa prática ocorre também no mês de julho quando esses mesmos agentes culturais se juntam para organizar e realizar a famosa festa do Festa do Dendê, que ocorre sempre no dia 1 de julho, sobre a qual aprofundamos no capítulo 3. Esse acontecimento tem grande apelo afro-brasileiro, sendo finalizado no dia seguinte com a celebração do 2 de julho, data que para esses agentes culturais tem grande importância cívica, apesar de os alunos das duas escolas fundamentais da ilha (dirigidas pela mesma pessoa) não participarem desse momento histórico festivo para a Bahia.

Esses momentos que destoam dos ritos católicos revelam a força de iniciativa das pessoas, que assumem os erros e acertos para movimentar a vida dentro dos limites de Bonja. Aprofundo esses aspectos em texto específico. Adianto que relações são tecidas, revelando a força de imaginação, transformação e independência que a sociedade local possui junto ao seu lugar, que também se adapta às mudanças internas e externas que são

absorvidas e ajudam a preservar o processo de produção dos seus patrimônios culturais.

2.5 O TRAÇADO DAS CASAS: ELES TAMBÉM PRODUZEM O ESPAÇO

Cheguei em terra; pisava agora no chão da ilha de Bonja. Passei pelo Portal Circular, que fica em frente à igreja, e já me percebi também diferente, reconhecendo naquele local de passagem o meu chegar em outra Salvador. Caminhava para chegar na casa que aluguei, depois de ter feito as tratativas por telefone quando estive pessoalmente na ilha em fevereiro de 2018. Durante três a quatro dias, conversei com três pessoas sobre onde e como alugar um local para morar. Tentei alugar um dos quartos da pousada de Custodio, mas como lá teria que dividir cozinha e banheiro com desconhecidos, achei melhor procurar uma quitinete para ter um lugar mais reservado.

Explico melhor o que aconteceu assim que cheguei na ilha descrevendo o trajeto das ruas que percorri. Depois que desembarquei com minha esposa, com malas e apetrechos diversos necessários para minha estada solitária em Bom Jesus, descobri que peguei o pior caminho até o novo endereço. Para minha surpresa, teria sido melhor ter descido no Cais do Chico, que fica próximo à Rua do Fogo. Não sabia exatamente onde era a casa, pois anteriormente, como não havia encontrado a proprietária, pude somente deixar um recado para que ela entrasse em contato comigo.

Após o contato telefônico, a apresentação e intervenção de duas pessoas nativas junto a essa senhora, consegui uma casa pequena de três ambientes (sala, banheiro e quarto), que apelidei de quitinete e que me custaria R\$400,00 reais. Eu e minha mulher estávamos com os apetrechos na Rua da Igreja quando parei um rapaz que estava com sua roupa de capoeira e seu berimbau e perguntei se ele conhecia a dona da casa que aluguei. Ele me falou que a conhecia “de ver passar”, mas que eu havia descido no lugar errado e deveria pegar à esquerda para ir perguntando sobre essa senhora.

Assim, pegamos o lado esquerdo da rua e segui perguntando como chegar no meu destino. Por sorte, encontrei a dona da casa que também me falou que havíamos pego o pior caminho. Seguimos pelo lado de maior distância, a Rua do Nordeste, para acessar a pequena parte da Rua das Flores, seguir pela Rua do Tanque, depois a Rua do Fogo. A casa ficava em uma transversal da Rua do Fogo. Para minha surpresa, a rua não tinha calçamento e o esgoto corria a céu aberto. Assim, a lama tomava conta do lugar e os ratos

passavam livremente. Até fiz amizade com duas ratazanas para conseguir conviver com elas nessa rua, dando-lhes comida para eu poder passar. Havia também um cachorro viralata, amarronzado, estatura média, forte e ranzinza, que durante os quatro meses da minha estadia rosou para mim diariamente, colocando-se na passagem algumas vezes como se quisesse me morder.

Achei a quitinete agradável: situava-se no primeiro andar, com duas janelas e telhado, sendo que as muriçocas já apareciam, companhia certa ao longo do tempo de pesquisa. Um amigo passou por lá para dar um “Salve” e depois foi embora. Ficamos (eu e minha esposa) arrumando a casa, limpando e preparando as coisas. Logo após às 20h dormimos, ou melhor, desmaiamos. Ela partiria para a outra Salvador na manhã do dia seguinte logo cedo, deixando-me nessa pequena Salvador. Dou agora continuidade ao campo de observação, apartado de minha mulher, filhos, amigos, cachorra e casa.

Pela manhã, fui conversar com Dona Maria Catarina e fiquei sabendo que toda a ilha era daquele jeito da rua em que estava morando, sem nenhum calçamento. Na verdade, tal situação parecia se tratar de negligência da municipalidade, pois, em 2015, a Petrobras realizou o pagamento de royalties para a prefeitura de Salvador por conta do projeto Manati, ocasião em que foi introduzida uma tubulação de gás em parte da ilha. Depois de muita briga dos habitantes de Bonja com a prefeitura, parte desse dinheiro teve que ser investido em Bom Jesus. Conforme algumas narrativas, teria sido possível realizar a pavimentação, o saneamento e outros serviços, mas somente as ruas principais foram pavimentadas, permanecendo as ruas transversais sem pavimentação e saneamento. Dona Lica (46 anos) agente cultural, casada, mãe de dois filhos (uma menina e um menino), aposentada, candomblecista, também comentou sobre esse gasoduto, pois na época estava envolvida em uma equipe que buscava formas de amenizar os transtornos desse empreendimento junto aos habitantes das ilhas da BTS:

Eu sinto não ter conhecido Bom Jesus na época que esse gasoduto passou aqui, porque a gente fez um trabalho incrível na Baía nossa, uma equipe grande, que a gente trabalhava com relatório ambiental... a gente conseguiu desviar o gasoduto da ilha da Ajuda, ia passar por dentro da ilha da Ajuda e por dentro do Parque da Bromélias, no dia da audiência [pública] foi antropólogo, sociólogo, psicólogo, jornalista, jornalista do Brasil todo. Eles divulgaram a audiência pública para meia dúzia de pessoas, a gente conseguiu colocar mais de 300 pessoas na audiência, não tinha lugar [ênfase]. Eles tinham que fazer cinco, três audiências públicas, fizeram cinco, e desviou. Todo dinheiro que eles fizeram o levantamento, Estudo de Impacto Ambiental, tiveram que fazer tudo de novo [ênfase], e desviaram o

gasoduto. Foi um dos case mais importante de minha carreira. Se eu conhecesse Bom Jesus, eu faria não por dinheiro, pois [naquele outro momento] eu fui contratada. Aqui eu né? Eu ia fazer...

De acordo com os habitantes, o saneamento básico foi feito em apenas 50% da ilha para insatisfação do pessoal da Rua da Igreja do lado direito, próximo ao mar, que ficou completamente desassistido de saneamento básico, sendo seus dejetos despejados em fossas ou na maré. A parceria para executar os serviços na ilha envolveu a iniciativa privada, que também ficou marcada negativamente para os habitantes, pois o serviço ficou pela metade. Mesmo as ruas pavimentadas com pedras de paralelepípedo apresentaram problemas, pois não se deixou lugar para as águas das chuvas correrem nas laterais. Na ocasião de chuvas, formam-se grandes poças de água que, a depender do lugar, molham os pés e impedem a passagem das pessoas.

Figura 23 – Calçamento das principais ruas em 2015



Fonte: Banco de fotos do autor

No caso de Bom Jesus, as ruas tanto revelam o respeito a uma herança católica, pois há inúmeros santos espalhados por toda ilha que não são vandalizados, e aceitos como pertencentes daquele lugar, quanto um cuidado com a aparência. Muitos habitantes preocupam-se com o plantio de mudas de plantas e controle do crescimento, pois a beleza de cada rua configura-se de certa forma como sua própria identidade de lugar,

sociabilidades que servem para que se compreendam também aquelas ruas como sendo de todos, devendo assim permanecer limpas. Por isso, muitos senhores e senhoras envolvem-se no varrer o seu pedaço de rua e delicadamente retirar as ervas daninhas que podem; no entender local, não se deve deixar feio ou prejudicar as plantas escolhidas para aquele local. Há ainda os barulhos das crianças correndo e falando, das “comadres” conversando à boca-miúda, mais os cheiros do feijão e moquecas em processo de cozimento que pareciam me hipnotizar. Na ilha, come-se muito bem.

Assim, temos o largo da Igreja de Bom Jesus dos Passos, na frente o Portal de entrada, próximo da Igreja o Cruzeiro. Do lado direito, três árvores grandes dão sombra o dia todo, nesse mesmo lado. Em sua maioria, as casas são térreas, bonitas e compridas para quem consegue olhar por dentro das portas e janelas sempre abertas e através das quais se observam ambientes bem arejados. Ainda conforme Rocha e Eckert:

O ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com a população com as quais cruzamos nas ruas. Habitúes, frequentadores, ou simples passantes, todos eles convidam o etnógrafo a perfilar personagens, descrever ações e estilos de vida a partir de suas performances cotidianas. E todos são bons momentos para se traçar os cenários onde transcorrem suas histórias de vida e, a partir deles, delinear as ambiências das inúmeras províncias de significados que abrigam os territórios de uma cidade. (ROCHA e ECKERT, 2003, p. 4)

Há um pequeno restaurante gourmet bem interessante chamado “Na Larica”, que fica do lado direito da Igreja de Bom Jesus dos Passos e do lajedo da praia, aberto somente de sexta a domingo na alta estação ou em dias de festa. Lá provei junto com minha mulher um macarrão com camarão muito bom, que recomendo. No fundo da Igreja há uma praça que precisa de reformas, com árvores grandes e frondosas e alguns prédios e casas. Em um prédio branco, há quitinetes, lojas e academia.

Pegando a rua esquerda, verifiquei que muitas casas foram feitas em cima da maré e do mangue, produção do espaço feito pelos habitantes e que se tornou uma marca do lugar. As casas são bem construídas, algumas permanecem fechadas por longo período, pois seus donos moram na outra Salvador. A ilha não tem praia, algo estranho, pois nas demais ilhas facilmente encontramos longos pedaços de areais, mas a produção do espaço realizada pelos habitantes avançou fortemente sobre o mar, o mangue e as praias visto que a ilha é muito populosa.

Figura 24 – Construção e Uso do Espaço pelos Habitantes Locais



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Figura 25 – Casas na Praia na Construção do Fazer Local



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Nesse corredor de casas, temos dois bar-e-restaurantes que servem comidas típicas como mariscos, peixes e outros pratos, com valores um tanto acessíveis. Há uma praça pequena, com grama, balanço e escorregadeira para crianças, além de algumas árvores e uma pequena orla. O pessoal do segundo bar coloca cadeiras e mesas embaixo das árvores, o que, juntamente com a sombra e o vento constante, faz do lugar um espaço muito bom para se beber uma cervejinha. Na pequena faixa de areia, temos barcos pequenos de vinhático e pouquíssimos de madeira.

Figura 26 – Jardim e Bar

Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Caminhando mais, entramos na Rua do Nordeste onde há uma maior beleza, pois um dos habitantes plantou vários tipos de plantas de ambos os lados, e essas dão ao lugar, que também é mais estreito, um ar bucólico. Há também um muro de uma propriedade do século XVIII, que faz dessa rua um lugar especial na ilha, assim como um nicho com a estátua de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Para os habitantes, essa rua sempre foi dos veranistas, que possuem casas para lazer, permanecendo muito dessas fechadas por todo o ano até o mês de dezembro, quando iniciam a alta estação e as festas do santo principal.

Da Rua do Nordeste, peguei à esquerda e desci uma leve rampa da Rua do Brito, local do qual muito falo durante a tese. Quando se chega nessa rua, há uma estátua colorida de Iemanjá, feita pelo artista plástico Isolino, que foi colocada no local em 1993. Junto da imagem há uma placa com os nomes dos principais habitantes da ilha.

Nesse lugar está ocorrendo uma transformação com a presença de muitos trabalhadores da construção civil, muitos desses habitantes de Bonja, que agora estão trabalhando como peões, realizando aterros de quase 200 metros sobre o mar para possibilitar a construção de quatro quadras poliesportivas, passarelas de pedra e madeira, quiosques, restaurantes, parquinho. Conforme relatos do Dona Maria Catarina

a requalificação desconfigurou a praia de Pontinha, única praia restante da ilha. Nesse lugar 80% do mangue já desapareceu, resta muito pouco do mangue, com as obras em contínuo processo, os pescadores não podem levar mais seus barcos para lá, pois a polícia ambiental tem a determinação de apreender o pescador e seus objetos se forem pescar ou amarrar seus barcos na nova orla.

Decidi ir com Dona Maria Catarina ao Outeiro da ilha. Ao chegarmos, subimos durante cerca de 15 minutos várias escadarias até um local bem pobre, mas com casa de variados tamanhos. No alto, o cruzeiro com Jesus crucificado e uma paisagem de tirar o fôlego com a vista de quase toda a ilha de Bom Jesus. Tive sorte nesse dia, pois era manhã e, com o sol, a paisagem tornou-se ainda mais deslumbrante, sendo possível ver os barcos, os telhados das casas, as árvores em uma composição de cartão postal. Foi realmente incrível enxergar a ilha de cima.

Posteriormente, acessei à Rua das Flores, onde as casas são mais estruturadas, grandes e majestosas, com frontões, brasões de família, grandes janelas com vidros verdes. Lá fica a melhor pousada da ilha, construções com composições pensadas por arquitetos. Mesmo nesse ambiente, as casas eram mais simples, contrastando com o luxo das demais. Era possível acessar a rua direita da Igreja ou a Rua do Tanque. Optei por ir para a Rua do Tanque e do Fogo, pois, na minha visão, essas áreas de intensa presença humana na ilha eram também as mais pobres, com as casas médias e/ou pequenas, árvores que quase desaparecem e vielas sem calçamento.

Naquele caminho, há uma pequena praça na Rua do Fogo na qual se situa uma antiga fonte de água, acima da qual há uma fotografia de Bom Jesus dos Passos. Medindo 2 metros de largura por 2 metros de comprimento, essa fonte mostra a fé católica presente nessa ilha. Na semana em que me instalei na ilha, esse quadro foi apedrejado, causando grande espanto na sociedade local. Porém, seus habitantes providenciaram a substituição do vidro imediatamente. Próximo também na Rua do Fogo há uma estrutura que contém um nicho onde permanece a estátua de Santa Bárbara, numa associação imediata dos habitantes entre a santa e o fogo. Na transversal dessa mesma rua sem calçamento fica o caminho para o cemitério.

Na Rua dos Padres, há a Colônia dos Pescadores, com casas também mais simples. Esse é o local onde mora uma maior quantidade de marisqueiras, pessoas que não são originariamente de lá, mas que vivem no local. Ao conversar com algumas pessoas, percebi uma preocupação em relação a esses migrantes, pois alguns acreditam que as relações começam a ficar prejudicadas por conta desse cenário.

Na volta, passei no Cais do Chico e fui para a Rua Direita da Igreja, toda pavimentada e que termina na igreja da matriz. Acredito que seja a rua mais longa da ilha. No meio do trajeto, há um nicho com a estátua de Santo Antônio. As casas da esquerda, com saneamento, ficam em uma posição mais alta, aproximadamente 1,20m acima das casas da direita sem saneamento. Há casas de 1, 2 e 3 pavimentos, casas simples de telha e casas bem elaboradas com varandas, jardins internos, rampas para as lanchas subirem e descerem no mar. Essa rua encontra-se com a Rua das Flores e, no meio desse encontro, há um nicho com a estátua de Nossa Senhora Aparecida.

Cheguei novamente ao largo da Igreja, sentei-me no primeiro banco de pedra e descansei. Essa volta me cansou bastante, passei quase três horas andando anotando e fotografando esses espaços. Fiquei ali, sentado, mas tinha que ir a Madre de Deus para pagar algumas contas, o que não era possível de se fazer em Bonja já que não havia nenhum lugar habilitado para isso. Como os nativos, peguei o barco na frente da Igreja matriz e fui ao banco. Mesmo voltando rapidamente, por volta das 11h enfrentei bastante calor.

2.6 AS PESSOAS, SEUS MODOS DE VIDA E SEUS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

Estava no píer do Terminal Marítimo de Madre de Deus esperando pelo barco para Bom Jesus, que chega a cada 30 minutos. O barco surgiu e calmamente atracou no píer flutuante. Eram 11h30 da manhã. Dirigi-me para entrar no barco e, para minha surpresa, recebi o auxílio de uma mão desconhecida para facilitar o embarque, como sempre ocorre entre os passageiros. Tal prática me trouxe uma noção de solidariedade entre aqueles que fariam a mesma viagem.

Descobri posteriormente que as práticas de ajuda mútua se fazem presentes em outros diferentes contextos. Desci os quatro pequenos degraus que levam para o interior do barco chamado Recordações de Deus; cumprimentei com a cabeça as pessoas, que devolveram a saudação. O trajeto até a ilha dura 14 minutos no máximo, tempo durante o qual observei as pessoas, que, em sua maioria, trajavam camisa e bermuda, veste que parecia ser comum para homens e mulheres de todas as idades. Às vezes, algumas poucas mulheres apareciam de saia, mas essas eram muito poucas.

No barco, que peguei no Terminal de Madre de Deus, a caminho da ilha de Bom

Jesus, ocorre o momento de encontro com os habitantes dessa ilha. Dividi aquela experiência de respirar e de ser entorpecido pelo diesel que fazia o motor funcionar. O barulho muito forte silenciou muitas vezes as conversas, que exigem um exercício de repetição para superar os ruídos produzidos pelas engrenagens do motor que se sobrepõem a qualquer outro som.

Os diálogos entre os habitantes e visitantes eram diversos: falava-se sobre a política do momento, doenças e atendimento no hospital de Madre de Deus, que está proibindo o atendimento a todos das ilhas de Bom Jesus, Paramaná e Maré por fazerem parte de Salvador. As narrativas mencionavam também a falta de água e as eventuais interrupções de luz, que prejudicam tanto as casas quanto as mercearias. Poucas vezes ouvir falar de violência na ilha, seja essa de furtos, roubos ou briga de marido e esposa. Como a travessia é de 14 minutos, essas conversas normalmente são breves, mas algumas continuam em terra firme. Desci na ponte da Igreja, um dos pórticos de passagem.

Já em terra firme, continuei andando pelas ruas de paralelepípedo. Olhava calmamente a paisagem com árvores, bancos, cachorros de rua (que caracterizam também esse lugar). As casas, com suas janelas e portas sempre abertas, pareciam convidar para um café, ou um almoço, ou mesmo um copo de água gelada por conta do calor sempre muito forte. Observei o uso das praças entre os pares, e posteriormente, por conta dos meus contatos, fui participando das rodas de conversa.

As ruas são marcadas por estatuas católicas. Perguntei a Dona Maria Catarina quem havia colocado essas estátuas nas ruas da ilha, mas mesmo ele, que conhece todos, não teve respostas para me dar, pois desde que se entende por gente essas imagens estão espalhadas nas praças. Assim, Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Rua do Nordeste), Santa Bárbara (Rua do Fogo), Crucificado (Outeiro), Santo Antônio (Rua da Igreja), Nossa Senhora Aparecida (Entre a Rua das Flores e a Rua da Igreja). A Rua do Brito destoa das demais, com a estátua de Iemanjá, que é bem maior que as outras estátuas católicas e está também em local de destaque. Alguns interlocutores me disseram que na Rua do Tanque vivia uma senhora muito devota de São Lázaro de forma a festejar esse santo no mês de agosto. Entretanto, quando a mesma ficou idosa, adoeceu e estava à beira da morte, seu filho mais velho, então convertido a uma igreja evangélica local, incendiou o nicho de São Lázaro. Ele e outros membros de sua igreja colocaram outra escultura no lugar que, na fala dos interlocutores, tornou-se uma “coisa”, pois o que era para originalmente representar uma Bíblia aberta terminou parecendo com uma “bunda”. Na fala de um de meus interlocutores “é algo bem mal feito e que está bem degradada, não

sendo mais possível reconhecer o que os evangélicos queriam que fosse a escultura”.

Figura 27 – Nossas Senhora da Conceição, Aparecida e Santa Bárbara



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Durante o trabalho de campo, fiz várias incursões nos três turnos. Acordava bem cedo e saía. Pela manhã, ficava assistindo à vida do povo com seu corre-corre: era gente para pegar o barco, grupos de meninos e meninas para ir para escola, trabalhadores da construção civil passando para Rua do Brito. Passava homem, menino, mulher com sacos diversos. Alguns idosos colocavam a cadeira na porta e sentavam-se para tomar banho de sol. Os cachorros de rua, que eram muitos, dóceis e de fácil amizade, ainda deitados como rodilhas espalhados na rua, iam aos poucos se espreguiçando. Bonja estava já acordada às 8:00 horas da manhã.

Ia andar pela Rua do Brito, fotografar pessoas, ver os avanços da requalificação, conversar com as pessoas, anotar coisas no meu caderno de campo, fazer alguns croquis do lugar para poder usar em escritas posteriores. Sentava-se nos bancos na Rua do Brito e ficava olhando a paisagem, constituída pelo mar, a restinga do mangue, os barcos que passavam. Sempre apareciam pessoas fazendo caminhadas, montando bicicleta, correndo. Fiz esse exercício tantas vezes que perdi alguns quilos andando muito.

De manhã para tarde, algumas vezes visitava as casas de Dona Maria Catarina e de sua mãe, Dona Liliane, que já colocava o almoço para nós e ainda fazia o convite para que eu voltasse à noite para comer bolo. Em certa ocasião, almoçamos uma apetitosa moqueca de siri levemente apimentada (uma verdadeira delícia). Costumava dormir um pouco à tarde – entre 13h30 e 15h30 aproximadamente, quando os comerciantes têm a prática de fechar seus estabelecimentos. Todos se voltam para dentro de casa, pois o calor

imperava. Assim, esse era meu momento de descanso, sendo que muitas vezes ia escrever o que tinha visto no notebook, lembrar de detalhes, fazer outras novas anotações.

Aproximadamente às 16h, o pão começava a circular nas ruas de Bom Jesus, pois em vez de você ir à padaria, a padaria vai até você. Com os pães já separados em saquinhos com seu nome, transportados em um carro de mão, a vendedora grita os nomes dos habitantes em frente de cada casa. Era possível pagar no ato, ou a dona padeira anotava em um caderninho a quantidade de pães, dia, data, nome e preço. Não era preciso se preocupar caso não houvesse ninguém em casa, pois o vizinho guardava ou mesmo pagava pelo seu pão, outro dos muito interessantes vínculos entre esses habitantes.

Notei que durante todo o tempo, o sorriso e conversas com o povo de Bonja eram muito fáceis. Além, é claro da boa comida, seja nas casas em que fui convidado a almoçar e jantar, seja nos restaurantes em que fiz refeições, ou na comemoração do aniversário de uma médica para a qual fui convidado a participar pela própria aniversariante.

Fofocas e anedotas acompanharam-me sempre. O povo da ilha é também de muita pilheria, caçoando um do outro com muita facilidade. Como todos convivem desde a infância, compartilham conhecimentos uns sobre os outros, o que lhes permite acessar memórias antigas e fazer brincadeiras com essências diversas. Essa forma de tratamento festivo e de trocas de gozações revelava muito dessas pessoas entre si e em sociedade local. Algumas brincadeiras revelavam traições, falta de trabalho, novos ricos, falta de pescado e outros temas apimentados sexualmente falando.

Assim, fui viver como um morador, experimentando o local. Enfrentei a falta de água para tomar banho depois de um dia de muita caminhada. Falta de água para lavar os pratos, dispostos sujos dentro da geladeira até que houvesse água novamente. Falta de água até para escovar os dentes, precisando comprar água mineral para pelo menos realizar a escovação. Relacionei-me com diferentes pessoas, algumas da igreja católica, da evangélica, espiritismo e candomblé. Enfrentei e fui vencido pelas muriçocas e maruins, mas sobrevivi.

Ouvi os casos de traições e relações amorosas. Encontros sexuais entre homens e entre mulheres. Havia mulheres que namoravam com os dois gêneros e estavam muito felizes. Mulheres que ficaram solteironas virgens, assim diziam o povo, e se dedicaram a outros projetos de vida. Havia também homens casados, bem machões que, quando possível, visitavam alguns rapazes para trocas de favores sexuais, mas também com o intuito de conseguir vantagens financeiras e outros meios de lucros.

Desta forma, encontrei uma população receptiva ao estudo que buscava construir.

Pessoas deslocadas, no bom sentido do termo, da cidade do Salvador, da lógica do perigo e do isolamento da cidade grande. Encontrei uma sociedade aberta para o sexo, buscando na sua prática formas de sociabilidades e, é claro, muito prazer. Acredito que a sorte estava ao meu lado, pois se sentar para conversar sobre a ilha, seu patrimônio cultural e o empreendimento da requalificação da orla produzia interessantes narrativas. O estar com essas pessoas foi muito orgânico, pois elas estavam sempre dispostas a ajudar, indicando pessoas, abrindo suas casas, revelando o passado, discutindo o presente e deixando o futuro meio de lado.

Assim, conversei com pescadores, marisqueiras, professores (aposentados, novos no serviço e gestores escolares), comerciantes, agentes culturais, presidentes de instituições, adolescentes, músicos, desempregados e, é claro, crianças. Fiquei interessando em compreender o calendário de festas com início em dezembro e finalização em julho. Estive com veranistas, com novos habitantes, com trabalhadores de instituições públicas que só estiveram na ilha para fazer trabalhos pontuais. E a impressão de que cada um passava era de que a ilha tinha uma magia que lhes permitia estar livres para viver, experimentar prazeres, fazer festa, pensar em brincadeiras, aproveitar cada instante, viver o movimento da vida.

Falando em fazer festas e preservar o passado, percebi que esses eventos eram mantidos por agentes culturais em sua maioria gays, juntamente com poucas lésbicas e heterossexuais. A presença gay na organização e execução dos eventos é algo bem interessante. Em uma conversa com um desses homens, que muito contribuiu com a pesquisa, descobri que: *“Nós fazemos mesmo, pois aqui não há nada, então tem que movimentar, tem que preservar nossa tradição. Tem gente que vem de longe, pois sabe que vai acontecer as festas, os movimentos e que nós estaremos à frente. Então fazemos rifa, esmola cantada, pedimos já no início do ano o “auxílio” e vamos guardando para fazer bonito”*.

Na construção da Festa do Dendê, presenciei o envolvimento da sociedade local, as escolhas dos Orixás segundo o desejo das próprias pessoas, e uma organização primorosa, que deixaria os demais bairros e localidades da outra Salvador de queixo caído. Nessa festa, teve Maculelê de Saubara, dança dos Orixás de Exu a Oxalá, saída com o carro do Caboclo decorado com flores, e faixa de fogo ao redor ao som da Filarmônica União dos Artistas. Essa procissão aconteceu nas principais ruas, sendo a Rua do Fogo o local em que o Caboclo ficou para voltar só no dia 2 de julho pela manhã com a alvorada de fogos. E o povo voltou para praça da Igreja para dançar, comer e

saborear as diferentes bebidas ali servidas. Foi realmente uma noite de grande beleza, plasticidade, sociabilidade, alegria, dança e festa completamente alcoolizada.

Certa vez fui convidado para acompanhar o Sr. Pegua e Dona Maria Catarina à feira noturna de Madre de Deus fazer compras. Fomos de barco, em altíssima velocidade, por volta das 17h, quando já anoitecia. Essa aventura permitia um rápido distanciamento da ilha, ou seja, um *flash* do olhar distante, mas ao mesmo tempo acompanhado dos amigos que me ajudavam a enxergar as coisas, as paisagens, a vida naquela localidade.

Meu peregrinar e conversar com inúmeras pessoas na ilha gerou também inquietações, pois, como todos sabiam, por ser forasteiro naquele local, era impossível passar despercebido. Assim, durante algumas conversas, sempre que perguntava sobre a requalificação da orla de Bonja, percebia de imediato um medo bem forte no ar. Os entrevistados enfatizavam que “era um absurdo aquilo que estavam fazendo, que eles não foram ouvidos”. Mas o fantasma do que poderia acontecer com eles e comigo caso prosseguisse com a pesquisa foi externado com as frases: “cuidado, você está perguntando demais”, “cuidado você pode ter problemas”, “não posso falar, pois moro aqui, você ainda pode ir embora, mas eu e minha família ficaremos aqui”, “faça sua pesquisa e caia fora”.

Percebia que os olhos, a postura corporal, as mãos, as faces se modificavam, pois as obras de requalificação era um assunto proibitivo, amargo, difícil de resolver. De outro lado, era também a possibilidade de trabalho para muitos primos, pais, mães, filhos que agora exerciam as funções de pedreiro, servente de obra, pintores, eletricitas, segurança, merendeira e outras atividades. Todos sabiam que estavam trabalhando para algo que mudaria aquela localidade, mas precisavam e precisam dos salários para sobreviver em um local em que é bem difícil conseguir emprego formal.

O fato é que o assunto da requalificação é tema espinhoso, transforma a ilha em uma ilha do medo, suscetível a diversas interpretações. Esse fantasma cotidianamente olha cada cidadão e, no imaginário do povo, “esse ser sabe de tudo que as pessoas estão fazendo”. O silêncio e/ou o silenciamento manifestam-se em tons de sussurros, no pedido de mudar de assunto, na troca abrupta da questão por outra coisa bem simples e fácil de encarar. Nesse processo de conhecer essas pessoas, fui também entrevistado por elas, pois, apesar da receptividade, minha presença nas ruas, na igreja matriz, nos eventos, em um aniversário, na Rua do Brito e em outros lugares fez com que alguns pensassem que eu era um fiscal ou funcionário da empresa que estava fazendo a requalificação, ou polícia federal. Acho que também contribui para muitas outras imaginações.

De fato, essas imaginações também me prejudicaram durante a pesquisa. Quando

estive em outubro de 2017 em Bonja, fui almoçar em um restaurante, cujo dono foi muito receptivo (episódio já narrado anteriormente). Entre uma conversa e outra, ele falou do empreendimento da requalificação e que teria sido convidado a ter mais um restaurante no que será a nova orla para o turismo, com a possibilidade de maiores ganhos. Essa informação gerou a mudança de meus planos para tese. Cinco meses depois, estava fazendo a pesquisa de campo e comecei a conversar com muitas pessoas. Ele, observando minha presença, os rumos de minha conversa, passou a esquivar-se das entrevistas.

Acredito que esse dado é bem interessante, pois passei os quatro meses de pesquisa de campo correndo atrás desse homem para realizar uma entrevista. Ouvi todas as respostas possíveis: “venha às 19h”, “agora estou assistindo TV”, “passe amanhã pela manhã”, “agora estou cozinhando”, “venha mais tarde às 18h”, “agora estou jogando dominó”, “estou cansado”, “hoje não dá”, “volte depois”, “para que é essa entrevista mesmo?”, “vai entrevistando os outros e depois eu te dou a entrevista”, e assim por diante. Assim, voltei do campo sem realizar essa entrevista. Acredito que esse senhor, refletindo sobre o formato final do que eu poderia produzir, possivelmente acreditou que sua colaboração com minha pesquisa poderia prejudicar seus planos futuros, como, por exemplo, a chance de ter outro restaurante, que muito iria ser benéfico para ampliar seus negócios, ajudar seu filho que estava desempregado e que constituiu família. O silenciar dos interlocutores era como um “livrar-se de problemas futuros”.

Restava-me então fazer minhas perguntas aos proponentes da obra de requalificação, o que me pareceu a melhor saída. Entretanto, todas as vezes que busquei fazer contato telefônico ou visitava as repartições da Prefeitura de Salvador, eu era jogado de um lugar para outro, nunca encontrava os responsáveis, pois eles estavam em campo e voltariam dentro de algumas horas. Além disso, eu deveria enviar uma carta de intenção, meu projeto de doutorado, carta da minha orientadora, documentos que seriam analisados por alguém para somente depois haver alguma devolutiva. Isso nunca aconteceu, mas sim um imenso absurdo e desrespeito comigo como soteropolitano e pesquisador.

Destaco que encontrei poucas pessoas a favor do processo de requalificação da orla da Rua do Brito, sendo que sua motivação se devia a acordos que lhes permitiriam certos ganhos mínimos. Alguns outros interlocutores me falaram discretamente que conheciam os que apoiavam aquele empreendimento. Também conforme esses interlocutores, os apoiadores estavam recebendo ridículos ganhos, mesmo acreditando que estavam sendo espertos por ficarem do lado de quem tinha poder e dinheiro.

Assim, o campo de pesquisa e a observação participante e em algumas vezes a participação observante me permitiram analisar processos sociais que envolviam os interlocutores em diferentes situações do cotidiano. O que contribuiu para reconhecer as rivalidades entre homens e mulheres, e mesmo dentro dos seus grupos de gêneros. Esses aspectos influenciariam nos processos de produção do patrimônio cultural nesse lugar. Percebi também satisfatória felicidade dessas pessoas em morar em um lugar onde as crianças podem brincar na rua até tarde, o que faz de suas infâncias um diferencial que lhes acompanha na adolescência, fase adulta e permanece quando a velhice chega. Existência que liga esses atores por fortes laços de amizades e interesses.

Esses laços lhes fazem trocar e permanecer em práticas de ajuda mútua, pois estão “ilhados”, afastados por duas horas da cidade de Salvador. As trocas cotidianas lhes permitem sobreviver, existir. Isso foi muito presente quando uma Sra. queria muito fazer um bolo, mas não tinha ovos e, de forma tranquila, bateu na porta da vizinha, pediu os ovos, fez o necessitado bolo e levou um pedaço em agradecimento. Outro momento foi a disposição de uma vizinha para ficar tomando conta dos filhos da outra que precisava ir a Madre de Deus. Em um terceiro momento, a partir da observação quase que estática da vida dos “outros”, quando presenciei algo singular, que envolve a venda e entrega dos pães da padaria nas casas das pessoas. É comum naquele lugar que o pão seja entregue na porta de casa, em pedidos nominais e na quantidade exata previamente solicitada. Em caso de ausência do cliente (por não estar em casa ou estar dormindo), é um (a) vizinho (a) quem anota no caderno da padeira, responsável por toda a cadeia de distribuição, estocagem, controle e entrega dos pães.

Enfatizo que também presenciei fatos tristes, como o sepultamento de uma senhora que esteve por muito lutando contra um câncer, mas infelizmente perdeu a guerra. Grande parte da população voltou-se a tentar compreender como foi a morte. As ruas tinham pequenos grupos que falavam, ora aumentando, ora diminuindo os fatos. Mas todos participaram respeitosamente do enterro, em romaria de silêncio, respeito e dor.

Esses fatores permitem compreender essa sociedade local em ebulição e envolvida com suas atividades cotidianas. Destaco que, observando e mesmo conversando com tantas pessoas, percebia que havia as rivalidades, os desgostos, a busca por liderar e impor vontades, como em qualquer outro lugar onde há humano, práticas de sociabilidades e regras sociais. Logo, a etnografia permitiu enxergar uma população viva, inconstante, amiga, generosa, conflituosa, integrada, que se envolve a pensar e repensa o seu processo de produção do patrimônio cultural versus o empreendimento que, de cima para baixo,

sem anuência dos habitantes, faz emergir conflitos que vemos a partir dos demais capítulos, nos quais aprofundo as discussões sobre as táticas para o enfrentamento de ambos os lados.

2.7 A ARTE, O PATRIMÔNIO E A REPRESENTAÇÃO: O OLHAR DOS ARTISTAS LOCAIS

Estava na Rua do Brito, onde ocorria a requalificação da orla. Interessavam-me os painéis que foram pintados nas paredes em frente às quadras de esporte no final da obra de requalificação. Esperava para conversar com o bem-humorado Sr. Mundo (74 anos, aposentado da Petrobras, de família com forte relação de permanência na ilha, sentimento transmitido por pai, avós e bisavós), que possivelmente viu aquelas pinturas serem concebidas e executadas, pois ele é habitante antigo de perto da Rua do Brito. Eram 15h30, o sol estava bem forte, achei ruim ter marcado nesse horário, pois não havia sombra para que pudéssemos ficar refrescados; porém, só me restava esperar pelo Sr. Mundo. Depois de uns 10 minutos, ele chegou de bermuda até os joelhos, sandália havaianas e camisa no ombro. Vinha devagar, não havia necessidade de pressa:

Eu – Oi, como vai?

Sr. Mundo – Tudo bem Marcos? Como está fazendo calor aqui. Tem certeza que quer ficar aqui?

Eu – Se o senhor quiser, a gente fica, pois quero lhe perguntar sobre esses painéis.

Sr. Mundo – Se for por isso, então a gente fica, mas vamos arranjar um lugar mais fresco, aqui está quente demais. [...]. Estou à disposição, o que você manda?

Eu – Eu não mando nada, o que eu quero é saber quando isso aqui foi feito e o que está representando.

Sr. Mundo – Bem, é assim, eu vou falar, o que eu sei. Aqui foi três pessoas que fizeram. Dois rapazes, é daqui o outro eu não sei. Eu fiquei interessado em ficar assistindo o negócio aí na parede. Primeiro não entendia nada, aí como conheço eu fiquei só de parte, fiquei interessado, e fui ficando a olhar todos os dias. Para mim era fácil, fácil, fácil, eu fico aqui sentado e aproveito e coloco a vara para pescar ali na rampa, e depois fico olhando os meninos trabalhar. Era um monte de tinta, pincer [pincel] de todos os tamanhos, e aquelas coisas de ferro, que serve para subir de um lugar para outro, como é o nome?

Eu – Andaimos?

Sr. Mundo – Sim, isso endeimos, endeimos, andaimos, quase esse nome não sai da guela, que ajudava eles a subir. Tinha escada também.

Algumas vezes chegava mais perto pra vê melhor, pois estou na idade que a visão fica meio ruim, mas dá ainda pra vê, minha filha quer que eu vá ao médico, mas não vou não, não vou colocar aquele treco na cara, só se for a última coisa, treco esquisito. Mas voltando, meu querido, os três meninos, eu digo meninos, porque eles têm idade de ser meus netos, mas devem ter uns 20 e tantos anos. Eu fiquei só olhando, eles primeiro fez desenho com lápis, aí deu para vê as coisas, mas fiquei de longe, deixei trabalhar, depois outras pessoas também vieram vê e bisbilhotar, esse povo daqui gosta de novidade. Depois veio as cores, e como ficou bonito, foram alguns meses, dois, três, e foi ficando bonito. Depois eles também desenharam algumas pessoas que conheço desde pequeno, gente daqui, mas não fiquei zangado por não está no painel, foi escolha dos meninos, eles que sabem. O bom foi vê que a gente tem muita coisa aqui. Eles pintaram e colocaram as cor, as cores. Me corrija quando eu falar errado para não ficar errado aí no bicho [celular] [risos]. Aí quando eles fizeram os painéis deu para vê quanta coisa a gente tem, que às vezes nem a gente dá importância, e eu fiquei feliz, feliz mesmo em vê aqueles painéis, mesmo de longe, e ninguém me reparando, estou contando para você que pediu, acho que nem eles sabem que eu fiquei por aqui, [risos]. Ficô um bonito trabalho, acho que se o sol não castigar tanto, será muito bom para a criançada vê o que nós temos aqui.

Com essa narrativa, Sr. Mundo possibilitou-me imaginar como esses mesmos artistas enxergam a si próprios na escolha para representar as pessoas, celebrações, paisagens, flora e fauna. Dimensões simbólicas, cosmológicas e genealógicas, abrindo diferentes contextos que envolvem o processo cotidiano da vida, das coisas e suas almas. Fluxo a partir dos elementos que dão sentido ao existir. Nesse sentido:

[...] os usos diversos da categoria “patrimônio”, explorando suas concepções nativas. Eles mostram que aquilo que poderíamos designar a “vida social” dos “patrimônios”, inclui necessariamente as diversas formas de recepção e usos de objetos e espaços, assim como seus efeitos sobre aqueles que os classificam na vida cotidiana. Representação que ao trazer construções sociais e ideológicas do conhecimento, permite acessar dinâmicas que envolve localização, identidade, reconhecimento social e reivindicações de verdades. (GONÇALVES, GUIMARÃES e BITAR, 2013, p. 10)

Ainda buscando compreender como se deu a produção desses painéis, conversei com um dos artistas, Sr. Rucke (23 anos, solteiro e homossexual), que, de forma desembaraçada, falou sobre aquela produção:

Nós queríamos retratar as pessoas e coisas daqui, da forma que nós conhecemos essas pessoas, os festejos, as ruas. É uma coisa nossa. Uma coisa muito particular. Ninguém disse como deveríamos fazer, apenas pagaram e a gente fez. Assim, nós, eu, Fulo e o outro que não

mora aqui, escolhemos tudo, e começamos o trabalho. Acho que ficou bom, eu acho, não sei, mas acho que todo mundo gostou muito. Esse trabalho abriu portas para outros trabalhos, para as pessoas começar a me compreender como artista, eu gostei muito. Acho que é isso.

Nesse sentido, a representação, alicerçada na confiabilidade, validade e alteridade, traz à tona o reconhecimento dos patrimônios culturais materializados em arte-mural. Esses elementos, nos planos pictóricos, permitem polifonias nas diferentes formas de recebimento dessas imagens, que apresentam personagens existentes ou que existiram na sociedade local, roupas e tons, paisagens da fauna e flora locais, além da lida do trabalho da pesca. Esses elementos permitem vinculações diretas sobre os modos de vida dessa população, contribuindo para a tentativa de compreensão das ressonâncias e entrelaces dessas pessoas individual e coletivamente, o que envolve esses personagens ligados ao passado no presente, o presente com o passado, e o cotidiano construído coletivamente como importante sentido para existência de um futuro.

Assim, exército os sentidos de olhar, ouvir, anotar, transcrever e refletir sobre a produção de três artistas na ilha de Bom Jesus dos Passos que buscam retratar seu povo, suas práticas, seu mundo e como esse mundo os faz quem são e lhes fazem acreditar. Nesse processo de materialização das celebrações dessa vida nessa ilha, os desenhos expressam a tradição, o imaginário (BACZKO, 1985) e a continuidade da vida, mesmo que esses murais não apresentem conflitos:

Ora, ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos. E certo que devemos ter cuidado ao aplicar um vocabulário moderno as sociedades “primitivas”, designadamente as que não conhecem um poder estatal. Nestes casos, tanto o imaginário social como as técnicas do seu uso são produzidos espontaneamente, confundindo-se com os mitos e os ritos. (BACZKO, 1985, p.299)

Essa imaginação, quando acionada via representação, nos faz perceber que há “saberes locais” que estão em contínuo movimento dos quais participam homens e mulheres, terra e mar, animais aquáticos e aves, vento e ações diversas que revelam o estar lá. A trama e o entrelace da vida, a partir da arte mural, vinculam as pessoas aos imaginários, e dessa construção se estabelecem identidades. São imagens que destacam os ícones da ilha e revelam essa pequena Salvador. Imagens que estabelecem pactos ao devir, pois reforçam a necessidade da continuidade daquelas práticas sociais. Os olhares

dos artistas, que são nativos, revelam a representação das manifestações culturais locais e contrastam com a falta de entendimento de seu trabalho por parte das pessoas que os contrataram. Ademais, a informalidade desses contratos sem nomes contrasta contrapõe-se à formalidade do empreendimento de Requalificação da orla sul e leste de Bom Jesus. Essa arte e a fabricação de um novo lugar mostram dicotomias entre formas de viver, sentir e compartilhar esse lugar.

Esses artistas, por meio dos murais, revelam suas particulares percepções sobre personagens e temáticas, ação artística que contrasta com a devastação do manguezal e consequentemente dos apicuns, que são o centro de vida dessa vegetação. Nesse contexto, também fica de fora representar a dragagem da praia, que destruiu ecossistemas, substituindo praia por aterro de aproximadamente 100 a 200 metros sobre plantas e animais marinhos, o que formou uma nova paisagem naquele local, mas muito comum em outros lugares também fabricados para receber, servir e entreter o que chamamos de turistas.

É nessas idas e vindas por mar, encontradas nos painéis, que percebemos os sentidos do preservar. Os murais retratam as celebrações, e mesmo não sendo o intuito dos artistas, contribuem para encobrir as complexidades arquitetônicas impostas, além da forma como ocorrem as celebrações, sejam essas a procissão com os santos católicos, os Ternos de Reis ou as celebrações dos Orixás. Essas práticas culturais envolvem lideranças, que alternam a cada manifestação cultural e pactos coletivos.

Assim, o fazer acontecer em um lugar que conecta profundo sentido de pertencimento leva-nos a analisar as representações existentes nesses murais, que são elos para reconhecer agentes, instituições, cosmologias, faunas e floras com suas particularidades. Os desenhos, a escolha dos planos e a escolha das paredes para os necessários destaques permitem conhecer centro e periferia, poder e coletividade, importância e sutilezas. Sr. Rucke nos fala desses planos:

A gente queria retratar no painel principal a importância da igreja. Deu trabalho, pois cada um tinha uma impressão diferente sobre o que era a igreja, mas a gente foi conversando e fazendo as coisas. Em conjunto a gente escolheu as cores, os planos, e as pessoas representadas a partir de quem a gente se lembrava. Foi uma onda fazer esses painéis, ficamos livres, livres para fazer o que a gente queria, foi um trabalho muito prazeroso.

A partir da narrativa de Sr. Rucke, podemos refletir sobre os murais que parecem

querer revelar, por meio de cores vivas, a vida em movimento, movimento que dá sentido ao existir. Para tanto, o artista, como ele mesmo fala, usou com liberdade as escolhas dos símbolos, que também traduzimos nas posições religiosas dos atores nas cenas retratadas.

Há ainda certa arqueologia de saberes que envolve a realização de cada uma dessas celebrações. O mar, as pessoas, os animais, a vegetação exuberante do mangue, dos aratus (caranguejos) andando na lama, dos barcos coloridos, que transitam entre Madre de Deus, Paramana, Maria Guarda e Bom Jesus dos Passos, com suas figuras humanas alegres que acenam, parecendo que podem nos ver como se estivéssemos as esperando e lhes dando boas-vindas.

Nessa construção de cores, traços e sentidos de vida, os artistas mostram figuras humanas brancas, negras e mestiças. Não há elementos indígenas no cenário. Mesmo assim, percebe-se uma mistura de povos que fazem parte desse lugar, ainda que as figuras de destaque, os cinco idosos (três homens e duas mulheres) pareçam ser brancos. Contextos que são traçados nas paredes e no colorido, que dão sentidos a objetos e pessoas que participam de ações que estabelecem diferenciados pertencimentos.

Nesse contexto de pertencer àquela ilha, encontramos lideranças que trazem a todo tempo suas trajetórias pessoais e familiares para reforçar a importância de preservar e salvaguardar os elementos materiais e imateriais que formam a memória e história local e que lhes permitem ser diferentes dos demais povoados em seu entorno, as ilhas próximas. Os murais trazem diferentes sentidos do que pode ser e do que é patrimônio cultural para as pessoas de Bom Jesus dos Passos. Bens culturais que interligam processos cronológicos, estações do ano, vidas pessoais e coletivas, tempos de vida das coisas e dos lugares. Tempos múltiplos friccionados quando necessários para gerar ordenamentos, auras, formas de fazer, *habitus* (BOURDIEU, 1989), constituindo as tradições, tão necessárias para preservar a singularidade desse povo de Bom Jesus:

[...] *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retornando ao idealismo, como Marx sugeria nas Teses sobre Feuerbach, o “lado activo”, do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado. (BOURDIEU, 1989, p. 61)

Nesse contexto, no qual a tradição se faz tão forte, uma das bases de existência liga-se ao pertencimento aflorado em discursos de amor à terra natal. Ao realizar as celebrações com investimentos provenientes de carnês, esmola encantada, rifas e outras formas de engajamento, toda a sociedade local dá vida a acontecimentos do calendário de festividades que renovam os sentidos de pertencimento, o que acaba por reforçar tais posturas e diferenciar essa Salvador no enfrentamento da “invasão” de sua ilha por um empreendimento que poucos sabem o que é realmente. Esse fato permite o aflorar da participação e do pertencimento desses habitantes junto aos seus patrimônios culturais (materiais e imateriais), independentemente das ações do Poder Público Municipal.

Dona Maria Catarina narra de forma animada a prática dos carnês, das esmolas cantadas, das rifas, do jeitinho brasileiro que essa sociedade local já pratica há muitas décadas:

É uma coisa daqui mesmo, antes mesmo de eu nascer. Quando eu vendia com o tacho na cabeça, eu vendia também para ajudar nas coisas da igreja, nos festejos. Eu sempre gostei de ir de casa em casa e oferecer as coisas para vender. Era mingau, doce, cocada, tudo que era possível, e não tinha vergonha não. Eu vendia mesmo, minha mãe colocava na minha cabeça o tacho e eu saía pelas ruas, assim todo mundo me conhecia, e depois isso foi muito bom para fazer bastantes amigos. Sobre esses painéis, eu acho que ficou lindo, é a coisa da gente, é a coisa que a gente sabe fazer, os meninos foram bem felizes em saber como retratar, eu gostei muito, é bonito a gente vê nossa gente fazendo as coisas que a gente gosta, é isso, ali na parece há o que a gente traz no nosso coração, é o nosso povo, é o povo de nossa Bonja.

Dona Maria Catarina ainda completa:

Sobre os painéis está uma beleza, muito lindo, chique, mas parece que não casa com a devastação da obra aqui na pontinha. Uma hora eles constroem de um jeito, depois destrói, depois constrói, e a arte que fizeram ficam solta no lugar. É uma pena, eles deveriam ter se preocupado em unir, mas acho que faltou sensibilidade de quem estava pagando.

É a partir da observação do fazer cotidiano nos murais concebidos como representação de pessoas que se realiza esse fazer cultural alicerçado em celebrações cujos tempos de organização, construção e execução são bem específicos. Os murais expõem, ainda que não nitidamente, os patrimônios culturais e as pessoas que estão ou estavam envolvidas na produção deles.

Nas falas dos interlocutores (Sr. Mundo, Sr. Rucke, Dona Maria Catarina),

percebemos o fator pertencimento. Para aqueles que vivem na ilha, os painéis contratados não se limitam a embelezar a nova orla, mas possuem outras representações. Uma coisa com a qual a maioria dos habitantes locais parece concordar é que há contrastes entre esses lindos painéis e a destruição dessa enseada transformada e domesticada por concreto, pedras e novas estruturas. Portanto, esses painéis expressam a multiplicidade de formas de construção do patrimônio cultural local, mas, ao mesmo tempo, estabelecem inquietações sobre o que um dia fora aquele sítio. A seguir, fazemos uma análise do plano pictórico geral a partir de cada quadro da situação retratada, com observação das cores, ornamentos e figuras do mural.

O Mural Procissão Bom Jesus dos Passos

Figura 28 – Desenhando para Colorir



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Nesse momento, busco por meio da perspectiva “de perto e de dentro” enxergar no “mural da procissão do Bom Jesus dos Passos” as escolhas feitas pelos artistas dos símbolos e as representações dessa festa, que inicia em dezembro com a novena e tem seu ponto culminante com a festa e procissão no mês de janeiro. Pretendo assim compreender o cenário, os atores e as regras. Geertz (2011) sinaliza que:

[...] os significados só podem ser “armazenados” através de símbolos: uma cruz, um crescente ou uma serpente de plumas. Taís símbolos religiosos, dramatizados em rituais e relatados em mitos, parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, tudo que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que ele suporta, e a maneira como deve comportar-se quem está nele. (GEERTZ, 2011, p. 93)

Os artistas conceberam quatro perspectivas de uma narrativa que tem na Igreja matriz o lugar que centraliza os afetos, possibilita os inícios das grandes festividades e também o encerramento dos atos religiosos e pátrio. Sr. Rucke diz:

A igreja como o grande destaque daqui é o lugar que a gente se encontra para fazer tudo. Seja dentro da igreja, no pátrio dela ou ao redor dela. A igreja de Bom Jesus é o lugar que a gente se sente perto do padroeiro. É o lugar da gente ir para tomar uma brisa e nada mais lógico que começar a pintura pela igreja. Entendeu?

Na narrativa de Sr. Rucke, essa igreja, para além de ser um artefato de destaque na ilha, estabelece o cenário para inúmeras atividades que ocorrem no cotidiano. Por ser uma construção do século XVIII, a igreja faz parte do imaginário local há muito tempo. É o primeiro grande prédio avistado pelos habitantes desde suas infâncias, concentra as pessoas de maior influência na ilha por conta da Irmandade do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e também é o lugar almejado por aqueles que querem se casar com as bênçãos da Igreja Católica Romana e a necessária resposta social à sociedade local. Assim, essa igreja, como ícone de múltiplas referências, exerce um *ethos* que envolve aspectos morais e estéticos da cultura local, imprimindo vínculos culturais, religiosos, pessoais e afetivos com essas pessoas, os quais constantemente desencadeiam movimentos, criam elementos para preservação dos festejos católicos, essência vivida desses habitantes.

Nesse processo de produção desse mural, os artistas elegeram quatro mulheres negras e jovens com trajes que fazem alusão a alguma religião de matriz africana. Elas estão próximas a uma árvore antiga que parece oferecer sombra e flores, uma alusão a uma antiga árvore que existia de fato perto da igreja e que foi destruída por vândalos há alguns anos, conforme inúmeros interlocutores. Essas quatro mulheres negras carregam uma jarra, dentro da qual há flores de cores rosa, vermelha e branca, remetendo àquelas que estão nos andores dos santos. Próximo, há um homem branco com camisa azul e calça escura, um homem negro já idoso e uma figura que parece ser a de uma mulher branca. No fundo desse plano, há a Igreja de Bom Jesus dos Passos, pintada de branco e com frisos amarelos contornando toda a construção, sendo que suas janelas e portas estão pintadas de verde. Tem-se a impressão de que foi da igreja que partiu a procissão.

Figura 29 – Mulheres Baianas e a Procissão



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Assim, na representação, os artistas escolheram essa Igreja Matriz como o lugar de começo de tudo. Decidiram retratar as mulheres negras vestidas de baianas, fato que parece associado ao senso comum segundo o qual as mulheres vestidas de “baianas” são sempre negras. Entretanto, conforme a observação participante e as narrativas dos interlocutores, o histórico da formação da população dessa ilha difere do da ilha de Maré (distante 40 minutos de barco), ilha essa que concentra uma população negra, pois em Bonja há forte presença de pessoas claras e loiras, com olhos verdes e azuis.

Os idosos do lugar falam que seus pais não deixavam que homens negros, sejam esses saveiristas, comerciantes ou outros passassem da praia, o que dificultava conhecer as filhas da terra, que se compreendem como descendentes de holandeses com índios. Conseqüentemente isso também dificultava a constituição de famílias “misturadas” com negros, ainda que, com o tempo, houvesse o encontro desses homens e mulheres negros e negras com a população branca. De qualquer forma, a presença de homens e mulheres negros e negras é até hoje reduzida nesse local, o que indica que, ao escolherem retratar as baianas como mulheres negras, os artistas estariam buscando certa “autenticidade” para a pintura desse mural baseada em um imaginário referente ao habitante local.

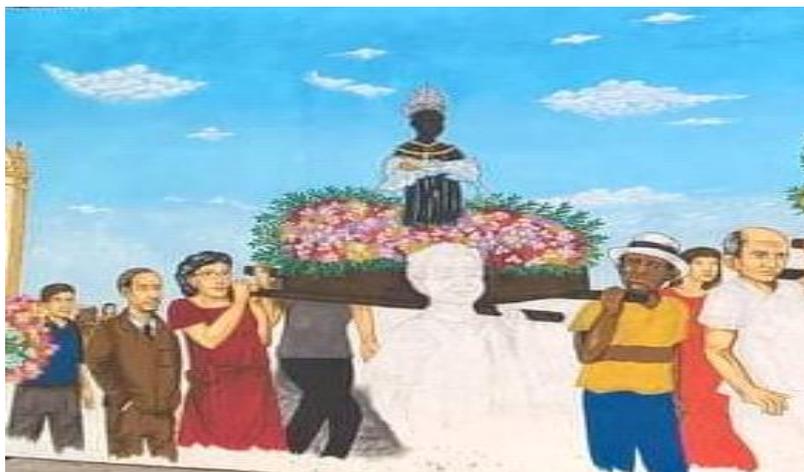
Os artistas, juntamente com demais interlocutores, também explicaram que desde sempre a imagem de Bom Jesus dos Passos do século XVIII é homenageada com a presença de imagens do Santo Expedito e de Nossa Senhora dos Navegantes. Concentrando no andor de Santo Expedito, percebe-se que o mesmo está ornado com folhagens e flores pintadas de vermelho, branco e amarelo. À frente, do lado direito, há um homem negro de meia idade, de chapéu, camisa laranja e calça azul e o único na cena que olha para nós. Do seu lado, há um homem já idoso, com os cabelos brancos, de camisa

laranja claro e gola azul que sorri. Atrás, vê-se uma mulher de meia idade, branca com vestido avermelhado, e do outro lado, percebe-se a figura de um homem branco com camisa cinza e calça branca. Atrás e do lado da mulher de vestido avermelhado, há um homem de paletó e gravata, com a mão no bolso da calça.

Abaixo, carregando o andor, temos à frente uma mulher branca de meia idade, com vestido vermelho, óculos escuros. Em seu pescoço, carrega um colar com o crucifixo. Olhando para frente com uma expressão serena, parece estar imersa naquele momento religioso. Do mesmo modo, do outro lado, há um homem idoso que carrega a outra parte do andor. Veste camisa azul e a expressão de sua face revela o quanto ele está compenetrado com essa celebração católica.

Na parte traseira, vemos uma mão negra no andor, estando o resto do corpo encoberto por uma senhora que está junto a esse andor e cujas palmas das mãos estão unidas. Essa mulher olha para frente, como as duas outras figuras, todas com uma expressão de satisfação diante daquele acontecimento. Do outro lado, vemos duas outras figuras masculinas. A primeira, de cor branca, com rosto quase amostra, com camisa com faixa brancas e amarelas, cinto escuro e calça verde clara. O outro tem cor negra, está encoberto pela imagem do andor, só sendo possível enxergar sua camisa escura e calça azul.

Figura 30 – Andor de Santo Expedito



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Sr. Rucke explica a importância de Santo Expedito:

Mesmo não tendo tantos homens e mulheres negros, a gente daqui se considera negro, pois houve a mistura de raças, claro que isso demorou, pois os mais velhos eram realmente racistas. Mas Santo

Expedito sempre foi muito festejado durante a festa de janeiro. As senhoras daqui têm muito carinho por esse santo. Tanto é que há três grupos separados para arrecadar fundos para essa festa, um deles é das pessoas devotas desse santo.

A convivência no período da realização do campo de pesquisa permitiu-me enxergar essa devoção quando as mulheres da ilha paravam por alguns instantes de pé na frente do nicho de Santo Expedido. Parecia que falavam com seu amigo mais íntimo, movimentando seus lábios suave e quase que secretamente, pedindo-lhe sua benção. Ao sair, tocavam seus pés, em sinal de devoção por esse santo.

No terceiro plano, temos o andor da Nossa Senhora dos Navegantes dentro de uma pequena embarcação. A santa está trajada com vestes e véu azul e branco e ornada com folhagens e flores brancas. Por proteger cotidianamente aqueles que pegam os barcos para sair e entrar na ilha, está sempre na boca desse povo. Sobre a santa, Dona Glória fala:

A gente cuida de tudo da santa. Os cabelos dela é de verdade. E todo ano bordamos a roupa, colocando tudo que há de mais bonito, pois é ela que nos protege nesse ir e voltar de barco, não se pode pensar a festa de Bom Jesus sem Nossa Senhora, ela é a mãe dele, ela é Maria, e precisa ser reverenciada sempre.

Durante a procissão, constatei a importância dessa santa, pois todos querem tocar a imagem, carregar esse e os outros dois andores, reverenciar essa santa, que está no cotidiano protegendo pais, mães e filhos quando vão trabalhar, estudar e às muitas festas dentro e fora de Bonja.

Figura 31 – Andor de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

No último andor, os artistas homenageiam e dão destaque à figura de Bom Jesus dos Passos, principal referência do lugar. Esse andor está ornamentado com flores vermelhas e rosas, em harmonia com as vestes do santo em vermelho. A estátua de Bom Jesus dos Passos carrega a cruz, uma referência católica de dor e fé que acompanha o imaginário de todos para os quais esse ser é o salvador dos homens. Há também um buquê com as flores ornando seu entorno. As narrativas sobre a importância de Bom Jesus dos Passos traduzem a importância e devoção desse santo, que é “Deus” para essas pessoas, e revelam uma relação íntima no cotidiano de seus devotos. Dona Maria Catarina fala:

Bom Jesus dos Passos é tudo, tudo, tudo, tudo. Vivemos ao seu redor, sabemos onde ele está. Ele está guardado na igreja e de lá ele enxerga todos nós. E aquela imagem do século XVIII ela precisa participar da procissão, pois ela carrega uma coisa que faz todo mundo se emocionar. Já tentamos colocar a réplica, mas ninguém quer. A verdade é que a imagem original ela sim tem a força desse nosso santo, ele é tudo para mim, ele é tudo que há de bom nessa ilha, eu me emociono quando penso em Bom Jesus, meu santo.

Figura 32 – Andor de Bom Jesus dos Passos

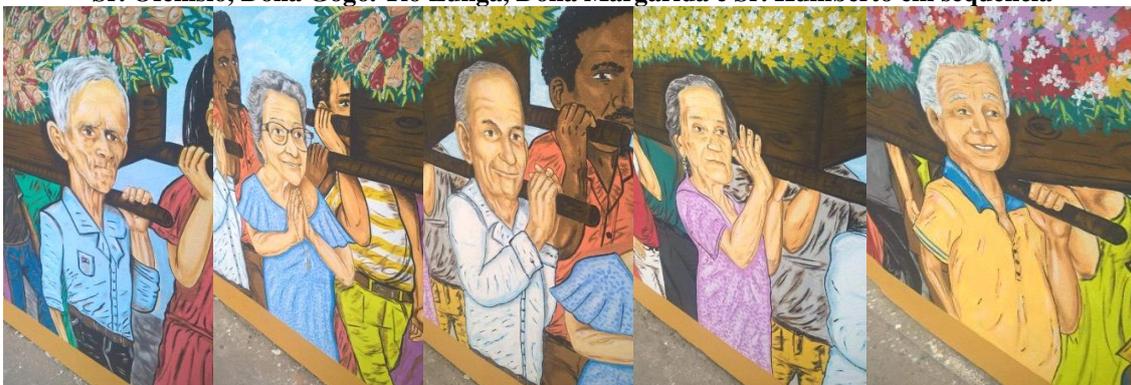


Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Ao homenagearem figuras locais, os artistas contribuem para que o resto da população reconheça a importância dessas figuras na salvaguarda da cultura local. É o caso do primeiro personagem representado da figura (da esquerda para a direita) que apresenta o Sr. Ofenício já falecido, importante artista local autor de inúmeras obras de arte na Igreja de Bom Jesus. A seguir, no mesmo sentido, vê-se a Dona Gogó, educadora

e professora de gerações de pessoas no local, ainda viva e responsável pelos festejos, especialmente os Ternos de Reis. No centro, tem-se tio Zunga, enfermeiro da ilha de Bom Jesus, já falecido que, conforme os artistas, realizava partos e extraía dentes. Ao seu lado, temos a materialização da lembrança de dona Margarida, já falecida, marisqueira e dona de casa que, conforme alguns interlocutores, era muito querida nessa ilha. Por fim, vê-se Sr. Humberto, também falecido, e que sempre apoiou os artistas locais. Pessoas de destaque social, educativo, religioso e financeiro nessa ilha.

**Figura 33 – Personagens locais em destaque:
Sr. Ofensio, Dona Gogó, Tio Zunga, Dona Margarida e Sr. Humberto em sequência**



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Assim, esse mural busca dar expressividade, mas com vistas a elevar as pessoas ao importante evento da procissão que homenageia esses três santos, envoltos na cor azul celeste e nuvens brancas, assim como as figuras humanas, os objetos com seus significados e importância social. Destacam-se nessa composição figuras de pessoas reais que nomeio a seguir e que constituem “agentes culturais” dessa cultura local.

Figura 34 – Composição completa representando a tradição que se repete todos os anos



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Nesse contexto, a procissão e seus planos de importância, ao fazerem uma alusão à festa do padroeiro da ilha, contribuem para que sejam percebidos aspectos sociais, raciais e de gênero. Assim, compreendem-se o fazer cotidiano, as celebrações da tradição local, que envolve a sua população, o imaginário e a influência do senso comum, mas especialmente a ligação de todos esses conjuntos de cenários, atores e regras que compõe esses habitantes e suas respectivas formas de viver seu cotidiano.

2.8 ENTRELACES E PERSPECTIVAS

As discussões realizadas a partir dos tópicos que estruturam o capítulo introduziram o (a) leitor (a) na perspectiva de compreender essa ilha com seus espaços geográficos, seus sentidos e significados de seus modos de vida, os desenhos que suscitam a *malha* social e lhes dá sentido. É nesse mundo concreto que compreendo ser possível juntar os aspectos vistos no capítulo 1 e aprofundar as práticas da “arte de fazer” que está materializada nos principais patrimônios culturais da ilha no capítulo 3.

É na busca por alinhar os “4 As”³¹ e as especulações que trazem a Antropologia com o exercício de compreender misturas, fricção e variáveis, tecidas nas equações

³¹ Antropologia, Arte, Arquitetura e Arqueologia (INGOLD, 2015).

derivadas que busco refletir sobre essa ilha, seus habitantes, como estes se pensam e se realizam. Ingold (2015) diz que: “Todas vidas são sociais não porque estão enquadradas, mas porque estão entrelaçadas. Toda vida é social neste sentido, uma vez que é fundamental um entrelaçamento de muitas linhas correndo concomitantemente” (INGOLD, 2015, p. 317). São esses aspectos que permitem amplificar as compreensões sobre os sentidos dados via os processos de produção do patrimônio cultural pelos seus agentes culturais locais, que nitidamente reconhecem suas diferenciações das sociedades locais ao seu redor (Ilhas de Capanema, Maria Guarda, Frades, Coroa, Vacas).

Esse desafio de olhar, refletir, sentir e traduzir essa população é o que me leva a compreender a fluidez da estratégia com tática que a sociedade local de Bom Jesus dos Passos está sempre exercitando, em contrapartida da estratégia que impõe a colonização, dominação e privatização de um lugar, exercida pelo Poder Público, que não se permite compreender as dinâmicas do lugar, mas que exerce pressão para impor um novo ritmo de vida às pessoas dessa ilha.

3 OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS LOCAIS EM PROCESSO

As coisas estão vivas, como já notei, porque elas vazam. A vida no ASO não é contida; ela é inerente às próprias circulações de materiais que continuamente dão origem à forma das coisas ainda que elas anunciem sua dissolução.
(INGOLD, 2012, p.32)

Neste capítulo, aprofundo o debate sobre a categoria principal deste trabalho, o “patrimônio cultural”, acionado no capítulo 1 e 2. Para tanto, busco por meio de ações práticas dos agentes culturais (COELHO, 1997), apresentar esse lugar-lar e seus entrelaces, que constitui refinada *malha* social, que tangencia pactos, conflitos e diferentes formas de realizar os processos culturais.

Nesse contexto, a observação participante permitiu-me perceber que há simultaneamente “estratégia e tática” (CERTEAU, 2007) convivendo nesse lugar-lar. Pude enxergar essa dualidade como trunfo, via diferentes patrimônios culturais e, conseqüentemente, as tradições (HOBSBAWN, 1984) que possibilitam formas criativas e rebeldes para burlar a necropolítica do Poder Público local.

O termo “tradição inventada” é utilizado em sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar em um período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e as que se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWN, 1984, p. 9)

Vale destacar que essa ilha faz parte da periferia da periferia, já que está atrelada à Prefeitura Bairro de Periperi, subúrbio ferroviário. E embora pertença ao bairro de Periperi, onde há praia, não há barcos para fazer o transporte marítimo de pessoas e cargas entre ilha e continente. Esse fato complica muito a vinculação dessa Ilha e de seus habitantes à capital, pois para sair e chegar da ilha, enfrenta-se 2 horas de uma viagem que envolve roteiro via rodoviária, BRs, e, posteriormente, o Terminal Marítimo de Madre de Deus.

A Ilha está localizada em frente à cidade de Madre de Deus e é circundada pelas ilhas Capanema pertencentes a Salvador, Maria Guarda, Vacas, Coroa, Frades e, distante 40 minutos de barco, a Ilha de Maré, que também pertence a Salvador, mas que está localizada em frente ao distrito de Caboto, cidade de Candeias. Essas três ilhas (Bom

Jesus dos Passos, Capanema e Maré), como fantasmas geográficos na composição da cidade de Salvador, vivem suas dificuldades, pois praticamente não há efetiva cobertura municipal aos problemas locais.

Assim, retornando a dualidade “estratégia e tática” nos processos de produção do patrimônio cultural na ilha de Bom Jesus dos Passos, percebo que é de suma importância descrever e analisar as práticas envolvidas no processo de produção do patrimônio cultural dos interlocutores desse lugar, pois é a partir desses processos que é possível apresentar e discorrer sobre como se dá a vida social do patrimônio, via ressonância (GONÇALVES, 2003) e tradição (HOBSBAWN, 2015) que celebram diferentes formas de realizar o saber, o fazer, o saber-fazer e a arte de fazer (CERTEAU, 2007). São essas práticas nitidamente perceptíveis ao longo de oito meses de intensos movimentos de salvaguarda das memórias e histórias desse lugar-lar que percebemos como estratégia e tática em interação estabelecem sensível e requintada *malha* que mistura ações culturais da sociedade local via igreja católica, a Filarmônica, os ternos de reis, a Festa do Dendê (que homenageia os Orixás), os barcos coloridos, a comemoração cívica do Dois de Julho, os quais formam a cultura local, aqui utilizados para nortear a dualidade encontrada por essa população que articula com força e precisão os agentes culturais no seu Lugar-lar.

O processo que envolve esta vida social do patrimônio permite reconhecer e questionar os protagonistas locais, homens e mulheres de diferentes idades no que tange ao seu “fazer cultural” local. Tal protagonismo constrói-se por oposição aos “outros”, palavra essa algumas vezes proferidas pelos interlocutores. “Assim, embora de um ponto de vista *teórico* atores humanos codifiquem as coisas por meios de significações, de um ponto de vista *metodológico* são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social” (APPADURAI, 2008, p. 17).

Esse “outro”, o Poder Público local é compreendido como antítese dos protagonistas no lugar, ou seja, aqueles que empreendem a domesticação e mercantilização do lugar não conhecem e nem vivem o fazer cultural local nem estabelecem diálogo sobre o devir em relação a essa ilha e seus habitantes. Esses “outros” empreendem um modelo de “desenvolvimento” hostil para humanos e não humanos, ação que realizam sem diálogo com a sociedade local, estabelecendo certo tipo de necropolítica fundamentada no racismo estruturado e nas diversas faces da violência que Mbembe (2018) nos convoca a enxergar que se trata desse racismo institucional, racismo de Estado, “este velho direito soberano de matar” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Assim, a sociedade local dessa ilha esquecida pelo Poder Público vem envolvida

com essa necropolítica, que está implantada dentro do que compreendemos como sendo a colonização dessas terras brasileiras. Além disso, a única forma por meio da qual se conhecem os projetos de Estado se dá através de boatos, como o que acontece com a necroqualificação das orlas de Salvador, que também envolve a Orla da ilha de Bom Jesus dos Passos (Bonja), ou as ampliações sobre o mar e mangue que devastam parte da experiência coletiva.

Compartilho a seguir os principais ícones da cultura local e a análise da vida social dos ritos de alianças constituídos a partir dos patrimônios culturais. Para tanto, utilizo o calendário de homenagens/celebrações local que ocorre entre os meses de dezembro a julho, quando a sociedade local está imersa em certo tipo de catarse para salvaguardar seus bens culturais. Considero como princípio norteador enfatizar que, ao utilizar de forma primorosa a dualidade “estratégia/tática” (CERTEAU, 2007), a sociedade local impõe singularidade, pois ao preservar suas manifestações e seu Lugar-Lar afronta de forma astuciosa o Estado necrófilo, sempre estratégico, invisível, vigilante e extremamente agressivo.

3.1 ACOMPANHAMENTO MARÍTIMO DE BOM JESUS DOS PASSOS: GENTE, FÉ E CARNAVAL NO MAR

Para chegar ao acompanhamento marítimo, a sociedade local se torce e contorce em diversas frentes de trabalho, o que envolve a formação de três comissões de festas. Todas as comissões devem captar recursos durante o ano para pagar os gastos referentes às homenagens devidas aos santos a saber: a 1ª comissão homenageia Bom Jesus dos Passos, a 2ª destina-se à Nossa Senhora dos Navegantes, e a 3ª a São Benedito. Todas essas comissões arrecadaram respectivamente, no ano de 2017, para uso de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, os respectivos valores: 50 mil, 40 mil e 30 mil reais.

Para realizar essa grande manifestação religiosa, ocorre a novena a Bom Jesus dos Passos nos primeiros dias do mês de dezembro, e a festa na segunda semana de janeiro, com o acompanhamento marítimo, procissões nos três dias de festa, contratação de bandas e pagamentos de policiamento, palco, barcos para trazer e levar o padre, pousada para esse religioso, contratação de luz, refeições para artistas, padre e policiais que vêm da cidade de Candeias. Todas essas ações configuram-se como um processo de forte

tradição entre as pessoas que vivem intensamente essa manifestação cultural.

Assim, em 14 de janeiro de 2018, participei do “Acompanhamento marítimo” de Bom Jesus, momento precioso para os habitantes desse lugar e para mim, que estava lá para participar e anotar, além de experienciar o *mix* entre religiosidade, carnaval e encontro de familiares e amigos. Assim, estar junto àquele que é considerado o mais significativo patrimônio cultural desse lugar era realmente um grande privilégio. Tal importância conferida a Bom Jesus dos Passos é inferida a partir do século XIX, quando os habitantes locais, utilizando os saveiros, grandes veículos náuticos utilizados no transporte de pessoas e cargas, realizavam a procissão marítima trazendo as imagens de seus santos à Igreja da Conceição.

Figura 35 – Igreja da Conceição da Praia (Salvador) – Parte interna



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Saí de casa em Salvador, por volta das 7h da manhã. Caminhei rápido, estava ansioso para chegar, pois não queria perder nada da festa de Bom Jesus. Cheguei à Igreja da Conceição da Praia, fundada em 1549 a mando do primeiro Governador Geral Thomé de Souza e localizada no bairro Comércio em 30 minutos. No primeiro momento, achei que estava no lugar errado, pois olhava para a igreja, ia até a porta e nada de ver alguém chegar. As horas passavam e em torno das 9h30 ouvi uma movimentação, como se algo estivesse acontecendo. Duas senhoras vestidas de “marinheiro”, com camisa padronizada e com o escudo da Irmandade de Bom Jesus dos Passos adentraram a igreja. Logo depois, ouvi fogos de artifício e me apressei em me aproximar da escadaria da Igreja. Cerca de

30 pessoas, com dois andores, foram se aproximando e logo adentraram a Igreja da Conceição. Embora a intensidade do sol não tenha ajudado muito, consegui tirar fotos e obtive boas imagens.

Figura 36 – Músicos da Filarmônica de Bonja na Igreja da Conceição da Praia



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

O andor de Bom Jesus dos Passos estava sendo carregado por mulheres, sendo que os homens carregavam o andor de Nossa Senhora dos Navegantes. Essa separação por gênero foi uma surpresa para mim, pois convencionalmente a atividade de carregar o andor, em sua maioria, é destinada apenas aos homens, sendo que em algumas sociedades locais o andor da santa fica a cargo das mulheres. Uma outra surpresa foi o início da missa após a chegada das imagens desses dois santos. Pensei comigo mesmo que a missa iria começar naquele momento, mas as imagens foram colocadas no altar mor e o pessoal da Irmandade saiu para algum lugar, voltando apenas uma hora depois.

Figura 37 – Mulheres carregando o andor de Bom Jesus dos Passos na área da Marinha no bairro do Comércio



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Posteriormente, conversando com um rapaz da Irmandade, compreendi por que tudo iniciou tão tarde: como os participantes saíram de Bom Jesus às 5h30 da manhã, passaram três horas navegando pela Baía de Todos os Santos, devendo ter chegado com bastante fome e sede, portanto. Assim, resolveram tomar o café da manhã. Como eu não sabia desses pequenos, mas importantes, fatos fiquei esperando e também fiquei com fome dentro da Igreja, pois a missa só foi acontecer às 11h. Missa rápida, sem muitos floreios. Entretanto, a igreja contava com no máximo 30 pessoas ligadas diretamente à Irmandade do Santo. Após à missa, saíram com a imagem no andor.

O presidente da irmandade, homem branco, dos seus 65 anos, 1,65m de altura, tinha uma face satisfeita por aquele acontecimento. Falou do púlpito para todas as pessoas presentes sobre a importância daquele ato e do envolvimento de sua família, que há mais de 60 anos está à frente da organização da Irmandade e que, naquele ano, renovava a fé trazendo novamente para festa o uso de um saveiro como antigamente era utilizado pelos seus pais e avôs. Sua fala trouxe ainda mais júbilo aos participantes da missa, que se olhavam e ficavam extasiados por realizarem aquela festa tricentenária. Em sua organização e por sua dinâmica, a festa envolve a população de Bonja, os que moram lá, e os que estão espalhados por Salvador, mas que sabem que no início do ano a festa tem que acontecer.

Após essa fala, o presidente da irmandade passou a tecer uma crítica pela baixa participação dos comunitários na própria missa. Fora da igreja, havia quase 400 pessoas à espera das imagens de Bom Jesus dos Passos e de Nossa Senhora dos Navegantes para realizar o acompanhamento marítimo (procissão). Para a missa, só estava ali o pessoal da irmandade, cerca de 30 a 40 pessoas. Assim, com essas falas, o presidente deu por encerrado o evento religioso dentro da Igreja da Conceição e chamou novamente aqueles que trouxeram para dentro os dois andores dos santos para proceder a organização da saída. As pessoas que carregavam o andor vestiam calça e camisa branca, tinham cerca de 40 a 60 anos em média. A saída da Igreja da Conceição foi cinematográfica, com fogos de artifício, oito músicos com instrumentos de sopro e de percussão, todos muito absorvidos na contemplação aos santos, felizes em realizar aquele ato, parte de uma grande festa que teve início em dezembro.

Durante o processo de pequena procissão, no caminhar com os andores e santos, a polícia militar parou o trânsito, o que possibilitou que todos atravessassem com segurança as três pistas em frente à Igreja da Conceição da Praia e seguir para o cais da Marinha do Brasil também na frente da Igreja da Conceição. Eu fotografava e filmava tudo que podia. O céu estava totalmente aberto e o calor parecia querer nos fritar vivos. A entrada no espaço da Marinha foi também cinematográfica com todos os marinheiros e oficiais parando para ver passar os dois andores com os santos e os devotos. Quando chegamos perto do cais da Marinha, as águas do mar estavam azuis, o sol refletia seu brilho nas águas, o Saveiro contratado para levar as imagens dos Santos na parte aquática da procissão, com sua ornamentação, ajudava para que esse cenário ficasse ainda mais perfeito.

Com a ajuda de muitos braços, foram colocadas as duas imagens dos Santos no saveiro. Como estava absorvido observando e registrando a missa e procissão e queria ficar perto do pessoal da irmandade para seguir no acompanhamento, pensei que iria no saveiro com a Irmandade, mas, ao me aproximar, descobri que o mesmo se destinava somente à Irmandade. Além disso, eu havia pago por uma passagem em outro barco. A arrumação para partida estava certa, e eu precisava localizar o meu barco. Telefonei para meu contato na ilha, pois havia entrevistado anteriormente essa pessoa, e ela estava organizando o acompanhamento com outro barco. Depois de conversar por telefone, deixei o cais da Marinha apressadamente, queria pegar o máximo de informações durante o acompanhamento marítimo.

Em contraposição à Igreja da Conceição que estava vazia, no cais do Terminal

Marítimo de Salvador havia quatro grandes escunas repletas de pessoas, com camisas diferenciadas, já bem alcoolizadas, com muita gargalhada ao redor, todos preocupados com suas *selfies*. Parecia o Bonfim light³², que ocorre no dia da Lavagem do Bonfim, também em janeiro. Nas embarcações, havia *open-bar*, almoço, música ao vivo (samba e pagode) e muita dança. Embarquei na escuna Pérola Negra, saboreei excelente feijoada ao som de música mecânica e fiquei tirando fotografias e observando o processo de festa em pleno mar e também o papel do Saveiro como a principal embarcação. Havia nesse barco dois grandes *freezers* repletos de latinhas de cerveja, cachaça à vontade, até mesmo picolé de caipirinha. Era realmente para “encher a cara”, e muitos camaradas fizeram isso.

Percebi posteriormente que a organização de barcos para o “acompanhamento” é algo que ocorre sistematicamente, gerando certo lucro para aqueles que estão envolvidos com esse trabalho, pois durante outras entrevistas muitos interlocutores falavam que já fizeram ou fazem os passeios de escunas durante a procissão. As narrativas dos interlocutores durante o acompanhamento marítimo e também durante a procissão em terra firme apontam que essa forma de organizar, participar, estar no acompanhamento é algo de suma importância para os habitantes, que compreendem essa festa como a principal manifestação cultural de seu lugar-lar.

Figura 38 – Escunas e Acompanhamento da Procissão Marítima



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

³² Festa privada realizada na área da Avenida Contorno, Salvador, na 2ª quinta-feira do mês de janeiro, concomitantemente à centenária Lavagem da Escadaria da Igreja do Bonfim. Nessa festa privada, dezenas de pessoas (nativas e turistas de várias partes do Brasil e do Mundo) pagam para usufruir de uma estrutura com bares, sanitários e área de alimentação destinada à classe média alta, que pode pagar o luxo que esse lugar proporciona e assim evitar caminhar oito quilômetros até a Igreja do Bonfim assim como se misturar com a população. Essa festa teve 12 edições, finalizada em 2018.

Em dado momento, ouvi muitos fogos de artifícios. Logo apareceu o Saveiro com os Santos e a Irmandade. A Capitania dos Portos acompanhava de perto o Saveiro e toda a festa no mar. Para agilizar, além de dois barcos da Capitania dos Portos, havia o *jet-ski* da Capitania, que rapidamente fiscalizava os movimentos irregulares dos barcos, verificando os limites dos barcos junto ao Saveiro. A operação de vigília era constante, pois eram muitos barcos e seus tripulantes ingeriam muita bebida alcoólica. As escunas no Terminal Marítimo de Salvador começaram a se preparar para sair também, e vagarosamente já estávamos iniciando o acompanhamento. Outros barcos foram chegando, e logo o mar quase que coalhava de barcos³³ vindos de todas as partes, de todos os tamanhos, modos, jeitos e formas de fazer festa.

O Saveiro com os Santos era o centro de toda festa e eventualmente fazia manobras específicas nas frentes das igrejas católicas. Em certo momento, pareceu-me que não havia almoço no Saveiro, pois os tripulantes olhavam seriamente para nós. Certamente não havia bebida alcoólica. Conversando posteriormente com um interlocutor da comissão da festa, ele informou que só foram providenciados lanches para o pessoal do Saveiro, única refeição que fizeram durante as cinco horas de procissão marítima. No Saveiro, presenciamos as paradas para saudar as igrejas de São Joaquim, Humaitá, Monte Serrat, São Tomé de Paripe, Mar Grande, Ilha de Maré, Paramana, Loreto e Madre de Deus até a chegada ao destino final, a Igreja de Bom Jesus. Lembro que o dia estava extremamente ensolarado, com muito calor, havia vapor da água salgada dentro da embarcação. Festivamente, os que também bebiam, fumavam e dançavam estavam atentos ao Saveiro com as imagens dos Santos homenageados.

³³ Para se ter ideia, havia um barco só de mulheres, que dançaram todos os tipos de música por cinco horas sem parar. Estavam com muita energia, mesmo com sol forte, mar movimentado, o som mecânico bem alto. Todas pareciam estar hipnotizadas. Havia também barcos de luxo, lanchas enormes e brancas com quatro pessoas e o capitão. Presenciei os tripulantes tomando champanhe em taças, vodca entre tantas outras bebidas enquanto comiam. Depois de uma hora de acompanhamento, uma dessas lanchas foi diretamente em nossa direção. Era uma dessas lanchas grandes e de luxo. Um dos tripulantes, um rapaz branco e por volta dos seus 20 anos, enxergou uma mulher em nosso barco e achou que deveria chegar mais perto para lhe entregar uma cerveja e lhe pedir o número de telefone. Após conseguir passar a garrafa de cerveja, houve o trocar de número de telefones, e ele seguiu na sua lancha de luxo. A menina voltou para seu grupo dentro de nossa escuna. Assim também aconteceu de as pessoas passarem de nossa escuna para outra em pleno mar, e vice-versa. Realmente, era um notável e perigoso fluxo de gente, bebida, dança, comida, um verdadeiro carnaval marítimo, intenso e muito festivo.

Figura 39 – Vista da parte interna da Escuna



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Figura 40 – Escuna parte Interna da Procissão



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Conversando com alguns interlocutores que estavam comigo no barco Pérola Negra, soube que esse festejo, além de renovar a fé, dinamiza o setor turístico e a economia da Ilha. Além disso, “as pousadas estavam cheias, todas as famílias dali estavam juntas nos barcos e nas casas, Bonja estava lotada e muito viva”. Esse estar vivo passou logo pela minha cabeça, pois os habitantes estavam totalmente imersos realizando a devoção aos seus santos, fato que unia suas vidas e lhes possibilitava a mistura de fé, devoção, lazer e subversão, tudo circularmente, pois passado, presente e futuro tornavam-se uma só coisa.

Figura 41 – Cerveja, Feijoada e Procissão



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

O cortejo religioso, com suas paradas nas frentes das igrejas, durou cinco horas e só terminou quando chegou à ilha de Bom Jesus. O cais da Igreja estava repleto de pessoas que aguardavam ansiosas pela chegada dos dois santos. Era inacreditável a quantidade de gente na ilha, pois parecia que o continente inteiro estava dentro da pequena ilha de Bom Jesus. Com grande esforço, foram desembarcadas as imagens de Bom Jesus dos Passos e Nossa Senhora dos Navegantes, que foram levadas para as principais ruas. Registro que o número absurdo de pessoas na ilha destoava da tranquilidade cotidiana do lugar. Tendo o dia iniciado com o Trido à Nossa Senhora às 4h30 da manhã, conforme relatos, depois que o Saveiro chegou com a imagem de Nossa Senhora dos Navegante e de Bom Jesus dos Passos, além é claro com a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e a comissão organizadora em direção à igreja da Conceição da Praia, em Salvador, foi realizada a missa. A partir do meio-dia, as imagens da Santa e de Bom Jesus retornaram à ilha em uma operação inacreditável de mais de doze horas de celebração, uma maratona que ainda não estava completa, pois novos capítulos estavam por acontecer em terra firme.

Minha lembrança sobre o acompanhamento (procissão marítima) leva-me a pensar que havia mais de 200 embarcações ao redor do Saveiro. A procissão, contudo, não acabou quando chegou em terra, pois havia ainda sua parte terrestre dedicada à Nossa Senhora dos Navegantes que também é seguida por muitos fiéis, entre habitantes e veranista da ilha. Normalmente, acontece no dia seguinte à procissão de Senhor dos Passos. Assim, na segunda, 15 de janeiro, logo pela manhã, aconteceu uma missa em homenagem ao padroeiro da ilha e, no fim da tarde, uma procissão muito concorrida. Havia muita gente para ver, ouvir, tirar fotos, se atropelar para ficar perto do andor, além das trocas de latinha de cerveja, muita paquera, abraços calorosos entre amigos, risadas que nos fazem rir também, criança no pescoço do pai, criança acompanhando e dançando, cachorros sendo enxotados na passagem, convites para almoçar quando terminasse o

cortejo.

A vida realmente torna-se uma experiência intensa nessa ilha que, nesses três dias, absorve quem organiza as festividades, pois todos ficam bem debilitados: as pessoas que participam dormem pouco, bebem bastante, estão dentro do mar, recebem visitas de parentes e amigos, ou seja, todos acabam sendo absortos e entram em um tipo de transe. Esse momento de reverenciar o Bom Jesus parece que entorpece as pessoas de forma que elas ficam completamente embevecidas durante 72 horas. Dona Maria Catarina nos conta que o terceiro santo homenageado é São Benedito, com missa e procissão, sendo que no dia da terça-feira, assistimos a um percurso bem menor que o das demais procissões, restrito apenas à praça principal da ilha. Nesse dia, houve a “Subida”, que consiste no retorno da imagem do Senhor dos Passos ao seu altar, momento em que também acontece a subida de sua mãe, Nossa Senhora dos Navegantes. Dona Maria Catarina completa: “*O povo fica extasiado com seus santos, choraram, se abraçaram, está completa a festa, nós conseguimos!*”

As comissões da festa congratulam-se com fortes abraços e em algum momento o abraço é tão forte que um levanta o outro do chão. É algo muito bonito de se ver. Tudo isso fecha a festa na tarde da terça-feira. Agora, de “roupa trocada”, Bom Jesus vai para seu nicho e ficará zelando pela população até a próxima festa, quando ele novamente sairá da igreja, passeará pelas ruas, navegará pelo mar em direção à capital, voltará assistindo ao carnaval de seus filhos e amigos e retornará ao altar da igreja com “roupa limpa e trocada” para ficar de olho protegendo sua sociedade local, em um fluxo contínuo de vida e trocas recíprocas. Nos três dias durante os quais realizei a observação etnográfica, a experiência de participar do acompanhamento marítimo possibilitou-me perceber dois aspectos: a “catarse” e o “dever” nessa sociedade local. Todos vivem intensamente seu processo de produção do patrimônio cultural – nesse caso, as representações e percepções que norteiam o santo padroeiro Bom Jesus, que permanece vivo a cada novo fazer cultural anual, a partir de pactos entre pessoas que podem ser parentes de sangue e ou parentes por amizade.

Destaco que há uma assimetria no envolvimento dos interlocutores com a festa, especialmente no que tange à missa na Igreja da Conceição da Praia, pois havia de 30 a 40 pessoas assistindo e reverenciando, ao passo que o número de pessoas no cais de Salvador passava certamente de 350 pessoas que lotavam as escunas. Percebo, ao analisar esse fato, que há descompasso no movimento de angariar novos fiéis, aspecto muito mencionado junto a Dona Maria Catarina, Dona Eva e outros interlocutores, pois “*poucos*

querem se voltar a responsabilidade de realizar os festejos religiosos, mas ao mesmo tempo a população contribui financeiramente para que ocorra os tais festejos”. Assim, constato que o patrimônio cultural, nesse caso, envolve aspectos da materialidade das coisas que projetam catarse junto a esses agentes culturais, o que desencadeia simbolismos, êxtase, permanências, elos e projeções imateriais. Materialidade e imaterialidade que buscam equilibrar razão e emoção, permitindo o estar junto, que passa a ser o fazer, participar e trocar experiências.

Ao projetar continuamente o acompanhamento marítimo que ocorre anualmente, são fortalecidos vínculos (i)materiais, atualizando esse patrimônio cultural, que passa a ser um tipo de *download* de memórias, que assegura o fortalecimento da identidade coletiva. Essa projeção na sociedade local conecta gerações, que repetem ritos, renovam o fazer, garantem as relações interpessoais, valorizam seu lugar-lar, assegurando ambiente fluido que permite a existência de identidades contínuas (PINA-CABRAL, 2013, p. 19). A partir dessas identidades que envolvem o dar, o receber e a obrigação de retribuir, presenciei muita alegria dentro dos barcos. Tanto para quem estava lá por fé, quanto para aqueles (as) que estavam lá por passeio e diversão. A alegria nas faces dos habitantes e amigos de Bonja era contagiante! E contagiava a celebração no mar, uma festa que envolve adultos de todas as idades, transformando o mar em carnaval, e acontece pela necessidade de reverenciar santos católicos como se fazia há mais de 300 anos.

Figura 42 – Passando pela Igreja do Loreto / Chegando em Bonja



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Esse espetáculo envolve homenagens aos três santos de grande devoção nesse

lugar entre trajetos por mar e terra, encontros de família, amigos e namorados, comida e música diversificadas. Os preparativos para a edição seguinte começam logo que termina a festa e novos acordos começam a ser firmados. Para tanto, são constituídas três Comissões de Festa, que trabalham por aproximadamente oito meses na preparação para realizar a arrecadação de relevante recurso financeiro por parte de cada comissão de festa, que dará vida à novena em dezembro e nos três dias em janeiro. O trabalho é tão intenso que parece que suga seus organizadores. Somente acreditando no espiritual como possibilidade para que esses agentes culturais consigam levar a festa até o fim.

Figura 43 – Voltando do Acompanhamento Marítimo



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Logo, enxergar a partir da experiência de viver a celebração-festa em alto mar, referenciando Bom Jesus e Nossa Senhora dos Navegantes e, posteriormente, São Benedito em terra, permite compreender também que, atrás desses eventos, há um batalhão de pessoas trabalhando anonimamente, fato que nos faz afirmar que esses agentes culturais de Bonja são excepcionais, pois continuamente realizam a maior procissão marítima da Bahia, que acontece durante cinco horas, mas que envolve 12 horas de trajeto se pensarmos que a mesma sai dessa ilha em direção a Salvador e volta para Bonja, onde ocorre a procissão terrestre. A organização mais parece uma maratona ou uma grande empresa realizando uma grande festa. Vendo tamanha organização e coesão, pergunto: onde está a fragmentação dessa sociedade local e por que não consegue proteger o lugar-lar, que aparentemente tanto ama?

3.2 A IGREJA: A PROCISSÃO DO ENCONTRO

Era 4 de abril de 2018 e já passava das 19h na igreja de Bom Jesus dos Passos quando Dona Maria Catarina chamou por mim. Pensei que era para ajudar a carregar alguma coisa na igreja, mas, para minha surpresa, era para compor a procissão do Encontro, no papel de soldado romano. De imediato aceitei, pois, como diz o ditado, “quem está na chuva é para se molhar”.

**Figura 44 – “Participação Observante”
na Procissão do Encontro**



Fonte: banco de imagens do autor (2018)

Fui levado até um antigo e grande baú de jacarandá, dentro do qual havia vários panos de todas as cores. Logo, encontrei uma mortalha vermelha, capacete prata com plumaria preta, lança comprida de ferro. Éramos cinco soldados romanos, a saber: eu (Antonio Marcos), Zeu, Kaká, Lino, João e Alex, que levava o estandarte com o pássaro, simbolizando o Espírito Santo.

Ainda dentro da igreja, Dona Maria Catarina explicou como seria a procissão, onde cada um deveria estar: o andor de Bom Jesus dos Passos à frente, depois as mulheres com Maria, mãe de Jesus, seguidas pelo estandarte com a imagem do pássaro, que simboliza o “espírito santo”, e depois os soldados romanos. Ainda dentro da igreja,

preparando os fiéis para a procissão, houve o momento de cânticos, orações, palavras proferidas pela Sra. Eva, antiga ministra da igreja e muito respeitada na sociedade local. Depois, ocorreram os preparativos para a saída em fila, dois a dois. Fomos avisados que todos deveriam estar descalços ao longo da procissão, conforme o rito exigia. Assim, retirei os tênis e os entreguei à Sra. Pérola, que os guardou para mim.

Destaco que sou candomblecista, mas já fui, no passado bem distante, católico. Mesmo se não tivesse religião, aceitaria participar da procissão, pois acredito que esses ritos agregam várias dimensões, sentidos e êxtases para além do patamar religioso. Também por ser uma oportunidade única de ser integrado junto dos habitantes em uma celebração tão importante para cada um dos participantes, que têm por Bom Jesus dos Passos seu mais profundo respeito. Como pessoa que pesquisa o patrimônio cultural, estava imerso no fazer cultural dessa sociedade local. Nada mal para um recém-chegado morador-pesquisador...

Ao sair da igreja, havia um carro de som que tocava música sobre a paixão e morte de Jesus. Antes desse momento, pela manhã, Dona Maria Catarina estava aflito e muito chateado com os músicos da Filarmônica, pois eles cobraram R\$1.400,00 (mil e quatrocentos reais) para tocar nessa procissão, algo que fugia completamente do inexistente orçamento da igreja. Houve muito aborrecimento de Dona Maria Catarina com os músicos locais e o mesmo decidiu pagar um carro de som para acompanhar a procissão. Vale salientar que, muito tempo depois, quando os ânimos se esfriaram, foi possível contratar a Filarmônica, cuja participação trouxe grande emoção ao evento.

Enquanto esperava pela saída da igreja, fiquei imaginando que durante meus então 43 anos nunca havia participado efetivamente de procissões; nunca me chamaram para ser anjo, demônio, soldado, Cristo. Minha estreia aconteceu nessa ilha de tantas histórias, pois. Saímos da igreja às 19h40 e percorremos as ruas de Bom Jesus, descalços, orando e observando. Por todos os lugares por onde passava, a procissão arrastava os habitantes, que aguardavam por detrás das portas entreabertas de suas casas para seguir atrás dos andores. Era possível ver a face das pessoas e constatar que algo estava acontecendo. O silêncio imperava, todos estavam absorvidos pela música do carro de som, pelas imagens de Bom Jesus e de Maria.

A presença dos soldados romanos trazia certo desconforto e, para minha surpresa, algo aconteceu. Chegando pela Rua do Nordeste, um homem apontou para os soldados romanos e com tom de injustiça esse anônimo gritou “Olha eles aí!! Eles que mataram Jesus Cristo” enquanto mirava os soldados. Fiquei imaginando a força do Cristianismo

dentro dessa pessoa e como aquele ato religioso era tão forte e importante na sociedade local, pois vivenciá-lo todos os anos era levado muito a sério.

Assim, percorremos as ruas, chegamos à Rua do Fogo onde uma mulher chamada Susy cantou um canto lírico, mostrando com as mãos uma toalha com a “face” de Jesus Cristo. Era aquele retrato bem eurocêntrico da imagem que imortaliza Jesus: homem branco, meia idade, cabelos grandes, soltos e loiros, coroa de espinhos e expressão de dor, mas também de benevolência. O cântico encheu o ambiente de prostração, tristeza e dor. A procissão seguiu e parou. O andor com a imagem de Bom Jesus dos Passos, carregado por homens, encontrou o andor com a imagem de Maria, carregado apenas por mulheres. Todos reverenciaram esse encontro. Partimos para igreja pelas ruas. As pessoas tiravam fotos, emocionavam-se, vibravam com o encontro e deixavam-se ser percebidas com sua fé naquelas imagens e na devoção ensinada e fortalecida desde a infância.

A ilha inteira estava nessa procissão: as pessoas, espremidas, amontoando-se umas contra as outras nas ruas. O carro repetia várias vezes as músicas dos cânticos religiosos, arrebatando os protagonistas dessa ilha: os olhares eram tristes pela dor do filho que iria morrer e que encontra sua mãe pela última vez na terra. Todo aquele ato não era algo folclorizado, mas um ato de fé, de muita seriedade e respeito. Era realmente impressionante observar a força da Igreja católica junto ao fazer existir, ao devir dessas pessoas.

Ao chegar à igreja novamente, a imagem de Maria entrou de costas, sempre carregada pelas mulheres. A seguir, igualmente de costas, a imagem de Bom Jesus entrou na igreja, mas carregada pelos homens. Houve novamente a arrumação no lado esquerdo dos bancos: primeiros as mulheres (meninas e senhoras), à frente sentadas, e depois os soldados romanos. Para finalizar o rito religioso, os ministrantes rezaram com a sociedade local o Pai Nosso e a Ave Maria.

Dona Maria Catarina apresentou-me formalmente para a sociedade local e pediu uma salva de palmas para mim, mesmo sendo proibido, pois nesses dias não se pode fazer barulho em respeito ao luto pela morte de Jesus. Porém, Dona Maria Catarina disse que eu, diferentemente de outros que foram convidados e não quiseram participar, aceitei me vestir como soldado romano e experimentar a fé que eles praticam. Após esse momento, ele finalizou a celebração e pediu que permanecessem apenas aqueles que estavam vestidos como judeus e soldados, e que os demais voltassem no dia seguinte, quinta-feira, às 18:00 horas na igreja, pois haveria uma nova procissão. Após a partida de todos, Dona Maria Catarina solicitou que os que haviam ficado retirassem as roupas e as guardassem

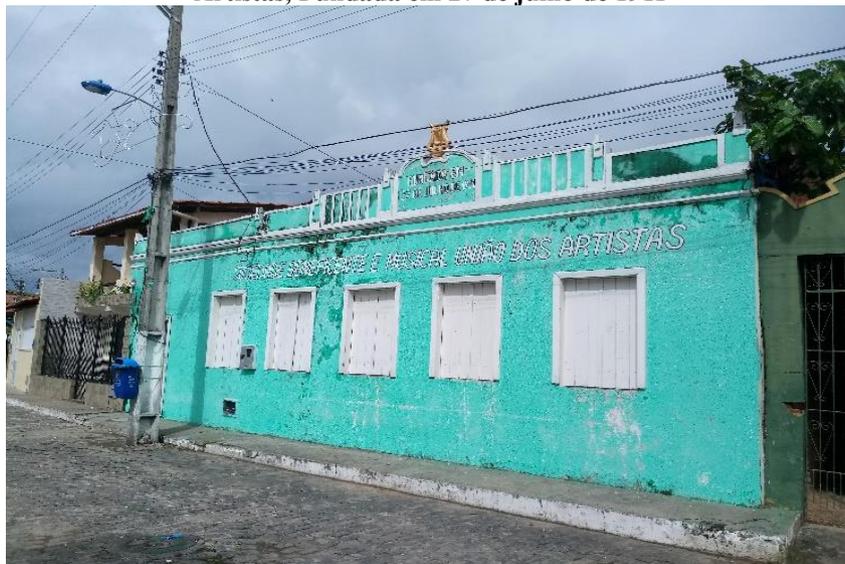
na sacristia, no baú, para serem utilizadas no dia seguinte. Assim, fui me recompor e calçar meus tênis. Fiquei esperando e ouvindo os responsáveis pela igreja sobre como seriam os demais dias. Depois, fechei o portão principal da igreja, bati o cadeado e ajudei a fechar o portão lateral da igreja.

Práticas religiosas são liturgias rituais que destacam o protagonismo de líderes locais, que passam a ser referência dentro e fora da igreja, articulando outros acontecimentos, sejam esses públicos, como as procissões, sejam privados, como os jantares após as festas religiosas organizados pelos seus líderes. Essas práticas e protagonismos servem para renovar a fé, estabelecer e fazer identificar hierarquias, revigorar comprometimentos e fortalecer laços e compromissos de sangue e de amizade. Assim, a experiência de participar ativamente da procissão do Encontro foi uma oportunidade que me lembra da “briga de galos” do livro *Interpretação das Culturas*, pois repentinamente aconteceu algo, aquilo que você nem imagina e que acaba por aproximar você das pessoas. Tratou-se de uma chance de criar vínculos com pessoas que antes não se conhecia. No final o Sr. Kaká, que era um soldado romano e pertence à Filarmônica da ilha, perguntou meu nome e o que eu estudava, colocando-se à disposição para ajudar com informações sobre a história da Filarmônica e do lugar.

3.3 A FILARMÔNICA ENTRE GERAÇÕES

Ouvi um som instrumental que parecia ser de um saxofone a alguma distância de minha quitinete. A manhã era de sol na ilha; olhei no relógio, eram 9h10. O som desse instrumento espalhava-se na tranquilidade da manhã, sendo difícil saber de que direção vinha, mas devia ser da região da Rua do Fogo, onde estava morando, ou da Rua do Tanque. Esse som agradável de uma música conhecida, era o bolero de Ravel, linda melodia. Provavelmente essa música e o seu tocador estavam ligados à Filarmônica Sociedade Beneficente e Musical União dos Artistas, criada em 1914. Praticamente todos os habitantes conhecem alguém que já fez aulas ou toca algum instrumento, ou já acompanharam seus filhos e netos na Filarmônica, situada na sede onde acontecem os ensaios instrumentais de música, aniversários, casamentos e muitos outros acontecimentos locais.

Figura 45 – Fachada da Filarmônica Sociedade Beneficente e Musical União dos Artistas, Fundada em 27 de julho de 1911



Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

A Filarmônica faz parte da existência da sociedade local. Saí e presenciei crianças e adolescentes de 10 a 13 anos, com seus instrumentos e com caixas de instrumentos indo para Filarmônica. Acompanhei-os. Eram em número de 11, sendo seis meninas e cinco meninos. Sem me preocupar com a distância, fui calmamente ouvindo as diferentes notas musicais, enquanto os jovens músicos também brincavam, divertiam-se, faziam traquinagem com os cachorros de rua até chegar à sede (risos). Eles entraram primeiro na sede da Filarmônica. Após alguns minutos, entrei e me sentei no corredor, em um ângulo que me permitia vê-los, ouvi-los e também enxergar o maestro. O maestro me olhou de longe, mas não deu nenhum sinal de que me conhecia, ou reconhecia, nem de que permitia ou não minha presença naquele lugar. Iria dar início ao ensaio, já eram quase 10h da manhã.

O maestro começou falando da responsabilidade de cada um com o instrumento e “passou aquele sabão” nos alunos por conta do horário, da aplicação nos estudos de música, das brincadeiras e da atenção junto aos exercícios musicais que deveriam praticar em casa. Explicou também as estrofes das músicas, quem iniciaria, quem acompanharia e quem finalizaria e o porquê de cada passagem musical. O ensaio começou. Foi realmente um esplendor conhecer e ouvir aquelas crianças, adolescentes e adultos que, unificados no momento, começavam a tocar seus instrumentos, reconhecendo as notas, os contrapontos, as semicolcheias, os compassos e o milagre de harmonizar sons para transformá-los em bela música. Outras pessoas chegavam à porta, o ensaio era um

espetáculo com paradas para verificar a posição de dedos, braços, cabeça, descompassos. Mesmo com todas paradas, tornava-se um momento ímpar, que ocorria durante quase todos os dias da semana em horários diferentes.

Após o término do ensaio, deixando que as crianças e demais arrumassem seus instrumentos para sair da sede, dirigi-me ao maestro e me apresentei. O mesmo ficou um tanto desconfiado, pois poucas vezes chegava um pesquisador na ilha. Marquei com ele para fazer uma entrevista no transcorrer dos dias seguintes. O maestro me contou que ele era “novo” na ilha, tinha praticamente seis anos que havia chegado, era casado e tido uma filha com uma moradora local. Disse não se considerar “a pessoa mais ideal” para a entrevista, mas que concordava em falar. Em 2018, havia 120 pessoas, em sua maioria crianças e adolescentes, frequentando as aulas da Filarmônica. Em 2014, a Filarmônica completou 100 anos, mas não recebe financiamento de Prefeitura de Salvador nem do Governo do Estado da Bahia. O que ocorre são pequenas parcerias com a Igreja e com outra instituição privada que faz a manutenção institucional, permitindo que os trabalhos de música sobrevivam. De qualquer forma, quase todos os habitantes já passaram pela Filarmônica. Entretanto, o maestro acrescentou:

A Filarmônica ficou 40 anos sem funcionar, 40 anos, mas ainda encontramos bons músicos espalhados. Quando eu cheguei procurei alguns para juntos reconstituir a Filarmônica, foi difícil, mas com a ajuda da sociedade local, fui começando a ativar a Filarmônica. Os pais começaram a acreditar e gostar de ver seus filhos tocando instrumentos, fazendo bonito, e outros foram ficando aqui na Filarmônica. Mas é bem difícil a manutenção, pois não há nenhum patrocínio.

Conversando com alguns pais e mães durante os muitos ensaios aos quais fui assistir, especialmente às 19h, quando um número expressivo de alunos estava na sede, permitindo espetáculos de alta qualidade, pude notar o fascínio desses pais, que já haviam praticado algum instrumento e cujos pais também haviam tido a mesma experiência em seus respectivos tempos. Agora, era sua vez de levar para a Filarmônica seus filhos e netos. Um deles, Sr. Jó, 63 anos, me disse:

Há isso aqui é uma beleza, eu trago meu netinho, mas é eu que mais gosto, tomo meu café da noite, coloco a camisa no ombro e venho com ele. Acho que gosto mais que ele. No meu tempo, lá longe, longe mesmo, acho que você nem estava nascido [isso é comigo – o pesquisador], a Filarmônica também era bonita, e tem ainda muita gente da minha idade que sabe tocar.

Assim como Sr. Jó, conversei com algumas mães que também relataram que fazer parte da Filarmônica era algo natural. Os pais e as mães traziam seus filhos em determinada idade, aconteciam os eventos da igreja e a Filarmônica participava. De fato, não ficava restrita às festas da igreja, mas tinha presença garantida em outras ocasiões também. Entre as falas que registrei que destacam o apelo intergeracional que as pessoas conferem à Filarmônica, posso salientar algumas:

Minha mãe me trazia, mas era a outra Filarmônica, o nome do professor já não me lembro, será que era..., esqueci, mas é muito tempo, hoje [2018] tenho 68. Eu sei que eu vinha com minha mãe, tocava flauta, era bem divertido, e quando tinha missa e procissão a gente ia tocar na praça e nas ruas, era bem emocionante, mas faz é tempo, tempo, muito tempo. Agora tô véia, magra, como estou magra, peito todo caído [risos], mas eu era bonita e aproveitava para namorar, trocar papelzinho com coração, mas minha mainha e painho não podia saber não, senão eu apanhava [risos]. (D. Dai, 68 anos)

Eu gosto muito de tocar, mas ainda estou aprendendo. Aqui é bom e ainda tem o lanche que o irmão do maestro faz, venho sempre. Minha mãe é aquela de blusa vermelha, ela não sabe tocar nada, e eu aprendo para tocar pra ela, ela gosta muito e eu gosto muito que ela goste. (João, 10 anos)

[Toco] Desde que a filarmônica voltou a funcionar que minha avó me trouxe. Era eu e minha irmã, mas minha irmã não quis, não tinha jeito, e eu fiquei, já tenho seis anos aqui, e quero continuar, acho que pode ser um bom ganha pão. Eu me dedico, levo a sério, faço os exercícios que o maestro passa, e ele não me chama atenção não, até as apresentações fora ele me chama. (Adolescente, por volta de 15 anos, anônima).

Conversando com outro adolescente, soube de outra forma de apropriação da Filarmônica como a constituição de uma espécie de saber que comporia um tipo de capital cultural passível de repercutir em sua carreira. Como me explicou: “*vou agora prestar concurso no exército, como instrumentista, será muito bom fazer parte da banda do exército. Aprendi aqui, foi aqui que aprendi as notas, agora tenho uma oportunidade*” (Kaká, 18 anos).

Fazer parte da Filarmônica, como os relatos nos mostram, era coisa “natural”. Os pais, por sua vez, também têm parte nisso quando levam seus filhos para os ensaios. Se no passado eram eles que participavam diretamente, agora são seus netos no presente que vivem esse pertencimento, através dos ensaios, apresentações dentro e fora da ilha. Isto possibilita uma contagiante relação com a música instrumental a quem ouve, quem está organizando as procissões, quem participa das procissões como visitantes, ou habitantes,

ou os fervorosos católicos, além também dos evangélicos. A música produzida pela Filarmônica e suas práticas musicais são empregadas para diversos fins na ilha, como, por exemplo, na festa não necessariamente religiosa do carnaval que é realizada pela Filarmônica, ocasião quando a Prefeitura de Salvador sempre está ausente. O maestro nos contou sobre isso também:

Aqui quem faz o carnaval somos nós, nós da Filarmônica, todo o ano desde que estou aqui. Chamamos os alunos e os que já tocam vão tocar e fazemos a festa. Prefeitura não aparece para nada, esse ano [2018] colocou um pagode baixaria, mas a população que está acostumada com música de verdade rejeitou, foi um processo, e a Filarmônica fez bonito.

Nesse contexto, pertencer à Filarmônica é tornar a reviver para os pais e avós suas memórias e histórias mais íntimas. Trazer seus filhos e netos é dar continuidade a esse devir. Permitir-se estar nos ensaios depois do café da noite é reconhecer aquele espaço e sua prática como sua e da sua sociedade local. E o fato de se tornar artista, mesmo anônimo, tocando nas procissões, praças e outros locais dentro e fora da Bahia, faz deles protagonistas de seu tempo e de sua arte. Além disso, há a possibilidade de aprender música com fins de profissionalização, sonho de alguns rapazes e moças que, ao chegarem na fase adulta, reconhecem na música a possibilidade de expandir o seu protagonismo na sociedade e de poder sobreviver por meio da sua arte.

Assim, a Filarmônica constitui-se como um elo entre gerações, uma ponte entre passado e presente, uma possibilidade de futuro para alguns que acreditam que pela música podem transformar suas próprias vidas. Esse patrimônio cultural torna-se imprescindível, pois está imbricado a muitas gerações, já que quase toda a ilha tem membros (avós, pais, filhos, netos, bisnetos) dentro da Filarmônica. Ou seja, pertencer é também fazer com que as famílias estejam presentes nas coisas da ilha, em um processo de tecer a *malha* social desse lugar que, a partir da música e de outros elementos do fazer cultural, permite que os habitantes se conheçam, reconheçam suas habilidades e troquem reciprocidades em procissões, casamentos, aniversários, carnavais, ressacas e até paqueras sempre ao som de boa música.

3.4 OS TERNOS DE REIS E SUAS RESISTENCIAS EM EXISTIR

Era 6 de janeiro; Dona Glória organizava com a família e amigos a saída dos Ternos de Reis em homenagem aos Reis Magos que, na tradição bíblica, teriam visitado o menino Jesus na manjedoura. A mesma também relata que existem sete ternos na ilha, a saber: o Terno da Borboleta, criado em 1900; o Terno do Tigre, criado em 1920; Terno dos Grã-Finos; criado em 1949; e o Terno da Estrela Dalva, criado em 1949. Há ainda Terno da Rosa de Ouro, Terno da Sinhá Moça, Terno da Vitrola e Terno da Burrinha. Dona Glória nos fala sobre esses ternos e que havia rivalidades entre eles, pois um queria fazer mais bonito que o outro. Os ternos da Borboleta e do Tigre geravam grande embate na sociedade local, pois todos os anos havia competição para verificar quem fazia melhor, com torcida organizada dentro da ilha. Assim, todos esperavam por esses dois ternos como se espera por um confronto de futebol BAVI na Fonte Nova entre Bahia e Vitória. Dona Glória nos falou com os olhos marejados de lágrimas de grandes recordações sobre esse tempo:

*Os ternos de Reis vêm de anos e anos atrás, em 42 quando eu nasci, já tinha terno da Borboleta e do Tigre, mas antes desse tinha Girassol, o da Vitrola, terno da Vitrola. O Terno do Girassol, inúmeros, uns dez. Borboleta e Tigre eram os mais ferrenhos. Borboleta era da Igreja da Rua do Nordeste, e o Tigre era da Rua do Fogo. Eu era ligada ao Terno da Borboleta, e sair de estrela no carro lá em cima, quando acabou o terno, o pessoal do Terno de Tigre inventou a música: **não sei para que riqueza, não sei para que orgulho, o carro da borboleta está levando entulho.** (Dona Glória, 72 anos, grifos do autor)*

Figura 46 – Ternos de Reis da Ilha de Bonja



Fonte: Clara Parras

Dona Maria Catarina conta sobre certo acontecimento com um carro, ornamentado com lâmpadas em um tempo em que não havia eletricidade, que repercutiu nos habitantes da ilha, extasiados ao verem lá em cima uma menina. Essa recordação foi-lhe transferida pela sua avó já falecida, que sempre contava essa história com relevante ênfase e que ele nos repete: “[...] *minha avó falava que quando o terno da Borboleta, com dona Glória que tinha sete anos de idade passou, foi uma coisa linda... Todos pararam para ver aquilo. Era com acumulador, bateria de carro*”. Dona Glória completa: “*eu tinha sete anos, em cima de um carro alegórico..., pense um carro alegórico criado para mim por meu pai, que era o principal [pessoa mais importante da ilha] dos Ternos*”.

Dona Glória nos conta que os ternos vão sendo feitos, mas não mais como antes, pois houve uma transformação social que não está permitindo com tanta facilidade a renovação de pessoas envolvidas com a manutenção do patrimônio cultural da ilha. A mesma dá seguimento:

Até hoje o terno do Tigre, quando passa na rua do Fogo, gritam: ‘segure o Tigre’. Até hoje, há o terno da Sinhá Moça, o Terno da Sinhá Moça, capengando, mas está saindo. Lilingho, quis fazer uma homenagem a mim, teve muitas pessoas vestida muito lindo. Só teve um defeito: saiu no dia do acompanhamento, já era meia noite, poucas pessoas viram. (Dona Glória, 72 anos, em 2018)

Esse terno que Lilingho fez, muita gente gastou muito, muito. No meio das outras, as pessoas sentem que está um pouco diferenciado. Esse ano teve nos dias, foi no dia 6 de janeiro,

homenageando os Santos Reis, em vez de colocar sete, oito estandarte, nós colocamos um estandarte. (Dona Glória, 72 anos, em 2018)

Dona Glória, Dona Maria Catarina, Dona Eva, todos falam como esses ternos são importantes para a vida da ilha. Os participantes mulheres e homens, com suas roupas de épocas, trazem para o local um momento cultural de extrema importância para que os próprios habitantes fiquem conectados com o passado e com o que está acontecendo no mundo, pois algumas coisas que são notícias passam a ser de alguma forma refletidas dentro do terno com faixas, músicas e roupas específicas.

A partir do relato desses três interlocutores, passo a compreender como se dá a categoria “ressonância”, pois o fato de realizarem os Ternos de Reis anualmente faz vibrar memórias antigas e construções de memória atuais. Essas memórias trazem desdobramentos que permitem o fluir do tempo, da trajetória pessoal e coletiva e das relações concretas e abstratas dessas pessoas que se conhecem toda vida.

Figura 47 –Estandartes dos Ternos de Reis



Fonte: Angélica Parras

Existem diversificados graus de entrelaces, mas todos sabem bem que só conseguem realizar essa e outras celebrações a partir do acordo coletivo, já que vivem no coletivo. Todos buscam ser felizes como um coletivo, mesmo que em determinadas horas haja rivalidades, individualidades e projetos pessoais. A realização dos Ternos de Reis nutre a inventividade dos interlocutores de Bonja. Isso permite-lhes expandir, brincar e dar novas ênfases a temporalidades, às trajetórias daqueles que vieram para fundar a ilha

ou daqueles que chegaram depois. É possível que aqueles que ainda nem compreendem direito o que representa essa celebração vivam a experiência dos Ternos com afeto e total desprendimento ao presenciarem a experiência daquelas pessoas cujas relações se firmaram na infância e vivem os Ternos anualmente. É dentro dessas alianças, construídas nas ternas idades, que as relações tecidas trazem a oportunidade de se harmonizarem os conflitos e possibilitar o compartilhar dos festejos. Tais festejos unem crianças, jovens e adultos de diferentes idades, exercitando a arte de fazer. Essa, por sua vez, ressoa múltiplos conhecimentos, permitindo trocas entre as gerações que compartilham experiências e processos de dar vida a uma manifestação centenária naquele local.

Ternos de Reis também provocam a discussão de questões atuais como a conscientização do uso da água, da importância da tolerância religiosa e tantos outros temas da atualidade. Na figura a seguir, o rapaz negro segura um cartaz sobre a importância de se economizar água. É a partir desses festejos anuais que o patrimônio cultural une a coletividade, discute os problemas cotidianos e permite que seus habitantes deem sentido à sua cultura local.

Figura 48 – Ternos de Reis e Mensagem de Conscientização



Fonte: Angélica Parras

Assim, esses grupos de senhoras e senhores idosos, adolescentes, adultos jovens, crianças de diversas idades apresentavam-se entre sorrisos, frases divertidas e, é claro, perceptível compreensão de pertencimento àquela ilha e às suas tradições. É a partir da participação das famílias que reconhecem esses movimentos como essência de suas vidas que toda essa experiência se faz relevante.

3.5 ORIXÁS E CABOCLO: REPRESENTAÇÕES E TROCAS SIMBÓLICAS

A movimentação para a realização da Festa do Dendê iniciou já em maio de 2018, e o povo sempre falava disso com certo orgulho. As pessoas não deixavam de lembrar o evento: “*Flor, esse ano tem a Festa do Dendê?*”, pergunta para a qual a resposta de Dona Maria Catarina era “*Como não, minha querida?*”, “*Como não, meu querido?*”.

De meu lado, quis saber do que se tratava tal festa, e o mesmo Dona Maria Catarina me disse: “*É a festa!!Tudo que você pode imaginar de mais diferente ocorre nessa festa e a ilha toda participa*”. Assim, começaram os rumores para a preparação desse acontecimento. Entretanto, os dias foram passando, as entrevistas avançando, a vida em movimento intensamente e essa festa parecia estar ficando de lado, pois na ilha de Bonja muitas outras coisas vão acontecendo em paralelo.

Quando junho apontou, tive a impressão de que, repentinamente, os primos Raio e Dona Maria Catarina começaram a lembrar e convidar as pessoas para participar da Festa do Dendê. Ao longo das semanas desse mês, a movimentação se intensificou mais ainda. Na realidade, uma agitação tomou conta de todos, pois junho era o mês de três santos (Antônio, João e Pedro). Esses eventos sempre envolvem as pessoas de todas as ruas da ilha, pois tudo fica muito dinâmico. A trezena de Santo Antônio, por exemplo, ocorre na igreja, sendo que no último dia (13 de junho), há a procissão nas principais ruas (Rua Direita, Rua das Flores, Rua do Tanque, Rua do Fogo, Rua Direita, Rua das Flores, Rua do Nordeste), o que constitui o “oito”, pois tal trajeto ao longo dessas ruas forma o desenho de um “oito”, (que se repete em outras ocasiões como a procissão do Encontro, Páscoa e outras). Já a festa de São João toma conta de todas as ruas, que ficam cheias de fogueiras, embora a festa em si não seja tão animada. Por fim, ocorre a festa de São Pedro, organizada pela Colônia de Pesca e os pescadores, que em 2018 colocou um toldo de 8x8m em certo espaço com som ao vivo, muita cerveja, missa, procissão e muita farra. O povo dormia e acordava aos embalos das músicas do momento (arrocha, sofrência e pagodão). Apesar de todos esses eventos, era preciso não negligenciar os ensaios para a Festa do Dendê, pois essa acontece no dia 1º de julho.

Participei dos ensaios que ocorreram na frente da casa do Dona Maria Catarina e para os quais apareceram muitas pessoas querendo dançar. Era menina de 14 anos às mulheres de 70 anos, homens de todas as idades. Por conta de seu bom desempenho no ano anterior, quando dançaram muito bem, muitas pessoas já estavam escaladas para essa

festa havia mais de 10 meses, pois todos queriam se apresentar e representar, novamente, seus respectivos Orixás. Assim, havia mais candidatos do que Orixás.

Os ensaios objetivavam mostrar para aqueles que queriam aprender os passos dos Orixás. Para tanto, Sr. Raio era a pessoa certa. Com mais de 20 anos de Candomblé, ele mostrava e ensinava como eram os passos, os sentidos e as características de cada Orixá. Nesse aspecto, Baczko (1985) elucida como se dá a construção desse imaginário social, alinhada à própria identidade coletiva:

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985, 309)

No processo dos preparativos, a casa do Dona Maria Catarina era o local certo para encontrar diferentes pessoas que vinham para saber os horários do ensaio, dar satisfação sobre porque não estariam no ensaio, ou esperar tomando o café da noite para participar de momento tão importante, e assim saber “direitinho” o que fazer no dia do dendê.

No primeiro dia do ensaio, havia mais de 20 pessoas na frente da casa do Dona Maria Catarina. Algumas mulheres seriam baianas e estavam felizes com essa possibilidade. Havia adolescentes de 14 anos que não sabiam dançar, e outras que já eram vinculadas ao candomblé e que queriam participar. Vale salientar que na ilha de Bonja não há mais terreiro de candomblé. No passado, havia um lugar que era tido como terreiro – o terreiro de Isolino – mas que, conforme me informaram, só fazia festa para caboclo, sem realizar os ritos para todos os Orixás. Assim, as pessoas que iriam participar da festa do Dendê vinham de outros lugares, como Madre de Deus, onde existem muitas casas de Candomblé. O certo é que aconteceram três ensaios para essa festa, todos à noite por volta das 18h40, movimentando cerca de 40 pessoas, divididas entre Orixás, baianas, Ogans, equedes e abyas. Seriam 10 Orixás, 14 baianas que vestiriam só branco, cinco pais e mães de santo, três alabes e mais oito homens de apoio, como se fossem Ogans.

Com a elaboração de projeto para festa e conseqüente patrocínio, a logística foi possível com contratação de alguns serviços, mas o apoio de instituição privada deveria

caber no patrocínio de R\$4.555,00. Com esse valor, foi possível contratar uma mesa de som, dois microfones, um cantor, luzes e toldo para proteção dos equipamentos. Ainda houve o gasto com as refeições (refeição da noite, janta e lanche do dia) para 12 policiais provenientes de Candeias, já que esse tipo de serviço é prestado pela Corporação da Polícia Militar de Candeias. Nesse contexto, a equipe envolvida novamente buscou todos os meios para realizar a festa.

Conversando com Dona Maria Catarina, Dona Glória, Sr. Raio e outras pessoas, obtive a informação que essa festa tem mais de 90 anos. Foi criada por uma professora que morou e lecionou em Bom Jesus e criou a “tradição”. Porém, por motivo que ninguém sabe dizer, quando ela foi embora, a festa não foi mais realizada. Foi em 2014 que Dona Glória, Sr. Raio e Dona Maria Catarina resolveram reativá-la. Vale salientar que Dona Glória e Dona Maria Catarina são católicos praticantes, mas reconhecem a existência dos Orixás como parte da cultura local e buscaram envolver o máximo de pessoas nisso. Dona Maria Catarina e Sr. Raio nos contam:

A Festa do Dendê destoa de tudo. É quando tudo fica realmente com gosto de dendê. Festejamos os Orixás. Quando eu dizia que ia festejar os Orixás, algumas torciam a boca para mim, dizia: ‘você não é da igreja, vai se meter com isso?’. Eu dizia: ‘qual peixe, vou sim, isso é cultura, é cultura de nosso povo preto’. E fiz mesmo, elas gostando ou não. (Dona Maria Catarina, 31 anos)

Essa festa [coloca a mão no chão e coloca na cabeça, na parte da frente e na parte de trás, como referência aos Orixás, pois ele é pai de santo] do dendê é tudo, tudo meu amigo. É quando reverenciamos nossos Orixás, e aí a coisa pega! É Pomba Gira na praça da Igreja! É Exu na praça da Igreja! É Iansã dando seu ilá na praça [balança o ombro e se curva] e todo mundo que se diz católico se arrepia, os crentes sai correndo e alguns até passam mal [risos]. (Sr. Raio, 25 anos, em entrevista, muito emocionado, em 2018)

Quando chegou o dia da festa, Dona Maria Catarina ajudava a aprontar a todos, era gente, panos, adereços, emoção, pressa e claro, nervosismo. Foi preparado um banquete para os agentes culturais, que estavam vivendo aquele momento de homenagem aos Orixás. Para prepará-los, iniciando pela alimentação do corpo, havia farta lasanha de queijo com presunto, pães recheados, bolos de chocolate e laranja, sucos de goiaba, maracujá, uva e limão e muitas frutas. Todos comeram até se fartar. Também comi e fiquei feliz com aquele rico cardápio, realmente parecia que estávamos em uma festa de Candomblé, pois o movimento de preparação muito me lembrava o que vivo

espiritualmente (sou praticante dessa religião). Dona Maria Catarina, com a face já cansada, apressava o povo para se vestir e ficar em local determinado. Mas era muita coisa para fazer: amarrar panos, fazer o Orixá aparecer materialmente, pegar roupas, colocar os adereços certos e caprichar nos detalhes que representam cada Orixá, pois tudo deveria estar no seu devido lugar. Os agentes culturais estavam bem felizes, mas ansiosos, pois a ilha inteira estaria na praça da Igreja para assisti-los, e tudo poderia acontecer. Após pelo menos duas horas de preparação das pessoas, todos ficaram prontos e foram para frente da casa do Dona Maria Catarina. Os três atabaques começaram a tocar e a festa deu seu primeiro sinal de vida: a música deu início com “alaketo, é exu, tiriri”. Todos seguiram para a praça com Sr. Raio que carregava dois pequenos aguidás; o da mão direita continha farinha com azeite, e o da esquerda, farinha com cachaça. Após, começaram a dançar para Exu.

Figura 49 – Dança de Exu / Artista Leonardo



Fonte: Rita Freire

Foi se formado uma quase fila envolvendo esses artistas locais, e os mesmos começaram a cantar: “Eu vou navegar nas ondas do mar, eu navegar, eu vou navegar nas

ondas do mar eu vou navegar”. Dona Maria Catarina gritava: “odoiaaaa”. Outros puxavam: “é d’Oxum”, e outros gritavam. A música tomava conta da rua, e lá iam as baianas, os Orixás e um mundo de gente para praça principal, ao som de atabaque, agogô e de cânticos: “é d’Oxummmmm”; “Tumba lá e lá, tumba é caboclo, tumba lá e cá, tumba lá e cá”.

O mais interessante era perceber que os agentes estavam fazendo de tudo para chegar o mais próximo da essência dos Orixás, mesmo que, em muitos momentos, fizessem coisas completamente diferentes das religiosamente dedicadas a essas entidades afro-brasileiras. Era bem interessante o envolvimento de todos, a certeza de que aquilo era necessário para eles e de que juntos estavam fazendo um grande evento na ilha. Seguiam nessa procissão, com algumas baianas, os balaios de folhas e aroeira e de pipoca. A animação dava espaço para músicas diversas até a chegada na praça. A felicidade de se estar em grupo era facilmente percebida, não parecia haver conflito naquele momento, apenas catarse, que movimentava representações, simbologias, signos. O patrimônio cultural estava sendo vivido intensamente ali na minha frente.

Com a passagem do grande cortejo em festa, as portas e janelas se abriam. Os habitantes apareciam com sorrisos nos lábios, acenavam com as mãos, batiam palmas, paravam nas portas, novamente batiam palmas, cantavam juntos, seguiam com o grupo, sentiam-se integrantes na folia e da folia que estava sendo realizada. E os cânticos não paravam nunca: “Eu vou navegar nas ondas do mar, eu vou navegar, è Oxum. Ora iê ô!, é d’Oxum, eu vou navegar...”.

Quando chegamos na praça, que já estava pronta, os celulares já estavam a postos. Eram fotos, filmagens, correria, cachorro no meio da passagem. Conversando com Sr. Raio, ele me disse:

À tarde eu ‘preparei’ a praça, com milho branco, cachaça. Padê para Exu, Laroie Exu. Pois, no ano passado, eu e Ray saímos daqui com os pés sangrando. O Exu dessa praça é muito furioso e gosta de sangue, mas esse ano seria diferente. E na hora do preparo, da coisa, quem olhou, olhou. Pois, sou mesmo da macumba, sou macumbeiro com muito orgulho, e tinha que preparar a praça para nossa festa. Laroie Exu! [risos]. (Seu Raio, 26 anos, entrevista realizada em 2018)

Assim, com a participação desses agentes culturais, a praça foi organizada da seguinte maneira: um quase retângulo foi feito, a mesa de som com toldo em uma parte de destaque. O carro do Caboclo do lado esquerdo com flores brancas ornamentando

juntamente com o carro com fachos de dendê; o público, na parte direita e no centro, estando alguns sentados no chão e outros em pé. Havia uma fotógrafa profissional, de instituição privada, que fazia as fotos do evento. E, é claro, inúmeros outros amadores como eu tentando filmar e fotografar o máximo possível. Entretanto, como não tinha máquina profissional, fiquei de pegar cópias com a fotógrafa, pois, além de não ter o equipamento mais adequado, meus dois celulares ficaram com a memória cheia, sem perspectiva para fazer fotos durante toda a festa que durou mais de três horas e meia.

Foi dada passagem à magia. Dona Maria Catarina foi organizando tudo e, no momento esperado, começou a festa. Assim, para marcar o começo da festa, ou “aquecer”, foi iniciado o evento com o Maculelê de Saubara, com sete homens e uma mulher, com facão e muitos movimentos ousados, que desafiavam a lógica diante de nossos olhos. Foi realmente um espetáculo que durou quase 50 minutos, ao som dos atabaques e cânticos dessa luta-dança.

Figura 50 – Maculelê de Saubara/BA



Fonte: Rita Freire

Após os dançarinos de Saubara, vinha a apresentação dos Orixás. Sr. Luís, uma espécie de mestre de cerimônias, começou chamando as baianas, que, dançando, lançavam sobre toda a praça e o público folhas de aroeira e muita pipoca, com intuito de “preparar” espiritualmente o ambiente. O movimento de suas saias, com o vento da noite, dava ainda mais magia àquele importante e belo evento.

Figura 51 – Baianas lançando folhas no chão



Fonte: Rita Freire

O chão da praça ficou repleto de pipoca e folhas de aroeira, cujos cheiros davam ainda mais o “ar espiritual” à praça da Igreja. Após esse momento, Sr. Luís deu seguimento à festa e iniciou as danças dos Orixás. Ao chamar os santos africanos, para minha surpresa, não informou o que era cada Orixá e quem estava dançando. O fato de não dizer os nomes dos dançarinos gerou posteriormente uma animosidade por parte do Sr. Raio, que disse que não foi isso que havia sido tratado entre ele e organização da festa.

Quando Exu foi chamado, representando por Sr. Raio, com suas cores vermelha e preta, movimentos másculos e fortes, sua dança encantou quem olhava e ouvia a música desse Orixá. Logo, juntou-se Dona Paty, que estava representando a Padilha (Exua), que dançou muito bem também com seu leque preto, vestido preto e vermelho, e, é claro, sua sensualidade. Posteriormente, o casal de Exus fez “a dança” que incendiou o lugar. Estava aberta a festa. Seguiram as danças de Ogum, Oxóssi, Xangô, Obaluaie, Oxum, Iemanjá, Nanã, Erê e, por fim, Oxalá.

Parecia que o rapaz que representava Ogum estava manifestado, pois tinha os olhos fechados enquanto executava os movimentos. Essa apresentação foi cheia de energia. Fiquei imaginando o sentido dessa e de outras danças apresentadas no imaginário daquelas pessoas, pois a festa lançava todas as simbologias, representações, signos e simulações de santos africanos que, aqui no Brasil, foram recompostos de várias formas. Naquele momento, tudo isso estava sendo utilizado de forma que novas perspectivas eram geradas, trazendo mais (re)leituras e imaginações para aquela localidade, para seus

participantes e para aqueles que estavam assistindo. Assim, as danças dos Orixás foram bem recebidas com bastante palmas, assobios, gritos, fotografias, vídeos, abraços e tantas outras formas de expressão de consentimento e entusiasmo.

Figura 52 – Oxalá, baianas, Orixás e os Habitantes locais



Fonte: Rita Freire

Após a dança dos Orixás, todos festejaram a estátua do Caboclo, símbolo pátrio da independência da Bahia e conseqüentemente do Brasil, quando as tropas portuguesas foram vencidas em 2 de julho de 1823. É costume em Bonja acender fachos de dendê seco, pois a narrativa popular desse lugar fala que os portugueses só não invadiram essa ilha por imaginarem que havia canhões prontos a serem usados contra eles, dado o número de tochas que foram acessas durante a batalha de independência. Assim, tanto na Salvador-continental quanto na Salvador-insular, há uma casa que guarda o carro e a estátua do Caboclo que lembra a importância do homem e da mulher do povo na luta pela independência do Brasil. Os habitantes locais buscam valorizar esses elementos cívicos e a data de 1823 em referência ao ano da independência do Brasil. A estátua e o carro, ambos usados no dia 2 de julho, permanecem expostos durante todo o ano próximo a Igreja Matriz.

Desta forma, os elementos cívicos, carro e a imagem Caboclo possuem um *mana*, que produz ressonâncias junto aos habitantes dessa ilha. Esse fato era perceptível no dia 1 de julho, quando acontece a Festa do Dendê, na qual há toda uma produção em torno da cosmologia dos Orixás, mas que também integra a imagem do Caboclo, que é reverenciado como o “primeiro dono da terra”. Mesmo que essa referência esteja

deslocada da realidade a que as sociedades indígenas foram expostas, suas imagens folclorizada e homogêneas oficialmente permanecem no senso comum como representante dos povos originários aqui.

Na festa, outro carro passou a ter importância para compor esse evento. Trata-se do carro com os fachos de dendê seco que, de uma hora para outra, foram acessos por diferentes pessoas. Nesse processo, algo aconteceu: participei de uma procissão com os Orixás, levando o carro do caboclo, rodeado de fachos de árvore seca pegando fogo, em meio a um calor (no sentido térmico da palavra) impressionante. No outro dia, meu rosto parecia estar bronzeado, assim como o das outras pessoas que seguraram os fachos incandescentes de dendê e que encontrei no dia seguinte, pois o fogo era mesmo muito forte e próximo das pessoas.

Esses fachos incandescentes – a essência da festa – entusiasmaram as pessoas. O fogo era tão intenso que parecia que era uma tarde de verão, na qual o sol demora a se pôr, pois eram mais de 50 fachos de dendê secos queimando. Isso produzia uma visão estética impressionante, que ficava ainda mais suntuosa com os Orixás ao redor do Caboclo e com seu carro se movimentando aos poucos. Para minha surpresa, apareceu a Filarmônica Sociedade Benfícete e Musical União dos Artistas, a Filarmônica de Bonja, que fez as honras de tocar várias músicas, entre elas “É de Oxum”, frevos, hino do Senhor do Bonfim e pagode durante todo o cortejo.

Figura 53 – Fachos de Dendê pegando fogo



Fonte: Banco de Imagens do Autor (2018)

O carro do Caboclo, com fachos de dendê pegando fogo nos dois lados, acompanhando os Orixás em festa, pessoas cantando, dançando e acendendo outros

fachos dava ritmo intenso àquela celebração. Os fachos que acabavam de queimar eram jogados ainda incandescentes no chão, sobre os quais pisávamos e tentávamos apagar para que o carro do Caboclo passasse. Estávamos todos dentro do fogo e felizes em viver aquela experiência, pois a vida estava ali. A ilha estava ali! Eu e outros que vivem aquilo apenas uma vez no ano estávamos sentindo e trocando experiências de vida. Em alguns rápidos momentos, eu olhava ao redor, também com o facho de dendê pegando fogo nas minhas mãos, e olhava aquelas pessoas, aquela celebração, aquele carro do Caboclo, aquelas pessoas vestidas de Orixás e sentia que, como pesquisador, aquilo parecia ser o ápice da pesquisa de campo.

Aquela celebração possibilitava aprofundar a análise sobre o processo de produção do patrimônio cultural empreendido por aquelas pessoas. Contudo, o êxito dessa festa me deixava ainda mais intrigado em entender como os agentes culturais em Bonja acreditam tanto em si para realizar aquela prática cultural. Embora demonstrassem possuir um grau de coesão e mobilização extraordinários, em outro contexto desconectavam-se e ficavam reféns da domesticação de seu lugar-lar.

Assim, saímos do lado da Igreja Matriz, fomos pela rua direita da Igreja, entramos pela Rua das Flores, passamos pela Rua do Tanque, até chegarmos na Rua do Fogo, em frente à casa de Mirinha. O carro do Caboclo foi colocado embaixo do toldo branco. De uma hora para outra, Sr. Raio incorporou Exu, e veio até mim com grande velocidade. Mesmo sua “matéria” sendo bem menor que eu, fui suspenso com um abraço tão forte que parecia querer me esmagar. Depois dessa saudação, Exu se embreou na multidão que dançava fervorosamente nessa rua. Passada meia hora, a Filarmônica anunciou que iria seguir novamente e toda a população seguiu pela rua direita da igreja até a praça principal. O carro do Caboclo ficou embaixo do toldo branco, solitário, parecendo descansar para o outro dia, quando houve uma salva de fogos e o festejo do 2 de julho aconteceu. Na chegada na praça principal, a Filarmônica despediu-se e deu passagem para que o cantor contratado seguisse com a festa, que ocorreu até à meia-noite.

A grande maioria dos dançarinos, que estavam vestidos de Orixás e haviam organizado e realizado o evento, era gay. Eles constituíam um grupo de parentes por amizade, mencionado no capítulo 1 e que está à frente de quase todos os eventos organizados na ilha. Essa produção é composta por elos que desencadeiam conexões diárias e ampliam o sentido que temos para patrimônio cultural. Tais situações, como as das práticas que descrevi aqui, demonstram que a cultura se torna tão intensa a ponto de os conceitos de patrimônio cultural serem limitados. Por outro lado, causa-me grande

agitação compreender a produção que lhes faz tão ativos em comparação a outros contextos, onde prevalecem inércia e ruptura que permitem que memórias e histórias sejam apagadas. A trama dos processos de produção da Festa do Dendê me trouxe a certeza de que essas pessoas estão vivas e conectadas em intenso nível. Tudo aquilo me deixou impressionado, ainda mais quando essa potência dos ilhéus para (re)produzir constantemente sua cultura é perdida (ou seria deixada de lado) por esses mesmos agentes culturais, quando são confrontados com projetos desenvolvimentistas que afetam seu lugar-lar. Como entender uma população que se mobiliza e produz fazeres culturais tão intensos, mas que, ao mesmo tempo, não consegue ser intensa ou mobilizada para defender seu lugar? Que incógnita é essa que desafia a compreensão do olhar sobre essa ilha e seus parentes, e como tecer a trama dessa potência versus uma possível inércia e/ou tática de sobrevivência dessa mesma população?

3.6 PRÁTICAS E TRADIÇÕES: FORÇA CRIATIVA DESSE LUGAR

Ao testemunhar e tentar refletir sobre as práticas culturais aqui apresentadas e em curso na sociedade local da ilha de Bom Jesus dos Passos, faz-se necessário o entendimento a respeito do surgimento e manutenção das tradições (HOBSBAWN, 2015) que, quando inventadas e sempre avivadas, estabelecem múltiplas formas de comunicação e pertencimento na vida das pessoas. A existência da Igreja-monumento de Bom Jesus dos Passos estabelece relações diretas com a prática da fé e alicerça a crença na Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). Além disso, todas as referências que são produzidas por essa instituição e signos locais envolvem essa população 24 horas por dia, pois, ao mesmo tempo em que inculca a fé cristã de forma criativa, consequentemente vinculam-se as pessoas da sociedade local. São frutos desse fazer religioso as procissões marítimas e terrestres, os ternos de Reis, as rezas dos Santos (Antônio, João e Pedro) que fortalecem e ressoam na fé cristã e cujas iconografias, modos, costumes e hábitos são compreendidos como “certos”.

Há ainda dentro desse viver católico-romano os conflitos com a sociedade moderna, que já dá sinal de dificuldade de aglutinar pessoas para realizar as procissões, como foi o caso da Procissão do Encontro, quando eu (pesquisador) fui envolvido na prática religiosa e fui simbolicamente (BACZO, 1985), e de forma jocosa, apontado como um dos responsáveis pela morte do Cristo. Assim,

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada têm de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. (BACZO, 1985, p. 299)

A vida moderna faz o local mergulhar no global e invade o local impondo via televisão, internet e outras formas de interação outros modos de viver, que, por sua vez, desencadeiam novos movimentos às pessoas e seus tempos cronológicos e sincrônicos, acionando obediência, rebeldias, criações e invenções de novas formas de traduzir seus referenciais culturais e também as sempre inventivas desobediências. Em contramão do protagonismo dos agentes culturais, a abertura dessa mesma modernidade dentro da sociedade local e outros fatores da vida local permitem que festas antigas voltem à vida – como é o caso da Festa do Dendê – como elemento para se viver outra possibilidade de perceber o mundo.

Os Orixás, por exemplo, cujos ritos e mestres foram duramente perseguidos, para depois serem absorvidos como parte da cultura brasileira, sendo hoje novamente perseguidos por parte de algumas agremiações evangélicas, mesmo não estando presentes no cotidiano daquele lugar, são homenageados por pessoas que pouco têm intimidade com a cosmologia desses seres. Contudo, esses Orixás também estão atrelados aos santos católicos nessa sociedade local, fato que foi possível apreender quando os agentes culturais, no momento da apresentação dessas entidades na praça principal, vinculavam-nas aos santos católicos: “Ogum pode também ser chamado de Santo Antônio”. Com essa frase, buscamos em Hobsbawn (1984) elementos para compreender como se dá essa invenção comunitária, que une cosmologias as quais são reinterpretadas, trazendo dessa forma novos aspectos para aqueles que vivenciam ou mesmo assistem às práticas culturais: “Uma vez estabelecida a preponderância das tradições inventadas “comunitárias”, resta-nos investigar qual seria sua natureza. Com o auxílio da antropologia, poderemos elucidar as diferenças que porventura existam entre as práticas inventadas e os velhos costumes tradicionais” (HOBSEBAWN, 1984, p. 19).

Essa festa que homenageia os Orixás traz dados novos sobre essa sociedade local que, embora formada por uma maioria de pessoas que não convive com Candomblé nem

Umbanda, pois a ilha tem forte ligação com o catolicismo, nesse momento, por meio de alguns de seus habitantes constrói e dramatiza o que presume ser a essência de cada Orixá, sejam esses: a exuberância, complexidade educadora, o fascínio e formosura dos Exus; a força, a invenção das tecnologias e a audácia de Ogum; a necessidade de usar somente uma flecha para trazer a prosperidade em todos os sentidos que só Oxóssi sabe realizar; a almejada justiça de Xangô para que o mundo permaneça em equilíbrio; a alegria, inventividade e generosidade do Erê; a astúcia, a valentia e sabedoria de Iansã; a beleza, a proteção e a compaixão de Iemanjá; e, é claro, as possibilidades de criação, harmonia e aperfeiçoamento que Oxalá possibilita. Essa celebração aos Orixás, nessa sociedade local, é atrelada à festa cívica do Dois de julho, data magna para Bahia, pois faz referência ao momento histórico da retirada das forças lusitanas dessas terras.

Assim, dentro da dualidade estratégia e tática, essa sociedade local tece *malha* social que combate a necropolítica do Poder Público e que lhe permite imaginar, organizar, realizar e desfrutar como estrategistas os processos de produção do seu patrimônio cultural. É nessa invenção de tradições que o “patrimônio cultural” impõe ritmo, ultrapassa o necrocotidiano imposto pelo Poder Público, triunfa e subverte as possibilidades do lugar no cenário da BTS, trazendo para essa baía de grandes fortunas e de graves mazelas empreendedoras de violências para e em humanos e não humanos outra forma de existir, com o apoio da estratégia que, em grande parte, sempre está com os que têm mais recursos financeiros e políticos.

PARTE III – ANTAGÔNICAS PRODUÇÕES E SENTIDOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

4 A ESFINGE E SUAS IMAGENS: TRUQUES E TRUNFOS DO PODER ESTRATÉGICO

Este quarto capítulo faz parte das preocupações em torno da requalificação da Rua do Brito, reconhecida estrategicamente pela Prefeitura de Salvador como a área leste-sul da ilha de Bom Jesus dos Passos. Contribui como uma espécie de contraponto comparativo entre a ilha vivida e a ilha afetiva dos habitantes desse lugar, apresentadas nos capítulos 2 e 3 desta tese e nominadas a partir de experiências locais e coletivas.

Em meu texto, busco compreender as contradições que envolvem a Prefeitura de Salvador como Estado, que a longo prazo vem desenvolvendo ações que estabelecem precariedade para as populações da ilha de Bom Jesus dos Passos. Hall (2013), ao esclarecer a formação contraditória do Estado, permite-me também apontar o que vejo na citada ilha onde a requalificação da orla gera tantas expiações para seus habitantes:

O Estado é uma formação contraditória, o que significa que ele possui distintos modos de ação, atua em diferentes locais: é pluricentrado e multidimensional. Exibe tendências bem distintas e dominantes, mas não apresenta a inscrição de um caráter de classe único. Por outro lado, o Estado continua a ser um dos locais cruciais na formação social do capitalismo moderno, onde práticas políticas de diversos tipos são condensadas. Em parte, a função do Estado consiste em unir ou articular em uma instância complexa uma gama de discursos políticos e práticas sociais que, em diferentes locais, se ocupam da transmissão e transformação do poder – sendo que algumas dessas práticas têm pouca relação com o domínio político em si e se preocupam com outros domínios articulados ao Estado, como por exemplo, a vida família, a sociedade civil, as relações econômicas e de gênero. [...] O Estado condensa práticas sociais muitas distintas e as transforma em operações de controle e domínio sobre classes específicas e outros grupos sociais. (HALL, 2013, p. 180)

Logo, as abordagens aqui propostas tencionam compreender o patrimônio cultural como categoria que deflagra práticas dessa Prefeitura de Salvador que, alheia à vontade e necessidade da maioria, empreende um novo e destruidor modelo de fazer cultural, desconsiderando os indivíduos, suas relações, sociabilidades e outras formas de existir.

4.1 A ESFINGE E SUAS IMAGENS: TRUQUES ESTRATÉGICOS DE QUEM TEM O PODER

Ao discorrer sobre essa Esfinge, aprofundo as múltiplas dimensões de entendimento do modelo com base no qual o projeto de requalificação foi gestado pela citada Prefeitura, fato que contribui para refletir sobre a produção de certa “subcidadania” (SOUZA, 2012) para os habitantes dessa ilha. Ao longo de 7 anos, utilizou-se dinheiro público em um investimento financeiro realizado em área pouco habitada, deixando de lado as demais partes da ilha e seus intensos problemas anteriormente discutidos.

Saliento que a palavra Esfinge (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 31) deriva do grego *sphingo* que significa estrangular. Esse ser mitológico com corpo de leão e cabeça humana, com sua arbitrariedade, está sempre pronto a questionar e impor sua vontade. Exige resposta à sua pergunta, permitindo aos aventureiros realizar a travessia com segurança somente após acertarem a resposta. Isso decidirá o futuro daquele (a) que está sendo colocado (a) à prova.

Pela natureza da Esfinge³⁴, diante de uma resposta “errada”, ela pode corroer aos poucos ou aniquilar instantaneamente aquele que se propôs a desvendar seu enigma. Entretanto, caso você decifre os códigos que ela lhe impõe, vencendo assim o desafio, ela o(a) reconhece como vencedor (a) e também lhe revelará como atravessar o caminho. Nesse percurso, sempre perigoso, a estratégia de quem tem o poder (a informação) impõe formas de ser e estar no mundo aos homens e mulheres “ordinários” e suas táticas cotidianas (CERTEAU, 2007).

A imagem da Esfinge é aqui referida como elemento por dois propósitos: (GAYER, 2015) compreender o lugar – ilha de Bom Jesus dos Passos – (como pensam as pessoas) e, especialmente, como essa população representa o Poder Público manifesto pela Prefeitura de Salvador. Nesse aspecto, a Esfinge é invocada para revelar as artimanhas, as máscaras, os simulacros, as simulações³⁵ (BAUDRILLARD, 1991). Há nesse contexto aspectos

³⁴ Segundo Lévi-Strauss (1993, p. 31): “Na lenda de Édipo, o casamento com Jocasta não segue a vitória sobre a Esfinge de modo arbitrário. Não só os mitos de tipo edípiano (para os quais trazemos assim uma definição precisa) assimilam sempre a descoberta do incesto à solução de um enigma vivo personificado pelo herói, em planos e em linguagens diferentes, mas também seus diversos episódios se repetem, e eles fornecem a mesma demonstração encontrada nos velhos mitos do Graal sob forma inversa: a união audaciosa de palavras mascaradas, ou de consanguíneos dissimulados, gera o apodrecimento e a fermentação, desencadeamento das forças naturais – lembremo-nos da peste tebana – da mesma forma que a impotência em matéria sexual (assim como em estabelecer um diálogo proposto faz extinguir-se a fecundidade animal e vegetal)”.

³⁵ Conforme Baudrillard (1991, p. 13): “Assim é a simulação, naquilo em que se opõe à representação. Esta parte do princípio de equivalência do signo e do real (mesmo se esta equivalência é utópica, é um axioma

aparentes e subentendidos, via o jogo da escrita e símbolos, que soma com a busca por compreender a escolha do local para colocação da placa de identificação do “Projeto de Requalificação”. Essa placa traz códigos que obrigatoriamente devem informar à população sobre a área na qual haverá a obra civil; entretanto, há também o enigma que instiga compreender as “verdades” ocultas para quem não escreveu nem foi chamado a participar da escolha por requalificar a Rua do Brito. Nesse sentido, Gayer (2015, p. 187) nos ajuda a aprofundar esses multisituados olhares:

Nessa tensão entre escrita e imagem, se pelo viés da escrita é possível trazer a categoria de pessoa ou grupo, pelo prisma da imagem o fenômeno humano é apresentado. De modo geral, as imagens apresentam as continuidades físicas do mundo, uma vez que não há a discriminação dos detalhes. Por conseguinte, as imagens sempre trazem o geral em que o particular se insere, assim como as suas continuidades.

A imagem da Esfinge/Prefeitura, representada aqui a partir da escrita contida na placa do empreendimento, traz intensa agência. Ela apresenta códigos, símbolos e significações que revelam como pensam aqueles (DOUGLAS, 1998; SOUZA, 2012; DE CERTEAU, 2008; BOURDIEU, 1989) que guardam o segredo, detêm a chaves de abrir e fechar portas. Nesse sentido, Souza (2012) chama atenção para pensar processos de dominação e opressão há muito percebidos por Bourdieu na sociedade:

O melhor do talento investigativo de Bourdieu é dedicado precisamente a desvelar e revelar as formas opacas e distorcidas que a luta de classe e entre frações de classes assume na modernidade tardia. Essa estratégia de desilusionismo tem como fio condutor desconstruir as máscaras que constituem a base da dominação e da opressão social no sentido mais amplo e que garantem sua legitimidade e aceitação. O desafio seria demonstrar, com diz Mauss, numa bela citação amada e repetida várias vezes por Bourdieu: Como as sociedades continuamente se pagam com a moeda falsa dos seus sonhos. (SOUZA, 2012, p. 43)

Neste aspecto, a partir das categorias “imagem” e “paisagem” (GAYER, 2015), esquadriho a obra de requalificação realizada pela Prefeitura Municipal de Salvador através de sua Secretaria de Urbanismo e Transporte na Rua do Brito e na Praia da Pontinha. É nesse contexto que penso as muitas faces dessa Esfinge, que aqui compreendo como sendo o Poder Público.

fundamental). A simulação parte, ao contrário da utopia, do princípio de equivalência, parte da negação radical do signo como valor, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda a referência. Enquanto a representação tenta absorver a simulação interpretando-a como falsa representação, a simulação envolve todo o próprio edifício da representação como simulacro”.

Fernandes (2013) enfatiza a complexidade da posição do antropólogo frente às sociedades locais que atuam analisando os interesses das empresas e as necessidades dos habitantes. Assim, a discussão ética do exercício profissional do antropólogo deve ser compreendida como mais uma posição complexa nesse enfrentamento sobre as questões que envolvem o enredamento da sociedade frente às manobras de GPIs.

Na busca por compreender essa perigosa Esfinge, analiso práticas que demonstram o quanto passa a ser praxe o descaso com humanos e os não humanos no que tange ao equilíbrio do ecossistema; a partir da imagem construída pela Prefeitura de Salvador, que me leva a inúmeros labirintos, busco compreender as sutilezas criadas pela citada prefeitura e as rupturas de diálogos com a sociedade local, ou seja, procuro apreender os dédalos e os labirintos (INGOLD, 2015) para compreender as sutilezas do social e as possibilidades de construção de etnografia. É dentro desses aspectos que entendo a possibilidade de revelar como esses homens e mulheres articulam suas vidas na ilha, assim como a tensão gerada a partir da obrigatoriedade de permanecerem ligados à Prefeitura de Salvador. Nas entrevistas, fica claro o quão isso irrita profundamente os interlocutores devido à quase ausência dessa prefeitura no cotidiano das necessidades locais. Nesse aspecto, a Esfinge (Prefeitura) estabelece suas próprias regras, sempre perversas e impostas aos bairros dessa Salvador insular.

4.1.1 A Imagem que é Esfinge: a Prefeitura Municipal de Salvador

Minha argumentação inicia com a própria placa de identificação que anuncia a requalificação da orla da ilha de Bom Jesus. A partir da imagem construída pela Prefeitura de Salvador, busco compreender as sutilezas criadas pela citada prefeitura e as rupturas de diálogos com a sociedade local. O uso da noção de Esfinge, como licença poética, permite ver as imagens reveladas da Prefeitura de Salvador (DOUGLAS, 1998) a partir de aspectos internos e externos que envolvem a ilha no mundo, no tempo-espço, nas históricas exclusões vivenciadas pelos habitantes dessa ilha (da mesma forma que se passa em outras sociedades locais excluídas na BTS). Por isso, centro atenção no evento ocorrido quando fotografei a placa de identificação da obra de requalificação da Praia da Pontinha, nomeada pela Prefeitura de Salvador como a área leste-sul da Ilha de Bom Jesus dos Passos. Naquele momento, fotografei também o canteiro de obras da mesma prefeitura de mais de 3

quilômetros, com a destruição do manguezal e construção de mega estrutura sobre o mar, mangue, plantas e animais.

Figura 54 – Placa de Identificação da Obra Civil de Requalificação



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Confesso que esses fatos me cegaram para enxergar de imediato a foto da citada placa. Só depois de vários meses, ao voltar a olhar as fotos com calma, saboreando a experiência da pesquisa de campo e escrevendo os capítulos, enxerguei com precisão as informações contidas no suporte que, para além das letras compondo um discurso, enredava informações explícitas, mas estrategicamente ocultadas, esperando ser decifradas.

Tanto para o etnólogo quanto para população, a “verdade” estava explícita o tempo todo. O Poder Público, com sua estratégia de “parecer cristalino”, informava, ou melhor, apresentava o local exato onde a requalificação aconteceria. É nessa intensa claridade, quando os olhos abertos não conseguem bem focar a imagem e entendê-la, que muitas vezes o Estado realiza os seus planos e traça suas metas (DOUGLAS, 1998). Encoberto com ares democráticos/burocráticos, a Prefeitura do Salvador executava o plano de requalificar a partir de 2012, na Rua do Brito, a Praia da Pontinha.

As instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. Elas fazem com que outras áreas exibam detalhes muito bem discriminados, minuciosamente examinados e ordenados. A história surge sob uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos. Observar essas práticas estabelecerem princípios seletivos que iluminam certos tipos de acontecimentos e obscurecem outros significa inspecionar a ordem social agindo sobre as mentes individuais. (DOUGLAS, 1998, p. 82)

Esse projeto, a partir das narrativas dos interlocutores, remete à ideia de que cria empregos, atrai trabalhadores e cria renda local. O “objetivo” do projeto, à boca miúda dos habitantes, seria o de que, ao final do serviço, haveria a modernização do lugar e atração de turistas, ou seja, sua permanência beneficiaria a população. Mas o financiamento foi realizado com recursos públicos a serem utilizados em uma área que anteriormente foi uma “fazendinha” – ou seja, de acesso restrito e apropriação individual –, e que agora “parece” continuar sendo uma área privada. A imagem que informava que o leste e sul da ilha passariam pela requalificação não informava que o manguezal seria aniquilado quase que completamente. Sr. Félix, em entrevista em 10 de abril de 2018, nos fala:

O Brito está fazendo, mas não foi passado nada pra gente, Antonio. Nada, nada, nada, nada. Nem para o nosso líder, pois a obrigação dele [Prefeitura] era chamar a gente para uma reunião para dizer o que estava fazendo. Agora que está fazendo tá! Eu vejo dizer, vejo dizer, eu vejo dizer Antonio, e o povo aumenta, mas não inventa. Estão fazendo lá, mas no cais que mais precisa, o cais do Chico nada! Tem maré aí [no Cais do Chico] que dá um trabalho para embarcar. Hoje que eu estou sentindo na pele, hoje porque eu deixei meus trâmites de estar indo e vindo, aí eu estou sentindo dificuldade de eu mesmo embarcar. Se não tiver uma pessoa para me dá a mão eu não embarco mais sozinho.

Assim, a “placa da requalificação”, como elemento provocativo, levou-me a refletir sobre a composição que envolve e cifra as informações, e que se estabelece por meio de trâmites legais que envolvem o empreendimento, como parecer técnico e Decreto Lei com registros formais (mesmo tendo sido impossível chegar até esses documentos que sequer constam junto das instituições dos grupos locais). Nesse contexto, são apresentados também os parceiros envolvidos na atuação do Poder Público, que implementam a mesma relação hierárquica, rígida e não dialógica com as sociedades locais.

Essa placa e suas informações cifradas representam simulações e simulacros (BAUDRILLARD, 1991) que se tornam, aqui, objeto de análise. Nessa busca por uma possível “verdade”, ou “verdades possíveis”, trago reflexões para melhor compreender essa imagem registrada no momento que estava realizando a pesquisa de campo (ECKERT; GODOLPHIM; RODOLPHO e ROSA, 1995). A imagem trazida suscita entendimentos, e faço isso no plural, buscando compreender a força de argumentação que há em uma única placa de informação e como ela realiza as tradutibilidades possíveis para pensar a cidade de Salvador. Devo observar que a Prefeitura de Salvador se preocupa sempre com a importância da configuração de cenários, objetos imagéticos, objetos informacionais que legitimam sua

presença na ausência. E, nesse caso, esses aspectos visuais são utilizados na estratégia do Poder Público para legitimar atos administrativos.

Isso nos chama atenção para o que Gayer (2015) trata sobre as problemáticas que envolvem as rupturas dos direitos e das culturas com sua dimensão simbólica, em uma prática que se esconde pelo uso da imagem. Sobre esse aspecto, no qual a placa de identificação da obra se mantém como uma esfinge, envolta de caracteres que ocultam sua verdadeira significação, Dona Lica, em 11 de abril de 2018 nos fala:

Sobre a qualificação da orla. é complicado você falar... não existe fazer uma omelete sem quebrar os ovos. A [praia da] Pontinha era um lugar fascinante, lindo demais e era, aquele lajedo que tinha do Brito até a Pontinha, e o mangue era fantástico. Com a maré baixa você ia andando, enfrentava uma ou outra pedra, mas era um passeio muito gostoso ecologicamente. O banho de mar fantástico, mas continua, mas acabou com o lajedo, e boa parte do mangue.

Confesso que as narrativas posteriormente ouvidas deixavam-me, ainda que na solidão de minha casa, desconcertado: a primeira tratava-se de reconhecer a esperança de que essa requalificação, iniciada em 2012 e ainda em andamento em 2019, avançasse para as demais partes da ilha. Essa esperança estendia-se, especialmente, para o Cais da Igreja e o Cais do Chico, onde há a maior concentração de habitantes e fluxo contínuo de usuários dos barcos durante todo dia.

A segunda envolve uma multisensoriedade (RIBEIRO, 2005) que traz a angústia do embarque e desembarque, que ocorre por 19 horas por dia, de passageiros que são obrigados a enfrentar situação grave e perigosa na entrada e saída das embarcações. Esses usuários, independentemente da idade, tanto na maré baixa quanto na alta, podem sofrer sérios acidentes devido às condições em que realizam o embarque. A Prefeitura fecha os olhos quanto a isso e há sete anos vem gastando altos recursos em apenas uma área da ilha.

Assim acontece com o trabalho do investigador em antropologia, já em si hipermediático na medida em que constitui um processo de observação multissensorial; de elaboração das inscrições locais – registros, transcrições –; de ligações entre saberes (locais e globais, microsociais e macrosociais, concretos e abstratos, produtos de múltiplas abordagens científicas, jornalísticas, artísticas etc.), entre dados e teoria; de aprendizagem por tentativas repetidas baseadas na imersão no terreno. (RIBEIRO, 2005, p. 631)

Dessa forma, a imagem da placa fornece informação da requalificação da orla dessa ilha, apresenta as coordenadas geográficas (leste e sul), mas esses dados passam

desapercebidos para os habitantes, o que, na minha visão, trata-se de uma espetacular ‘jogada’ da Prefeitura, uma verdadeira Esfinge (BORGES, 2003) que olha para as pessoas. Assim, como o etnólogo, pude enxergar a ilustre e perversa informação somente com o afastamento do lugar, meses de análise de textos e imagens, idas e vindas da ilha e a lenta e complexa montagem do quebra-cabeça.

Borges (2003) lembra que o uso da máquina governamental empreende controle sobre a população com baixa escolaridade proveniente de diversas partes do país, que desconhece a burocracia e que muitas vezes fica à mercê de atravessadores. Dona Lica, em 11 de abril de 2018, ainda nos lembra:

Entrar e sair do barco requer atenção, se a maré morta vier e sua perna estiver em determinada posição você, ao descer do barco, pode até se machucar. Ainda eu fico de olho nos vidros, o cais também é lugar de colocar lixo, veja meu filho que horror, e ninguém faz é nada, a gente que mora aqui que precisa ter cuidado. Esse cais do Chico está é muito do ruim, mas quando acabar lá na rua do Brito, eles vêm pra cá, aí tudo vai mudar, eu tô com fé em Deus e Nossa Senhora dos Navegantes...

É essa placa a materialização do poder da Esfinge, a imagem ignorada, ou “não compreendida” pelos interlocutores e demais habitantes da ilha, uma vez que a linguagem e escrita conhecidas e usadas pela população diferem da escrita técnica da Prefeitura. Assim, a placa, tecnicamente estruturada, tem propositalmente a intenção de não ser totalmente entendida pelos habitantes locais, que não conseguem enxergar a concreta mensagem enviada. Ao não possuir ou deter os elementos que permitem a tradução, esses habitantes dão lugar à esperança de ver acontecer melhorias na ilha, nas ruas e orla, onde concretamente existem pessoas, vidas e necessidades. Esses agentes ignoram, ou não precisam saber, onde é o “leste” e o “sul” da ilha. Seus códigos de leitura estão atrelados aos nomes próprios das ruas, onde moram suas mães, pais, filhos, netos e lideranças, onde os principais fatos acontecem, onde passam para trabalhar, onde estão seus amigos, onde vão jogar bola e dominó, pescar e mariscar.

A partir desses aspectos, o Poder Público tem sua imagem gravada em códigos de letras e números que repousam onde passam os caminhantes, onde fazem seus exercícios matinais; junto aos casais de namorados que já frequentam a nova orla e se sentam embaixo da Esfinge, que olham a placa e não a decifram, mas ganham seu pão de cada dia, construindo elementos que destoam da existência comunitária. Nesse jogo, a imagem da Esfinge, do poder que deveria ser do público, trai os fundamentos básicos de sua própria existência e reflete o exercício de poder perverso contra os habitantes. Nesse exercício, a prefeitura

contribui para desconstrução do cidadão e da cidadania, deixando cada vez mais distante a possibilidade de os habitantes se reconhecerem como soteropolitanos, em um jogo perverso e bastante desafiador.

4.1.2 A Imagem Desfigurada: a Desconstrução do Cidadão

Desde 2012, conforme Calabre (2015), o Brasil vem enfrentando sérios embates entre forças políticas avessas aos avanços democráticos e à população que, desde 2003, vem experimentando o fortalecimento de suas práticas. É por meio da consolidação das tradições, patrimônios culturais, signos e significados que se estendem nas 5 regiões do Brasil que se revela a força de inventividade que existe dentro do povo brasileiro, capaz de agregar elementos para as próprias memórias e histórias pessoais e coletivas.

A criação de uma série de instrumentos de fortalecimento cultural na esfera federal³⁶, obrigando a estados e municípios a seguir encaminhamentos similares, gerou novas perspectivas para os grupos excluídos e minoritários. É desse período (2005 a 2010) também as movimentações na cidade do Salvador, o fortalecimento dos Conselhos de Cultura e Educação, a partir do programa Cultura Viva em 2006. Esse programa expandiu-se até o surgimento do Mais Cultura, um programa mais abrangente que tem, entre as premissas, a criação do Sistema Nacional de Cultura, a reforma da lei federal de incentivo à cultura e a descentralização das atividades culturais. Esse processo gerou dentro das sociedades locais o fortalecimento de suas cidadanias.

Homens e Mulheres empreenderam projetos a partir de editais específicos para os Pontos de Cultura, que abrangiam as seguintes especificidades: Cultura e Saúde, Pontinhos de Cultura, Pontões de Cultura, Mídias Livres, Organização de Eventos (Areté), Articulação em Rede (Tuxáua), Histórias de Vida (Pontos de Valor), Pontos de Memória e Cultura

³⁶ A criação de Seminários Cultura para Todos e do Instituto Brasileiro de Museus, a transferência da Agência Nacional de Cinema para o Ministério da Cultura, a continuidade do Programa Cultura Viva (2004), editais e ações de Identidade de Diversidade, Sistema Nacional de Cultura (2005), a reestruturação da Lei Rouanet, do Programa Cultura Viva com os Pontos de Cultura, Secretaria de Economia Criativa, que geraram as Incubadoras Brasil Criativo e Observatório de Economia da Cultura, Mais Educação, Mais Cultura nas Escolas. São instrumentos criados pelo Ministério da Cultura no período do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio da Silva (2003-2006): Seminários Cultura para Todos; o Instituto Brasileiro de Museus; a transferência da Agência Nacional de Cinema para o Ministério da Cultura; a continuidade do Programa Cultura Viva (2004); a elaboração e execução dos editais e ações de Identidade de Diversidade; o Sistema Nacional de Cultura (2005); a reestruturação da Lei Rouanet; o Programa Cultura Viva com os Pontos de Cultura; as Incubadoras Brasil Criativo; o Observatório de Economia da Cultura; e Mais Educação, Mais Cultura nas Escolas.

Digital. Esses editais contribuíram para capilarizar demandas e impulsionar planos nacionais que respeitavam a cultura nas cinco regiões do país. Nesse contexto, as sociedades locais passaram a vivenciar demandas que interferem direta e decisivamente nos orçamentos municipais, tentativas que ora são pleiteadas, ora são traídas pelas estratégias dos governos e seus partidos políticos.

Calabre (2015) aponta também que a gestão de Rousseff perde a centralidade do processo participativo quando novas premissas da lógica gerencial começam a assumir o controle. Fausto (2016), à luz de uma compreensão apurada sobre o Brasil contemporâneo, chama atenção para o duro embate realizado dentro dos partidos de direita e extrema direita, compreendendo que o processo de fortalecimento das sociedades locais, e conseqüentemente da democracia, torna-se um perigo para alguns partidos políticos e seus pactos com a iniciativa privada que representam no Congresso e nas Câmaras:

No plano propriamente substantivo, ou programático, a esquerda deve, em primeiro lugar, ter um projeto clara e explicitamente antitotalitário e também antiautoritário – isto é, propor um programa intransigentemente democrático. Frequentemente nos meios de esquerda, e mais ainda de extrema esquerda, fala-se mal da “democracia representativa”. Quando se procede assim, a democracia é quase sempre associada ao capitalismo. Em forma bastante clássica, vê-se nela uma “expressão política” possível do capitalismo. Capitalismo e “democracia representativa” andariam juntos. Na realidade, quaisquer que sejam as insuficiências das formas democráticas vigentes, não há por que abandonar o projeto democrático e mesmo “democrático-representativo”. (FAUSTO, 2016, p. 17)

No período de 2003 a 2014, foi gerada uma tradição artística “liberta” dos controles locais anteriores. As sociedades locais apoderaram-se de suas práticas e realizaram projetos, envolveram seus atores, fizeram efervescer as lutas pela preservação e salvaguarda de seus referenciais materiais e imateriais. Nesse período, mesmo com as conexões entre governo federal e a sociedade civil, que envolvia diferentes atores, muitos desses nascidos dentro das lutas pela redemocratização do país, houve atritos entre o governo federal e a sociedade civil que, em um amplo e diversificado interesse, criaram agendas próprias e muitas vezes antagônicas.

Assim, as políticas públicas do governo federal, em sinergia com as pautas da sociedade civil, buscavam dar à cultura o mesmo status das demais pastas. A população passou a questionar o passado e outras formas de pagamento de seus prejuízos históricos que o Estado havia realizado em 500 anos de história. Entretanto, iniciou-se um retrocesso com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em abril de 2016, quando as forças mais

retrógradas do país começaram o processo de destruição de todos os programas de valorização das manifestações culturais dos diversos grupos sociais.

Cabe aprofundar a reflexão sobre esse conjunto de debates para se entender como se dá o desenvolvimento de certa imagem do Poder Público – aqui constituído na Prefeitura de Salvador – atuante em um lugar específico da ilha de Bonja. Os diversos tipos de retrocesso sinalizam novas estratégias dos dois grupos – o Poder Público e a população local – que se diferenciam em face do lugar e dos processos de produção do patrimônio.

4.1.3 Imagem Externa: Poder Público sobre o Lugar-Lar

A prática da Prefeitura de Salvador vem requalificando a cidade, como por exemplo, os diversos bairros do subúrbio ferroviário que passam por melhorias asfálticas, criação de ciclovias, iluminação na via pública e outras. Além disso, os demais bairros como Ribeira, Bonfim, Boa Viagem, Calçada, Comércio, Barra, Rio Vermelho, Ondina, Pituba, Itapuã são alvo de ações de “requalificação”. Essa ação chega inclusive nas muito distantes ilhas, a saber, Bom Jesus dos Passos, Maré e Paramaná. No caso específico de Bom Jesus, temos a requalificação da Rua do Brito e a Praia da Pontinha. O ponto em questão é que essa concepção de “requalificação” encobre tensas estratégias de silenciamentos para se garantir a geração de lucros. Mourad, Figueiredo e Baltrusis (2014) apontam que vários autores vêm refletindo sobre o conceito e as aplicabilidades desses projetos:

Vários autores, como Arantes (2000), Maricato (2002), Rolnik (2006), Silva (2006), Fernandes (2006), José (2007), Vainer (2002), Mourad (2011) entre outros, alertam que no Brasil, sobretudo nas grandes cidades, a requalificação em áreas centrais tem sido caracterizada por processos de gentrificação, marcados pela atração de novos tipos de atividades e de novos moradores, reinvestimento econômico, mudança de significado e imagem, melhoria ambiental e “limpeza social”, ou seja, a expulsão dos moradores pobres das áreas de intervenção. Para Menna Barreto, esse processo “mistura motivações e propostas diversas, que incluem o repovoamento e, mais recentemente, os projetos integrados que aproveitam grandes terrenos públicos junto às orlas marítimas ou fluviais” (Silva: 2006, p. 13). (MOURAD, FIGUEIREDO, e BALTRUSIS, 2014, p. 439)

Figura 55 – Placa em Protesto

Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Vivenciando na prática os efeitos dessa transformação, os habitantes de Bonja revelam como essa requalificação vem atingindo a praia que antes era de todos, o que ressoa em suas vidas concretamente, pois, apesar dos processos de construção e/ou destruição da praia independentemente das vontades e perspectivas dos habitantes, a vida desses homens e mulheres continuam a acontecer. Todos aqueles que têm de lidar com esses efeitos da transformação vivenciam uma quase paralisia, uma vida mais vazia sem a praia outrora usada para diversas formas de sociabilidades. Dona Mainha, em 25 de maio de 2018, na frente da Igreja Matriz da ilha de Bonja esclarece:

Ninguém toma conhecimento daquilo ali, ele está fazendo o que ele quer ali! Pegou e fez uma parte que era o discurso da Prefeitura pra desapropriar. Aqui precisa de ter uma reserva ecológica, ele desmatou tudo! Um espaço para lazer e uma creche. Fizeram a creche no barranco perto de, do local de tratamento de esgoto. A creche derrubou o barranco, aplanaram agora ela está com rachadura, não foi divulgado, disseram que foi infiltração, não sei o quê. Mas a rachadura está muito aberta, tiraram até os alunos. Fizeram uma obra horrível ali na parte pior, mais desvalorizada, o resto ninguém tem conhecimento do que está acontecendo. As máquinas estão ali trabalhando, tem uma logo ali na parte onde meu tio mora, ele não perdeu tudo, porque não tinha como ele perder tudo. Eu tenho conversado com os filhos desse meu tio. O problema é o outro tio meu que mora lá, que tem 96 anos, que quando acaba foi morar no terreno de meu tio, e parece que ele não vai morrer [ar de

sarcasmo] [riso], *tio Eloy, ele não vai morrer, ele diz “eu vou viajar, eu vou não sei o quê”. O outro [tio] também foi assim, não pensou que um dia ia chegar [a morte]. Tá certo em não pensar, e aí..., mas morreu! E deixou os problemas para frente! Não ajeitou: “o Eloy, isso aqui vou passar para seu nome”, não. E assim que ele vive.*

Serpa (2008), ao refletir sobre as estratégias de requalificação da cidade de Salvador como grande metrópole brasileira, contribui na reflexão sobre as problemáticas também vistas na ilha de Bom Jesus. Apesar dos demais locais, o projeto é totalmente silencioso, hierarquizado e destoante da cultura local:

Salvador, como outras metrópoles do Brasil e do mundo, vem conduzindo políticas de requalificação urbana seletivas e segregacionistas, que reforçam e tornam visíveis as desigualdades sócio-espaciais no tecido urbano-metropolitano. Depois da segunda metade dos anos 1990, a cidade empreendeu uma política sistemática de criação e reabilitação de parques e jardins públicos. Não por acaso, esse período coincide com duas importantes mudanças relativas ao conjunto das grandes cidades do mundo e, em particular, daquelas situadas nos países ditos “emergentes”, onde esses fenômenos vão ocorrer com mais intensidade (SERPA, 2006; 2007a). (SERPA, 2008, p. 175)

A sociedade local, silenciada ou propositadamente esquecida, permanece invisível dentro da estratégia do Poder Público. A sociedade local assiste atônita à destruição e à transformação de seu Lugar-lar ao bel prazer daqueles que pensam e mandam. Dona Mainha, em entrevista em 22 de maio em frente à Igreja Matriz, sentada na coroa da praia, continua a nos falar sobre essa transformação:

*A gente já perdeu aquela parte, eu e a população toda de, de frequentar, não existe mais essa possibilidade de ficar lá. E essa terra aqui era um pouco mais reservada porque dono Emilio vinha, mas todo mundo ia pegar fruta, era só pedir. O meu avô plantou aí com a minha avó, tinha uma roça, a gente vivia ali. E a praia a menos tempo ainda, era diferente, era uma coisa diferente, sensação diferente. Uma parte da ilha, e hoje eu não sinto mais, não sinto mais quando eu vou à [praia da] Pontinha tomar um banho, como ia antes: “Vou na Pontinha!”. **Ninguém mais vai ver a Pontinha, as pessoas vão para orla!**[ênfase]. Tudo ficou diferente. Como a Prefeitura de Salvador pensa essas sociedades locais? A forma está sobre os usuários? Não é preciso perguntar o que os usuários querem? Ou a Prefeitura, dado seus próprios desejos empreender obras onde não deveria realizar?*

Durante as pesquisas de campo, muitos interlocutores falaram que a ilha recebeu relevante número de pessoas, provenientes de várias partes da região do Recôncavo, para trabalhar na requalificação. Essas pessoas não têm relações com os ilhéus, aspecto que

contribuiu para mudança de comportamento das pessoas nativas da ilha, pois novos costumes foram aparecendo. A insegurança começou com pequenos furtos, com a intensificação do uso de drogas e a convivência com pessoas de outras localidades que desconhecem o *ethos* local. Os entrevistados apontaram suas preocupações com esses novos trabalhadores devido ao fato de eles não pertencerem àquele sítio e, por consequente, não possuírem vinculações com o ecossistema e a forma de viver. De toda forma, são trabalhadores, operários, comandados a realizar tarefas, construir muros, destruir o que existia. Nesse processo, o racismo institucional se espalha, dá ordem, fortalece seu perfil assimétrico e despedaça a materialidade e a imaterialidade desse lugar, esfacelando também as experiências que ali foram construídas (assunto sobre o qual discorro na sequência).

4.1.4 Imagem e descompassos: Existe nesse caso o Racismo Ambiental?

Dando seguimento às discussões sobre imagens que projetam novas paisagens culturais na ilha em estudo, somando a outras perspectivas de análise neste 4º capítulo, aprofundo as dimensões do patrimônio cultural como *categoria de pensamento* (GONÇALVES, 2007) por meio da análise das ações da Prefeitura de Salvador e da iniciativa privada. As ações desses “parceiros” no território da citada ilha, a partir de um grande projeto de investimento (GPIs)³⁷, permitem compreender descompassos nos processos de produção cultural, o que abre a perspectiva de se considerar a existência do racismo ambiental.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um

³⁷ Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico etc.), instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008).

recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (GONÇALVES, 2007, p. 155)

Assim, a análise da atuação desses “parceiros” no empreendimento em questão é realizada a partir das narrativas dos (das) interlocutores (as) por meio das seguintes perspectivas: 1) considerações sobre o que vem a ser o racismo ambiental no exterior e no Brasil, focando na BTS; 2) compreender o *habitus* de classe e gostos e os efeitos da citada parcerias sobre terras, pessoas, seres e coisas; 3) verificar como esse lugar torna-se mercadoria a partir da ratificação de certo fetichismo; e, por fim, 4) situar o processo de produção desse tipo patrimônio cultural versus a constituição de “ilhas de lucros”, revelando a métrica de como permanece a sociedade local afetada. Entretanto, Hall (2013, p. 344) nos chama atenção de que “as classes, ao mesmo tempo em que compartilham certas condições comuns de existência, também são perpassadas por conflitos de interesses, historicamente segmentadas e fragmentadas no curso da formação histórica”.

Busco revelar o *ethos* desses “parceiros” com suas ideias de classe dominante (HALL, 2013)³⁸ que, como agentes culturais, produzem ao seu modo um certo “tipo” de patrimônio cultural em consonância com lucros financeiros. Isso envolve projetar estrategicamente aquela ilha dentro de uma lógica de valorização do entorno, o que faz emergir análises sobre a obscuridade desse processo de produção cultural que tem no Estado de Direito suas bases principais. Ressalto que a partir da perspectiva do Estado de Direito³⁹, Nader e Mattei (2013) compreendem que há incongruências, pois deve-se ter o cuidado de reconhecer quem opera esse “estado” e esse “direito” devido ao fato de que não existem neutralidades e de que o jogo de forças, especialmente no mundo do capital, se vale de possuir os meios necessários para subjugar o “outro”. Esses cientistas sociais explicitam:

Considerando que a imagem dominante do Estado de Direito foi falsa ao longo da história e contínua sendo no presente, uma vez que não admite de modo pleno seu lado obscuro. A representação falsa começa com a ideia de que o bom direito (que “falta” aos outros) é autônomo, independente da sociedade e de suas instituições, técnico, não político, não distributivo e

³⁸ Segundo Hall (2003, p. 242): “A ideia da classe dominante em todas as épocas são as ideias dominantes”, escreveu Marx em uma passagem famosa (ou, quem sabe, infame): “ou seja, a classe que constitui a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante.” A transformação aqui é caracteristicamente “pensada” em termos de uma inversão e uma substituição. Quando a classe que “nada tem a perder senão seus grilhões” derruba a classe “que monopoliza os meios de vida material e mental”, também derruba e substitui ideias e valores em um surto de transvalorização cultural. Esta é a imagem do “mundo de cabeça para baixo”; da “moral deles e a nossa” de Trotsky; das “visões do mundo” mutuamente excludentes das culturas de classes antagônicas, tão teatralmente contrapostas por críticos como Lukács e Goldman, que tem governando as metáforas clássicas de transformação”.

mais reativo do que proativo – de modo mais conciso, uma estrutura tecnológica para um mercado “eficiente”. Devido a essas representações falsas, a boa governança que aparentemente caracteriza os objetivos do Direito transforma-se na espinha dorsal de argumentos profissionais incorporados e organizados tendo em vista a legitimação da pilhagem. (NADER e MATTEI, 2013, p. 8)

Para tanto, a narrativa de Dona Maré contribui para exemplificar como o Estado de Direito vem estabelecendo padrões que tanto envolvem a ilha e os habitantes como diversos outros locais dentro e no entorno da BTS. A narrativa contém ricos aspectos que revelam a ameaça ao meio ambiente que, na visão dessa interlocutora – ativista cultural com ações político-ambientais de defesa da BTS –, caracteriza-se como Racismo Ambiental:

A gente precisa defender o meio ambiente, precisa defender as águas, porque a próxima guerra que está por vir é a guerra das águas. E a guerra das águas, quem vai ser primeiro afetado é toda a população. O pré-sal é uma tragédia. E no Fórum Mundial das Águas⁴⁰ como eu dizia lá em Brasília [2018], que foi agora, que a discussão das águas parece que é nova, ela nunca foi nova para as sociedades locais pesqueiras, a gente vem discutindo as águas há muitos anos. Só que vocês achavam que o problema das águas era só do pescador, e não é verdade, o problema da água é um problema do universo (de todos). E a gente precisa resolver, a gente precisa discutir o racismo ambiental [ênfase]. Porque é que todas essas empresas são jogadas nos territórios quilombolas e indígenas, e nas sociedades ribeirinhas? Racismo ambiental! Por que o Porto de Aratu, pelo calão, a TransPetros aqui em Madre de Deus, por que não coloca na Graça, na Vitória, no Corredor da Vitória, na Barra? É fundo, tem calão, tem canal, vai colocar nas sociedades de pescador! Nas sociedades menos favorecidas que exclusivamente vivem daquele território, daquela lama, daquele manguezal, por quê? Então a gente tem que discutir o racismo ambiental no Brasil, e a gente não discute. Então assim, é sério, muito sério. E as universidades deveriam pautar. Se bem que a universidade é uma parceira, mas precisa pautar mais essa discussão das águas, dos territórios pesqueiros e tradicional do Brasil. Por que o que seria do Brasil se não fosse a gente? Não seria o Brasil, né? Mas é muito sério. A gente das sociedades pesqueiras, os documentos voltaram para estaca zero, os direitos se perderam, nesse pacote de corrupção, a gente vai precisar se juntar para se recompor desse baque que a gente teve aí.

A narrativa de Dona Maré, ao trazer diferentes dados, leva-me a me debruçar sobre pelo menos três problemáticas-chave, a saber, a “raça”, o “racismo” e “racismo ambiental”, que permitem discorrer de forma mais dinâmica a análise do objeto de estudo. Para tanto, Bullard e outros desenvolvem uma práxis que denuncia o racismo ambiental e compreendem que a “raça ainda é um fator poderoso no processo de identificação dos bairros expostos à

⁴⁰ Fórum realizado dentro do Fórum Social Mundial (FSM), em Brasília, de 17 a 22 de março de 2018.

poluição e riscos ambientais” (BULLARD, JOHNSON, SMITH e KING, 2013, p. 9). Além disso,

Um número crescente de evidências revela que as pessoas de cor e de baixa renda estão expostas a maiores riscos ambientais e de saúde do que a sociedade em geral, seja em seus bairros, locais de trabalho ou áreas de lazer (JOHNSON et al, 1992; NATIONAL INSTITUTE FOR ENVIRONMENTAL HEALTH SCIENCES, 1995). Por outro lado, o paradigma da justiça ambiental abrange uma abordagem holística para a formulação de políticas e normas de saúde ambiental, desenvolvendo estratégias de redução de riscos múltiplos, cumulativos e sinérgicos, garantindo a saúde pública, aumentando a participação pública na tomada de decisões, a construção de infra-estrutura para alcançar a justiça ambiental e sociedade locais sustentáveis, garantindo a cooperação e coordenação interinstitucional, desenvolvendo parcerias e colaborações inovadoras entre as esferas pública e privada, melhorando as estratégias de prevenção da poluição e o desenvolvimento econômico sustentável baseado nas sociedade locais, assim como o desenvolvimento de programas que sejam geograficamente orientados e que envolvam toda a sociedade local. (BULLARD, JOHNSON, SMITH e KING, 2013, p. 5)

Conforme Paes e Silva (2012), Alier (2011), Herculano (2008), Bullard (2004), Mbembe (2014), Moore (2007, 2011), Fanon (1968) e demais autores, ocorre sistematicamente em diversas partes do mundo uma tradição de debates e atos contra o racismo, com destaque para os Estados Unidos, o que gerou significativos movimentos ao longo século XX, culminando em uma efervescência na década de 1990 devido à forte pressão sobre o meio ambiente. Essa pressão é oriunda de usos desordenados dos recursos naturais e desencadeava “injustiça social, ambiental, territorial e dos direitos civis” para as populações negras e latinas mais pobres (PAES E SILVA, 2012, p. 88).

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no “fenótipo/raça”. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido “fenótipo/raça”. (MOORE, 2011, p. 14)

Os efeitos gerados por ações políticas, via as indústrias sobre as diversas populações locais, desencadearam movimentos populares que denunciavam as práticas nocivas e o direito à vida. Esses movimentos ficaram conhecidos como: “movimento por justiça ambiental (Environmental Justice Movement), movimento contra o racismo ambiental

(Environmental Racism) e movimento pela igualdade ambiental (Environmental Equity) (Capella, 1996)” (PAES E SILVA, 2012, p. 87). Dentro desses contextos, Bullard, Johnson, Smith e King (2013) contextualizam:

O paradigma dominante de proteção ambiental institucionaliza a aplicação desigual, troca a saúde humana por lucro, coloca o ônus da prova sobre as “vítimas” e não sobre as indústrias poluidoras, legitima a exposição humana a produtos químicos, pesticidas e substâncias perigosas prejudiciais à saúde, promove tecnologias que oferecem “riscos”, explora a vulnerabilidade das sociedades locais economicamente e politicamente marginalizadas, subsidia a destruição ecológica, cria uma indústria em torno de avaliação de risco e gestão de riscos, atrasa ações de limpeza e falha no desenvolvimento de ações para a prevenção da poluição como estratégia global e dominante (BULLARD, 1993a, 1993b, 1993c). (BULLARD, JOHNSON, SMITH e KING, 2013, p. 9)

Desde aquela época, os citados movimentos percebiam e denunciavam que esses efeitos estavam relacionados a questões raciais já que um número considerável de negros, latinos e indígenas de baixa renda, em sua grande maioria sem escolaridade e, muitas vezes, marginalizados sofria as maiores consequências. Além disso, seus territórios eram invadidos por empreendimentos que geravam contaminações químicas por dejetos e lixo tóxico, além de outras mazelas, sempre em associação a três aspectos também ligados ao racismo e preconceito: a raça, a classe e o gênero.

Mas não seriam somente os negros a sofrer a prática de instalações de tratamento e depósitos de resíduos químicos nas proximidades dos seus locais de moradia já que, na Califórnia, uma pequena sociedade local rural composta em 95% por latinos seria alvo desta experiência. No caso dos povos indígenas, a situação repete-se, e mais de 36 reservas indígenas receberam aterros e incineradoras nos Estados Unidos (HERCULANO, 2008). (PAES E SILVA, 2012, p. 90)

Assim, as trajetórias históricas, ainda que muito diferenciadas, tanto dos Estados Unidos como do Brasil, parecem ter algumas similitudes, pois por muito tempo foram estruturadas na dicotomia superioridade x inferioridade. Tratava-se de tratamentos diferenciados às populações negras e mestiças, que continuam confrontando políticas genocidas, elaboradas por grupos que ainda os consideram inferiores: “O Estado moderno exercita a liderança moral e educativa – ele “planeja, estimula, incita, solicita e pune”. É local onde os blocos de forças sociais que o dominam não apenas justificam e mantêm seu domínio, mas conquistam pela liderança e autoridade o consentimento ativo daqueles sobre os quais ele governa” (HALL, 2013, p. 353).

Na história do Brasil, tal fato inicia com a escravização, primeiramente de milhares de ameríndios e, posteriormente, também de milhares de africanos nos ciclos do açúcar, minérios, café, borracha e outros. Apesar da “Lei Aurea”, verifica-se a falácia da mesma já que depois de sua assinatura, a ausência de políticas públicas ratificou a não absorção de negros, índios e seus descendentes dentro da nova nação. Tais políticas também compreendiam que deveriam empurrar esses problemas e as populações para um tipo de “limbo” social, pois, com o tempo, essas diferentes sociedades seriam absorvidas pelo processo eugênico⁴¹ e, como num passe de mágicas, sumiriam.

Szwarcz (1993), ao traçar essas questões da escravização no Brasil, revela que a partir do final do século XIX, a produção científica e sua reverberação alastravam ideias que associavam selvageria, inferioridade e barbárie aos povos da África negra e seus descendentes, revelando modelos de pensamento que influenciaram os governos constituídos da época. Estes, envoltos no ‘positivismo’, ‘evolucionismo’ e ‘determinismo’, refletiam suas ações hierarquizando racialmente as populações nativas e aquelas que foram trazidas como escravizadas para as colônias. Esses governos e seus interesses de classe e raça produziram sistemática invisibilidade às populações indígenas e negras, que foram consideradas como atrasadas, incapazes intelectualmente e avessas ao aprimoramento sociocultural. Sansone (2014) contribui para esse entendimento:

A partir da segunda metade do século XIX, quando se consolidavam as várias ciências humanas, o termo raça se torna de fato canônico entre os cientistas de diferentes campos de saberes. Em inúmeras declarações e textos, contestadas somente por uma minoria, raça veio a ser usado para dividir a humanidade em grandes grupos ao longo de diferenças fenotípicas aos quais eram assinados sentidos culturais-comportamentais. [...] A esta divisão em grandes raças está associado um forte debate sobre a gênese das diferenças fenotípicas e comportamentais, baseados nos argumentos de que teria tido uma monogênese da raça humana, resultando em vários graus de desenvolvimento no tempo e no espaço, ou estaria se falando de uma poligênese, várias raças se desenvolvendo de forma independente e separada, alcançando níveis diversos de sofisticação. (SANSONE, 2014, p. 398)

⁴¹ De acordo com Ferreira, “a ideia foi disseminada por Francis Galton, responsável por criar o termo, em 1883. Ele imaginava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin – que, por sinal, era seu primo – também se aplicava aos seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos.” In: FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. Portal Geledés. Acesso em 20 de novembro de 2019.

Almeida (2018) enfatiza que instituições da área da educação no Brasil aliaram-se a modelos nos quais prevalecia ideais eugênicos, o que contribuía para desencadear processos de exclusão daqueles que já estavam excluídos devido à sua cor de pele. Assim, a cor da pele dos negros e dos mestiços entrava em confronto com o modelo de construção da nação, a exemplo de outras colônias que também excluía os escravizados negros e mestiços da composição dos novos países. Assim, os governos brasileiros estabeleceram contrato social que invisibilizava e mantiveram permanentemente os indígenas, negros e mestiços como “*coisas*”, ou seja, desprovidos de valor, facilmente substituídos, sempre considerados como forasteiros nos territórios e massa de desempregados a serem acionados quando necessário, mas quase nunca para cargos de alta função e remuneração. Trata-se de um projeto de exclusão social e eugenia, que prejudica até o presente, individual e coletivamente, as pessoas, pois sempre negou e hoje dissimula o acesso aos bens básicos de vida, assim como estabelece sistemático esfacelamento das chances das pessoas não brancas no Brasil. O autor radiografa essa cruel sociedade entre os séculos XIX e XX:

No caso do Brasil, o racismo contou com a inestimada participação das faculdades de medicina, das escolas de direito e dos museus de história natural, como nos conta Schwarcz em seu livro *O espetáculo das raças*. Já no século XX, na esteira do Estado Novo, o discurso socioantropológico da democracia racial brasileira seria parte relevante desse quadro em que cultura e ciência fundem-se num sistema de ideias que fornece um sentido amplo para práticas racistas já presentes na vida cotidiana. No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar a educação pode aprofundar o racismo na sociedade. (ALMEIDA, 2018, p. 55)

Moore (2014) bem contribui para revelar essa condição que ocorre também em outras partes do mundo, onde a educação e a ciência também são utilizadas para estabelecer processos de racismo e, conseqüentemente, manutenção de privilégios:

Longe de recuar diante da educação e da ciência, e em vez de ser contido o racismo adentra-se na ciência e converte-se em modo de educação. Ele ressurgiu como um racismo mais científico, mais “refinado” e, crescentemente, mais “cordial” e “educado”. A realidade é que, como assinalou pertinentemente o pensador Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (1971), o racismo evoluiu constantemente. Ademais, evoluiu sempre em uma única direção: o nazismo. Cada vez que o racismo recua, ele o faz somente diante de uma ferrenha oposição. E cada vez que essa oposição enfraquece, ele começa novamente a ganhar novos espaços, continuando a evoluir – da mesma forma que evoluiu o tempo – conforme o seu sentido inicial. O racismo nunca recua de forma permanente. (MOORE, 2014, p. 280)

Assim, na Bahia, no seu litoral, na capital Salvador e na região do Recôncavo, pela grande incidência de engenhos de açúcar, trapiches, cais e outros empreendimentos, o número de negros e mestiços incidiram uma marca aos locais como a Baía de Todos os Santos e suas 56 ilhas. O arquipélago permaneceu visto como área de negros e mestiços, logo uma área aberta a “negociações”, “lucros”, “cercamento” e “abandono” sócio, político, intelectual, ambiental e econômico. Faria⁴² (PEDRÃO, 2011) ratifica esses aspectos:

A imagem da Baía de Todos os Santos divide-se entre a de ser um lugar onde se vive e de um lugar para ser explorado. Essa divisão se manteve igualmente para os capitais internacionais e para os que constituíram a economia regional baiana. A questão fundamental foi a transformação dos recursos naturais em valor de troca, em função de certas equações tecnológicas e de encontrar mercado para as opções de empreendimento que surgiram e determinaram o engajamento de trabalho. Qual, entretanto, seria a relação entre as transformações da realidade material da orla da baía e a de sua imagem? A exploração de recursos para uma economia internacional sempre prevaleceu sobre a moradia local. Os sinais da presença da sociedade local surgiram, penosamente, mediante formas nunca imaginadas na leitura da região como reserva de recursos. (PEDRÃO, 2011, p. 261)

Essas populações locais, resistindo a partir de ações coletivas, permaneceram apartadas propositadamente pelas elites de políticas públicas, e passaram a assistir e se indignar com a instalação de inúmeros empreendimentos, especialmente a partir da década de 1950, quando a indústria do petróleo ativa diversas manufaturas que reforçam as práticas de exclusão social e aceleram continuamente a transformação da paisagem cultural. Assim, a pobreza vivida pela população da BTS acompanha gerações de baianos e, conforme diversos autores, também está ligada à problemática do racismo estrutural não resolvido (ALMEIDA, 2018) que, como um jogo de xadrez, mata primeiro os “piões”.

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social

⁴² Segundo Pedrão (2011, p. 261): “O fracasso do sistema pós-escravista para se integrar na economia moderna, basicamente de 1850 a 1914, testemunhou essa incapacidade da econômica agroindustrial tradicional para funcionar em um sistema de economia de mercado e com trabalho livre, assim como sua incapacidade para gerar uma cultura escrita e uma ideologia, capazes de dar unidade ao projeto regional baiano. O reconhecimento tácito desse fracasso inspirou a política econômica do governo Góis Calmon. A falta de uma alternativa política ao controle oligárquico fundado no escravismo aprofundou a visão local, herdada do controle patrimonial da produção e a visão capitalista em formação, que passou de um empreendimento arriscado de figuras como Luiz Tarquínio a um ambiente de empresas apoiadas em acordos celebrados no plano político [...]”.

que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhe parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2018, p. 39)

Desta forma, Schwarcz (1993), Almeida (2018), Souza (2012), Moore (2014; 2011) e outros expandem a compreensão sobre o projeto que está nos alicerces do que compreendo como sociedade brasileira, leia-se repleta de antagonismos e crueldades. Assim, esses autores contribuem para atentar sobre o monopólio privado dos meios de produção na BTS voltados para atender ao capital hegemônico, que inviabiliza a participação de número considerável de trabalhadores, gera contaminação por produtos químicos, configura exércitos de desempregados, estimula migrações forçadas por trabalho, desestrutura socioeconomicamente as famílias e seus modos de vida devido à fome generalizada, desencadeia o tráfico de drogas e alastra a prostituição de crianças e adolescentes, cria uma zona de choques em que ocorrem assassinatos por grilagem e tantos outros problemas sociais.

Postulamos que o racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco. Nossa hipótese de base é que se trata de uma forma de consciência/estrutura de origem histórica, que desempenharia funções multiformes, totalmente benéficas para o grupo, que, por meio dela, constrói e mantém um poder hegemônico em relação ao restante da sociedade. Tal grupo instrumentaliza o racismo institucionalmente e por meio do imaginário social para organizar uma teia de práticas de exclusão que lhe garante um acesso monopólico aos recursos da sociedade. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração. (MOORE, 2011, p. 2)

Nesse contexto, a narrativa de Dona Maré e os dados dos autores aqui utilizados permitem compreender que a paisagem⁴³ da BTS está constantemente modificando-se, pois os empreendimentos industriais e turísticos estabelecem novas perspectivas visuais e simbólicas que destoam da e na dimensão local das populações que ali vivem. O cotidiano

⁴³ Conforme Pedrão (2011, p. 261), “A imagem da Baía de Todos os Santos divide-se entre a de ser um lugar onde se vive e de um lugar para ser explorado. Esta divisão se manteve igualmente para os capitais internacionais e para os que constituíram a economia regional baiana. A questão fundamental foi a transformação dos recursos naturais em valor de troca, em função de certas equações tecnológicas e de se encontrarem mercados para as opções de empreendimento que surgiram e determinaram o engajamento de trabalho. Qual, entretanto, seria a relação entre as transformações da realidade material da orla da baía e a de sua imagem? A exploração de recursos para uma economia internacional sempre prevaleceu sobre a moradia local. Os sinais da presença da sociedade local surgiram, penosamente, mediante formas nunca imaginadas na leitura da região como reserva de recursos”.

dessas pessoas, mesmo envolvido em constantes pilhagens (NADER e MATTEI, 2013), não deixa de provocar esses agentes a realizarem seus estudos, trabalho, festas, representações e pertencimentos. A fórmula encontrada é subsistir, fazendo do caos social companhia indesejada. Douglas e Wildavsky (2012) consolidam esse cotidiano que se faz tão letal ao dizerem: “Oscar Lewis defendia que a situação da pobreza abrevia o futuro. Os muitos pobres, sem saber de onde virá a próxima refeição, adquirem o hábito de viver tão inteiramente no presente que não imaginam futuro algum” (DOUGLAS e WILDAVSKY, 2012, p. 82).

Assim, a violência do uso do território sem permissão dos habitantes locais, tantas vezes repetidas pelos interlocutores, propaga silêncios e silenciamentos e explicita a velha maneira de domesticar. O silêncio torna-se medo compreendido pelos habitantes, que não possuem defesa jurídica próxima, gratuita e de confiança, o que contribui para ratificar a “pilhagem” (NADER e MATTEI, 2013; ALMEIDA, 2018, FANON, 1968) dos grandes projetos de investimentos, em choque direto com as trajetórias de pessoas, animais, plantas, que são, para esses projetos de pilhagem, elementos de baixa ou nula importância e serão deixados à margem, a médio e longo prazos. Fanon (1968) esclarece que os “Meninos mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais. Implacáveis, erguem-se por meio das mamatas ou dos roubos legais operações de importação e exportação, sociedades anônimas, especulação das bolsas” (FANON, 1968, p. 36).

Essa citação de Fanon (1968), que parece tão atual, revela que esse uso dos recursos ambientais está em conexão também com o Brasil, onde o modelo colonial não superado negligência o futuro e permite que os “meninos mimados” estabeleçam um país cada vez mais hipertrofiado e refém. Essas patologias são refletidas nas leis, instituições e práticas debilitadas, pois como sempre estão sendo bombardeadas, já que não há tempo de crescer e instituir defesas, repercutindo os interesses corporativos nacionais e internacionais que reconhecem as fraquezas, as mantem desvanecidas, o que contribui para a pilhagem dos recursos ambientais pelos parceiros de investimento e sua ávida busca por lucros independentemente da morbidade que possa gerar.

Conforme a Herculano (2002), o racismo ambiental é encontrado na exploração da terra e das pessoas para obtenção de mais valia em detrimento do que pode acontecer nas localidades. Faz parte dessa equação a tomada de territórios para o sucesso e lucros dos empreendimentos, muitos desses ligados às ideologias de grandes grupos de investidores nacionais e transnacionais. Territórios onde habitam negros, indígenas e mestiços, que

parecem ratificar o comportamento dos inúmeros “parceiros” que, com vista a seus negócios, desarticulam, impõem e esfacelam os contextos sociais, históricos, afetivos e econômicos das populações sejam elas ou não consideradas tradicionais e ou modernas. Herculano (2002) traduz essa realidade no contexto brasileiro:

No caso do Brasil, portanto, o potencial político do movimento pela justiça ambiental é enorme. O país é extremamente injusto em termos de distribuição de renda e acesso aos recursos naturais e sua elite governante tem sido especialmente egoísta e insensível, defendendo de todas as formas os seus interesses e lucros até lançando mão, de muitos casos, da ilegalidade e da violência. O sentido de cidadania e de direitos, por outro lado, ainda encontra um espaço relativamente pequeno na nossa sociedade, apesar da luta de tantos movimentos e pessoas em favor de um país mais justo e decente. (HERCULANO, 2002, p. 145)

Assim, o racismo ambiental revela ainda que, em muitos casos, propaga-se a segregação nas áreas atingidas por esses GPIs. Os “parceiros” não querem ter em seus novos “territórios adquiridos” (leia-se “pilhados”) a presença, o cheiro, os modos, os costumes daqueles que destoam do ambiente fetichizado e conseqüentemente domesticado. O local está preparado para atender aos “clientes” que podem pagar pelo luxo, pelo requinte e certo padrão arquitetônico visto em outros lugares e que espelham, para essas pessoas abastadas financeiramente, o *ethos* da distinção social, leia-se: se considerar grupo seletivo, formado por pessoas de sucesso, que espelham educação elevada e com isso possuem gostos diferenciados e aprimorados que lhes vinculam a uma ideia de classe superior. Bullard (2005) expõe sua compreensão sobre essa problemática ao explicitar:

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou sociedade locais por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor. O racismo ambiental está muito arraigado sendo muito difícil de erradicar. (BULLARD, 2005, s/p)

Todo esse cenário busca invisibilizar estrategicamente as populações (negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas e outros) que sofrem os efeitos desses GPIs, que perdem seus lugares-lares tanto em espaços urbanos como em espaços rurais. Nota-se que esses GPIs buscam a gentrificação (SMITH, 2007; WACQUANT, 2010, FANON, 2008), leia-se

higienização, como princípio fundante para dificultar a circulação de pessoas em áreas que antes eram comuns. Ou se elas desejam utilizar também desses novos espaços, deverão pagar para ali permanecer, mas serão elementos não associados àquele projeto e aos novos padrões de usos para o lazer, negócios e trocas sociais, pois “O branco quer o mundo; ele o quer só para si. Ele se considera o senhor predestinado deste mundo. Ele o submete, estabelece-se entre ele e o mundo uma relação de apropriação” (FANON, 2008, p. 117).

Essa “apropriação” acontece por diversos meios nos territórios, especialmente através do uso da força política aliada aos grupos das burguesias nacionais e internacionais. A fórmula normalmente é vender à sociedade a importância desses projetos como elementos de movimentação das economias locais, mascarando os reais propósitos que são verdadeiras “ilhas de lucros”, sem preocupação com a degradação ambiental, o desenvolvimento consciente das populações afetadas, nem responsabilidade de respeitar os patrimônios culturais locais e regionais. Algumas vezes, esses empreendimentos privados, e que privatizam, serão patrocinados com os recursos financeiros públicos, mas que são manipulados como sendo em benefício da sociedade.

Os grupos de investidores em que também participam pessoas físicas que administram órgãos públicos e, conseqüentemente, realizam as pontes necessárias para a existência constante de mais valia estão preocupados na construção de estruturas arquitetônicas que, por seu tamanho e grandiosidade, buscam ofuscar as populações locais. Para tanto, utilizam da mídia privada que, muitas vezes, também pertence aos mesmos grupos/famílias de “parceiros” que exercerão ações para criar o “desejo” e o “fetiche” às mercadorias a serem vendidas, a saber: o lugar, o projeto, o lugar para o lazer e ou para novos lucros.

O desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e sociedade locais. Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos pela destruição dos seus locais de vida e trabalho, tudo isso, e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil [...]. (HERCULANO, 2002, p. 145)

Diante disso, os empreendimentos, que se tornam “ilhas de lucros”, não beneficiam concretamente as populações nativas. Para os “parceiros”, esses lugares são a “bola da vez” sob domínio do “Estado e do poder” (MBEMBE, 2014). Tais características de grandes projetos de investimentos outorgam para si belas “imagens de desenvolvimento” para convencer, seduzir e mesmo silenciar os diferentes públicos-alvo, com objetivo de

estabelecer “novas paisagens culturais”. Nesse jogo de imagens e poder, são obscurecidos os efeitos desastrosos da destruição, a inexistente preocupação com as trajetórias e com o uso do meio ambiente, mesmo que todos esses parceiros e seus setores jurídicos saibam que o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece coerência com o uso do meio ambiente. Esse artigo ressalta que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Infelizmente, o artigo 225 de 1988 torna-se letra morta, pois os resultados são territórios e habitantes à mercê da sorte, o que propicia a repercussão de inúmeras formas de alteração do modo de vida de humanos e não humanos. Haja vista os últimos anos, quando a permissividade governamental, ou seja, os grupos nacionais e internacionais que colocam o Brasil em constantes rupturas dos governos eleitos, em parcerias com os grandes investidores, leva esse país e suas diferentes populações nas zonas rurais e urbanas ao caos social, no qual pobreza e miséria aprofundam problemáticas nos territórios invadidos. Moore (2014) argumenta como o fenômeno do racismo estabelece de forma orquestrada diferentes frentes de ataque às populações negras:

Iremos esquematizar essas três dinâmicas que se encontram na gênese do fenômeno do racismo da seguinte maneira:

- a) o processamento simbólico pelo qual uma coletividade, convertida em grupo dominante, secreta uma consciência grupal para a rejeição de uma alteridade especificamente fenotípica, com a finalidade de exercitar uma dominação grupal permanente sobre essa última;
- b) a organização da sociedade numa ordem sistemática, seguindo um critério especialmente fenotípico, para exercer uma gestão monopolista dos recursos globais, de modo a excluir o grupo dominado e subalternizado;
- c) a elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias), especialmente destinadas a: primeiro, regulamentar as relações entre dominados e dominantes; segundo, inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado; e terceiro, criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante. (MOORE, 2014, p. 248)

Assim, os argumentos recém mencionados revelam que investimentos e lucros parecem estar conectados com padrões de *habitus* de classe⁴⁴, ‘esfinge’ que traz fluxos e

⁴⁴ Conforme Bourdieu (2015, p. 3): “Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de práticas profissional ou de condições materiais de existência.”

tensões, que envolve lucros/destruição x vida/coletividade, aspectos que fazem parte dessa complexa sociedade brasileira e as dicotomias das causas, efeitos e necessários comprometimentos jurídicos de retorno social desses GPIs. Especialmente porque as mitigações⁴⁵, anteriormente mencionadas nesta tese, precisam ser aprimoradas, pois pelos lucros que os investimentos produzem a curto, médio e longo prazos, enriquecendo grupos específicos, muitas vezes o retorno para as populações afetadas são ínfimos e geram outros níveis de violências nas sociedades locais. Dortier (2010) nos explica como esse conceito de *habitus* tem sua importância ao revelar diferentes cientistas que já se debruçaram para compreender suas contradições:

O conceito de *habitus* já aparece em Aristóteles (com o nome de *héxis*) e no pensamento tomista. É encontrado também na obra de autores tão diferentes quanto Norberto Elias, Erwin Panofsky e Marcel Mauss. Designa, de modo geral, o conjunto das maneiras de pensar e agir adquiridas no decorrer de nossa socialização, essencialmente na primeira infância. Émile Durkheim utiliza-o para designar as maneiras de ser, homogêneas e estáveis, verificadas em sociedades fechadas como as “sociedades tradicionais” ou, nas sociedades modernas, em universos fechados como os mosteiros e os internatos. Nesses autores (excetuando Aristóteles), o conceito de *habitus* permanece contundo secundário. É o sociólogo Pierre Bourdieu que o fará desempenhar um papel teórico preponderante. P. Bourdieu retoma a definição clássica de *habitus*, mas a sistematiza. Em sua acepção, trata-se de um conjunto de “disposições duráveis”, gerados de práticas e de representações” adquiridas no decorrer da história individual”. (DORTIER, 2010, p. 264)

Esse abismo entre a contradição do lucro versus a necessidade da permanência da vida, dentro da disputa no Estado de Direito, fica cada vez mais complexo, pois se constitui confronto desproporcional, fato que chama a atenção de Butler (2019), que revela a existência desse “Estado” e desse “Direito” que não garantem per se que tenhamos uma sociedade mais equitativa. Tal fato leva a refletir sobre os efeitos dos empreendimentos na vida das pessoas pobres e também nas movimentações em torno do fortalecimento da cidadania e dos direitos civis em um país que nos últimos anos vem sofrendo constante delapidação de sua democracia devido a projetos obscuros que pairam e que a todo tempo se precipitam em golpes políticos.

[...] não estou interessada no estado de direito per se, senão mais bem no lugar que ocupa a lei em articulação com o campo dos direitos e obrigações

⁴⁵ Práticas de retorno econômico de baixa expressividade junto às populações atingidas por Grandes Projetos de Investimento – GPIs, que pouco transforma a realidade de miséria, poluição e distanciamento de equipamentos de educação, lazer, saúde, habitação, saneamento, segurança e demais.

concebidos internacionalmente, que limita e condiciona a reivindicação da soberania de Estados. Estou interessada ademais em elaborar relato de poder que seja capaz de produzir espaços concretos de intervenção em relação com os efeitos de deshumanização da nova prisão de guerra. (BUTLER, 2019, p. 130)

Souza (2012), a partir de Bourdieu, esclarece que podemos falar de uma “pluralidade de *habitus*” e destaca que, para além do *habitus* primário, temos também o *habitus* precário e o *habitus* secundário. O *habitus* precário corresponde ao que estamos assistindo em Bonja e outras populações, cujas participações no processo de decisão e construção da cidadania ocorrem de forma mínima, e no qual respeito e direitos passam longe.

A ausência de reconhecimento social junto às populações pobres reflete como as elites as enxergam. O que para esses outros também envolve o grau de sociedades modernas onde há países centrais que buscam universalizar direitos básicos, também dentro de lutas internas de classe, versus as sociedades periféricas, como o Brasil, onde se mantém historicamente um abismo social, gerando cada vez mais excluídos. Assim, “o *habitus* unifica e incorpora todas as dimensões da prática, sejam culturais, esportivas, alimentares, de lazer... É ele que faz que os gostos e as práticas tenham uma coerência em si e entre si, que fornecem um verdadeiro “estilo de vida”” (DORTIER, 2010, p. 264).

Já o *habitus* secundário corresponde à valorização do “reconhecimento social e respeito social” (SOUZA, 2012, p. 168), gerando distinção social, que para Bourdieu tem na “noção de gosto” uma série de fatores externos e objetivos que envolvem condições materiais e simbólicas, não sendo uma propriedade inata. O autor assim esclarece: “[...] o *habitus* seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcados desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo as condições objetivas” (SOUZA, 2012, p. 43-44). Bourdieu (1979) explica que os “gostos” nesse sentido explicariam o comportamento de determinado grupo social, que está em conexão com o estilo de vida, que gera práticas e lógicas de consumo: “O gosto está no princípio de tudo o que se tem – pessoas e coisas – e de tudo o que se é para os outros, daquilo pelo qual se é classificado ou se classifica. [...] Ou seja, o gosto é também uma prática que permite que o indivíduo perceba seu lugar e o lugar dos outros na ordem social” (BOURDIEU, 1979, p. 59).

Assim, a narrativa de Dona Maré distende os processos de produção desse tipo de patrimônio cultural na Ilha de Bom Jesus dos Passos, nos permitindo enxergar um outro lado da moeda, muitas vezes deixado à margem. Esses processos geram padrões culturais, sejam

eles: os modos de uso do espaço, constituição de artefatos; novas trajetórias de experiência para e dos seus usuários; múltiplas formas de uso desse novo lugar; deslocamento do que foi o lugar e do que agora se pode enxergar, sentir, entre os habitantes locais e até mesmo com os turistas que conheciam esse sítio e depois voltam para conhecer o lugar domesticado. Há também percepções de que essas dinâmicas culturais trazem higienizações projetadas pelas classes privilegiadas e seus “gostos”. Estas querem possuir locais seguros para lazer, como também para seus variados negócios que geram *mais valia*⁴⁶ e, quem sabe, ao higienizar esse lugar, possa também estender hospedagens aos seus clientes que primeiramente vem a passeio, gerando a necessidade de construção de moradias. E ao gerar moradias, ainda que de estação, geram negócios envolvendo esses grupos seletos, que conseguem se deslocar por lanchas, iates e helicópteros com grande rapidez.

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções propriamente simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as diferenças de fato de distinções significantes, ou para falar como os linguistas, em “valores”, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. Em consequência, os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social – por exemplo, a roupa, a linguagem ou a pronúncia, e sobretudo “as maneiras”, o bom gosto e a cultura – pois aparecem como propriedades essenciais da pessoa, como um ser irreduzível ao ter, enfim como uma natureza, mas que é paradoxalmente uma natureza cultivada, uma cultura tornada natureza, uma graça e um dom. O que está em jogo no jogo da divulgação e da distinção é, como se percebe, a excelência humana, aquilo que toda sociedade reconhece no homem cultivado. (BOURDIEU, 2015, p. 16)

Destaco que estou seguindo a metodologia de análise a partir de três elementos-chaves: os “atores”, os “cenários e as “regras” (MAGNANI, 2012). Igualmente, ao pinçar uma problemática do processo de produção do patrimônio cultural via uma “rua” e uma “praia”, também destaco o turismo que acontece constantemente na Ilha dos Frades, local próximo de Bonja, pois reconheço lá a mesma métrica de uso do espaço e dos recursos naturais. Há também diferentes tipos de usuários do espaço, dentro de uma lógica de

⁴⁶ Segundo Marx (1974, p. 202), “[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”.

privatização nas ilhas. Também percebo o Racismo Ambiental na Ilha de Bom Jesus dos Passos, pois os habitantes são colocados à margem do processo de requalificação, o lugar é invadido por modelo necropolítico de construção, fauna e flora são aniquilados, além da proibição de atividades centenárias de pesca e mariscagem que, na ótica dos “donos do lugar”, depreciam a própria paisagem agora criada para atender a clientes endinheirados.

Na alta estação, ocorre a chegada de escunas de passeio. Os usuários são levados para conhecer essa ilha e permanecem em específicos locais (faixas de areias), onde há possibilidade de festas, consumo de bebidas alcoólicas vendidas em isopor por pequenos comerciantes locais, e utilização de som alto seja de pagode ou outros gêneros musicais durante todo o dia. Essas escunas retornam com seus clientes para o cais da metrópole Salvador por volta das 16h.

Na outra face dessa ilha, há uma área cuidadosamente reservada para hospedagens de luxo. Esses clientes chegam do aeroporto de Salvador e embarcam em grandes carros até as marinas, ou moram em locais privilegiados da capital e seguem a partir de suas marinas e grandes iates para majestosos bangalôs de dois andares, construídos em madeira rústica, cercados por lanchas, com policiamento privado e estadual (Polícia Ambiental) e vigilância 24 horas na ilha.

Esses bangalôs de luxo, construídos em reservado local, envolvido por manguezais quase intocados, estão por “acaso” próximos do citado projeto de requalificação da Rua do Brito e Praia da Pontinha. Compõem, assim, uma paisagem paradisíaca onde parece ser possível associar esses dois ambientes domesticados com os desejos e gostos da classe que lá se hospeda.

Essas faces de produção do patrimônio cultural estão imbricadas com ciclos de lucros e investimentos, sendo que as populações do entorno são apenas exércitos de desempregados, em uma região que nunca se desenvolveu socioeconomicamente e com isso permanece subdesenvolvida por conta de tudo que esse subdesenvolvimento acarreta. Agrava a situação a contínua trajetória dessa região que, tantas vezes pilhada, destina às suas populações a lida de ser apenas a garantia de força de trabalho em atividades subservientes. Além disso, há a métrica do racismo que, na subalternização das pessoas a partir de sua “raça”, confere-lhes apenas a possibilidade de subserviência, subemprego, submoradias e consequente subexistências. Trata-se de uma equação que desconstrói as diretrizes de vida, ou seja, os modos de ser, fazer, se perceber no mundo, ter condições de existir, possuir o direito de sonhar e se relacionar com seus mestres do saber, seus referenciais culturais

materiais e imateriais, em uma perspectiva que une diferentes tempos para viver o presente de forma sadia.

Refletir essa produção do patrimônio cultural, que os citados “parceiros” empreendem constantemente e que têm no ‘não diálogo’ a privatização de área pública, a expansão de áreas terrestres sobre o mar, sem que as instituições de defesa desse bioma se manifestem, é descortinar a fórmula que fica ainda mais complexa com o imposto silenciamento dos habitantes dos territórios, especialmente por medo de represália. As regras do jogo garantem transformar esses lugares em mercadorias⁴⁷, e dessas mercantilizar o máximo possível esses bens ambientais. Kopytoff (2008) revela essas apropriações (in) devidas:

De um ponto de vista cultural, a produção de mercadorias é também um processo cognitivo e cultural: as mercadorias devem ser não apenas produzidas materialmente como coisas, mas também culturalmente sinalizadas como um determinado tipo de coisas. Do total de coisas disponíveis numa sociedade, apenas algumas são apropriadamente sinalizáveis como mercadorias. Além do mais, a mesma coisa pode ser tratada como mercadoria numa determinada ocasião, e não ser em outra. (KOPYTOFF, 2008, p. 89)

Ao destinar o que os “parceiros” acreditam que a população quer, dentro de uma visão de classe e raça, esses parceiros por suas próprias ideias de mundo reconhecem que toda sociedade local precisa apenas de praças e quadras poliesportivas. Esses “parceiros” anunciam seus empreendimentos como necessários para o desenvolvimento da região e melhoria de vida dos habitantes locais. Essas práticas afirmam retrocessos no que tange aos direitos dessas sociedades, que bem conhecem e sofrem na pele as ausências de recursos e equipamentos para melhorar suas vidas em seus lugares-lares.

Essa intensa produção dos lugares como mercadoria com seu fetichismo (TAUSSIG, 2010), que os “parceiros” concebem, muitas vezes, “cerca” as populações literalmente a partir de obstáculos físicos. São *apartheids contemporâneos* que pegam de surpresa essas populações que têm suas ilhas invadidas por tratores, máquinas de dragagem da praia, construção de colunas e demais estruturas que matam a biodiversidade, o saber local, as construções imagéticas das pessoas e seus modos de vida.

⁴⁷ De acordo com Kopytoff (2008, p. 95), “Uma mercadoria é algo que tem valor de uso e que pode ser trocado por uma contrapartida numa transação descontínua, sendo que o próprio fato da troca indica que a contrapartida tem valor equivalente, dentro do contexto imediato. [...] Assim, tudo que possa ser trocado por dinheiro é, nesse caso, uma mercadoria, seja qual for o destino que lhe seja reservado depois de feita a transação (pode ocorrer que ela seja desmercantilizada)”.

Esses habitantes assistem sem entender à crescente privatização do que antes era de todos. Mesmo se os “parceiros” ratificam que haverá melhoras de vida, nada acontece, pois os transportes continuam sendo de baixa qualidade e limitados, o saneamento básico continuará inexistente e/ou precário, gerando contaminação em rios e no mar, prejudicando a saúde dessas pessoas. Estas continuarão com dificuldade de acesso a hospitais, escolas, universidades, bibliotecas, teatros e demais espaços de cidadania, ou seja, criam-se eternas “zonas de conflitos”. Taussig (2010) explicita esse fetichismo da mercadoria:

O conceito de fetichismo da mercadoria serve para nos mostrar que a sociedade capitalista apresenta-se à consciência como algo diferente do que é, mesmo que essa consciência ainda reflita a configuração superficial e hipostasiada da sociedade. O fetichismo denota atributos da vida, da autonomia, do poder e até da dominação de objetos que são inanimados, e pressupõe a drenagem de tais qualidades dos atores humanos que concedem essas atribuições. (TAUSSIG, 2010, p. 61)

Para complicar ainda mais, as privatizações aceleram a gentrificação, pois outras áreas são afetadas novamente por projetos desses inúmeros “parceiros”. Nessas práticas de controle de territórios e geração de lucros, a utilização das leis, decretos, acordos políticos, “amizades por negócios” e as tantas outras estratégias faz da BTS um exemplo clássico, visto que os privilégios continuam a ser gerados a todo tempo apenas pelos e para os mesmos grupos que, por sua vez, desapropriam grandes áreas, realizam construções que avançam drasticamente sobre mar, mangue, rios, cachoeira e que silenciam por diversos meios (financeiros, políticos e punitivos) as populações. Estas sempre propositalmente alheias aos projetos permanecem indignadas, mas por conta de sua lida em existir, continuarão pilhadas, com seus descendentes esquecidos de como eram os territórios. O acesso ao conhecimento de como era esse território, como as pessoas viviam, os tipos de patrimônios culturais que eram vivenciados, acontecerá apenas via narrativas do que permaneceu na memória das pessoas mais idosas. Moore (2014) problematiza o acesso aos recursos vitais que o racismo veda com vistas a blindar os privilégios dos grupos ricos:

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e as forças incumbidas de manutenção da paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função de seu fenótipo. A função básica do racismo é de blindar os privilégios do segmento

hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de “tirar proveito” (privilégios, vantagens e direito) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Essa nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional. (MOORE, 2014, p. 284)

Assim, a observação participante e a participação observante me permitiram enxergar “pesos” e “medidas” diferentes a partir de ângulos também diferentes, sendo um desses a realização de percurso por outras ilhas vizinhas, a convite de alguns interlocutores, em seus barcos a motor. Também pude criar mapas cognitivos da Ilha de Bonja em relação às demais ilhas, acionando percepções dos territórios coletivos e privados que essa área geográfica possui, onde suas ilhas como Frades (subdividida em Loreto, Torto, Paramaná, Costa e Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe), das Vacas, Maré (subdividida em Itamoabo, Santana, Praia Grande, Ponto dos Cavalos, Maracanã, Bananeira, Martelo Botelho e Neves) e Madre de Deus já sofrem há muito tempo com diferenciadas privatizações dos territórios, seja para instalação de empresas petrolíferas e de gás (SARAIVA, 2008), residências de famílias abastadas, instituições culturais e recreativas, entre outras formas de controle de terras e privatização do mar. Em todas essas áreas, há problemas ambientais.

[...] Nas ilhas de Maré, dos Frades e Bom Jesus dos Passos há falta e ineficiência de infraestrutura e saneamento básico, com lançamento de esgotos domésticos, sem tratamento e lixo em rios, estuários e praias, continental e, sobretudo insular. Em Botelho e Neves (Ilha de Maré) e Bom Jesus dos Passos ocorrem manchas de óleo no corpo hídrico e nas áreas de praias continentais e insulares. Madre de Deus e Salvador (ilhas de Bom Jesus dos Passos e Loreto (Ilha dos Frades) há: espécies exóticas e invasoras provenientes de água de lastro de navios, notadamente de rotas internacionais. (SARAIVA, 2008, p. 100-1)

Vale destacar que nesse complicado cenário, encontrei sempre a gestão desse projeto de requalificação da Rua do Brito pela Prefeitura em constante autodefesa, totalmente blindado, nunca permitindo acesso a informações, embora a Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Blindagem e desinformação tantas vezes mencionadas pelos habitantes de Bonja. Essa prática obscura da Prefeitura, negando diálogos com a sociedade local e comigo (pesquisador e soteropolitano), configurava-se em exigências e burocracia descomunal para conter o acesso ao projeto de requalificação da área em estudo.

Essa prática, na visão dos interlocutores, servia para proteger essa prefeitura que, por meio de um padrão de gestão pública egocêntrica e desrespeitosa, permaneceu sem olhar para os lados e concretizava, como em tantos outros bairros, sua forma de gestão sem participação popular. Tal comportamento foi muito oportuno para se manter surda, cega e muda quando questionada a revelar suas intenções nesse lugar. Acrescento que essa estratégia de *modus operandi* baseia-se em enxergar os territórios como “mapas”, ou seja, sem mensurar as trajetórias vividas e a importância da vida em cada lugar.

O fato é que esse posicionamento municipal incide violências aos seus munícipes, que poucos recursos têm para frear essas atitudes. Esse fato ficou ainda mais evidente quando, em uma conversa com Sr. Félix, em 30 de março de 2019, durante caminhada pela Rua do Brito, ele me falou como enxergava aquela modificação em sua ilha:

Isso aqui é um a vergonha. Vergonha para mim também, que não fiz nada para parar isso. Eu sei que poderia ter feito, mas não fiz, deixei fazer. Vergonha para a Prefeitura que está destruindo tudo, vergonha para todos daqui, pois muita coisa está enterrada aí, enterrada, afundada, destruída, e isso a gente vê o tempo todo em torno da gente, da gente que é pequeno, da gente que é só gente, e que esses grandões que têm a grana faz o que quiser, e não tem ninguém para ajudar nada, nada, nada, é um salve quem puder, e aí todo mundo se trai, trai para ficar vivo, mesmo que seja traíndo a si mesmo sem perceber.

As falas do Sr. Félix dimensionam intrincados formatos que tem a violência em nossa sociedade. Lembrando que, em uma sociedade com indivíduos tão rapinados cotidianamente, muitas vezes, essas pessoas perdem as forças de buscar defender seus territórios, posto que as intensas desigualdades as pegam de surpresa, tornando-se difícil tentar enfrentar tantas “esfinges” e frear tantos descasos. Essa exposição à violência, conforme Butler (2019, p. 45), nos faz cúmplices e, conseqüentemente, impõe outras tantas redes de consumo e desarticulação das sociedades, grupos familiares, modos de uso do lugar, memórias pessoais e coletivas.

Assim, estamos imersos em um processo histórico-global. Tal qual Furtado (2014), empreendo reflexões sobre os fluxos de pessoas e mercadorias e intensas trocas culturais para deter o avanço dos diferentes processos de exclusão de pessoas e, conseqüentemente, suas sociabilidades. O autor esclarece que o processo global estabelece diferentes formas de desenvolvimento que:

Com efeito, num mundo e numa economia cada vez mais globalizada, com mecanismos de governança global que se sobrepõem muitas vezes aos

estados nacionais, em que as empresas e conglomerados empresariais ganham relevância crescente no processo global, em que as instituições financeiras internacionais e as agências de rating sinalizam, quando não apontam, os caminhos que devem seguir, o “desenvolvimento” tende a ser, muitas vezes e para muitos, uma miragem, uma utopia, um sonho numa noite de verão. Este tem sido o drama da quase totalidade dos países africanos e latino-americanos. (FURTADO, 2014, p. 93)

Desse modo, na BTS, essas populações, em sua maioria negra, ainda são deixadas propositalmente “encarceradas”, leiam-se esquecidas, exploradas, marginalizadas, excluídas dos lucros, contaminadas por diferentes metais pesados, obrigadas a participar de empreendimentos destrutivos de sua memória, história, fauna e flora, sendo que tudo isso ocorre como a normatividade estratégica do Estado-nação. Pedrão (2011), em *A Baía de todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana*, traz importante contribuição para a compreensão dessa pobreza e precariedade:

O significado social histórico da Baía de Todos os Santos não se desprende de suas características físicas, mas estas são uma poderosa indicação do modo como se percebe a história e como se passa de ambientes aparentemente contínuos para situações de vida precárias, de um espaço essencialmente representativo de baianidade, para a de um espaço representante da presença internacional do capital. O imaginário pré-capitalista esteve representando pela baía coberta de saveiros enquanto a imagem do capitalismo passou a ser definida pela baía repleta de navios cargueiros, com eventuais cruzeiros de luxo. Atividades que não se tocam com a vida dos baianos. Se as canoas de madeira maciça ainda são iguais às dos tupinambás, não há relação significativa entre os movimentos de vida social organizada sobre bases locais e os usos desse modo de transporte na nova organização social. Dada a virulência da instalação desses novos artefatos da internacionalidade, é notável como se encontram outros usos – e não residuais – dos velhos sistemas de equipamentos, que respondem pela sobrevivência da maioria dos moradores das terras baixas do entorno da baía. Ao lado da baía onde convivem as embarcações de lazer de grupos de alta renda, prossegue a pesca artesanal antiga na maior parte dos recantos que não são acessíveis ao tráfego moderno. (PEDRÃO, 2011, p. 257)

Compreendo que temos, infelizmente, um estado, no sentido amplo, que claramente promove propositalmente, em conjunto com a iniciativa privada, “zonas de conflitos” onde a sobrevivência material (ir e vir, transporte, financeiro, educativo, cultural e tantas outras escalas), corpórea, imagética e simbólica das populações negras e mestiças da BTS torna-se a cada dia uma vitória. A situação de quase total abandono social como regra ressignifica novas formas de colonizar mentes, corpos e lugares e, com isso, nega sistematicamente qualquer futuro que não seja o de servir os “parceiros e suas famílias” para que possam

continuar usufruindo dos privilégios. Tal fato configura uma modalidade de racismo, pois as sociedades locais, na BTS, estão distantes dos serviços básicos, mesmo que aos olhos do tempo estejamos no século XXI. Mbembe (2014) desenvolve argumentos sobre o modelo estrutural que esses “parceiros” estabelecem “sociedade locais sem pais, sociedade local de perdas”, no qual:

[...] a raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reserva. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque, originalmente, é e será sempre aquilo em nome do qual se operam fissuras na sociedade, se estabelecem relações de tipo guerreiro, se regulam as relações coloniais, se repatriam e se prendem pessoas cuja vida e cuja presença são consideradas sintomas de uma condição limitada, e cuja pertença é contestada porque provém nas classificações vigentes, do excedente. (MBEMBE, 2014, p. 70)

Este quadro da situação desse lugar-lar visto em escala (internacional, nacional, regional e local) contribui para chaves de entendimento do que alguns chamam de “enigma baiano”, onde riquezas e misérias permanecem históricas, racializadas e inconvenientes. Os dados ratificam que as populações na BTS continuam tratadas como coisas abjetas, logo excluídas. Após a exaustão dos recursos naturais (solo, fauna, flora, pessoas) e consequente desequilíbrio desses lugares, outros locais serão descobertos para gerar mais lucros, deixando como sempre os rastros de destruição.

A partir de Bullard, Johnson, Smith e King (2013), fundamento minhas apreciações junto à de Dona Maré, Sr. Félix e às de outros interlocutores para ratificar que a prática de requalificação que destrói em larga escala o meio ambiente (e nisso incluo os humanos com suas memórias e histórias) constitui-se sim em racismo ambiental, pois as sociedades locais, em sua esmagadora maioria negras, são obrigadas a conviver com esses consecutivos abandonos e contaminações de rios, terras e ar, sem serem jamais assistidas seriamente por nenhum meio após a finalização e deslocamento desses empreendimentos. Bullard, Johnson, Smith e King (2013) enfatizam essa equação perversa que envolve raça, governos e poluição:

Raça ainda é um fator poderoso no processo de identificação dos bairros expostos à poluição e riscos ambientais. Em 2007, o documento “Resíduos Tóxicos e Raça Vinte Anos Depois”, relatou que raça continua a ser a variável mais importante para explicar a localização das 413 instalações de resíduos perigosos comerciais do país (BULLARD et al., 2007). As pessoas de cor eram a maioria (56%) das pessoas que viviam em bairros dentro de duas milhas de instalações comerciais de resíduos perigosos, quase o dobro do percentual que havia em áreas além das duas milhas

(30%); em vizinhanças onde havia várias instalações, as pessoas de cor correspondiam a mais de dois terços dos habitantes, sendo a grande maioria (69%); em 2007, as pessoas de cor estavam mais concentradas ao redor de empreendimentos perigosos do que em 1987. (BULLARD; JOHNSON; SMITH e KING. 2013, p. 9)

Assim, corroboro que o processo de produção do patrimônio cultural que esses “parceiros” constroem a partir de seus “hábitos de classe e gosto”, que desqualificam as formas tradicionais de uso e ocupação do território, e até o presente não conseguem amplificar as perspectivas socioeconômicas das populações, é um jogo com regras e ganhos apenas para um único time. Esses GPI’s que chegam às localidades por meio de relevante poder, estabelecido por um imoral Estado de Direito, imobilizam as populações locais, o que ajuda a situar, enxergar e compreender como se dá a construção e manutenção do Estado brasileiro, no qual as elites manipulam leis, pessoas e mesmo o ‘tempo das coisas’, pois estão sempre realizando projeções que nós homens comuns nem imaginamos, já que temos que viver o cotidiano como escape e modos operantes para continuarmos vivos e acreditando em um outro dia melhor. Nader e Mattei (2013) esclarecem:

Nossa análise do modo como o Estado de Direito vem sendo usado para justificar a pilhagem requer uma série de instrumentos, inclusive a noção de hegemonia, ou seja, o poder alcançado por uma combinação de forças e consentimentos. O poder não pode ser mantido de maneira indefinida só por meio da força. Mais comumente, é imposto a grupos de indivíduos que, de maneira mais ou menos “voluntária”, aceitam a vontade do mais forte [...]. (NADER e MATTEI, 2013, p. 29)

Desta forma, as populações da BTS continuam à mercê da apropriação de seus territórios para implantação de projetos industriais, turísticos e logísticos que se tornam “não-lugares” (AUGÉ, 1994), pois permanecem alheias aos vizinhos, às populações. Trata-se de uma verdadeira ruptura do espaço-tempo vivido por tais grupos. Nesse contexto, parece que os “parceiros” seguem a seguinte cartilha:

- 1) suas famílias e amigos não vivem cotidianamente nesses sítios, logo compreendem esses lugares distantes de suas vidas cotidianas; prontamente, essas terras, suas águas (marinha e doce), os seres e as pessoas são considerados descartáveis, ainda que úteis em parte;

- 2) na visão desses “parceiros”, a própria existência do empreendimento já contempla *per se* a vida do lugar e seus entornos, não havendo responsabilidade social desse para com aquelas populações;
- 3) de alguma forma, os parceiros compreendem que ocorrerão desdobramentos “naturais” ou “governamentais” que absorverão a população local, que agora terão chances de sobreviver;
- 4) na visão do *habitus* de classe desses “parceiros”, as populações negras da BTS já sabem que não haverá obrigatoriedade de retorno social em comparação com o grau de devastação/transformação do sítio, pois esses “parceiros” possuem poder financeiro, jurídico e midiático que impedirá possíveis contratempos gerados pelas sociedades locais atingidas;
- 5) a desarticulação das sociedades locais das 56 ilhas da BTS configura uma realidade histórica, o que fortalece o poder dos “parceiros” que sabem que essas não terão unidade para paralisar seus empreendimentos;
- 6) essas elites estão constantemente realizando estudos em diferentes territórios, muitas vezes em parceria com instituições financeiras internacionais, interessadas sempre em ampliar lucros mesmo destruindo democracias, recursos naturais e vidas humanas, aspectos que o próprio Estado de Direito, manipulado por essas elites, lhes garante blindar sempre os privilégios desses dominadores;
- 7) os patrimônios culturais das sociedades locais serão um dos destaques dos projetos de investimento que a mídia dos parceiros utilizará para atrair luminosidade à beleza dos lugares, mesmo que continuem sem patrocínio, com seus mestres do saber na miséria e sofrendo na velhice, pois os lugares contaminados trarão mais doenças provenientes dos produtos do mar;
- 8) os “parceiros”, como organismos nocivos à vida, continuarão se antecipando no jogo político por meio da criação e da manutenção dos membros em diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) com vistas a assegurar o controle e a continuidade dos lucros sobre as populações que, em suas visões, são “subalternas”;
- 9) para esses “parceiros”, o Direito à Cidade como valor de uso e valor de troca, manipulado por essas elites, negará às populações negras e mestiças da BTS ganhos

efetivos, pois esses “parceiros” criam, controlam e traduzem o que vem a ser o “direito”; do mesmo modo que a “cidade”, que se torna a cada tempo mais punitiva (FOUCAULT, 1987), também reflete a visão que esses grupos têm de recusa à existência para massa que deve apenas fazê-los mais ricos;

10) por fim, mas compreendendo que há tantos outros destaques a serem registrados, os “parceiros”, ao esgotarem os recursos naturais humanos e não humanos, investidos com novos e atuais membros (consórcios, bolsa de valores e etc.), estarão criando em outras áreas mais elementos que serão configurados para nós como racismo ambiental, infelizmente.

Logo, as rupturas sociais, jurídicas, políticas, ambientais, econômicas e culturais (fato-social-total) (MAUSS, 2003) com os estrangulamentos promovidos por esses “parceiros” via processo de produção de um tipo de patrimônio cultural, com vistas à geração de “ilhas de lucros”, produzem graves problemas para todos. Incluo também os “parceiros”, mesmo se continuam céticos e acreditam que podem literalmente “comer e beber dinheiro”.

Tal fato está ligado ao que acreditam como *habitus* de classe, no qual o privilégio destrói sistematicamente locais que eram paradisíacos para obtenção de mais lucro. É na análise sistemática desse processo de produção cultural que o considero como um patrimônio cultural “letal” para todos. Esses aspectos comprometem a malha social com perigoso e degenerativo elemento: o racismo ambiental. Seus tentáculos – a ganância, a estupidez, a superioridade, a subalternização – destroem vidas de pessoas, provocam violências sociais que, por mais que a classe de “parceiros” não queira, chegam até eles, pois as suas ações reverberam ainda mais violências, com graves perdas de dinâmicas e relações entre os diferentes seres.

Assim, torna-se urgente que as populações da BTS, como uma coletividade e projeto de defesa da região, construam movimentos para lutar por justiça ambiental. Esse corpo coletivo desencadeará concreta insurgência prol processo de Cidadania e Direitos Civis, impondo o aperfeiçoamento de como os instrumentos jurídicos, midiáticos e culturais devem ser utilizados para garantir e confrontar esses GPIs e, conseqüentemente, defender as “artes de fazer” (CERTEAU, 2007) dessas sociedades, revelando e freando as pilhagens (NADER e MATTEI, 2013), pois até o presente o caos habita a BTS como ‘lugar comum’, sendo que frear e/ou banir essa letalidade permitirá que os patrimônios culturais e suas relações privilegiem os diferentes contextos da vida para além do lucro perverso vivido no presente.

4.1.5 Imagem ocultada: uma entrevista que não aconteceu

Caminhar como método para realizar a pesquisa de campo, sempre foi a única forma de fazer etnografia na ilha de Bom Jesus. Assim, em um dia nublado, com sol ameno, mas presente, fui tentar realizar uma entrevista, que estava há muito tempo em ensaios, cujo foco continuava sendo o descaso da requalificação na ilha de Bom Jesus em relação às demandas locais. Estava ansioso por encontrar o interlocutor que é funcionário da Prefeitura, e normalmente trabalha no Centro Histórico de Salvador, mas por várias vezes o encontrei em Bonja e, a partir de sua vivência, apreender e posteriormente abstrair elementos que permitissem compreender as transformações e destruições em curso, especialmente na rua do Brito, Praia da Pontinha.

Ingold (2015) chama a nossa atenção para essas possibilidades do caminhar e suas variáveis, que nos treinam a perceber pessoas, plantas, pessoas e plantas, animais e pessoas, espaços e lugares, abstrações que ajudam a compreender os diferentes seres e seus modos de existência. Esse antropólogo nos revela essa experiência do caminhar a partir das seguintes palavras:

O caminho do crocodilo não é um modo de aprender; o aprendizado ocorre apenas no destino, onde o professor, mais uma vez, se posiciona na frente da sala para dirigir-se aos alunos. Mas quando essas mesmas crianças – acompanhadas por um dos pais ou guardiões, amigos, ou sozinhas – vão da escola para casa e vice-versa, elas caminham de uma maneira bem diferente. Às vezes com pressa, às vezes tranquilamente, saltitando e se arrastando alternadamente, a atenção da criança é *capturada* – ou, na visão do adulto que a acompanha, *distráida* – por qualquer coisinha: da dança de luzes e sombras ao voo dos pássaros e latido dos cães, do perfume das flores a poças d’água e folhas caídas, inúmeras pequenezas como caramujos e coquinhos, moedas perdidas e lixinhos reveladores. São essas coisas que fazem da rua um lugar tão interessante para o pequeno detetive que caminha com os olhos fixos no chão (Ingold; Vergunst, 2008, p. 4). (INGOLD, 2015b, p. 23)

Assim, fui atrás do provável interlocutor para fazer a entrevista. Quando o encontrei, apesar da conversa muito boa e prazerosa, assim como em tantas outras entrevistas, deparei-me com alguém que sempre fugia do assunto, de forma que eu não conseguia captar nenhum “discurso explícito” que pudesse ser utilizado para a tese. De fato, havia um “discurso nas preliminares” que apresentava um querer fugir do tema, uma busca por me distrair com outros assuntos também interessantes; acredito tratar-se de uma busca por uma defesa de uma futura represália caso a fala fosse materializada em uma tela de computador e tornada

pública, revelando, assim, algum aspecto que vinculasse essa pessoa às críticas (positivas ou negativas) ao empreendimento da orla da rua do Brito.

Até agora, busco entender essa posição defensiva, pois sempre enfatizei para todos (as) os (as) que os (as) interlocutores (as) e seus discursos seriam anônimos, uma vez que eu buscava compreender os processos, seus sentidos e significados como fenômeno social em curso, e não me debruçar sobre a individualidade das pessoas da ilha. Evidentemente, compreendo que, apesar dessa garantia de minha parte, em tempos de caça às bruxas, torna-se necessário também duvidar que de quem afirma invisibilidade.

Nesse sentido, estava à minha frente uma quase impossibilidade de realizar a entrevista e compreender a fala daquele interlocutor. Parecia que ele estava projetando imagens de um certo autocuidado. Era um homem negro, que apelido aqui de Sr. Leno, 55 anos, casado, quatro filhos, funcionário público. Essas imagens com toda certeza estavam vinculadas à relação entre esse interlocutor e mim. Todas as vezes em que o encontrei, eu olhava para a pessoa na minha frente e compreendia que havia um jogo de claro/escuro, um espelhamento que buscava confundir, retirar do seu caminho aquela tarefa, ou mesmo me permitir pensar outras coisas, entre elas uma forma de defesa no presente para que não fosse atacada no futuro.

No papel de pesquisador, compreendia que havia uma abstração nessa relação (STRATHERN, 2014) projetada pelo interlocutor com um refinamento bem interessante, pois me parece que ele projetou em mim uma imagem que destoava do cotidiano local e que, ao mesmo tempo, trazia ou poderia suscitar conflitos futuros. Portanto, era necessário manter certa “camaradagem” comigo. Eu era “o de fora”, e o interlocutor utilizava de seu senso prático e tático para permanecer em equilíbrio com “os de dentro”, aqueles que estão sempre consigo e com quem possui vínculos pessoais e profissionais obrigatórios. Seus arranjos logo me chamaram a atenção: tratava-se realmente de uma pessoa que estava realizando projeções do presente no futuro e do futuro no presente.

Essa abstração também envolvia o lugar de fala desse interlocutor, que tem relevante destaque social dentro e fora da ilha e que continuamente se percebe no jogo de relações (STRATHERN, 2014) para se manter na posição social que conseguiu galgar até aquele momento. O que, obviamente, envolvia a posição também de sua família, o que poderia ter respingos no futuro, ou algo nesse sentido, caso sua fala fosse apresentada e a minha interpretação sobre ele lhe causasse uma imagem negativa.

De qualquer forma, também foi interessante esse processo de fuga e silenciamento (CARVALHO, 2002), visto que ele me permitiu outro nível de abstração sobre a importância

deste trabalho. Revelar e/ou ocultar detalhes pode afetar a coletividade; enxerguei que havia acordos informais com o poder estratégico, nesse caso a Prefeitura de Salvador, que claramente retribuía com poucos ganhos o silenciamento de agentes locais, que, por exemplo, aceitavam a destruição e/ou transformação na requalificação da Rua do Brito. Esse não agir propositadamente parecia que oferecia àqueles agentes locais que se sujeitaram ao silêncio certas vantagens, até mesmo benefícios. Porém, mesmo convivendo com esses, não consegui notar ganhos financeiros; suponho que tais vantagens poderiam levar a algum ganho de status social junto à Prefeitura. Carvalho (2002) adverte sobre o trabalho etnográfico, o que contribui para refinamento de meu olhar a partir da reflexão sobre o etnógrafo, que precisa compreender os diversos filtros que compõe realizar uma etnografia:

A tarefa do etnógrafo é classicamente, trazer uma presença – oculta, silenciada, marginalizada, suprimida, recalcada, esquecida, incompreendida – à luz da transparência textual da disciplina que se propõe universalista. A tradução cultural implica um filtro muito particular. Toda ela, ao formular-se no discurso, rompe o “nós” contratual entre nativo e acadêmico que existia com a ideia ingênua de traduzir significado. O quadro se complica ainda mais no momento presente, pós-foucauldiano, quando a questão do poder passa a ser tratada como se fosse coesa, coetânea, colada, contígua, co-nata à questão do significado. Mais ainda, a formação de uma estrutura de poder se dá em articulação com o processo de produção dos próprios significantes. A opção “nós” denota um desejo claro de negar a realidade da co-autoria. Podemos dizer que o etnógrafo que não se assume como coautor é mais propenso a dizer “nós”. Não pode haver co-autoria nesse “nós”, porque nesta perspectiva o saber universal só existe do lado do etnógrafo, e nunca do lado “deles. (CARVALHO, 2002, p. 7)

Era preciso parar para enxergar aquela fala não pronunciada, as emoções veladas, os sentidos embaralhados e, nessa encruzilhada, compreender que algumas pessoas, mesmo enxergando a grave modificação que ocorreu/ocorre no local como a completa destruição do manguezal, ainda se reservam o direito de se colocar em um patamar acima do coletivo e de sua sociedade local, são funcionários e estão submetidos a obediências ou cabrestos políticos. Dessa forma, essas pessoas estabelecem paradigmas no que tange a pensar tradição, costumes e preservação a partir de uma ótica totalmente particular e mesmo obscura. Duas perguntas logo saíram atropeladamente de minha mente: Será que essa pessoa apoia aquele tipo de investida sobre a paisagem local? Ou está em vigilância para não perder seu status e poder também local? Assim, sem conseguir realizar a entrevista – a entrevista não ofertada –, já que essa foi silenciada pela vontade e estratégia do interlocutor, muitas foram as inquietações que surgiram durante todo tempo do meu pós-campo.

O silenciamento primoroso e vigilante desse interlocutor provocou meu interesse em pensar as imagens que estão sempre sendo projetadas por todos nós. Imagens que ora revelam e ocultam, acalentam e agridem, ensinam e expressam cruéis formas de ser. Além disso, propõem-nos usar de nosso mais refinado senso para compreender os códigos que envolvem letras e números, criptografias, permitindo-nos diversas formas de comunicação. Nesse contexto, fiz o que estava em minhas possibilidades: fui caminhar, fotografar os caminhos de pedra, a paisagem da rua do Brito e, em todos os momentos, me assustar com a desoladora transformação. Não havia pressa, pois apenas por volta das 11 horas iria à casa de Dona Maria Catarina, ao seu convite, para almoçar. Magnani (2012) traz preciosa informação que muito contribui para meu entendimento sobre as relações públicas e privadas no que tange a esses tipos de “requalificação”:

A bem da verdade, não é propriamente a ausência de atores sociais que chama a atenção, mas a de um certo tipo de agente e o papel determinante de outros. Em algumas análises, a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana, propostas de intervenção (planejamento estratégico, requalificação, gentrification), algumas induzidas pelo poder público ou em parceria com o setor privado, não passariam de adaptações, as fases do capitalismo, que é erigido, na qualidade de variável independente, como a dimensão explicativa última e total. Neste caso, quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultares, arquitetos, artistas e demais intelectuais – também se fazem presentes, mas a serviço dos interesses do capital, como “profissionais caudatários”, para usar as expressões empregadas por Oflia Arantes (1998). (MAGNANI, 2012, p. 257)

Após longa caminhada pelos labirintos das ruas dessa ilha, voltando para minha quitinete, refletia sobre a posição da pessoa que desejava entrevistar. Sobre esse enfoque, Strathern (2014) nos chama a atenção para as possibilidades de interpretar os diversos ângulos possíveis que envolvem o indivíduo (o interlocutor - ator), o que está posto (material e imaterial – cenário) e as escolhas (a partir de pontos de vista, as intenções particulares da interlocutora – as regras):

A interpretação e a contra interpretação produzem a pluralidade, não da adição, mas da divisão – não se trata de acrescentar ao mundo, mas sim de dividi-lo. Seria um erro, portanto, ver esses movimentos como uma repetição da dialética euro-americana entre o eu e o outro; o que está sendo distribuído entre as pessoas são suas relações. E, acima de tudo, o conhecimento do mundo não é reescrito como autoconhecimento dos sujeitos (cf. Weedon 1987: 84); em vez disso, o conhecimento de si é

distribuído entre todos aqueles que interagem consigo, que também são seus donos e mantenedores. Isso suscita certa ilimitabilidade: o conhecimento é sempre relativo ao que uma pessoa sabe dos outros e eles dela e só pode ser estimado a partir de como as pessoas agem. Deve-se, portanto, submeter os atos das pessoas a um escrutínio constante, pois cada ação gera novas possibilidades e incertezas a serem testadas pela contração. (STRATHERN, 2014, p. 380)

Como compreender esse “lavar as mãos” ou “beijar a mão de alguém”? Acredito que a postura dessa e de outras pessoas da ilha que agem da mesma forma sempre movimentará minhas inquietações, contribuindo para minha busca por saberes para reconhecer respostas, o que com toda certeza me projetará a novos caminhos sobre esse viver, querer e preservar o patrimônio cultural. O certo é que não fiz essa entrevista. Ou será que fiz? Será que essa entrevista não se torna a entrevista principal deste trabalho?

O silêncio ou o silenciar muitas vezes nos revela mais que as palavras e os gritos proferidos. Bachelar (1998), em *A Poética do Espaço*, desenvolve reflexões sobre os “devaneios”, categoria que permite múltiplas projeções a partir de uma situação dada. É dentro dessa imaginação que inventa juntamente com as possibilidades de abstrações que conexões são estabelecidas, ampliando os sentidos do que está perto, dentro, longe e externo, jogo que potencializa conhecimentos e consequentes novas perspectivas de enxergar a intimidade de cada “coisa” com suas múltiplas e fluidas aparências.

É a partir também do discurso proferido que posso projetar em conjunto com esse interlocutor as imagens necessárias e revelar esse complexo jogo de forças entre os sujeitos locais que fazem o patrimônio cultural e a vida imbricada com esse fazer, esse lugar vivido e aqueles outros que propõem um certo tipo de desenvolvimento desconhecedor da existência de pessoas e seus patrimônios culturais. Bachelar (1998) chama mais uma vez minha atenção para esse lugar – a imaginação de Dona Maria Catarina e as múltiplas experiências que compõem esse lugar vivido e suas imagens projetadas por esses atores sociais:

O espaço compreendido pela imaginação não pode ficar sendo o espaço indiferente abandonado à medida e reflexão do geômetra. É vivido. E é vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em particular, quase sempre ele atrai. Concentra o ser no interior dos limites que protegem. O jogo do exterior e da intimidade não é, no reino das imagens, um jogo equilibrado. Por outro lado, os espaços de hostilidade são apenas evocados nas páginas que seguem. Esses espaços do ódio e do combate não podem ser estudados senão referindo-se a matérias ardentes, às imagens de apocalipse. No momento, colocamo-nos diante das imagens que atraem. E, no que concerne às imagens, parece

claro que atrair e rechaçar não resultam em experiências contrárias. Os termos são contrários. Pode-se falar simetricamente de repulsão e atração, estudando a eletricidade ou o magnetismo. Basta uma mudança de sinais algébricos. Mas as imagens quase não abrigam ideias tranquilas, nem ideias definitivas, sobretudo. A imaginação imagina incessantemente e se enriquece de novas imagens. É essa riqueza do ser imaginado que queremos explorar. (BACHELARD, 1998, p. 196)

Assim, após escrever essas impressões, fui à casa do Dona Maria Catarina, que estava esperando-me para o almoço. Mesmo depois de ter chegado lá, meus pensamentos ainda pairavam junto ao interlocutor e seu silêncio ou silenciamento. Porém, era necessário realizar níveis diversos de abstrações que me possibilitassem reconhecer as alteridades dos interlocutores e de mim para com eles, compreendendo que essas relações se constituem como alteridades que em diferentes níveis projetam:

As imagens são apresentadas por meio de artefatos. Nas culturas em que os artefatos são extremamente personalizados (cf. Battaglia 1983), isso também acontece por meio de pessoas em sua forma corpórea (O'Hanlon, 2005); nos casos em que as pessoas também são objeto da consideração dos outros, a apresentação se dá em performances de todos os tipos (Schieffelin, 1985). As pessoas se objetificam ou se apresentam de inúmeras formas, mas sempre assumem uma forma específica. (STRATHERN, 2014, p. 212)

Restou foi estar na casa de Dona Maria Catarina que havia preparado um macarrão com molho branco, acompanhado de franco grelhado e salada vinagrete. Havia a possibilidade de escolher entre dois sucos bem gelados, caju ou acerola. Um cardápio do cotidiano, mas uma refeição muito boa servida em pratos de porcelana e talheres de prata. Nesse momento, o melhor era ouvir as novidades que estavam acontecendo o tempo todo na ilha, realizar minhas próprias observações e abstrações sobre os dados e, como pesquisador, realizar a observação participante.

No momento de decidir onde fazer “a conversa”, sugeri irmos até a Rua do Brito e à Praia da Pontinha para que pudéssemos conversar sobre paisagem e as imagens que Dona Maria Catarina ainda guardava daqueles locais. Diferentemente do outro interlocutor, Dona Maria Catarina sempre esteve disposta a ajudar na tese. Mesmo sem compreender a fundo como seria, ela sempre se dispunha a apresentar pessoas, dar sugestões sobre a forma de olhar o lugar, as pessoas, a construção e/ou destruição em curso, propondo até como deveria ser a forma de apresentar a tese – proposições que, de certa forma, aproveitei bastante, já que as ideias eram muito interessantes. Era muito rico contar com a companhia e o vínculo

de amizade com essa inteligente interlocutora.

Caminhamos e paramos próximo à placa que identificava o empreendimento e os órgãos envolvidos. Eu, com o gravador ligado e na frente dela, perguntei:

Quando você olha para tudo isso, o que você vê e o que você sente?

Ela parou e, em silêncio, olhou para mim, mantendo o olhar direcionado para aquele grande canteiro de obras. O silêncio na garganta a fez respirar profundamente, levar as duas mãos até o rosto, encobrindo-o. Depois de baixar as mãos lentamente, falou:

O que eu vejo? Ou seria o que eu não vejo mais? Esse lugar não é mais o que eu conhecia, tudo mudou, tudo. Eu só venho aqui porque você quis vir. Eu não venho mais aqui. Aqui não tem mais nada para vê. Vê o quê? O que tem em Madre de Deus? O que tem em Candeias? O que tem em Salvador? Tudo está morto, tudo. Não é mais possível pescar, está proibido, pense. Não é mais permitido mariscar, pois tudo foi aterrado. Eu não gosto de vir aqui. Aqui é um outro local, não tem nada a ver com o que existia na minha infância e em toda minha vida. Eles mataram a Pontinha. Será que eles não viram que precisava conversar com a gente para ver como tudo isso deveria ser feito? Será que era impossível fazer isso? Será? Eu não entendo como nós deixamos isso acontecer! Eu não entendo é mais nada! Pelo menos, ainda temos a outra parte da ilha que tem vida. Acho que é por isso que ainda aguentamos firme, pois ainda temos a outra parte da ilha, e lá sim tem vida. Aqui a vida está assim, toda acabada. Eles aterraram tudo, tudo, meu Deus!

Após essa fala, que trazia tanta dor e revolta, calei. Era preciso apenas olhar para Dona Maria Catarina que, triste e constrangida, estava no meio daquele canteiro de obras. Era preciso deixar que ela prosseguisse com o discurso, respeitando o silêncio e o tempo da fala dela, que se fez depois dessa enxurrada de frases inquietantes. Mas, para minha surpresa, ela prosseguiu. Mesmo eu não esperando, falou:

Que bom que você está fazendo essa pesquisa, pode ser que não sirva para nós, ou pode ser que essa pesquisa sirva para que as pessoas que não conhecem Bom Jesus, mas que estão passando por isso possa ver que a Prefeitura está fazendo com a gente e com os outros. Não há diálogo, as coisas são feitas sem a gente saber. Aqui mesmo, não era para fazer nada aqui, aqui era um paraíso. Era árvores como manga, goiaba, coqueiros, tudo de graça, era só pegar. Uma praia maravilhosa, mas agora até caminhar, tomar banho de mar, estar aqui sentado tem gente te olhando. Tudo mudou. Eu não gosto mais de vir aqui, aqui tudo está mudado. Mas a gente resiste, a gente é forte, e não deixaremos a Prefeitura fazer esse desmando na outra parte da ilha. É muita falta de respeito. Fico lembrando da pedra que existia ali e a gente se sentava, lanchava. Da festa

que a gente sempre fazia com pouca coisa, um trazia a carne, o outro o refrigerante, outro cerveja, um feijãozinho, uma farofa e a gente passavam o dia aqui. Agora vai fazer isso? A polícia chega na hora, leva tudo e ainda pode te prender. Esse lugar não é mais Bom Jesus meu amigo, esse lugar é para turista, esse lugar não é mais meu não. E sabe de uma coisa? Vamos para frente da igreja, aqui me dá arrepios, esse lugar está morto, não tem mais nada a ver com a gente daqui, agora é algo parecido que você encontra em qualquer lugar, e até em revista, é o igual de todo lugar. É um lugar que cansa, deve ser mesmo para passar turista que só vem uma vez e pronto. Eu mesmo se fosse turista só viria uma vez, pois seria olhar a mesma coisa que já conheço, sem vida, sem novidade. Vamos Antônio embora, vamos para frente da Igreja, lá é melhor e ficamos vendo os barcos chegando e saindo.

E assim, eu, como etnólogo, fiquei constrangido por constranger Dona Maria Catarina. Fomos embora dali, para frente da igreja. Lá, com mais calma, ela continuou:

Me desculpe. Sua pergunta, aquele lugar, aquela coisa toda construída em cima do mangue, minhas memórias, parece que tudo estava me espetando, me apertando, me fazendo mal. Me desculpe mesmo. Lá não tem mais nada. Eles acabaram tudo. Que pena, que pena, que pena mesmo, era um lugar lindo. Agora eles criaram uma imagem, uma paisagem que tem igual em vários lugares. Não tiveram nem a criatividade de fazer algo diferente. É como estar em Madre ou Candeias, ou na orla de Salvador. Tudo é tão igual, e é só eu que vejo, pois eles que estudaram, viajaram pelo mundo não percebem isso, não percebem que estão copiando a cópia, e é cópia, é tudo igual, tudo igual onde eles fazem as orlas? Pois meu querido, aqui é assim, vão criando as coisas, matando o manguezal, meu Deus! Mataram o manguezal! Eles não sabem que tudo depende do mangue? Só eu que sei? E a polícia ambiental por que deixa isso acontecer? E os órgãos de defesa ambiental estão aonde?

Depois de muito conversar, voltamos para casa dela, onde me ofereceu um cafezinho. A seguir, voltei para minha quitinete com uma forte dor de cabeça, pois estava exausto por ouvir tantas verdades. Ela e outros interlocutores estavam saturados com aquela condição de assistir à destruição do lugar que anteriormente amavam tanto, pelo qual tinham tantos afetos, lugar onde viviam e produziram memórias individuais e coletivas, agora guardadas apenas em suas cabeças, pois os elementos materiais que anteriormente compuseram aquela paisagem agora não mais existiam.

Aqueles dois momentos pareciam que estavam ainda me sufocando e permaneci no chuveiro por um tempo para esfriar a cabeça. Não pensei que esta tese mexeria tanto com minhas emoções, assim como os ânimos de meus interlocutores e os meus próprios. Era preciso tentar descansar e depois exercitar o processo de escrita do que havia acontecido, pois não poderia deixar as abstrações dos dois momentos, a saber a conversa com Dona

Maria Catarina, e a não realização da entrevista com o outro interlocutor, sem os registros e ponderações necessários, que levariam a melhor enxergar como se dão os dois processos de produção do patrimônio cultural local. Ambos como corpos que se chocam, provocam ressonâncias em minhas certezas e incertezas. Era preciso pensar sobre as imagens que estão próximas, as que fazem parte no nível local e nacional; era preciso destrinchar as frases e o silenciamento, era preciso continuar na trilha para “realizar” a etnografia.

Foram horas de muito sofrimento com a dor que parecia estourar minha cabeça. Estava exausto, estava triste, estava também querendo colocar tudo de vez na tela do computador, estava tentando ser forte para fazer a escrita. Foi bem difícil escrever e chorar, sentindo que tudo estava posto pelas palavras de Dona Maria Catarina com tanta dor, entre suor, lágrimas e incertezas que inundavam meu rosto. Era preciso materializar as palavras do Dona Maria Catarina, que deveriam permanecer quentes para que o (a) leitor (a) pudesse também sentir o que estava estourando em meu peito. Deitei-me na cama e apaguei, precisava ligar o ventilador, me cobrir, colocar o travesseiro na cabeça, tentar não sofrer por alguns minutos. Por fim, desmaiei, deixando a quitinete toda aberta, pois não resisti à exaustão.

4.1.6 A Antítese da Imagem

Acordei na madrugada com sinos na minha cabeça. A frase proferida pela Dona Maria Catarina sobre o empreendimento na Rua do Brito e Praia da Pontinha “*Eu não gosto de vir aqui. Aqui é um outro local, não tem nada a ver com o que existia na minha infância e em toda minha vida. Eles mataram a Pontinha*” traz à discussão três aspectos que envolvem a categoria da imagem como antítese que está sendo construída naquela ilha. Nesta tese, aprofundo esses pontos a partir das concepções de Estado de Direito, Cidadania e subcidadania, e o Lugar de existir (GOLDMAN, 2016; NADER e MATTEI, 2013; SOUZA, 2012; JACOBS, 2000).

O conjunto de reflexões apreendidas a partir de diferentes interlocutores e suas posições estratégicas na sociedade local permite constatar que há insatisfações e inquietações. Seus discursos interpretam aquelas transformações estruturais, criptografadas na placa de identificação da requalificação da obra civil, como uma imposição à realidade vivida. Criptografia constantemente utilizada pelo Poder estratégico, convenientemente

empreendida que, por seu caráter técnico, contribui para impor e domesticar os lugares e, conseqüentemente, as experiências do cotidiano dos habitantes.

Figura 56 – A Quadra de Esportes



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

É a partir do projeto de requalificação (SERPA, 2008) orquestrado pela Prefeitura, cujo projeto neoliberal escolhe sistematicamente estabelecer assimetria entre seu poder e o poder dos habitantes, que é possível enxergar plenamente o processo que essa orquestração traz ao gangrenar os dispositivos da Constituição Federal de 1988, as leis e decretos municipais de proteção dos munícipes, e o conseqüente poder do cidadão. Por serem menosprezados, esses aspectos criam também a antítese da existência coletiva e dos processos culturais nesse sítio:

Espaços públicos urbanos esvaziados nos bairros de classe média e abandonados ou inexistentes nas áreas de urbanização popular comprovam a disseminação também em Salvador de um estilo de vida que exclui a possibilidade do encontro e da emergência de uma esfera pública como espaço de expressão das sociabilidades urbanas e da mediação dos conflitos. Quando apropriados, esses espaços revelam-se como uma justaposição de territórios privatizados, onde não há nem encontros nem um espaço compartilhado por seres humanos iguais em sua diferença, mas, sobretudo, um espaço dividido entre os diferentes grupos de usuários. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. (SERPA, 2008, p. 187)

Com essa ação, a Prefeitura, infelizmente, configura para aqueles habitantes certa

subcidadania (SOUZA, 2012) e violência (FANON, 1968), ou seja, os coloca muito abaixo dos dispositivos da lei e os torna quase que apátridas. Compreendo que há de fato uma cruel e estratégica postura da citada prefeitura, pois, ao normatizar a não-cidadania como prática diária e hobby prazeroso junto as pessoas, invalida os desejos e necessidades dessas pessoas as quais, anteriormente chamadas de cidadãos, no atual momento, dadas tantas narrativas nos capítulos anteriores desta tese, estão entregues a viver obrigatoriamente cegas e mudas, engolindo a seco a problemática criada pela gestão municipal. Por sua vez, os agentes da prefeitura cinicamente passam a usar vendas nos olhos para não enxergar o desequilíbrio ambiental, relacional e afetivo criado na ilha de Bom Jesus a partir de seu empreendimento.

Figuras 57 e 58– Estátua de Iemanjá (à esquerda) e sua Ocultação (à direita)



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

Sobre esse aspecto, Fanon (1968) elenca escalas de análise sobre a violência que atua junto a ilha e seus habitantes investigados que, devido aos conflitos pessoais e escolhas tanto pessoais quanto coletivas, não conseguiram barrar a entrar da citada requalificação. Entretanto, dentro desses contextos problemáticos, os habitantes concentram suas forças para dar continuidade ao viver coletivo com seus patrimônios culturais. Sobre essas violências, Fanon traz as seguintes argumentações:

A violência do regime e a contraviolência do colonizado equilibram-se e correspondem-se numa extraordinária homogeneidade recíproca. Esse reino de violência será tanto mais terrível quanto mais importante for o povoamento metropolitano. O desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado. Na primeira fase desse período insurrecional os governos metropolitanos são escravos dos colonos. Estes ameaçam simultaneamente os colonizados e a seus próprios governos. Utilizarão contra uns e outros os mesmos métodos. (FANON, 1968, p. 69)

Nesse aspecto, o Poder Público, leia-se Prefeitura de Salvador, parece estabelecer certo tipo de pilhagem, pois adentrar no local sem anuência de seus habitantes pode ser compreendido como se apropriar de “bem alheio por meio de força [...]” (NADER e MATTEI, 2013, p. 17). Tal violência de adentrar no espaço público e comunitário dessa ilha – onde há diversas e complexas relações pessoais e coletivas –, impondo projeto de requalificação concebido por seus técnicos (que executam aterramento de vasta área sobre o mar, modificando toda a paisagem cultural local), configura-se como uma violência sobre os todos os habitantes portanto.

O interlocutor Sr. Rucke nos traz suas impressões sobre esse processo de conflitos entre existência, violências e pseudodesenvolvimento, contribuindo para ratificar o que os autores Serpa (2008), Nader e Mattei (2013), Souza (2012), Magnani (2012), Jacobs (2000) e outros confirmam a existência de um sério descompasso no que a sociedade local reconhece como salvaguardar e o que Prefeitura de Salvador imagina e executa. Esse interlocutor vai no mesmo sentido dos autores mencionados no que tange às críticas profundas ao referido projeto de requalificação que anula qualquer forma de diálogo com os principais interessados:

Eu acredito que na parte cultural e ambiental não há uma ligação tão grande, porque a visão do empreendimento é uma, e o que a ilha tinha é uma outra antes de vir esse empreendimento. Porque não foi uma coisa que foi, não se fez uma reunião com os moradores, para conversar do que seria implantado, do como seria implantado, o que seria bom. Se seria desmatado manguezal, se seria replantado em outro lugar, tinha o mangue de um lado e queria colocar em outra parte da ilha, nada disso foi pensado. Chegou essas obras e pronto, e até hoje é assim. A gente nem sabe o que vai ser no caso, no caso total, a gente sabe que está se fazendo, toda hora muda, aqui ia ser uma coisa, mas já vai ser outra, era restaurante, mas não vai ser mais restaurante, ninguém sabe direito.

Souza (2012), no debate sobre a especificidade da desigualdade periférica, faz contribuições para se refletir sobre a cidadania, o que esse “ser gente” envolve, quais lógicas

de direitos estão envolvidas, assim como imaginários sociais, aspectos simbólicos e vivências práticas do respeito do cidadão pelo Estado. Entretanto, verifica-se que as sociedades ditas periféricas vivem desigualdades sociais em todas as suas dimensões, o que lhes impõe uma subcidadania.

Assim, o termo “requalificação”, aqui visto por diversos autores, tem como objetivo preparar o local para o turismo em parte da ilha. Ênfase que o Poder Público, ao estabelecer a subcidadania junto a esses habitantes, deixa claro sua convicção de como enxerga, planeja, inclui e exclui a população, compreendendo, conforme Souza (2012), que a Prefeitura de Salvador, atenta aos movimentos dos soteropolitanos, impõe hierarquias e barreiras para que seus projetos não possam ser acessados por aqueles que não fazem parte dos grupos parceiros:

[...] Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é que define quem é ou não “gente”, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência, quem é ou não cidadão, na medida em que a eficácia da regra da igualdade, que constitui a moção de cidadania, precisa estar efetivamente, também nessa dimensão subpolítica da opacidade cotidiana, para ter validade efetiva. (SOUZA, 2012, p. 180)

O mais interessante é a clara concepção da população local que reconhece na Prefeitura de Salvador a marca da hierarquia valorativa e os consequentes processos de exclusão, sendo dura realidade que tem que enfrentar e superar. Sr. Rucke, em 17 de abril de 2018, em uma tarde à beira-mar, confidenciou-me essa hierarquia que a Prefeitura realiza no cotidiano de levar adiante a requalificação, a qual, em sua visão, não qualifica nada:

A inexistência do diálogo entre o empreendimento e a sociedade local, tudo isso é dado pelas pessoas que estão ligadas à Prefeitura de Salvador, o administrador da ilha e o pessoal do empreendimento, mas não é uma coisa que a gente fique sabendo, a gente só vê fazer. Tipo tem uma pessoa que apoia, que dá carta branca, e aí vai se fazendo, mas a gente não entende o porquê de não ter esse diálogo, é tanto aqui como na ilha dos Frades, que faz parte de Salvador também, e foi da mesma forma. E foi chegando, implantando e fazendo, eu tenho isso, vai acontecendo, se fazendo as coisas que a gente não entendi, como é que isso funciona na verdade, como é esse aval que é dado da Prefeitura [de Salvador] para se fazer tanta coisa, Eu acho que tem uma quebra na sociedade local, que não consegue se juntar, as pessoas daqui não são tão unidas, cada um olha muito para si na verdade, são poucas pessoas que tem uma preocupação, para, pra no caso o coletivo. As únicas pessoas que se importam realmente são as pessoas ligadas à cultura, que têm a mente diferente de pensar. Mas muita gente vai mais por si, tipo “está sendo bom para mim, tal, meu marido está trabalhando, ou minha família inteira trabalha”.

Assim, o Poder Público, em sua antítese de gestão e miopia relacional, atua nesse lugar e, ao fazê-lo, fecha os olhos para as áreas que concentram mais de 95% da população, onde há dois cais que servem a sociedade local (cais da Igreja e do Chico) diariamente, mas cujo estado estrutural, devido à ação do tempo e uso prolongado, claramente está em situação bem grave de corrosão já que os equipamentos permanecem carcomidos, impossibilitados de oferecer segurança e conforto aos cidadãos. Magnani (2012) chama atenção para importância daqueles que dão vida ao local e que dentro dos projetos das grandes metrópoles são sempre esquecidos, embora continuem presentes e realizando os movimentos diários da vida:

Já os moradores propriamente ditos – que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e divergências constituem o elemento que dá de fato vida a metrópole – não aparecem e, quando o fazem, e de forma passiva: os excluídos, os espoliados. Nas leituras mais militantes, por certo, esses atores são recuperados, mas como sujeitos de estratégias políticas como o orçamento participativo ou como membros de determinadas associações. (MAGNANI, 2012, p. 257)

Há ainda de enfatizar que nessa mesma ilha de cais carcomidos e sujeitos a graves acidentes, há outros problemas não administrados. Elencá-los é importante para que possamos enxergar e compreender o complexo conjunto de antíteses dessa gestão municipal. São alguns deles: a necessidade de finalizar o processo de saneamento básico; a construção de esgotamento sanitário e malha asfáltica nas ruas transversais; a retirada do lixo despejado quase que dentro do mar, afetando população, seres aquáticos e terrestre, assim como, evidentemente, a paisagem cultural e aqueles que olham, usam e transitam pela região; a oscilação e perda momentânea da luz elétrica, que ainda faz parar diversos processos dentro e fora dos lares e instituições locais; e o grave problema do abastecimento de água, pois o reservatório construído no local chamado Outeiro não comporta servir a própria ilha de Bom Jesus dos Passos nem as demais ilhas ao redor, leia-se Paramana, Maria Guarda, Ilha das Vacas.

O processo de requalificação em curso nessa linha afeta uma parte significativa de práticas contra a hegemonia. Fanon (1968), em sua obra, discute o processo de assimilação dos oprimidos nos projetos como operários, o que estabelece coerção dada a vinculação desses operários à formalidade das carteiras de trabalho assinadas e consequente retorno dos operários ao mercado de consumo, a dependência das famílias aos salários que possibilitam que essas pessoas comam, vistam-se, paguem suas contas de energia elétrica e água, além

de, é claro, mexer com o imaginário e psicológico de “se sentir gente”.

A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizador lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher dêste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: “Êles querem tomar o nosso lugar”. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono. (FANON, 1968, p. 29)

A partir de Fanon (1968), percebo que estamos imersos e obrigados a viver na contramão da existência. Essa tensão nos leva a enxergar necessariamente que, quando as pessoas são cooptadas como operárias, há a criação de organismos que protegem a “pilhagem” socioambiental praticada pelo estado, de forma a se restringem os confrontos abertos. Há desarticulação na própria sociedade local, dado que parcela significativa da população está a serviço do Poder Público. Tal fato enfraquece os meios de protestos e acordos simétricos, estabelecendo assimetrias que são estrategicamente utilizadas por esse poder, especialmente porque o mesmo baseia-se no modelo neoliberal. No estabelecimento de um ambiente pacificado, dá-se continuidade aos absurdos praticados sobre o ambiente (flora, fauna e pessoa):

Êste mundo dividido em compartimentos, êste mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça [...]. (FANON, 1968, p. 29)

Para que possamos ampliar as possibilidades de análise, trago outros questionamentos de Dona Maria Catarina? “*Será que eles não viram que precisava conversar com a gente para ver como tudo isso deveria ser feito? Será que era impossível fazer isso? Será?*” Essas indagações precisas nos remetem à prática de limitação participativa implementada pelos diversos governos, que estabelecem relação de poder assimétricas com os cidadãos. Dentro desse panorama de subcidadania (SOUZA, 2012), no qual “ser gente” depende de fatores concretos dados pelo Estado, assisti à já mencionada ausência de diálogo entre Prefeitura e a sociedade local de Bom Jesus dos Passos.

Nesse lugar, pode-se dizer que há dois atuantes e importantes grêmios que estão vinculados à sociedade local no cotidiano: a Filarmônica e a Igreja Católica de Bom Jesus dos Passos. Essas entidades poderiam ter colaborado com a Prefeitura para apresentar o projeto de “requalificação”, pois se em algum desses lugares tivesse ocorrido a apresentação dos detalhes da execução da obra, os habitantes poderiam ter decidido se esse projeto deveria ser aceito, ou poderiam até mesmo ter interferido na decisão sobre qual ou quais os locais com necessidades deveriam ser revitalizados ou, usando a terminologia da moda, “requalificados”. Entretanto, mesmo com essas duas possibilidades, não houve, conforme as narrativas dos (das) interlocutores (as), nenhum tipo de tentativa de diálogo com a sociedade local, que continuou sua vida na parte da ilha habitada, populosa e cheia de problemas, em detrimento daquele local que outrora era uma fazendinha com poucas casas.

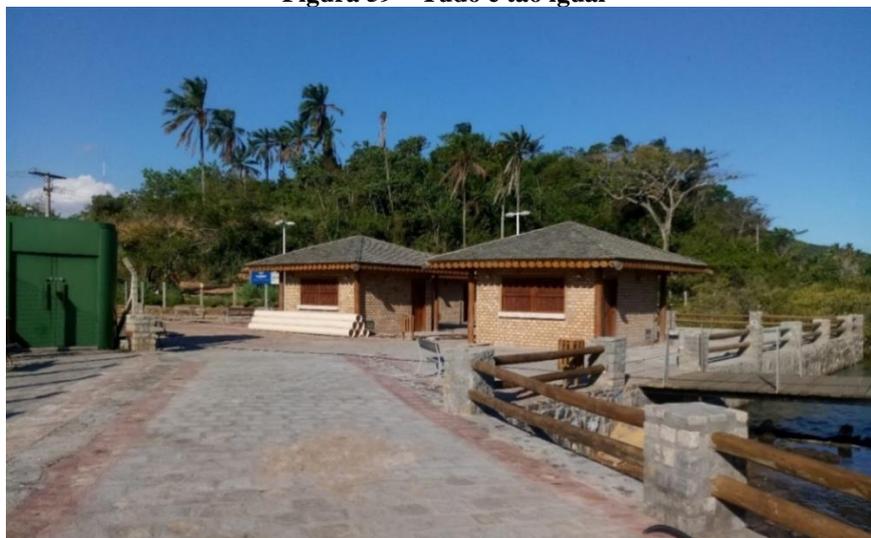
A interlocutora Dona Mainha nos fala um pouco desse processo. Em sua fala, há o elemento de surpresa e dor pela perda daquela área coletiva, já que anteriormente a mesma era utilizada para diversos usos, especialmente o lazer. Porém, dada a aceleração dos trabalhos dos tratores para construir as diversas partes do projeto em uma área de aproximadamente de 3 quilômetros, o local foi transformado e destruído como a própria interlocutora, que o frequentava desde sua infância:

Assim que começou as obras, muito rápido, uma coisa muito rápida, acelerado. Aqui se demora muito para fazer uma casa, às vezes a vida inteira. Aí eu fui para Salvador estudar daqui a pouco quando eu voltei já tinha um cais-ponte saindo pela praia. A praia toda aí na frente que não era assim. Depois o tempo que eu não posso sair, já estava não sei bem aonde, a obra estava não sei bem aonde. Quando eu fui ver já tinha feito. Eu não vi passar, só vi os tratores passando. Quando você nem vê que eles ficam ali no fundo. Quando eu desci que fui para o lado da creche, não sei o que eu fui fazer lá, acho que dá uma volta, fui com meu tio, ele disse “vamos dá uma volta para tirar umas fotos dos trator, s'imbora”, foi em um final de semana, quando a gente chegou não tinha mais uma árvore, você não consegue enxergar, porque eles dão fim nas folhagens, nas madeiras, porque eles enterram, não sei que horas da madrugada. Porque você só consegue ouvir só a zuada dos tratores quando ele gira para o outro lado nas obras. Quando você ia pescar à noite, você ouvia o som das máquinas trabalhando lá à noite. Eu acredito que seja assim. Você não consegue ver uma galha, uma folha no chão. Derruba e some. É como se nunca tivesse existido ali. Então foi tudo muito de repente a construção. Não consigo mais perceber, e nem consigo nas pessoas, não conseguem mais perceber ali como parte da ilha.

A pergunta “Tudo é tão igual, e é eu que vejo, pois eles que estudaram, viajaram, não percebem isso?” revela um descompasso que envolvem os atores: Prefeitura com seus

gerentes, e a sociedade local com suas necessidades cotidianas. Nesse questionamento, percebe-se também que há precário entendimento dessa Prefeitura, que se junta à ausência de comunicação e desinteresse pelas pessoas. Tal fato precariza as sociabilidades que envolvem o viver, usar, estar, pertencer, se afetar e permanecer nessa ilha. A questão produzida pela reflexão do interlocutor revela o papel desempenhado pelos órgãos e profissionais dessa Prefeitura que, ao desconhecerem habitantes e as necessidades locais, investem em infraestrutura em uma área pouco povoada, desconsiderando as concretas necessidades da população. É até ridículo imaginar que os órgãos que envolvem meio ambiente, cultura, patrimônio cultural, educação, esportes, e outros foram colocados à margem do processo para que apenas a infraestrutura fosse elevada ao máximo grau, desconsiderando a existência de pessoas e seus modos de vida no cotidiano.

Figura 59 – Tudo é tão igual



Fonte: Banco de fotos do autor (2018)

O Sr. Rucke também descreve a antiga aparência que era vivida por eles e outros na Praia da Pontinha. Agora, conforme o relato de Dona Maria Catarina, esse local perdeu a identidade, transformou-se em algo comum, que se vê em qualquer outro lugar (Figura 60). Assim, Sr. Rucke traz depoimento que reforça os demais e deixa explícito que não houve em tempo diálogo entre os de dentro e os de fora:

Até quem é marisqueira e pescador não fez protesto aqui diretamente, porque tirou o manguezal, aqui era mangue, aqui era lama... A melhoria veio, é bom? É! Mas não foi pensado. Eu acho que quando vem um grande empreendimento para uma ilha ou para qualquer região que tem uma parte ambiental, que tem floresta, que tem manguezal, acho que tem que se pensar em como não causar tanto impacto, ou se causar impacto, como

melhorar, no caso né? Para não degradar totalmente, porque foi dragado [o mar], teve parte da ilha que foi dragada, teve parte que tirou manguezal, teve partes que tirou árvores, e não se pensou nisso. Alguns pontos que tinha na [praia] da Pontinha, uma pedra gigante, que era conhecido assim, quem vinha pra cá gostava, era um pouco isolado, até se perdeu, porque foi aterrado. Essas coisas que acaba, essa desunião de parte dos moradores da ilha que prejudica muito, porque a gente acaba não lutando para poder resolver os problemas, que vem junto com essa obra, e outros problemas que já se tinha e que até hoje não melhorou na verdade.

A referida fala sobre a similaridade desses lugares “requalificados” também chama atenção no sentido de que a Prefeitura de Salvador está produzindo lugares idênticos, “fast food”/“fast places”, que desconsidera a identidade e paisagem cultural local, imprimindo um desenho único muito semelhante ao que é instalado em outros bairros de Salvador, idêntico ao que outras cidades como Madre de Deus e Candeias estão também realizando. Tanto por meio da observação de Dona Maria Catarina – “*uma paisagem que tem igual em vários lugares*” –, quanto da do Sr. Rucke, pode-se constatar forte efeito no sentido que esse “igual”, que destrói a materialidade do meio ambiente, dos seres e das coisas, contribui para também fazer desaparecer a imaterialidade que correlaciona temporalidade das memórias e histórias individuais e coletivas. A memória de Dona Maria Catarina estava vinculada à presença das mangueiras, goiabeiras e coqueiros, a pedra onde se faziam os lanches, os locais outrora abertos e livres, mas que agora não são mais acessíveis por serem vigiados. Em caso de desrespeito a esse caráter privado, aqueles que adentram esses espaços podem inclusive ser punidos.

Por fim, a pergunta de Dona Maria Catarina “*Eles não sabem que tudo depende do mangue? Só eu que sei? E a polícia ambiental por que deixa isso acontecer? E os órgãos de defesa ambiental estão aonde?*” dirige-se ao Estado, seja no que tange ao meio ambiente, à polícia que é especializada em meio ambiente, e aos demais órgãos de proteção do meio ambiente. Assim, a primeira observação pauta-se no desaparecimento do mangue nas poucas praias da ilha, o qual, como sabemos, é elemento crucial para que diversos seres possam ter vida.

Há ainda o questionamento em relação à existência da polícia ambiental que, conforme os muitos relatos dos pescadores, vigia esses trabalhadores, apreendendo seus equipamentos e os pescados quando estão próximos das passagens/caminhos de pedra que compõem a nova paisagem plastificada da Ilha. Conforme Foucault:

A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes com delitos, são sempre julgados

corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. (FOUCAULT, 1987, p. 21)

Entretanto, nem essa polícia que deveria fiscalizar ou órgãos de proteção ao meio ambiente não se apresentam como parceiros da sociedade local. Durante o tempo em que realizei a pesquisa de campo (de 2016 a 2019), em nenhum momento soube ou participei de reuniões com a presença dessas corporações ou ouvi falar da criação de canais de diálogos entre a população e as corporações. Nader e Mattei (2013) nos chamam atenção para outras formas de relação entre o Estado e a população:

Na verdade, o Estado de Direito tem uma natureza ambígua e contraditória: pode favorecer a opressão, mas também pode conceder aos oprimidos o poder que leva à contra-hegemonia. É por esta razão que com tantas frequências agentes poderosos tentam sufocar a contra-hegemonia mediante a adoção de enfoque moderado, com objetivo de eliminar a resistência potencial, oferecido pelos oprimidos, restringindo seu acesso ao sistema judicial de confrontação das partes. (NADER; MATTEI, 2013, p. 31)

Há durante o depoimento de Dona Maria Catarina uma noção de saudade que o leva a pedir para sair daquele lugar que “está morto”. Nesse aspecto, a expressão “a destruição no coração dos jogos da memória” de Eckert e Rocha (2008, p. 192) corresponde à saudade desse interlocutor, desconforto também para muitos dos interlocutores que não compreendem os motivos de se plastificar aquele local que era exuberante e que atraía a população, que estava em equilíbrio e onde era possível realizar a mariscagem, a pesca, os encontros de família e dos amantes, ou apenas a contemplação da paisagem cultural e suas modificações contínuas, mas lentas, e que sempre envolvia esses homens e mulheres em outras óticas de existência.

A destruição no coração dos jogos da memória tem, portanto, uma natureza sintética: significa a maturação do fim dos tempos e, simultaneamente, a possibilidade de atingir com ela a imortalidade prometida. Industrialização, modernização e urbanização expressam, assim, muitos mitos cíclicos e operatórios de processos de mundialização das culturas: acelerar a história e domesticar o tempo são alguns de seus devaneios.

Resistindo ao reducionismo de um tempo finalizado, as cidades resistem a este processo de mundialização e assim permanecem fiéis a uma visão pluralista do tempo (talvez disforme e monstruoso aos olhos de muitos), único modo de preservar nelas mesmas a consagração da ordem polissêmica do corpo coletivo de seus habitantes e de incluí-los no seu ventre, ainda que degradando, em muitas circunstâncias, a figura humana. (ECKERT e ROCHA, 2008, p. 192)

4.1.7 Mudanças de Paisagens

As narrativas de Dona Maria Catarina, Dona Mainha, Dona Lica, Sr. Rucke e de tantos outros levaram-me a pensar a paisagem transformada como imagem que muito agoniza essas pessoas quando pensam como era e como ficou a Praia da Pontinha. Para mim, ouvindo e transcrevendo as suas palavras, analisando e revisitando as emoções contidas nas frases de dor e esperança, fica igualmente presente tal dor, o que me faz querer continuar a pensar a Baía de Todos os Santos e a pobreza histórica endêmica.

Figura 60 – Aterrando e Destruindo



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Se para as antropólogas Rocha e Eckert “toda paisagem é tempo” (2013, p. 221), é possível pensar essas categorias de forma a cruzá-las e entrecruzá-las com a ilha de Bom Jesus e com as narrativas dos interlocutores. Bonja foge ao que conheço, pois estava acostumado a ver nas ilhas da BTS grandes áreas para pasto, com galinheiros, morros para descer e subir, árvores em abundância, frutas em pomares, bois ou vacas, cabritos, patos, gansos andando soltos pequenas casas de telhas, de sopapo ou de alvenaria sem reboco;

porém, não vejo nada disso em Bonja. A ilha não é tampouco um lugar urbano, ou seja, com zuada de motos, carros de som, poluição, pressa para fazer as coisas. De fato, Bonja possui uma certa condição de existência que lhe garante estar no meio do caminho entre o urbano e o rural.

Em Bonja, o tempo passa tanto pela hora do relógio como pelo observar das nuvens, ou mesmo pelas escolhas e necessidades do indivíduo e do coletivo. Há um movimento de vida que parece ser mais saudável, que envolve relações de trocas intensas, reafirmando sociabilidades que acontecem com cafés da manhã nas casas de vizinhos/amigos. Caso o café da manhã acabe, outro bule será facilmente preparado, o que intensifica o entrar e sair de amigos, parentes e agregados, momento que se torna um encontro, ainda que rápido, ou mesmo um tempo distendido para falar das coisas do dia, dos acontecimentos e até mesmo dos segredos cabeludos que acontecem por lá. Fala-se de tudo: da ida a Madre de Deus e/ ou a Candeias para pagar contar e sacar dinheiro, haja vista que não há nenhuma forma de fazer isso na ilha de Bonja; falar bem, mal, ou a verdade sobre a vizinha e o vizinho; planejar como será feita sua roupa para festa X; oferecer em segredo “quase público” quem está “corneando” quem, onde e por quê. É um sem fim de assuntos nesses cafés... ou seriam esses momentos de encontros?

O tempo nesses cafés que se estendem estende também os entrelaces dessas pessoas que são parentes de sangue, de brincadeira, de amizade. Nesses cafés, as trocas de informações, de experiências entre gerações, de afinidades, de preocupações um com o outro parece garantir que o passado seja acessado o tempo todo, pois entre um mastigar de pão com manteiga e queijo e outro, há a lembrança de uma festa que passou, de uma pessoa que sabia fazer tal coisa, de um acontecimento que marcou o grupo. O tempo distendido, vivido, esgaçado e mesmo também esquecido faz com que uma mulher de 70 anos pare para ouvir um homem de 30 anos e, na troca de informações, reveja como fazer as coisas. Imaginar os processos e as construções e leituras da paisagem, de forma multisituada, é mergulhar em tempos (longos, prazerosos, desafiadores e mesmo perversos) em que humanos e não humanos, buscando condições materiais para sobreviver, estabelecem os necessários conflitos e adaptações que geram as descontinuidades (BACHELARD, 1994).

Ao compreender as coisas e os seres em entrelaces e conflitos como elementos transitórios nos “tempos”, deslocamos nossas frágeis consciências da vida que estamos realizando no agora. As fotografias de nossos avós, tios e pais retratam momentos como casamentos, aniversários, batizados e outros, revelando e deixando perceber que a vida estava e permaneceu materializada naqueles instantes que estavam experienciando. É como

esta escrita, na qual o presente das letras que se juntam e formam palavras e frases busca constituir as imagens que o leitor precisa enxergar, e com isso, na soma de tópicos e textos, constituir os capítulos que permitem enxergar a paisagem traduzida do que foi a experiência etnográfica entre as muitas possíveis formas de traduções.

A partir dessa percepção, tudo passa a ser compreendido com sua transitoriedade, seu movimento, sua mutabilidade, o que permite afirmar que, individualmente ou em conjunto, pensando os seres (animais, plantas, deuses, anjos) dotados de suas próprias lógicas e que nos cercam e fazem parte desses movimentos contínuos, estamos sendo levados por uma racionalidade que tenta controlar os caminhos; porém, há a descontinuidade (BACHELAR, 1998) com as variáveis dos processos (pessoais, coletivos e profissionais) que oxigenam a constituição de imagens, paisagens e tempos: “Tudo é dialética no ser que sai de uma concha. E, como não sai inteiro, o que sai contradiz o que fica fechado. O interior do ser fica aprisionado a formas geométricas sólidas. Mas, na saída, a vida é tão apressada que nem sempre toma uma forma definida como a de uma pequena lebre e de um camelo” (BACHELAR, 1998, p. 268).

São esses tempos cronológicos, simbólicos, culturais e afetivos que questionam: como os habitantes sentem essa ilha de Bom Jesus? Sejam esses os habitantes do passado, que utilizavam outro nome para nomear seu lar, sejam os atuais habitantes, que apresentam essa afeição e conseqüente pertencimento. Como foi percebida e utilizada essa paisagem ou paisagens, dados aos ângulos, permanências e percepções dos grupos originários e dos que chegaram para colonizar? Como inventar e continuar inventando a paisagem como imagem que lança o que há dentro de dentro para fora e faz também o movimento contrário? E como nos aninhamos a essa paisagem e nos permitimos tê-la como parte de nós? Nesse sentido, as dimensões dialéticas do tempo permitem refletir sobre vários pontos: os marcos históricos desse lugar; os usos da ilha pelos interesses de particulares e dos governos em diferentes época; as rupturas das muitas culturas que habitaram essa ilha e seus arredores; a construção dos pertencimentos, afetos, sociabilidades que estão marcados também na paisagem e imagens da praia, mangue, igreja, ruas, becos, monumentos, praças, fontes d'água e outros lugares dessa ilha; e também as mudanças drásticas no presente que afetam a vida e o sustento financeiro daquelas pessoas. Perceber e refletir sobre como essa paisagem local se constitui também faz constatar que há reinvenções e inquietações no ar que forjam processos, movimentam a salvaguarda dos patrimônios culturais e propõem saídas insurgentes para enfrentamento da necropolítica imposta.

Esse *mana* insurgente, rebelde, inventivo, contraditório e ilusório da paisagem

revela-se de tantas formas, faz lembrar também que sua existência está no plano das abstrações e relações (simétricas e assimétricas). Suas materialidade e imaterialidade, a todo tempo criadas, modificadas, construídas, adaptadas e novamente carregadas de significações permitem chegar nessa contemporaneidade com todos seus conflitos e potências.

Se o humano pensa que domina a paisagem – o que racionalmente parece óbvio –, muitas vezes precisa aceitar também as possíveis discontinuidades, pois, como seres transitórios à mercê dessa mesma paisagem, estamos suscetíveis às suas revoltas dadas as movimentações, fusões, rupturas do contínuo já que o planeta tem seus independentes arranjos. É o caso dos terremotos, maremotos, tsunamis, que assustam e fazem muitas vítimas, das trocas ou golpes governamentais e de tantas outras discontinuidades que exercem influência sobre as paisagens e seus múltiplos agentes culturais.

Na busca por compreender como usar da racionalidade, precisamos apreender que há dialéticas (espacial, relacional, afetivas, conflitivas e intencionais) que tentam impor ao tempo suas vontades, revelando o engano da razão que se pensa imortal. Zhouri, Oliveira, Zucarelli e Vasconcelos (2018), ao compreenderem como as relações assimétricas que existem no campo da defesa e do uso do meio ambiente contribuem para que possamos repensar essas discontinuidades, ensinam que no Brasil tais relações se tornaram práticas perversas para as coletividades espalhadas pelo continente e, tão perto de todos nós, na ilha em questão:

Ora, os conflitos ambientais remetem a situações de disputa sobre a apropriação dos recursos e serviços ambientais em que imperam condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais, bem como uma desigualdade na disposição dos efluentes. Além disso, os conflitos ambientais caracterizam-se pela irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais (Kirsch, 2014). Trata-se de lutas políticas e simbólicas estabelecidas em torno do sentido e do destino dos territórios. Desta forma, duas observações se fazem relevantes: a primeira é a de que os conflitos ambientais não se restringem ao confronto de interesses entre duas ou mais partes litigantes, e tampouco podem ser reduzidos à irrupção de uma controvérsia entre polos cujas posições sociais equivalentes redundam em iguais condições de negociação. Ao contrário, constituem cenários nos quais os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e de enunciação. (ZHOURI, OLIVEIRA, ZUCARELLI e VASCONCELOS, 2018, p. 38)

Assim, muitas vezes, a paisagem pode e de fato nos embriaga com sua majestade.

Mas no nosso íntimo, sabemos que ela é também passageira. Durante minhas pesquisas de campo, quando participei do acompanhamento marítimo que homenageia os padroeiros da ilha, Bom Jesus dos Passos e Nossa Senhora dos Navegantes, em um dia iluminado de verão, participei do processo de ressignificação de várias coisas e ideias, como o uso de Saveiro de Vela de Içar. O Saveiro faz parte do imaginário social local com sua vela branca de trinta metros quadrados e causa um efeito visual em todos; contudo, cabe salientar que, se no passado esse veículo náutico existia aos milhares, hoje não há mais de 19 Saveiros a compor a ocasião (PASSOS, 2014). Além disso, o Saveiro do acompanhamento, para além da sua historicidade, representa a adequação da vida cotidiana no presente, pois agora é equipado com motor a diesel, o que o caracteriza também como escuna, embarcação que tomou os mares da Baía de Todos os Santos e que hoje também contribui para compor a paisagem.

Bachelar (1998) chama atenção para o devaneio que cria diferentes manifestações. Dessa forma, posso dizer que aquela manifestação cultural e religiosa, vista de perto e de longe, compondo tantas possíveis paisagens, certamente fez criar imaginações, imagens e interpretações. Nesse caso, tratava-se dos devaneios dos que viviam aquela fé, aquela festa, aquele carnaval em alto mar; devaneios do etnólogo, buscando viver a experiência para começar a enxergar as realidades e, posteriormente, construir traduções sobre as narrativas; devaneios dos organizadores que, acreditando na importância daquela manifestação cultural, dispunham-se a vivê-la, organizá-la em um processo complexo que envolve o antes, o durante e o depois, em uma maratona de vários dias sem dormir; devaneios de quem, olhando de longe, julga, sente, contempla, se poetiza, poetiza seu mundo e constrói abstrações com suas próprias experiências de vida por meio daqueles barcos coloridos, as salvas de foguetes em cada frente de igreja, levando aqueles que estão nos devaneios a se perguntarem o que era aquilo, o que queria representar, se havia mais para ver ou para onde estavam indo...

É na reflexão sobre o como e o porquê transformar a paisagem que trago mais alguns elementos que nos fazem pensar essa dialética de quem planeja e dos que controlam a execução, assim como daqueles que a executam sem compreender o projeto que disseminam. Se toda paisagem é tempo, que tempo é esse que colabora para desarticulação de uma sociedade local? Há um processo de fabricação, domesticação e imposição de um modo de ver o mundo que afeta, fere e atropela o outro (a sociedade local de Bonja). Que tem suas próprias imagens do tempo que, agora devastado, provoca ressonâncias do que era aquela Rua do Brito e a Praia da Pontinha, do que ainda pouco restou como referência desses sítios e da necessidade de tentar resguardar o que ainda permanece nos demais lugares não iluminados, mas de grande efervescência na sociedade local.

A urbanização alegórica é até mesmo folclorizada, dado que homogeneiza inclusive o público que os empreendedores querem naquele local, o turista. Esse indivíduo é compreendido como alguém que deve ver, sentir, comer, assistir à mesma coisa em vários lugares, sem experimentar o contato com a vida concreta de homens e mulheres reais. A paisagem ou falácia do vazio ou do esvaziamento que o Poder Público a todo tempo tenta disseminar na cidade do Salvador e especialmente na ilha de Bom Jesus, não foge a essa regra, pois nela o homem e a mulher soteropolitanos são a todo tempo colocados à margem dos processos urbanos, das melhorias propagadas por diferentes mídias que escondem ou silenciam a relação hiper-assimétrica de sempre. O que há é uma forte necessidade de higienizar os espaços, domesticar os lugares, retirar a presença negra e/ou mestiça de perto do caís, pontes, passarelas onde os empreendimentos estarão sendo iluminados a todo tempo para atrair os pseudos turistas, leia-se, pessoas brancas, ricas e/ou de outros países. É o velho, mas sempre pasteurizado racismo institucional, que a todo tempo vigia e pune (FOUCAULT, 1987) esses seres, que precisam estar fora do circuito e do contato com aqueles que vão chegando. Nesse aspecto, o pescador Jeré, 70 anos, em 2 de maio de 2018, em frente à estátua de Iemanjá, falou comigo em segredo por medo de represália. Perto da rua do Brito, próximo aos barcos, ele fez seu relato:

Eu estava ali, estava ali pescando, só estava pescando, minha rede tava posta, era só para pescar. Aí chegou à lancha verde da polícia ambiental, parou perto, perguntou o que eu estava fazendo ali. Eu disse que estava pescando somente. Aí eles disseram que era proibido e que eu ia ser preso ali mesmo, e me prendeu. Prendeu minha rede, levou eu e meus peixes, e eu tive que ficar lá até que o presidente da pesca fosse lá. Eu preso? Eu preso? Minhas coisas presa? Eu não fiz nada, estava pescando, estava pescando, eu só estava pescando na frente da orla nova. Manchou meu nome, eu sou pescador, mas agora não posso pescar lá e ainda manchou meu nome, meu nome, meu nome, todo mundo que sabe aponta. Eu fui preso com 62 anos, eu fui preso só porque estava pescando. Fiquei aqui na ilha mal-entendido, fiquei assim, assim, como se fosse marginal.

A imagem higienizada da construção que se ergue sobre a antiga praia, a imagem dos demais locais carcomidos pelo tempo, a imagem daquele local tão distante dos demais locais na própria ilha revelam a insensatez da fabricação dessa paisagem, que ora estará sendo utilizada, ora esquecida, pois, com tantas rupturas pelas quais aquela rua e aquela praia passaram, na compreensão já geral, aquele lugar não faz mais sentido na sociedade local, já que poucos podem usufruir do local para lazer ou esporte. Parece que o Poder Público conseguiu o êxito: fabricar na paisagem seu retrato, com todas as suas características de

distanciamento, morbidez, imposição e perverso desrespeito às individualidades e à diversidade. Dona Fé, moradora antiga da ilha, em 17 de abril de 2018, em conversa em sua casa, ao lado de seu marido, filhos e uma amiga, com extrema preocupação me disse:

Meu filho, faça sua pesquisa e caia fora, não me leve a mal. Tem jogo grande aí, que até a gente não entende. Aquela parte ali está tomada, não é mais nossa não. Não é mais da população. Fulano foi preso porque estava pescando perto da orla nova, pois estava proibido, e ele e nem a gente sabia. Foi um rebuliço só, teve que chamar o presidente da colônia para tirar o pai de família da polícia, aquela polícia que cuida de planta, aquela, pois ele foi preso porque estava pescando, pescando... A gente já não entende mais, mas pelo amor de Deus, faça seu negócio aí e depois caia fora, não é por mal não, mas é para você também não levar a pior, desculpe, desculpe se estou sendo assim, assim um pouco grossa, mas é para te dizer que todo mundo sabe que você está aqui. O pescador foi preso porque estava pescando, imagina você?

Essa situação da paisagem imposta e igual a outras de tantos outros lugares traz reflexões do quanto este trabalho apresenta elementos que desnudam uma Salvador pouco vista, ou mesmo esquecida; uma Salvador que está à mercê da municipalidade e que, com isso, permanece continuamente invisibilizada, destituída de suas forças. Permanece como lugar em que a máquina municipal pode coagir, coibir, modificar, transformar e destruir.

Figura 61 – Domesticando o Lugar



Fonte: Banco de fotos do autor (2017)

Dessa forma, a sociedade de Bonja, ao conviver com a destruição imposta pelo projeto do Poder Público, parece compreender que há graves processos que desconsideram a individualidade e coletividade, menosprezam seus interesses e necessidades e estabelecem perdas significativas na paisagem a longo prazo. Esse fato prejudica as gerações atuais e certamente influenciará as demais gerações no que tange também às riquezas culturais e naturais. Essa domesticação também traz inquietações para os habitantes, que permanecem

perplexos com a paisagem cultural imposta e que está consumindo e restringindo o uso de grande parcela de recursos naturais, em detrimento de áreas que precisam com urgência de manutenção. A cegueira do Poder Público frente a tais problemas acaba por fortalecer sua própria antítese.

4.2 O HABITANTE, O PODER PÚBLICO E AS ANTAGÔNICAS PROJEÇÕES DA IMAGEM

Nesse momento, considero salutar aprofundar questões referentes aos processos de produções dos patrimônios culturais aqui narrados, por meio das lógicas do “global no local”, do “longe e de fora” e do “de perto e de dentro”. Essas lógicas revelam como os habitantes da ilha e a cidade de Salvador são vistos pelo Poder Público e pela iniciativa privada, e foi em um animado diálogo com Sr. João que foi possível descobrir percepções a forma como a Prefeitura está requalificando a Rua do Brito e a Praia da Pontinha.

Sr. João, um pescador que virou servente de obra, com carteira assinada, considera-se também um agente cultural quando se envolve com os eventos culturais que no seu entendimento precisam acontecer, pois há uma expectativa de todos de que o calendário de eventos se concretize. Sua narrativa de “perto e de dentro” revela como esse homem, absorvido como operário, também sofre os dilemas de fazer parte de uma obra civil que estabelece rígidas transformações aos habitantes que sofrem as perdas que afetam a vida cotidiana daquele lugar.

4.2.1 Experiências do Vivido: Antagonismos e Necessidades

Tudo começou em uma manhã ensolarada e verdadeiramente muito quente em Bonja. Estava sentado na coroa da Rua do Brito, olhando ao longe o Terminal de Regaseificação da Petrobras, o TRBA. Próxima, atrás de mim, a estátua de Iemanjá, com placa de inauguração de 1993. O sol apresentava sua força e o mar estava convidativo para um belo banho. À certa

distância, observei alguns trabalhadores da construção civil, aproximadamente 30 homens, quase todos negros, preparando ferragens para constituir uma malha de ferro.

Essas malhas de ferro, na posição horizontal e vertical, estavam sendo apressadamente construídas e empilhadas. Não entendia o que aconteceria com tantas pilhas de ferros entrelaçadas. Comecei a ficar interessado, pois a agitação e o barulho do ferro sendo arremessado no chão produziam desconforto ao meu ouvido. Era como ouvir uma filarmônica com todos os instrumentos tocando em tempos errados, ou como se estivéssemos sendo arremessados ao chão também.

O sol das 9h esquentava. Provavelmente, aqueles homens haviam chegado ali por volta das 7h, com o sol ainda ameno para a seguir entrarem naquele ritmo frenético. É importante dizer que o solo estava planificado, pois havia sido pilado, aterrando o manguezal como me disseram outros interlocutores, já que haviam sido colocadas e cimentadas pedras em todo o contorno da obra. Os limites sobre a praia, que já não existia mais, eram ampliados e outros operários estavam carregando areia, cimento e brita.

Outro grupo de trabalhadores abria um grande traçado de massa de cimento, numa sucessão de tarefas pesadas, extenuantes. Percebi que o chefe acompanhava os dois grupos com atenção. Apareceram três ajudantes com seus respectivos baldes e começaram a lançar água dentro do traçado de massa, no qual foi deixado um buraco para receber muita água. As enxadas agora começavam a trabalhar. Haja músculo e atenção. A água não podia vazar. O barulho de tantos homens trabalhando freneticamente e seus instrumentos de trabalho retiravam do lugar qualquer possibilidade de paz e romantismo.

O calor aumentava conforme as horas avançavam. A multidão de homens com seus uniformes de cor caqui e protegidos por bonés, chapéus de palha, capacetes azul e branco, dava sentido para aquele ritmo de trabalho. Um homem começou a cantar a música de Daniela Mercury “Quem sobe a ladeira do Curuzu”. Alguns outros gostaram, e a música tomou conta do trabalho. Fiquei pensativo me indagando se eles saberiam onde fica a ladeira do Curuzu no bairro da Liberdade...

Areia, cimento, brita, água e música iam se misturando. Com grande tenacidade, quatro homens negros iam aterrando água com enxadas para depois abrir a massa. Grande força humana e bruta era despendida. Após intensa labuta, esses homens que pegavam o cimento para abrir e fechar várias vezes davam sentido e volatilidade à desejada massa que ficava pronta e seria utilizada. Os trabalhadores que estavam abrindo a massa pegavam as pás; os outros que faziam as ferragens passaram a trabalhar com seus ferros tramados e a

juntá-los no chão com arames e um instrumento chamado turquesa, formando assim uma malha ainda maior.

Caminhava com segurança e tom de autoridade um homem branco, aparentando ter 45-55 anos, de capacete branco. Acreditei ser o engenheiro responsável pela obra, pois, além de sua aparência, a maneira como se vestia – sapato preto de couro, calça jeans e camisa de botões cor amarela quase branca – diferenciava-se da dos outros trabalhadores, em sua maioria negros que, fardados, pegavam em ferragens, cimento e outros elementos cujo transporte exigia bastante força física. Ele, o dito engenheiro, olhava os limites das ferragens em comparação ao solo e trocava ideias com os pedreiros. Mandou ajeitar alguma coisa que, de longe, não se sabia o que era. Depois de meia hora de acertos, vários baldes e seis carrinhos de mãos (que, por sinal, pareciam novos) começavam a ser enchidos com a massa de cimento, brita e areia.

Uma nova movimentação tomou conta daqueles corpos, que só respondiam ao comando de encher os baldes e os carrinhos de mão. Esvaziar a massa de cimento sobre o centro da malha de ferro era a prioridade. Cantar agora tornou-se bem difícil, embora alguns ainda tentassem. O peso do balde podia ser sentido na expressão facial daqueles homens, todos banhados de suor, que jorrava de suas testas a cada passada de mão.

Se alguns trabalhadores vestiam luvas de pano, bem desgastadas, outros não tinham qualquer proteção nas mãos. Todos estavam de camisa de manga, calça e bota preta. Havia pressa com a massa de cimento, e o cenário que se descortinava envolvia pás, baldes, malha de ferro e homens que pareciam estar hipnotizados. Depois de mais ou menos 50 minutos, a grande malha de ferro estava coberta, e os pedreiros passavam as colheres de metal nas extremidades para arrematar alguns lugares. Todos pareciam satisfeitos com o que haviam conseguido fazer.

Sorrisos cansados eram vistos, alguns corpos exaustos se jogavam pelos cantos e embaixo da única árvore que lhes podia trazer sombra. O suor inundava os corpos, garrafas de água gelada eram trazidas por alguns deles mesmos, e o passar de copos de plástico e água para todos tornou-se a prioridade. A água gelada servia para beber e molhar a cabeça. Seus corpos estavam exauridos pelo esforço e necessidade de ter que ser rápidos para que a massa não secasse e assim cobrisse a grande extensão da malha de ferro.

O trabalho planejado, que precisava de muitas mãos, estendia-se agora por uma área de aproximadamente 30m². O homem de capacete branco avisou que ainda teriam que fazer nesse dia outra malha e massa de cimento, por isso todos tinham que continuar no ritmo. Os

olhares entre os trabalhadores revelavam uma mistura de cansaço, surpresa, apatia, desconforto e consentimento.

Fiquei observando aquela movimentação e anotando tudo o que podia. Fui calmamente até um trabalhador que havia sentado em uma sombra da árvore. Esse homem, que aparentava ter cerca de 38 anos, era trabalhador na construção civil e provavelmente também pescador como muitos da ilha. Após uma labuta com a selvagem malha de ferro, estava aparentemente exaurido pela força física que produziu, mas ainda mantinha o sorriso enquanto descansava e observava a paisagem. No dia 11 de abril de 2018, tentei iniciar o diálogo:

Eu – Calor grande e ainda um trabalho desse... podemos conversar e gravar um papo rápido?

Trabalhador – Sim.... [Sentado, quase estático pelo cansaço, prosseguiu]: Rapaz nem me fale, foi dureza, mas a gente consegue, tem que conseguir [levou os dedos no rosto e raspou o suor do rosto, que jorrava parecendo uma torneira; o corpo parecia que iria se acabar de tanta água que saía desse homem].

Eu – Qual o nome do senhor? [pergunto buscando ser o mais natural possível].

Trabalhador – João [ele respondeu numa boa e continuava procurando pela garrafa de água e o copo para poder beber e se refrescar].

Eu – Quanto tempo está nesse serviço?

João – Acho que há quatro anos e alguma coisa. Já estive em todos os pontos da construção, do picicão que foi construído na rua lá atrás, a Pontinha. Não sabia fazer nada, mas agora até o muro de lá de casa eu que levantei. [A garrafa e copo chegam até ele; ele encheu o copo por três vezes e bebeu como se tudo de mais importante estivesse dentro daquele copo. Parecia que beber aquela água tornava-se essencial e um ritual sagrado para aquela vida. Ele me ofereceu também, revelando que mesmo no sufoco ainda havia a cordialidade de sempre dos habitantes dessa ilha].

Eu – [Esperei ele beber a água, respirar e se acalmar. Continuei e aproveitei para beber água também]: E faz também as malhas de ferro?

João – [Ele respirou e deu um sorriso breve antes de responder]: Aí é mais fácil, pois é mais leve, depois que junta que fica pesado e tem que ter ajuda para empilhar, mas Deus ajuda e a gente vai terminando e deixando tudo feito, como o chefe quer.

Eu – E esse chefe é aquele com capacete branco? [apontei com o dedo, e ele olhou na direção indicada].

João – O chefe não existe [e deu uma gargalhada e continuou]. O chefe é a Prefeitura e a outra aí, a tal da Fundação, mas o chefe, chefe mesmo não vem aqui e ninguém conhece. Manda fazer e a gente faz, mas saber como é e o que é para fazer no todo, a gente que é apenas os caras que pega no pesado, os peões, os que têm que fazer, isso eu não sei não.

Eu – E você é daqui?

João – Nascido e criado, sou pescador... [engoliu o quarto copo de água, pegou outro copo e jogou na cabeça. Respirou fundo e tirou mais suor da testa com a manga do blusão que usava] e quando não tô aqui, vou pescar. O homem não pode escolher serviço, tem que pegar tudo. Tenho mulher e

dois filhos homem, tenho que trabalhar e fazer tudo direitinho, tenho que ficar com a carteira assinada, é bom, e mulher fica de olho, é ela que vai para Madre [de Deus] compra a comida, por que aqui tudo é muito caro, não dá certo não...

Eu – E você gosta de estar aqui ajudando a construir isso?

João – Gostar não gosto, pois está tudo destruído, modificou tudo. Você já foi no pinicão, ali era uma beleza só, mas a gente é fraco, a gente precisa comer, e depois Deus ajuda, mas gostar de ver isso aqui destruído é difícil, fico às vezes triste, mas o que posso fazer, sou fraco [sem posses, dinheiro], aquele ali também é fraco, e aqueles também [aponta para os companheiros] não tenho como parar, aí a vida segue, é chorando e trabalhando... É difícil. O senhor não entende por que acho que não é daqui, mas aqui a gente tem que se virar, entendeu? A gente não tem trabalho, e quando aparece, tem que segurar com unhas e dentes.

Eu – Você não gosta de estar transformando aqui?

João – É complicado, você está gravando?

Eu – Sim. Posso continuar gravando?

João – Pode gravar, mas não diz que foi eu que disse, pois é perigoso para mim. Eu brinco aqui desde moleque, sou daqui, e já pesquei muito aqui, já fiz muita molecagem, mas agora olho e não vejo aonde eu me pendurava, será que era ali? Não sei! [João para, ficou olhando tentando enxergar dentro de si alguma coisa; olhou longe, o suor descia da sua sobrancelha, e a longa gota d'água caiu como uma lágrima]. Paro e fico tentando encontrar, encontrar a pedra que eu ficava em pé. [Seus olhos pararam por mais um instante e o brilho desapareceu; sua tristeza ficou aparente]. Essa rua, aqui a gente tinha o mangue, caranguejo era areia, tinha muito, muito mesmo... E os pés de coqueiro, mangueira, dendezeiro, sapoti? As mangas uma delícia! Como eu era muito guloso, às vezes tinha que correr para o mato para fazer minhas necessidades! [gargalhada]. E eu e os outros meninos podia andar por toda ilha atrás de passarinho, nadando, brincando, subindo em árvore, fazendo tudo e depois ia para casa cansado para depois fazer tudo novamente no outro dia. O tempo era outro. Eu mesmo era outro. Agora só podemos trabalhar aqui... é difícil passar para o senhor entender, é muito da gente daqui, só a gente sabe o que foi e o que é hoje, um resto, um resto que ficou... É isso, um resto que ficou.

Eu – E você pensa em ficar trabalhando com construção?

João – É bom, mas é pesado, se conseguir outra coisa é melhor, pois essa vida de ficar pegando pesado demais vai torar minhas costas, e fazer ousadia [sexo] com a nega de noite com as costas doendo é dificuldade.

Eu – [risos].

João – [risos] Vou comer, quer ir? Vamos! Pode vir mesmo...

Eu – Não, obrigado, depois a gente pode conversar?

João – Sim, moro na outra rua. Pergunta lá quem é João que todo mundo sabe onde fica minha casa... Fui, a barriga roncou [risos], vou, mas volto para mais malha de ferro e cimento, a dureza continua, tenho que pagar as contas. [sorri].

Ele, Sr. João, levantou-se e, junto com os outros homens banhados de suor, fatigados pelo trabalho desumano, na pilheria de todos os dias, foi caminhando para almoçar. O cheiro de comida já pairava no ar nessa ilha, proveniente de várias ruas. Fiquei ali parado, vendo Sr. João se distanciar com o sorriso aberto, abraçando os outros companheiros que seguiam para a mesma direção.

Nesse contexto, assisti na prática à domesticação do lugar, pois aquelas malhas de ferro amontoadas e depois distendidas, uma próxima à outra, amarradas por arrames, encobertas pelo peso da materialidade da mistura de elementos, revelavam que dentro desse contexto há com certeza altos ganhos financeiros para a Prefeitura e sua parceira privada. Esse lucro provinha da mistura da brita, areia, cimento e água, aterrando grande área, mas também memórias e histórias de tantas gerações de pessoas.

Esse aterro enterra experiências, emoções, acontecimentos que estabeleceram múltiplas relações entre humanos e não humanos. Todos esses seres conectaram-se por meio dos sentidos, acionando rezas, festas, conquistas e alegrias. Coisas que antes eram criadas, agora não podiam mais surgir, pois, para além da transformação, há planos de privatização do lugar que um dia fora coletivo, mas que ficará restrito ao também plastificado turista.

Smith (2006) chama atenção para esse desenvolvimento imobiliário que traz novos sentidos para antigos sítios, com vistas a “requalificar” o lugar. Parece que se trata de aterrar grandes áreas, expulsar os habitantes e privatizar os espaços como se novidade fosse o que trará sentido concreto e benéfico para as populações:

O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços. (SMITH, 2006, p. 85)

O Sr. João bem sabe que a Rua do Brito e a Praia da Pontinha estão sendo modificadas com sua ajuda e a de outros familiares, amigos e vizinhos empregados na requalificação orquestrada pela Prefeitura de Salvador. Também sabe que esse mesmo projeto não permitirá, quando a obra estiver finalizada e o lugar em funcionamento, livre acesso à população local. Esse interlocutor não sabe, ou diz não saber, quem realmente controla aquela modificação na rua e na praia de seus ancestrais. Encontrei essa dubiedade em outros momentos em que conversei com outros habitantes e mesmo quando vivenciei a vida com outras pessoas da ilha. Percebi um jogo que camufla com intuito de proteção daquilo que os habitantes pensam sobre todos os envolvidos nessa grande obra civil.

Nesse jogo de narrativas, diferentes escalas de análise emergem problematizando o existir ou não de uma atividade de emprego ou subemprego que envolve pobreza e

permissividade. Assim busco constituir um caleidoscópio que nos permite olhar por diversos ângulos para esse problema com múltiplos níveis.

4.2.2 Subemprego: pobreza e permissividade

O diálogo com Sr. João anteriormente mencionado fortalece a importância da observação participante, já que essa permite certa dose de reconhecimento do lugar e do cotidiano das pessoas. Assim, são gerados dados baseados no ouvir, olhar, realizar trocas, o que contribui para conhecer melhor as relações em campo. Busco nesse momento cruzar aspectos macros e específicos que envolvem o discurso de Sr. João carregado de referências singulares para compreender como os trabalhadores são absorvidos no trabalho de construção civil que, nesse caso, vai transformando a Rua do Brito e a Praia da Pontinha. Pereira (2014) contribui para a reflexão sobre esses trabalhadores que vivem coletivamente o dia a dia, pois todos se conhecem e trocam informações, vivem os desafios de fazer as celebrações da ilha e, é claro, buscam garantir sua sobrevivência frente ao modelo de desenvolvimento normatizado junto das sociedades locais da BTS:

Explorando as conexões entre os “argumentos locais” e os “argumentos globais” de Neil Smith (1996) com apoio em algumas formulações de David Harvey (1989), apresentaremos uma leitura da gentrificação como fenômeno que sintetiza diversos aspectos de um regime de acumulação centrado na racionalidade financeira, fundamentando-se em processos espoliativos, no encurtamento do tempo de giro do capital e na focalização territorial das intervenções urbanas. A construção desse raciocínio se valerá dos apontamentos feitos anteriormente quanto à dimensão territorial e às forças propulsoras dos processos de gentrificação, buscando relacionar o que se entende como momentos articulados de transformações que perpassam várias escalas geográficas. (PEREIRA, 2014, p. 309)

Quando o Sr. João, homem casado, com idade aproximada de 38 anos, pai de família, nos fala que *“há quatro anos e alguma coisa [está trabalhando na construção civil]. Já estive em todos os pontos da construção, do pinicão que foi construído na rua lá atrás, a Pontinha. Não sabia fazer nada, mas agora até o muro de lá de casa eu que levantei”* torna-se possível problematizar como o envolvimento dessa pessoa, assim como de outros homens e mulheres, constrói uma nova lógica no lugar em que nasceram e vivem. Esse trabalho vai configurando uma nova paisagem cultural para aquele lugar.

Nesse contexto, verifica-se que a mesma tecnologia de transformar um pescador em trabalhador da construção civil pouco transforma realmente a condição de pobreza cotidiana dessa pessoa e sua família, pois esse indivíduo, como trabalhador, já está sendo gentrificado (DANIELLE, 2019). A fórmula de gentrificar pessoas consiste em utilizá-las e, após o uso, deixá-las à própria sorte, perpetuando a “lógica das ausências”, como já ocorre em outras áreas, leia-se na educação, saúde, habitação e tantas outras. O exemplo da vida do Sr. João nos impõe olhar para trajetória da Baía de Todos os Santos que, ao longo de muitos governos, sofreu as consequências de um esquecimento estratégico, aproveitamento dos habitantes e desarticulação desses habitantes e seus lugares-ares como mero ponto dos GPIs, que também são transitórios e extrativistas. Nesse aspecto, Danielle (2019) aponta essa mesma situação de gentrificação não somente em outras partes do Brasil, mas também em outras localidades do mundo. Outros cientistas sociais igualmente mencionam como esse fenômeno se alastra pelo globo terrestre:

Os casos brasileiros têm certas peculiaridades, sendo estes menos claros em relação a outras situações em outras localidades do mundo, normalmente apresentando resultados passageiros, ou de baixo impacto na área e insuficientes para causar mudanças realmente significativas, principalmente em relação à gentrificação residencial, pela baixa adesão de populações de maior poder aquisitivo em ocupar áreas degradadas. Já a gentrificação de frequência é mais evidente em vários casos onde criam-se verdadeiros distritos culturais, ou em áreas onde há implantação de equipamentos variados voltados ao turismo (SIQUEIRA, 2014) sempre visando à preservação da memória, valorizando a identidade do local e a mercantilizando (LOPES, 2015). Além disso, é importante levar em consideração que os ambientes culturais no Brasil tendem a ser frequentados sobretudo por classes de maior poder aquisitivo (CUNHA, 2012 apud HOFFMAN, 2014). (DANIELE, 2019, p. 574)

Na ilha de Bom Jesus dos Passos, vive-se a partir de pequenos comércios: bares, mercadinhos, padarias, restaurantes, pesca, mariscagem, piloto de barcos e outros. Aqueles homens e mulheres que não são absorvidos nesses estabelecimentos precisam ser absorvidos em outras atividades dentro e fora da ilha. Tal condição persegue a sobrevivência desses indivíduos.

Em todos esses casos, há a certeza do Poder Público de que essas populações devem permanecer à própria sorte, de que os projetos de desenvolvimento, privados e públicos, devem continuar velados e de que o Poder Público, com seus parceiros, pode e entrará nos territórios, independentemente de a população ficar proibida de transitar em seus territórios ancestrais. A população, agora, é um inconveniente que deve ser vigiada e punida:

E essa ilegalidade, se é mal suportada pela burguesia na propriedade imobiliária, é intolerável na propriedade comercial e industrial: o desenvolvimento dos portos, o aparecimento de grandes armazéns onde se acumulam mercadorias, a organização de oficinas de grandes dimensões (com uma massa considerável de matéria-prima, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertencem ao empresário e são difíceis de vigiar) exigem também uma repressão rigorosa da ilegalidade. A maneira pela qual a riqueza tende a investir, segundo escalas quantitativas totalmente novas, nas mercadorias e nas máquinas supõe uma intolerância sistemática e armada à ilegalidade. (FOUCAULT, 1987, p. 103)

Foi com o início do processo de requalificação da orla de Bonja, em 2012, que surgiram relações de emprego que envolvem alta dose de subalternidades para os habitantes, absorvidos como pedreiro, servente de pedreiro, merendeira, segurança, eletricista e outros cargo/função de baixa expressividade. Ainda que respeitemos essas profissões, no entanto, os cargos de gerência quase sempre, ou sempre, pertencem àqueles homens brancos, de calça jeans e camisa de botões. Esse fenômeno em curso na ilha de Bom Jesus faz parte de algo maior que se estende pela BTS naquilo que Foucault (1987) chamaria de “cidades punitivas”. No caso específico de Bonja, analiso o “desenvolvimento” que estabelece verdadeiro cerco à vida dessas sociedades locais:

Eis então como devemos imaginar a cidade punitiva. Nas encruzilhadas, nos jardins, à beira das estradas que são refeitas ou das pontes que são construídas, em oficinas abertas a todos, no fundo de minas que serão visitadas, mil pequenos teatros de castigos. Para cada crime, sua lei; para cada criminoso, sua pena. Pena visível, pena loquaz, que diz tudo, que explica, se justifica, convence: placas, bonés, cartazes, tabuletas, símbolos, textos lidos ou impressos, isso tudo repete incansavelmente o Código. Cenários, perspectivas, efeitos de ótica, fachadas às vezes ampliam a cena, tornam-na mais temível, mas também mais clara. Do lugar onde está colocado o público, poder-se-ia acreditar em certas crueldades que, na realidade, não acontecem. Mas o essencial, para essas severidades reais ou ampliadas, é que, segundo uma economia estrita, todas elas sirvam de lição: que cada castigo seja um apólogo. E que, em contraponto a todos os exemplos diretos de virtude, se possam a cada instante encontrar, como uma cena viva, as desgraças do vício. Em torno de cada uma dessas “representações” morais, os escolares se comprimirão com seus professores e os adultos aprenderão que lição ensinar aos filhos. Não mais o grande ritual aterrorizante dos suplícios, mas no correr dos dias e pelas ruas esse teatro sério, com suas cenas múltiplas e persuasivas. E a memória popular reproduzirá em seus boatos o discurso austero da lei. (FOUCAULT, 1987, p. 126)

Os GPIs impõem um modelo de retirada de direitos das sociedades em vias de desenvolvimento, sempre ou muitas vezes subalternizadas, logo gentrificadas, e

normalmente concebidas para aqueles que detêm o poder financeiro e político e que olham para a massa da população como sendo algo inconveniente, uma peça que, por princípio, pode ser substituída. Pessoas-coisas, inoportunas, pois prejudicam o “progresso” e o “desenvolvimento” do país. Na observação junto aos habitantes da ilha de Bom Jesus dos Passos e expectando outros locais em torno da BTS, verificam-se diferentes empreendimentos industriais, sendo esses: Estaleiro São Roque, Estaleiro da Enseada do Paraguaçu, Terminal de Regaseificação da Petrobras, Terminal da Petrobras, Refinaria Landulpho Alves, Terminal do Moinho Dias Branco, Terminal da Dow Química, Porto de Aratu, Terminal da Ford, Terminal da Gerdau USIBA e Porto de Salvador. Esses empreendimentos geram grandes fluxos de lucro e visível esquecimento ou invisibilidade dos habitantes das localidades onde estão instalados, pois a pobreza nas “cidades punitivas” de Candeias, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Passagem dos Teixeira, Simões Filhos e outras continua sendo a mesma, já que a pobreza como elemento vital de controle social se faz regra e destroça essas heterogêneas populações.

Nesse sentido, Borges (2014) reflete como o acúmulo de capital e os efeitos dessa fórmula de pilhagem e consequente pobreza continuada afetam a existência dos humanos e não humanos, estabelecem o esfacelamento das existências e configuram forças apenas para aqueles que investem em diversas formas de coerções:

Se nos recordarmos do referido capítulo sobre a acumulação primitiva, lembraremos que, no raciocínio de Marx, o cercamento dos campos e expulsão de seus moradores não tiveram como objetivo único ou primordial a exploração extensiva da terra para a produção de alimentos ou a criação de animais, mas o esfacelamento daquela humanidade, banida de seus territórios de origem, em suma, sua expulsão e seu consequente vagar em desalento, em condições de vulnerabilidade tais que lhes seria impossível qualquer outra coisa que não acabar por vender por migalhas sua força de trabalho. O mito da queda, continuamente repetido de modo farsesco, em tempos e lugares os mais diversos, estabelece o limite da liberdade como a da propriedade privada, sendo esta última alcançada e mantida por meio da segregação e da violência física. Indo mais além e observando o diálogo entre Lewis Morgan (publicado originalmente em 1877) e Friedrich Engels (por sua vez, em 1884), percebemos que tal modelo de relação – em que estão intimamente imbricados terra, mobilidade, cerceamento e poder – foi extravasado historicamente pra outros campos, como os da família e do Estado. Seguindo nessa linha de argumentação, seria possível afirmar que uma lógica similar orienta nossas relações com a terra e o modo segmentar como situamos a política em espaços classificados como privados e públicos, ora entendidos como opostos ora como complementares, a depender da forma como se submete nossa própria identidade ao conceito de propriedade. Em outras palavras, a instituição da terra como propriedade privada ou o ato de captura próprio do processo de territorialização, como nos esclarecem Deleuze e Guattari

(1980), está tanto na gênese quanto na atual manutenção do Estado e, conseqüentemente, do Capitalismo. (BORGES, 2014, p. 434)

A retórica que permite esse efeito drástico é justamente a do “bem comum”, argumento que possibilita ao Poder Público e seu aparato jurídico a manutenção de certo “ritual de destruição”, pois os projetos a serem aprovados têm ao seu lado os pactos partidários, o peso do capital das transnacionais, as táticas do aparato jurídico estatal, as alianças entre famílias poderosas que dotam esses projetos de suportes para dominação dos mercados (combustível, alimentos, turismo, e etc.), apesar da destruição ou afetação do meio ambiente. Configura-se outra lógica de existência na paisagem cultural sobre às sociedades locais, que têm seus lugares-lares modificados. Lisboa (2014) nos chama atenção para o estado de Direito e os conflitos desse direito do Estado:

Quer sejam os povos indígenas se opondo à construção de hidrelétricas, quer sejam quilombolas insurgindo contra atividades mineradoras... todos esses conflitos parecem contrapor os direitos coletivos e difusos de grupos determinados a um suposto direito maior, da totalidade de um povo e de uma nação, o direito ao desenvolvimento, do qual o Estado se faz promotor e o protetor a um só tempo. (LISBOA, 2014, p. 51)

A partir de Lisboa (2014) e outros autores, é possível compreender que esses projetos desconsideram, invisibilizam e invalidam a existência das populações, muitas dessas longe de serem introduzidas em qualitativo modelo de educação formal que as permita compreender as linguagens jurídicas dos contratos entre “público” e o “privado”. A utilização da Placa de identificação do Projeto de Requalificação da Orla de Bom Jesus dos Passos (Capítulo 4 desta tese) é uma marca dessas manobras e perversas estratégias via linguagens cifradas às quais as populações não têm acesso, ou não conseguem perceber.

Populações oriundas de processo de escravização, esquecimento e precarização, tratadas como sub-humanos convivem em situação de pleno abandono. Essas existências degradantes revelam o lastro de negação de direitos humanos de longo prazo, o que estabelece penoso patamar de sobrevivência, negação de proteção do Estado e conseqüentemente de projetos de inserção ou inclusão social. Nader e Mattei (2013) trazem reflexões sobre o descompasso da ideia de Direito e dos seus aspectos positivos:

A ideia de que o Direito é um instrumento de opressão e pilhagem rivaliza com bibliotecas inteiras de Direito e Ciência Política que exaltam seus aspectos positivos. Devido a esses desequilíbrios, uma perspectiva histórica e comparativa faz-se imprescindível para compreender o

desdobramento da pilhagem perpetrada por grande variedade de usos do Estado de Direito. Do ponto de vista histórico, uma das mais significativas dessas intervenções é, sem dúvida, o colonialismo, que servirá de pano de fundo para nosso objetivo principal: o entendimento da situação atual como continuidade, não como ruptura; como vício antigo, não como atitude inédita. Sob a liderança atual dos Estados Unidos, o mundo ocidental, convencido de sua posição superior (etnocentrismo respaldado pelo poder militar), em grande parte justificado por sua forma de governo, conseguiu difundir a ideologia do Estado de Direito como um conjunto de ideias de validade universal, tanto em assuntos internos quanto externos. (NADER e MATTEI, 2013, p. 27)

Dessa forma, o Poder Público, aqui representado pela Prefeitura de Salvador e iniciativa privada, não consegue “compartilhar” riquezas junto às populações que, apesar de terem seus territórios invadidos, seu manguezal devastado, sua praia aterrada com malhas de ferro, cimento e pedras, suas vidas à mercê desse empreendimento, continuarão a viver longe dos lucros do turismo, atividade que hipoteticamente seria uma forma de trazer desenvolvimento sustentável e aprimoramento da sociedade local. Entretanto, de um ponto de vista concreto, o que ocorre é uma espécie de gargalo, uma atrocidade para aqueles que vivem no território claramente invadido e sequestrado. Laschefski (2011) esclarece o que vem a ser o “bem comum” tão apregoado pelo Estado para empreender projetos de desenvolvimento para a “nação”:

A questão da territorialidade é também vinculada às distintas formas de interpretação do bem comum. Os rios são declarados pela legislação brasileira como públicos. Como a construção de hidrelétricas inibe o uso comum nas referidas áreas, é necessário, segundo a legislação, justificar a sua apropriação para a produção de energia. Na praxe o licenciamento, a energia produzida é considerada um bem comum necessário para o desenvolvimento da sociedade como um todo, e, dessa forma, segundo a opinião hegemônica, há uma utilidade pública mais importante do que o uso do rio pelos moradores locais. (LASCHEFSKI, 2011, p. 40)

Assim, os discursos para defesa de GPIs que transvestem de benefícios às sociedades locais desafiam nossa reflexão, pois constatamos que os benefícios são parcos e possivelmente nunca vão existir concretamente, pois a lógica capitalista, que contamina o Poder Público e seus aparatos jurídicos, compreende que o lucro não deve ser repartido. Conseqüentemente, esse lucro não poderá gerar qualidade de vida para todos, mas somente gerador de mais lucro apenas para os investidores. Sobre esses aspectos, Nader e Mattei (2013) trazem argumentações sobre hegemonia:

Nossa análise do modo como o Estado de Direito vem sendo usado para justificar a pilhagem requer uma série de instrumentos, inclusive a noção de hegemonia, ou seja, o poder alcançado por uma combinação de forças e consentimento. O poder não pode ser mantido de maneira indefinida só por meio da força. Mais comumente, é imposto a grupos de indivíduos que, de maneira mais ou menos “voluntária”, aceitam a vontade do mais forte. Nas relações internacionais, o papel do consumismo na difusão e na aceitação final dos valores norte-americanos em países como aqueles do ex-bloco socialista exemplifica claramente de que modo se obtém esse consentimento, que é a chave da hegemonia. (NADER e MATTEI, 2013, p. 29)

Populações têm seus territórios invadidos por esses GPIs. Foram essas populações que deram e continuam a dar sentido a esses territórios, são essas populações que conhecem de forma cotidiana esses locais, que viram nascer várias de suas gerações e que são obrigadas a conviver com esses GPIs, tendo suas vidas contidas, racionalizadas e à mercê de desastres à espreita, com altíssimos efeitos sociais sem precedentes. Nesse aspecto, Vainer (2007) esclarece que esses empreendimentos congregam diversas forças, muitas dessas não sabidas por nós, e que fazem parte de outras tantas negociações:

É interessante, nesta rápida reflexão sobre os GPIs, lembrar a natureza dos processos decisórios que lhes dão origem. Ora, quase sempre se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público. Antes de estruturar territórios e enclaves, o grande projeto estrutura e se estrutura através de grupos de interesses e lobbies, coalizões políticas que expressam, quase sem mediações, articulações econômico-financeiras e políticas. O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas. Projeto industrial, controle territorial, empreendimento econômico e empreendimento político se misturam nos meandros dos financiamentos públicos, das dotações orçamentárias, das trocas de favores e, como vem à tona uma vez ou outra, da corrupção institucional e individual. (VAINER, 2007, p. 12)

Assim, a partir de fragmento do discurso do interlocutor João, compreendo que o empreendimento da nova orla dessa ilha contribui para estabelecer sérias problemáticas no território, tais como: a transformação do ambiente; a ruptura com o fazer cotidiano das marisqueiras, pescadoras e pescadores; a impossibilidade de acionar memórias, imagens, imaginação e paisagem junto e com as pessoas de diferentes idades; vinculação do próprio lugar com as manifestações culturais que utilizavam também as plantas, os sítios como elementos da sociabilidade do lugar; a liberdade de transitar a qualquer momento na Praia da Pontinha. O que se mostra no presente a partir dessa orla qualificada parece estar conectado com a geração de estruturas de lucro e a punição desses habitantes que devem

conviver no que Foucault (1987) chama de “cidade punitiva”, a qual desconhece a importância, o direito, a sociabilidade das pessoas no que tange às formas criativas de ser, estar e sentir o mundo e estar realmente conectado com seu meio (ambiente).

Tecer essas argumentações é constatar que a trajetória de construção dos Direitos Humanos, ainda que propagados e importantes, pois são arcabouços para construção de políticas de defesa dos cidadãos e práticas que produzem novas lógicas, ainda é freada por aqueles que são os “donos” dos GPIs. Essa negociação ainda penaliza as populações, que pouco poder de barganha tem frente ao Poder Público, o qual, por sua vez, propõe nefastos planos de manutenção de poder para alguns grupos em detrimento de contínuas explorações dos territórios e das riquezas ambientais.

Tal exploração prejudica a existência das populações da BTS, pois essas estão sistematicamente sofrendo pilhagem, o que gera a última questão: quando será que retiraremos do papel esses “ditos” Direitos do Estado que, sob uma ótica do “bem comum”, podem penalizar as populações e não trazem nenhuma concreta justiça social? Até o presente, vemos que as populações estão longe de conseguir o retorno dos bens pilhados (RIBEIRO, 2018), pois os projetos que invadem seus lugar-lar detêm eficazes meios de movimentar capital, gerar lucro e deixar no caminho intensas formas de desigualdades:

Os movimentos de renovação ou revitalização de áreas específicas nas cidades (nomenclaturas utilizadas para exaltar os aspectos positivos e esconder as consequências negativas dos processos de redesenvolvimento), bem como o desenvolvimento de infraestrutura urbana, têm por consequência, em geral, de forma desejada ou não, o desalojamento de população, seja de forma direta, por meio de desapropriações e remoções, seja de forma indireta, pelas mudanças de padrão de moradia e consumo nestas áreas com a nova forma de urbanização. Quanto a este último aspecto, cabe destacar que os processos de redesenvolvimento são condição necessária, mas não suficiente para o desalojamento indireto da população, que depende ainda de outros fatores sociais, econômicos e políticos para se concretizar, conforme se verá mais adiante. (RIBEIRO, 2018, p. 1337)

Trata-se de um rastro de destruição sem precedentes junto às sociedades locais, sejam elas categorizadas de tradicionais ou outros adjetivos. No caso de Bom Jesus dos Passos, até o presente, fomos obrigados a assistir à destruição dos recursos ambientais, como a destruição do Manguezal e da orla do lado nordeste da ilha.

Na ilha de Bom Jesus dos Passos as mitigações realizadas estão concentradas na creche, que virou escola de Ensino Médio. Conforme muitos relatos, o prédio sempre apresentou rachaduras nas paredes, mas isso não impediu de a escola ser ali instalada. Este

movimento ocorreu motivado também pela proibição da matrícula de estudantes de Bom Jesus nas escolas públicas de Madre de Deus. Tal ação da prefeitura de Madre de Deus gerou um efeito muito negativo na Associação dos Barqueiros da Ilha de Bom Jesus dos Passos, outrora contratada pela Prefeitura de Salvador para realizar o transporte tanto no turno diurno quanto noturno dos estudantes de Bonja que se deslocavam até Madre de Deus para ter aula.

Vale destacar que, mesmo com essa mitigação, não conseguimos encontrar outros benefícios oriundos da requalificação da citada orla marítima. A tão esperada melhoria e requalificação do embarque e desembarque nos cais da Igreja e do Chico, ou do lixão a céu aberto que está gerando graves problemas ambientais e de saúde pública continuam sendo ansiosamente aguardadas por muitos habitantes da ilha.

Nesse cenário perverso, essas populações são tornadas “corpos estranhos” aos vizinhos (o Estado e seus parceiros privados) e, conseqüentemente, não são chamadas a participar da divisão de parte ínfima do lucro. Logo, continuam distantes de equipamentos de qualidade nas áreas de saúde, lazer, educação, moradia, cultura, entretenimento, segurança e outros. O consumo, o mercado e a produção estão aliados ao sistema global que pouco compreende a necessidade de gerar qualidade de vida. Castells (2014) contribui de forma relevante para pensar essas lógicas da exclusão:

A dificuldade cada vez maior do controle exercido pelos governos sobre a economia (tendência vista com entusiasmo por alguns economistas) é acentuada pela crescente transnacionalização da produção, não apenas pelo impacto causado pelas empresas multinacionais, mas principalmente pelas redes integradas de produção e comércio dessas empresas. A consequência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita. À medida que as empresas e indivíduos com grandes fortunas vão descobrindo paraísos fiscais em todo o mundo, e a contabilização do valor agregado em um sistema internacional de produção se torna cada vez mais onerosa, surge uma nova crise fiscal no Estado, expressão de uma contradição crescente entre a internacionalização do investimento, produção e consumo, por um lado, e a base nacional dos sistemas tributários, por outro. É bem provável que um dos últimos bastiões do Estado-Nação esteja sendo disputado no ciberespaço contábil entre autoridades fiscais diligentes e advogados transnacionais altamente qualificados. (CASTELLS, 1996, p. 289)

Vale salientar que esses empreendimentos e seus mercados de consumo mudam seus modos operantes no que tange à homogeneização, pois a vida das pessoas é desconsiderada, em um processo de rupturas sociais intensas, sem preocupação com a extinção de sociabilidades. Em todo esse panorama, vejo que há formas de “poder” e “racismo

estrutural”, sendo que Hall (2013) esclarece que esse racismo ocorre de diferentes formas sobre os territórios e seus grupos sociais, contribuindo para desarticular espaço geográfico, memórias e experiências dos grupos. Após longo uso dos locais, esses mesmos capitais se transferem para outras áreas empreendendo novas rupturas e sedimentando outras formas de existência para outros habitantes: “O racismo e as práticas estruturas racistas ocorrem geralmente em alguns setores da formação social, mas nem todos; seu efeito é penetrante, porém irregular; e a própria irregularidade dessa impressão pode ajudar a aprofundar e exacerbar os antagonismos setoriais contraditórios” (HALL, 2013, p. 363).

Rancièrè (2014) empreende uma discussão sobre a modernização, a democracia e os múltiplos contextos da globalização, ajudando a compreender a dimensão material que diz que o “mundo” está menor, assim como a dimensão ideológica que diz que as “pessoas” também sabem que estão menores. Esse autor nos traz importante reflexão:

Suprimir os limites nacionais pela expansão ilimitada do capital, submeter a expansão ilimitada do capital aos limites das nações: na conjunção dessas duas tarefas define-se a figura finalmente descoberta da ciência real. Ainda será impossível encontrar a medida certa da igualdade e da desigualdade e, por essa base, evitar a suplementação democrática, ou seja, a divisão do povo. Em compensação, governantes e especialistas acham possível calcular o bom equilíbrio entre o limite o ilimitado. É o que se denomina modernização. Esta não é uma simples tarefa de adaptação dos governos às duras realidades do mundo. Ela é também o casamento do princípio da riqueza como o princípio da ciência que fundamenta a nossa legitimidade oligárquica. Nossos governantes estabelecem para si mesmos como tarefa fundamental – ao menos no curto lapso de tempo que a batalha para conquistar e conservar o poder lhes dá – gerir os efeitos locais da necessidade mundial sobre a população. Isso significa que população a que diz respeito essa gestão deve constituir uma totalidade una e objetivável, ao contrário do povo das divisões e das metamorfoses. (RANCIÈRE, 2014, p. 99)

Tantos contexto adversos fazem compreender que a ilha de Bom Jesus dos Passos está, ou melhor, foi há muitas décadas, assim como outras localidades da BTS, envolvida em complexa escala de consumo e produção de lucro, capitaneada pelo Estado e seus parceiros privados, sob a ótica de fortalecimento contínuo do racismo estrutural, o que permite que esse Estado tenha fluidez para continuar enriquecendo seus parceiros e suas parcerias, em uma contínua precarização e conseqüente empobrecimento dessas sociedades locais. Ficam de fora os interesses da população, com seus modos centenários de vida, seus legados culturais, suas próprias formas de utilização do espaço geográfico para diversos fins, e seus direitos de viver não mais no século XVI, mas no século XXI.

Assim, andando pelas ruas e conversando com as pessoas, percebo que pouco ou nada foi ofertado a essa população. Claramente percebo que esses habitantes estão à própria sorte, pois continuam a existir enfrentando alta taxa de contaminação do solo, ausência de locais de abastecimento de água, oscilação e/ou falta de energia elétrica, ausência de assistência médica diária e brutal precariedade no transporte marítimo da citada ilha à Salvador continental, viagem que penosamente envolve a travessia de lancha até a cidade de Madre de Deus, uso de veículo automotor que passa por Candeias, Simões Filho para finalmente chegar novamente a Salvador.

4.2.3 O Chefe Abstrato e a Carteira de Trabalho Assinada

Nesse momento, utilizo dois elementos que compõem a dinâmica de trabalho presente na obra em Bom Jesus dos Passos: “o chefe” e a “carteira de trabalho assinada”. Mesmo que de forma abstrata, o primeiro lidera o planejamento e especialmente a execução do projeto da obra civil na requalificação da Rua do Brito; já o vínculo empregatício formal é um instrumento que traz status, possibilidades de sustento financeiro e certa harmonia dentro da casa do Sr. João.

É por meio da narrativa desse interlocutor que se percebe de que forma ele traça a compreensão dos efeitos dessa obra individual e coletivamente, revelando assim a conexão entre “atores”, “cenário” e “regras” em um jogo social que envolve submissão ao poder econômico e estratégia daquele que precisa estar empregado. É dentro dessa malha social que se revelam as faces da exploração imposta, em uma trajetória que comporta a memória e a história desse homem, assim como suas conexões entre o passado e o presente. A partir dessa narrativa, é possível também elencar outras perspectivas de análise em entorno do que vem a ser de “perto e de dentro”, quando um chefe de família tem que concretamente enfrentar o dever amargo da subsistência mesmo a contragosto.

Retomando a resposta de Sr. João quando inquerido sobre quem é o chefe da obra, podemos enxergar outros ângulos trazidos por esse homem nativo: “*O chefe não existe [risos]. O chefe é a Prefeitura e a outra aí, a tal da Fundação, mas o chefe, chefe mesmo não vem aqui e ninguém conhece. Manda fazer e a gente faz, mas saber como é e o que é para fazer no todo, a gente que é apenas os caras que pega no pesado, os peões, os que tem que fazer, isso eu não sei não*”. Ou seja, é na abstração como padrão de relacionamento desse

empreendimento com a sociedade local que o chefe e o projeto que se desenha são uma oportunidade para a população já que geram mecanismos na contratação. Porém, mesmo se o apregoado empreendimento diz trazer empregos para população afetada, os cargos para essas pessoas são apenas aqueles subalternizados, para “pegar no pesado”, além de instabilidade quanto ao tempo de trabalho para os poucos que serão contratados.

Destaco igualmente os efeitos negativos sobre o “lugar-lar” refeito, transformado com a ajuda dos seus habitantes que não sabem as dimensões do projeto em curso, os seus limites definitivos, nem como os avanços realizados e as transformações serão sentidas afetivamente. Essa transformação só é possível com a mão de obra daqueles que são “nativos” devido a diversas logísticas até o final do processo, quando os lugares refeitos forem absorvidos por aqueles que poderão pagar para usufruir desses espaços domesticados, sobretudo os turistas que visitarão a ilha para breves momentos de festividades, contemplação do padrão de orla e, é claro, o prazer que envolve o contexto de praia privativa.

O outro elemento citado, a carteira de trabalho assinada (PEIRANO, 2006; BORGES, 2003), é o documento dos habitantes envolvidos na requalificação que ajuda a espedaçar esses lugares e suas materialidades e imaterialidades:

A carteira profissional no Brasil converteu-se, de acordo com Santos, em “certidão de nascimento cívico, nos anos de 1930. Uma implicação de sua instituição, segundo o autor, é que, de todos os documentos a que a população urbana tinha direito, a carteira de trabalho se tornou o atestado comprobatório de cidadania. (PEIRANO, 2006, p. 124)

Assim, a narrativa de Sr. João traz inquietações que se fazem contínuas quando nos deparamos com a BTS e seus empreendimentos. Tais aspectos permitem a discussão de diferentes matizes de tensões (SPIVAK, 2010) existentes entre aqueles que empreendem e a população que é absorvida dentro da lógica da pobreza sempre persistente na BTS, além de normatizada por aqueles que sempre detêm o poder financeiro (em sua esmagadora maioria as famílias tradicionais e seus pactos com os investidores nacionais e estrangeiros):

Contra a elite nativa, podemos contrapor o que Guha chama de “política do povo”, tanto fora (“esse foi o domínio autônomo, pois não se originou da política da elite nem teve sua existência dependente desta”) quanto dentro (“continuou operando vigorosamente, apesar (do colonialismo), ajustando-se às condições que prevaleceram sob o Raj e, de diversos modos, desenvolvendo variantes inteiramente novas tanto na forma quanto no conteúdo”) do circuito de produção colonial. Não posso endossar inteiramente essa insistência em um vigor determinante e uma autonomia plena, pois as exigências historiográficas práticas não permitirão que tais

endossos privilegiem a consciência subalterna. Contra a possível acusação de que sua abordagem é essencialista, Guha constrói uma definição do povo (o lugar dessa essência) que pode ser somente uma “identidade na diferença.” Ele propõe uma rede de estratificação dinâmica que descreve a produção social colonial como um todo. Até mesmo o terceiro grupo da lista, o grupo intermediário ou “amortecedor”, como pode ser chamado, que se coloca entre o povo e os grandes grupos dominantes macroestruturais, define-se como um entre-lugar, o que Derrida descreveu como um “antre”: Elite: 1. Grupos dominantes estrangeiros; 2. Grupos dominantes nativos em toda Índia; 3. Grupos dominantes nativos regionais e locais; E, 4. Os termos “povo” e “classes subalternas” [...]. (SPIVAK, 2010, p. 58)

Essa tensão reflete a métrica “desenvolvimento” com “precariedade”, tantas vezes repetida na BTS e encontrada também na ilha de Bom Jesus dos Passos. É na “sistemática de controle” de quem detêm o poder que está a fórmula que marca, influência e estabelece como único caminho e algo normalizado a exploração dos humanos e não humanos.

Outras amarras também importantes para aprofundar as análises pautam-se em compreender a resposta que o interlocutor dá quando inquerido sobre sua profissão. Imediatamente, ele se lembra de sua identidade de “pescador”. Essa é a primeira identidade que se apresenta, e a única que parece querer permanecer. Isso revela que esse indivíduo se encontra na posição de trabalho da construção civil que “pega no pesado” porque necessita dessa função como essência para sobreviver. Porém, sua relação pessoal de escolha está no mar, pois o ser pescador lhe faz melhor compreender seus próprios contextos de mundo.

Ele, assim como muitos outros e outras que estão trabalhando nessa requalificação, apesar de suas carteiras assinadas e seus salários fixos no mês que lhes permitem ir a Madre de Deus fazer compras para assim proporcionar subsistência às suas famílias, estão também se privando de viver com o que reconhecem de mais valioso: o mar e seus frutos. O Sr. João sabe com toda certeza de que seu lugar é na pesca, que seu prazer de viver está junto a seu barco, seus apetrechos de ofício; ele valoriza a emoção de retirar do mar o peixe que tanto pode alimentar sua família, como pode ser negociado dentro e fora da ilha gerando outras formas de sustento. É importante registrar que esses mesmos trabalhadores, em dias que não estão na lida da construção civil, estão operando barcos para trazer e levar passageiros, mas especialmente estão na lida da pesca, pois foi isso que desde criança aprenderam com seus pais (pai e mãe) e com outros atores que fazem parte de suas existências.

Assim, a assinatura da carteira de trabalho sob condição de estar na construção civil opera no sentido de possibilitar a concreta obtenção de salário fixo. No caso da pesca, a renda torna-se um elemento flutuante, incerto, também trabalhoso. Entretanto, essa atividade

também é fonte de experiência prazerosa, pois o contato com o mar, outros companheiros, as pilherias da pesca, as comparações de ser ou não melhor pescador, a compreensão da ilha a necessidade do peixe na mesa, e outras tantas variações abrem outras formas de pertencer, utilizar e viver aquele pedaço de lugar pelo qual esses habitantes demonstram tanto zelo ao dizerem com tanto orgulho: “vou para Bonja”, ou “Bonja é meu lugar”.

Nesse sentido, apesar do aspecto abstrato em torno do empreendimento – o chefe, as consequências tangíveis após o término – o instrumento da carteira de trabalho assinada tem seu lugar, tem propósitos concretos de sobrevivência. Contudo, sua nova identidade, embora ofereça uma renda fixa por certo tempo, na verdade tem consequências para as possibilidades futuras de sustento, pois abrir mão de viver do que mais amam, a pesca, pode ser algo não tão circunstancial assim visto que essa atividade será prejudicada inclusive após a conclusão das obras. Esses antagonismos são vividos por esses homens e mulheres a partir da construção de outro sentido para tudo, pois o sorriso fácil, mesmo em tempos tão difíceis, não desaparece de seus rostos, nos desafiando a aprender com eles como é possível ser forte diante da obrigatoriedade de se trabalhar em outro ramo e descobrir como gostar do que se está fazendo para que esse fazer se torne suportável.

4.2.4 O que ainda resta: o Espírito do Lugar, para além da Rua

Trazer o debate sobre a lógica interétnica das “culturas” contribui para que possamos pensar também os “lugares”, que são espaços de afetividades e que têm certo “espírito” (NÓR, 2013; MBEMBE, 2015). É nesse contexto, do lugar e seu “espírito”, que nascem apreensões, percepções e interpretações das formas geográficas e afetivas que compõe o lugar, o qual, por sua vez, fará parte de nossa composição também. A subjetividade do espaço geográfico (TUAN, 1980) com seu calor, vegetação, rios, aromas, frio, maresia, somada às casas dos parentes, ao contato com os mais velhos (avôs e avós), ao local de brincar, do primeiro beijo escondido, da briga com um (uma) adversário (a), das festas, das relações sexuais, dos romances, do nascimento dos filhos e tantas variantes da dimensão social leva-nos a formar nossas identidades, que serão sempre revisitadas.

O “espírito do lugar” deve ser compreendido como a essência de seus valores imateriais, que revela a relação dialógica entre passado e presente

por meio das permanências. Desta forma, pode-se depreender que um lugar com “espírito” seja passível de ser considerado como bem cultural e possa vir a tornar-se parte do patrimônio imaterial de uma sociedade – e, também, que a noção de “espírito do lugar” confere o caráter ao mesmo tempo vivo e permanente às paisagens culturais. (NÓR, 2013, p. 125)

Assim, o lugar e a paisagem permanecem no presente e no passado, guardados nas memórias e narrativas, as quais, quando acionadas, condensam uma trama de fatos que envolvem pessoas, lugares, temporalidades, atos de coragem, tragédias, sabores, cheiros e odores que presentificam o tempo-espaço, com todos os possíveis esquecimentos. As vivências são alimentadas e alimentam as memórias e histórias em espaços geográficos que estão constantemente em mudanças. Essas paisagens culturais, com seu espírito, animam a revisão do passado com presente, em uma construção mental que fortalece, cria e recria a identidade dos grupos (NÓR, 2013).

Nesse campo de aproximação e reapropriação da memória individual e coletiva, a paisagem cultural e seu espírito explicitam esses interlocutores, suas afetividades e o uso do seu lugar-lar. Essas afetividades tecem relações, contratos sociais e construções de inúmeros sentidos de pertencimento. Com a narrativa do Sr. João, é possível refletir sobre o “espírito do lugar” (NÓR, 2013), que envolve o passado sempre em *insights* com o presente, desencadeando movimentos contínuos e complementares entre a materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural nesse lugar: do passado ao presente percebemos que são estes lugares e seu (s) espírito (s) uma mescla de materialidade e imaterialidade.

Nesse sentido, esse interlocutor e tantos outros aqui vistos na tese buscam a todo tempo reencontrar a partir de seus patrimônios culturais o sentido da vida, mesmo que seja a partir de um novo lugar transformado que se vinculou a uma nova geografia, formas, jeitos, paladar, sons e outros habitantes desse novo habitat, reconstruindo o vínculo e o espírito do lugar, mesmo em terras distantes. O “espírito” também se mantém mentalmente nas lembranças que não foram perdidas. Se imaginarmos a Kirimurê, hoje Baía de Todos os Santos, e fizermos uma regressão aos séculos XV-XVI até o XXI, compreenderemos que as populações e suas alteridades construíram paulatinamente o espírito desse lugar, utilizado de diferentes formas, readaptado e atualizado no presente. Trata-se de tramas compostas por componentes materiais e imateriais, da natureza e dos espaços construídos (NÓR, 2013):

Em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) considerou como paisagem cultural brasileira “[...] a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram

marcas, ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009). A partir destas definições, podemos verificar que houve uma ampliação no campo do patrimônio, na qual a paisagem cultural se fundamenta nas interações entre o homem e a natureza, na medida em que considera formas tradicionais de vida e de relação com o meio ambiente (CASTRIOTA, 2009). (NÓR, 2013, p. 121)

Refiro-me, nesse sentido, às temporalidades e aos significados que tornam o lugar único e refletem o “espírito do lugar” (NÓR, 2013). Isto ajuda a compreender como as populações na e da BTS, mesmo com as diversidades mercadológicas que se instalam com a colonização e prosseguem com a lógica de um capitalismo que está sempre em metamorfose, conquistam força para resistir às condições históricas de penúria e esquecimento social, mas que reforçam relações afetivas e de reciprocidades entre coletividades e com o lugar e sua paisagem fluida.

No âmbito do lugar, identificar e compreender seu “espírito” facilita o reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que o caracterizam. Essa abordagem nos remete à ideia histórica do *genius loci*, ou “espírito do lugar”, divindade romana que presidia e identificava o centro de um lugar, ao mesmo tempo em que se desenvolvia e se fortalecia nesse local. (NÓR, 2013, p. 124)

Assim, temos na paisagem relações sociais complexas em afetividades, em que a materialidade e imaterialidade são referenciais para constituição da cultura das pessoas. Essa paisagem está em constante transformação, invasão, obsolescência, mas, na mobilidade próprio de sua natureza, vem representar memórias e histórias, que se inter cruzam, abrindo fronteiras no pensamento e ações, instrumentalizando esses indivíduos para compreender seu lugar no jogo no qual “ética”, “estratégia” e “tática” (CERTEAU, 2007) fazem parte da lida, assim como vencedor e vencidos, lucros e fome, esquecimento e luminosidade (LEFEBVRE, 2001).

Essa paisagem cultural, nesses múltiplos aspectos, faz com que questionemos tempos, os protagonistas, o capitalismo mutante, a pobreza contínua (MBEMBE, 2015). Rompendo com a passividade de análises que buscam apreender o dado que enxergamos no presente, o que nos interessa é aquilo que não está implícito, o que esconde a esfinge, o que finge esconder, que está imerso no silenciamento que deixa homens e mulheres alheios ao que está em curso em seus lugares-lares: “A vida do espírito, ele diz, não é aquela vida que tem medo da morte e se poupa da destruição, mas aquela que pressupõe a morte e vive com isso. O espírito só alcança sua verdade quando descobre em si o desmembramento absoluto. A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana” (MBEMBE, 2015, p. 125).

Essa vida do espírito iluminado, nas palavras de Sr. João, permite-nos enxergar na ruptura do silenciamento as superposições, subalternização, proposital esquecimento, espoliação e miséria. Exemplo claro é a BTS que, rica em beleza natural, é pobre em condições socioeconômicas para seus habitantes, que vivem em pleno século XXI alheios aos recursos tecnológicos sejam esses na educação, transporte, segurança, alimentação, habitação e saneamento. Mesmo existindo à sua frente complexos portos de cargas e químicos, refinarias de petróleo, gasodutos, prefeituras com expressivos royalties da exploração do petróleo e gás, resorts de luxo, e inúmeros outros empreendimentos de grande lucratividade, os habitantes permanecem deslocados dos projetos capitalistas da BTS, pois não há nenhuma obrigatoriedade de vinculação dos lucros dessas empresas à melhoria de vida dos habitantes.

Nesse contexto, a paisagem cultural e o espírito do lugar vivem a assombração capitalista. A assombração dissolve a relação entre memória e lugar, as articulações entre espaços simbólicos e culturais (ALENCAR, 2008) em uma constante ruptura programada que envolve, algumas vezes, os habitantes, mas destrói a flora e a fauna dos lugares de espoliação dos recursos naturais. É, também, a inviabilização do próprio empreendimento que, por força da distância geográfica, anulação do diálogo com as lideranças locais, do fatalismo da sua implantação e total alienação ao lucro, descola o passado local do presente em processo e do futuro da população.

Assim, tecer problematizações sobre a paisagem cultural, o espírito do lugar e as desestruturações de elementos da cultura local torna-se essencial para se compreender o tempo-espaço da BTS. A paisagem local está sempre em mudança advinda de agentes internos, mas especialmente dos agentes externos (ZAGATTO, 2018; ALMEIDA, 2018), que configuram historicamente o maior problema para esse sítio que, assim como muitos outros na BTS, tem uma exuberância natural que contrasta com a rigidez de projetos argonautas que não se dão o trabalho de aproximar, abrir conexões para entender o fazer cultural local e sua genealogia.

Repensar essas populações que contribuíram para formação da BTS e o território, em seu aspecto material e simbólico, que dão vida à citada ilha, abre perspectivas para discutir diferenciados conflitos, especialmente os vividos pelos ameríndios e afrodescendentes. Com inventividade, esses povos procuraram (re)criar signos, códigos, mitos, narrativas para se sentirem vivos, ainda que nos subterrâneos da história, sob o necropoder (MBEMBE, 2015), pois não são mais pertencentes a uma localidade, a um círculo religioso, um clã e/ou grupo

de origem, apesar de sua consciência da necessidade de continuar existindo. Mbembe fala desse colonizar, que nos faz lembrar e enxergar ainda esse modelo de governar no presente:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o território um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. [...] O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2015, p. 135)

Nesse contexto, Wagner (2010) e Cunha (2009) contribuem com o debate sobre a invenção da cultura, que se reordena por meio de choques culturais. Sabemos que a BTS foi constituída por séculos por meio desses choques, encontros e desencontros de padrões culturais, que imprimiram conflituosos projetos, marcando essas populações. Que apenas teve como saída a *s-o-b-r-e-v-i-v-ê-n-c-i-a*, palavra de forte e revelador sentido, pois, até o presente, os habitantes dessa baía amargam o antagonismo que envolve miséria e beleza (materiais e imateriais) em um só espaço-cenário denominado Baía de Todos os Santos. Wagner (2010) nos ajuda a compreender esse descompasso:

A cultura é tornada visível pelo choque cultural, pelo ato de submeter-se a situações que excedem a competência interpessoal ordinária e de objetificar a discrepância como uma entidade – ela é delineada por meio de uma concretização inventiva dessa entidade após a experiência inicial. Para o antropólogo, esse delineamento comumente segue as expectativas antropológicas quanto ao que a cultura e a diferença cultural deveriam ser. Uma vez que a concretização ocorre, o pesquisador adquire uma consciência intensificada dos tipos de diferenças e similaridades implicadas pelo termo “cultura” e começa a usá-lo cada vez mais como um constructo explanatório. Ele começa a ver seu próprio modo de vida em nítido relevo contra o pano de fundo das outras (“culturas” que conhece, e pode tentar conscientemente objetificá-lo (por mais que esse modo de vida esteja (“ali”, por implicação ao menos, nas analogias que ele já criou). Assim, a invenção das culturas, e da cultura em geral, muitas vezes começa com a invenção de uma cultura particular, e esta, por força do processo de invenção, ao mesmo tempo é e não é a própria cultura do inventor. (WAGNER, 2010, p. 37)

Ao serem utilizadas pelas novas gerações, essas culturas são ressignificadas e servem para (re)ligar anseios ao momento atual (ARANTES, 2004). Por sua vez, essas gerações recriaram os sentidos das imagens gravadas nas cavernas, dos objetos de adorno ou de

enterramento, da fé cristã imposta e hoje deshistoricizada, da fé nos Orixás que, mesmo com um passado de repressão e novamente de intolerância, renova-se a todo tempo. Pessoas cujos referenciais culturais, construídos e atualizados a partir de mitos e narrativas sobre os ancestrais e outros artifícios culturais de socialização constituem diferenciadas e sofisticadas “tessituras” que, até o presente, são ressignificadas, vividas e transmitidas.

Nesse contexto, diferentes escalas e tessituras étnicas e sociais se entrecruzam; e isso ocorre de tal modo que realidades de certo modo hiperlocais (tais como aldeias indígenas, pequenas povoações entre outras) tornam-se indissociáveis da dinâmica socioeconômica e política regional, estadual, nacional e global). Essa articulação *supra-local* afeta particularmente os grupos humanos que vivem em territórios identificados como atrativos exóticos para o turismo cultural, radical, ou como atualmente se denomina a *hollidaymakers*, como define seu site na web, a oportunidade dos visitantes conhecerem de perto a situação política de determinado país ou região e construirão a sua própria visão sobre conflito real. (ARANTES, 2004, p. 13)

Nesse contexto, a fala saudosa e conseqüentemente afetiva de Sr. João acende interrogações que visam compreender esse indivíduo, suas obrigatórias escolhas de trabalho, a importância de estar com carteira assinada, a existência de sua família com os filhos-homens, a parceria com sua esposa e, é claro, a tristeza de tentar olhar e não mais enxergar a si mesmo como “moleque” que corria livre naquela ilha. Em outras palavras, trata-se de uma necropolítica (MBEMBE, 2015) na qual prevalece a destruição de pessoas, lugares, afetividades, memórias.

Esses dados antagonizam diferenças culturais que ficaram ali marcadas. Portanto, faz parte desse complexo de dados tentar olhar e enxergar as subjetividades, seja nas relações diárias dos habitantes, na produção do seu fazer cultural local, na vinculação desse local às mudanças globais que dão sentido à existência das relações, das ascensões, do silenciamento e rupturas sociais.

Nesse sentido, chamo a atenção para paisagem (ROCHA e ECKERT, 2013) de ontem e de hoje, da antiga vila de pescadores à localidade com pousadas, orla requalificada (efeito social danoso sobre o manguezal), turismo de estação (primavera-verão), dejetos correndo para o mar. Um lugar desconfigurado, que sintetiza múltiplas dimensões de conflito, pela força de um empreendimento que nega diálogo e nunca foi apresentado para os habitantes locais. Nesse sentido, a paisagem torna-se de extrema relevância por envolver diferentes atores:

Hoje, mais do que ontem, tratar do tema da paisagem é abordar um vasto campo de investigações para a antropologia das sociedades complexas. O desafio, porém, é posicionar-se diante de um campo conceitual que tem par ao conceito de paisagem múltiplas leituras e abordagens, associadas a maneiras de ver e modos de fazer ciência num espectro tão amplo que inclui geógrafos, pintores, arquitetos e urbanistas, antropólogos e sociólogos e, mais recentemente, historiadores. (ROCHA e ECKERT, 2013, p. 210)

Simmel (1996) faz elaborações em torno da paisagem cultural que me instigam, pois na relação de Bom Jesus com Madre de Deus, e na quase ou totalmente inexistente relação com Salvador, a qual oficialmente pertence, surgem pontos de conflito na percepção desse lugar diferenciado. Lugar esse que está em transformação constantemente dada a sua paisagem, construída e em construção no dia a dia pelos seus habitantes e por outros agentes externos que estão ligados a lógicas globais.

Um destes elementos modeladores impõe de maneira inelutável a sua problemática mais a fundo. A paisagem, dizíamos, nasce a partir do momento em que fenômenos naturais justapostos sobre a terra são reagrupados por um modo particular de unidade, diferente da que podem abraçar no seu campo de visão o sábio e o seu pensamento causal, o adorador da natureza e o seu sentimento religioso, ou o estrategista e a sua orientação objetiva. O suporte principal desta unidade é, sem dúvida, o que se chama a *Stimmung*. Referindo-se ao homem, entenda-se por esta palavra a unidade que dá cor constantemente ou num dado momento à totalidade dos seus conteúdos psíquicos, unidade que nada constitui de singular em si e não adere, em muitos casos, a qualquer elemento singular facilmente indicável, mas que, não obstante, representa o geral onde se encontram, num determinado momento, todas estas particularidades. Ora, o mesmo vale para a *Stimmung* da paisagem: ela penetra todos os detalhes da mesma sem que se possa tornar um só deles responsável por ela: cada um participa de uma maneira pouco claramente definida – mas ela não existe mais exteriormente a esses aportes como se não se compõe da sua soma. (SIMMEL, 1996, p. 21)

Essa paisagem cultural (SIMMEL, 1996) interliga o local ao global, mas não traz substanciais mudanças para os habitantes da Ilha de Bom Jesus. Assim, os empreendimentos da BTS são uma espécie de ‘elo-perdido’, que constrange a paisagem, modifica lógicas de lazer, trabalho e ócio junto ao mar, estabelece limites e, conseqüentemente, cristaliza as trocas de relações.

Erguem-se, assim, muros entre a população local e suas paisagens afetivas e imaginárias (ALENCAR, 2008; NÓR, 2013). É nesse conflito que compreender a importância de ver e esmiuçar a paisagem cultural percebida e sentida pelos habitantes da ilha de Bom Jesus dos Passos nos leva a intercâmbios com as narrativas do passado no

presente e obriga que se fale da importância da paisagem cultural para compreender vivências empíricas e partilhadas.

Ao dedicar atenção e cuidado ao tema, melhor percebo os mapas cognitivos presentes em sua população, que percebe a necessidade de realizar, via seu patrimônio cultural, a rebeldia de permanecer existente e resistente (ALENCAR, 2008). Para isso, os habitantes fazem uso de uma resiliência aos modelos de realidade (GEERTZ, 2012) que gera a ruptura dos discursos e práticas necrófilas daqueles que têm poder e que usam formas romantizadas para mascarar a importância de “requalificar” um lugar que, especialmente para seus habitantes, sempre foi perfeito.

É por meio dessa resiliência, mas sobretudo rebeldia, que se dá o fortalecimento dos saberes e fazeres do patrimônio cultural que devem continuar acontecendo conforme o ritmo e o calendário de eventos locais (HALL, 2013). Isso revela que esses habitantes estão atentos para constante subtração de direitos via esquemas milionários que envolvem Poder Público e parceiros. Hall problematiza esse ponto:

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2013, p. 49)

Desta forma, discutir a paisagem e o patrimônio cultural torna-se essencial, pois possibilita sair do lugar comum e destrinchar as relações entre o Poder Público e seus parceiros (nacionais, transnacionais e ou multinacionais). Para que isso se dê, é preciso buscar nas narrativas das populações suas percepções sobre a invasão e uso do espaço, as rupturas com o passado e as consequentes migalhas transferidas em forma de qualificações dos espaços físicos.

Smith cita a ocorrência de desinvestimentos em áreas das cidades, sejam esses por parte do setor público ou privado, junto com a migração das populações de maior poder aquisitivo para outras partes desses centros urbanos, abrindo espaço para a ocupação dos antigos bairros de classe alta por uma população de mais baixa renda, que pode não ser capaz de arcar com a manutenção dos imóveis, fazendo com que o bairro tenda à degradação. (DANIELLE, 2019, p. 569)

Sr. João, do seu jeito e com sua sabedoria, desvela para mim, ainda que tão rapidamente, mas também de forma visceral, o jogo de forças desiguais, do qual, mesmo de forma transitório, precisa participar. Esse indivíduo, homem soteropolitano, casado, pescador, mas servente de obra, necessita viver aquele contraste de saber que aquela obra que tanto arruína a vida de tantos, permite com que possa comprar comida e outros gêneros.

Outro ponto a se destacar revela que é na discussão do antagonismo sobre uma rua que podemos reconhecer conflitos que envolvem escalas que vão do local ao global e que se dão com tamanha velocidade que destroem, via exploração e enganação sobre muitas vidas, presentes e futuros dos habitantes de tantos lugares que também são lares (ELIAS, 1994). Logo, tanto no primeiro item em que discuto a Esfinge com suas imagens e suas multisituada faces, quanto na experiência de conversar com Sr. João em momento de grande desgaste físico, pude enxergar os patrimônios culturais (humanos, materiais e imateriais) dessa população imbricados com a paisagem cultural. Essas amarrações permitiram-me encontrar nos processos de produção do patrimônio cultural (sociedade local x Prefeitura de Salvador), dinâmicas locais e seus conflitos que revelam intrincados aspectos de concepção de mundos que acionam agências de pessoas com suas criativas insubordinações culturais, revelando formas de viver a resistência e a sobrevivência de seus ritmos, tramas e subjetividades simbólicas.

OS “FINALMENTES”: PATRIMÔNIOS CULTURAIS COMO ESTRATÉGIAS DOS INVISIBILIZADOS

Merleau-Ponty (1984), por sua vez, no texto De Mauss a Claude Lévi-Strauss, afirma que “o emparelhamento da análise objetiva com o vivido talvez seja a tarefa mais específica da antropologia, distinguindo-a de outras ciências sociais como a ciência econômica e a demografia”.
(MAGNANI, 2009, p. 133)

Os Patrimônios Culturais como Insubordinação dos Invisibilizados

Entrelaçar perspectivas e compreender trajetórias conforme uma sociedade local se pensa e se realiza é um complexo desafio para qualquer etnografia. No entanto, apostei em conceituar categorias de forma que o leitor compreenda no capítulo 1 o que entendo por patrimônio cultural e como experimentaria tal conceito na escrita da tese. Busquei, assim, constituir base para os demais capítulos que afirmo serem “parentes” em uma etnografia que chamo de vivida (PEIRANO, 1995); posteriormente, compreendi que era necessário apresentar as diferentes formas de produção do espaço na ilha de Bonja e como se constituem as paisagens internas da ilha pelos seus próprios habitantes. Este movimento permite que no capítulo 2 reconheçamos esses habitantes como “donos” de suas trajetórias, senhoras e senhores de seus tempos, de sua Bonja, mestres da forma como desenham e materializam suas casas, ruas, objetos dispostos, o que nos mostra algumas das sutilezas do local.

No capítulo 3, foram apresentados os conceitos, a poética do lugar e as sutilezas da compreensão segundo a qual a dimensão do “lugar-lar” agrega sentidos e relações desses habitantes. Mergulhei na particularidade de alguns dos principais patrimônios culturais e seus processos de produção, que misturam relações de afetos, fé, agências e significados. Finalmente, no capítulo 4, apresentei reflexões sobre o poder estratégico, a Esfinge (Prefeitura de Salvador – Bahia) que encurrala, apresenta códigos para quem a enxerga. “Ser” sempre empoderado, que se torna árbitro sobre os lugares, os habitantes e a existência das relações entre humanos e não-humanos, o que aciona desacordos entre agentes culturais em Bonja, com perspectivas completamente diferenciadas: os habitantes e a Prefeitura de Salvador. Nesse aspecto, explicitar significados referentes à categoria de patrimônio cultural, percebido e articulado por instituições (Públicas e Privadas) que agem na ilha, e contrabalanceando com prosa rápida e decisiva de seus habitantes,

permite-nos lampejos de sua apropriação local.

A partir dos entrelaces pesquisados, analisei os processos de produção dos patrimônios culturais dos habitantes de Bonja e do Poder Público, reconhecendo destoantes perspectivas de vivenciar o lugar, pois se um realça a existência das pessoas, dos lugares e dos não humanos, o outro silencia e seleciona as populações, oprime e privatiza o lugar. Esse fato acaba por impulsionar seus habitantes a constituir singular habilidade de realizar insubordinações, entre elas, várias relacionadas às práticas relativas aos patrimônios culturais que como categoria de pensamento influencia o devir dessa ilha.

A etnografia e as incertezas

Todas as manhãs e durante todo o dia, ao longo de meu trabalho de campo, muitas perguntas surgiam para tentar entender, ainda que sob meu olhar de etnógrafo, o que estava acontecendo naquele lugar: quais respostas se insurgiriam para compreender como essas pessoas puderam cruzar os braços e deixar que parte importante de sua memória e história fosse desfigurada e se desaparecesse quase que completamente? Ficaram débeis, fracos, impotentes? Que absurdo foi esse que, ao deixarem o trator passar por cima do mangue, a máquina de dragar os mariscos, crustáceos, pedras e manguezal, aceitaram as rupturas e longa destruição? Onde estavam os líderes locais? A sociedade local ficou paralisada ou se deixou ser esquecida?

Nada disso! Mas para chegar à essa conclusão, realmente foram noites, dias de análise não apenas dos discursos, mas também da postura daquelas pessoas frente à vida e ao seu devir. Nesse aspecto, Peirano (1995) muito contribuiu para me permitir alinhar esse processo de formação que estava se passando, no qual realizar pesquisa de campo, leituras, participação em seminários, discussões com a orientadora e tantas outras variáveis do processo de formação como antropólogo ajudavam-me a compreender o processo de produção desta tese com todas as suas variantes. Para melhor expressar a importância de Peirano (1995), recorto um trecho de seu texto e o destaco:

Um cientista social torna-se um antropólogo ao longo de um processo de aprendizado e descoberta que é, ao mesmo tempo, coletivo e individual, replicando as próprias características da disciplina. É coletivo na medida em que o cientista social se torna membro de uma sociedade local de especialistas que partilha pressupostos teóricos e visões de mundo comuns; é individual porque o resultado desse processo permite ao antropólogo exercer sua sensibilidade de maneira a influir de forma decisiva no seu estilo como autor e na sua carreira

como profissional. (PEIRANO, 1995, p. 122)

Assim, era necessário não apenas realizar, mas acreditar no próprio princípio do fazer campo, espelhar-se na forma como eles olham o mundo, sua sensibilidade no trato social, na importância de sobreviver com dignidade, em uma fórmula que só eles sabem criar. Essa ação, em sua natureza, traz desconcertantes complexidades, pois não se trata apenas de chegar fisicamente em um lugar, mas especialmente de ser imerso no cotidiano (CERTEAU, 2008; MAGNANI, 2003). Portanto, era permitir que houvesse uma desconstrução de percepções arraigadas e me deixar mergulhar profundamente no cotidiano daquelas pessoas:

O território onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares da “arte de fazer” é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não “retirar-se” dela, porque é o lugar “em que a gente se sente em paz. “Entrar-se em casa”, no lugar próprio que, por definição, não poderia ser o lugar de outrem. (CERTEAU, 2008, p. 203)

Percebi no cotidiano (CERTEAU, 2007; JEUDY, 1990, DAMATTA, 1997) dessas pessoas um “saber-fazer”, um “fazer sabendo”, um “dizer como fazer” que vinha de dentro para fora, das casas para as ruas, que ressoava em outras formas de compreender o mundo e tirar proveito daquele que existia. Busquei mergulhar esta tese nesse contexto em que “o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão não se relacionam somente com preocupações políticas, eles supõem a continuidade de uma representação da história, tanto das ideais quanto dos acontecimentos” (JEUDY, 1990, p. 5).

Foi desta forma que o patrimônio cultural nessa localidade mostrou seu caráter multifacetado. Como também nos lembra Magnani (2003), tanto na cultura popular quanto no lazer na cidade há a tentativa de compreender como ocorre o processo de agregar pessoas para salvaguardar manifestações culturais. Assim, o mutirão – em sua dimensão de revelador da coesão coletiva e em seu contrato de solidariedades – contribui para preservar os modos e costumes da vida coletiva no cotidiano:

É aqui onde a tradição dos estudos antropológicos sobre fenômenos culturais torna-se particularmente esclarecedora. As complicações aparentemente desnecessárias de muitos costumes, o leque de variações de determinados ritos e a gratuidade de certos gestos – e que o antropólogo registra como o aspecto lúdico da cultura – não são desprovidos de sentido e interesse pois estão ligados a situações concretas da vida de seus portadores e constituem outras tantas vias de

acesso a um melhor conhecimento de sua rede de relações sociais. (MAGNANI, 2003, p. 34)

A Insubordinação via Patrimônio Cultural

O exercício de trazer o passado constantemente ao presente (BOSI, 1979), em uma narrativa que envolve inventividade e imaginário, renova as características dos seus agentes culturais, em divertido, trabalhoso e irreverente processo de astúcia para que, por meio das práticas cotidianas, seja possível construir elementos que dão sentido à existência. Como um escudo de defesa e resiliência contra as intempéries que essas pessoas enfrentam, ter consigo seu patrimônio cultural que cria e articula táticas que lhes fazem donas(os) de seu tempo torna-se uma forma de insubordinação e resistência ao tempo capturado:

O passado conserva-se e, além de conservar-se atua no presente. Mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamentos de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas; trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer sábios: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 1979, p. 11)

É dentro desse tempo social tão particular que o patrimônio cultural, como escudo de defesa, provoca a proteção dessa sociedade local, integrando-a de forma solidária. Uma invenção própria daqueles homens e mulheres que enxergam o futuro a partir da ação do presente. Nesse panorama, as tradições reinventam-se por essa sociedade local, pois essa inventividade característica de quem quer sobreviver aciona e unifica pessoas como um coletivo, com objetivo de remar contra as más correntes que estão colocadas na região.

Eckert e Rocha (2013) falam dessa insubordinação, rebeldia que essas sociedades locais se colocam a viver e que aproxima da análise que me propus realizar. Essas populações nunca obtiveram conforto, pois tradicionalmente reconhecem que estão sendo delapidadas, mas sabem também que pela força de suas memórias coletivas, materializadas em seus modos e artes de fazer, subsistem e ultrapassam as barreiras perversamente imaginadas e patrocinadas pelas elites. Assim, as autoras afirmam que:

A memória coletiva é do domínio de uma função fantástica, na sua insubordinação à ação corrosiva do tempo. É nela que inscrevemos o

regresso aos tempos vividos, vocação de inteligência humana para enquadrar a descontinuidade das recordações empíricas, assegurando a toda a humanidade a continuidade de sua consciência. (ECKERT E ROCHA, 2013, p. 32)

Esses homens e mulheres extraordinários já compreenderam que é preciso defender-se, mesmo que para isso devam “calar”. É em suas casas, agremiações (religiosas e culturais), na praça da Igreja que os encontros são realizados, alguns por acaso, mas sempre com movimentações de resistência e insubordinação. É nessa possibilidade de imaginação que acompanha a experiência de vida desde as primeiras idades que o trabalho nas fissuras e rugosidades pode acontecer, garantindo-lhes a continuidade de suas famílias, condição sempre negada à massa da sociedade baiana.

Atores e públicos que se sabem invisíveis para a Prefeitura de Salvador e que reconhecem claramente que seu Lugar-Lar está e permanecerá em litígio, invadido através de mar e terra. Souza esclarece que: “Para Bourdieu, o terreno da “estratégia” por excelência é o da dimensão temporal. Afinal é pelo controle do tempo que se pode retardar ou apressar uma resposta ou reação, retirando-se deste modo vantagens (ou prejuízos) não prescritos na concepção “legalista” da visão objetivante” (SOUZA, 2012, p. 44). E, na necessidade de viver na coletividade para tentar compreender e desvencilhar dessa dura realidade, impõe-se um *habitus* próprio, não convencional, mas também formal, mistura que lhes garante identidade própria muito diferente de outras sociedades locais vizinhas.

Esses agentes culturais (atores), liderados por suas avós, mães, irmãs, tias, esposas trabalham pacientemente vivendo o presente de cada dia. Nesse processo complexo, lento, astucioso há os *insights do extraordinário* que “virar a mesa”, estabelecendo sábias insurgências de longo prazo. Não permanecem sob a estratégia (CERTEAU, 2007) imposta pelo sistema social, que tenta os aprisionar, cercear direitos, desestruturar relações interpessoais. Eles reconhecem o leviatã à sua frente, mas, como “Davi e Golias”, também reconhecem que são fortes quando se constituem como um corpo coletivo com sua cultura em intenso movimento.

É na movimentação cultural, na valorização de seu patrimônio cultural presente no saber-viver e que envolve a arte de fazer, que aquelas pessoas assumem a posição de virar a mesa em seu tempo social, imortalizando seus próprios ícones que entrelaçam os fios de cada vida, formando *malhas* que se estendem para vida concreta, dura, real, mas cheia de possibilidades. Temos, nesse sentido, os elos da ajuda mútua, confrarias de amigos, criações de como fazer e fazer melhor, visão perfeita do leviatã que espreita, mas

também é observado. Trunfos invisíveis que estão acima do tempo cronológico.

Assim, as armas empregadas a partir do fazer cultural agregam pessoas, reúnem atores de diferentes idades, renovam e alternam lideranças para se prosseguir com seus calendários de eventos, ignorar a ignorância da destruição de parte de seu Lugar-lar e enfrenta por diversas formas lúdicas e criativas o frio poder do Estado, embrenhado com seus parceiros de lucros em nossa BTS e que força as sociedades locais, especialmente onde há possibilidades de vultosos ganhos pecuniários, a conviver e se submeter aos grandes empreendimentos dentro e fora do mar. É nessa tensão que as pessoas de Bom Jesus dos Passos constroem também modelos de inventividade, de imaginação, de ruptura com o árido presente, de maneira que seja possível a existência de ressonâncias de longo prazo para que outras sociedades locais, a partir de suas potencialidades, possam replicar outras formas de fazer cultural também inventivo, irreverente e insurgente.

O escudo de defesa constituído no diálogo entre vizinhos, trocas de alimentos e ideias, renovação da fé sincrética, percepção de que há necessidade de se preservar, pois assim a sociedade local se auto preserva, garantindo outras formas de vida, nos faz considerar que essas pessoas e seu lugar-lar vivenciam uma “revolução estética”, que correlaciona a mais sublime percepção da existência das coisas, pessoas e seres ao redor. Essa existência une mundos sensíveis, reconhece oportunidades, movimenta tudo e todos de forma a conectá-los com os tempos, as possibilidades de vida, o devir.

Tal revolução estética se contrapõe com a frieza da Praia da Pontinha, agora morta, destruída pela dragagem técnica e rudimentar de homens também rudimentares e cegos. Por estarem buscando o lucro instantâneo, não reconhecem que a vida estava ali e deveria permanecer, de forma que levará décadas para que o mundo marinho dali volte a dar sinais de vida. Além disso, as lajes de concreto construídas que esfacelaram o apicum, nascedouro de mariscos, crustáceos, aves, obrigaram pescadores e marisqueiras a realizar sua lida em outros lugares.

Simulacro e simulações que o Poder Público propõe, necropoder e necropolítica, com ares de estar realizando grande obra. Esse Poder Público e seus parceiros privados, cegos no seu cotidiano e para o cotidiano das pessoas, contribuem sistematicamente para deter os avanços da democracia (RANCIÈRE, 2014), que continua sendo corroída. Prefeitura e parceiros privados criam para si suas próprias rupturas de continuidade, percebidas por essa e outras sociedades locais que, no silêncio do cotidiano, constroem futuros não imaginados pelo Poder Público, assumindo a sua expansão subterrânea. Atores de lá e de outros cantos levam para outros lugares experiências de liberdade,

autonomia, inventividade, minando assim lógicas destrutíveis:

O novo ódio à democracia [...] não pertence propriamente a nenhum desses modelos, embora combine elementos tomados de uns e de outros. Seus porta-vozes habitam todos os países que se declaram não apenas Estados democráticos, mas democracias tout court. Nenhum reivindica uma democracia mais real. Ao contrário, todos dizem que ela já é real demais. Nenhum se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo nem propõe medidas para restringir esse poder. A mecânica das instituições que encantou os contemporâneos de Montesquieu, Madison ou Tocqueville não lhes interessa. É do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições de seu poder. Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. (RANCIÈRE, 2014, p. 9)

Homens e Mulheres Ordinários... ou seriam revolucionários? Inacreditavelmente, eles já deram resposta para a destruição que se encontra na Praia da Pontinha: vivem concretamente na astúcia de se repensar, com as armas que têm, realizando suas próprias escolhas para enfrentar a situação de pobreza que os diversos governos lhes imputaram. Esses atores, ao realizarem a leitura do seu mundo, fazem também a escrita de seu tempo, de suas próprias histórias e memórias, que só têm sentido quando realizadas no coletivo.

Esse mesmo coletivo, desfigurado nos modelos do Poder Público, é composto pela classe alta “branca”, que governa há muitos séculos a cidade de Salvador. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e devaneios” (BOSI, 1979, p.11). Esse Poder Público em curso, alinhado a práticas de desestruturação do ambiente e das pessoas, certamente, ao exteriorizar sua escolha, deve também esconder a desfiguração de sua própria natureza interna, na qual os conflitos pelo poder e permanência adoecem seus dirigentes, os quais fomentam ainda mais formas de destruição do que há ao seu redor. As sociedades locais, como a de Bom Jesus dos Passos, propõem-se a fazer uma nova saída, que golpeia com sutileza esse cego sistema debilitado, permanecendo com força em seu coletivo, mesmo que em alguns momentos, via pequena minoria. Além disso, os boicotes também se tornam normais em todo o processo de todos os lugares.

Esses extraordinários atores, vivos, presentes em seu Lugar-lar, sabedores de como realizar a luta mesmo sem possuir a força daqueles que detêm a estratégia de curto e médio prazo, atuam realmente nos bastidores. O reinventar, imaginar, utilizar da ressonância contradiz o que seria o impossível e atrai para a sociedade local elementos

necessários para fazê-la extremamente diferenciada. Mesmo sabendo que não são donos da macro existência (pois há ocorrências globais, nacionais, regionais e municipais ainda se valendo do esquecimento dos agentes estratégicos que controlam o poder de forma que esses habitantes permaneçam invisibilizados nos diversos processos), a condição de não vistos também lhes garante serem donos de suas vidas naquele seu lugar, sua terra natal.

O Patrimônio cultural como Entrelace e Ressonância

Como procurei deixar claro, a categoria patrimônio cultural torna-se imprescindível para que possamos compreender todo o movimento realizado pela sociedade local da ilha de Bom Jesus dos Passos. Movimentos de vida, vida em movimento, transformações em fluxo, cuja categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003) e elemento para compreender as experiências particulares e coletivas no cotidiano (CERTEAU, 2007) é a existência do patrimônio. Nesse processo, as sociabilidades estão presentes em contínuos exercícios de fortalecimento, conjugadas também a um estado de solidariedade para se enfrentarem as lutas diárias que organizam o espaço e o lugar.

É na análise das relações sociais nas quais se encontram individualidades que poderá também entrar o “lugar” onde há pluralidades incoerentes e contraditórias, mas também muitas vezes integradas e revolucionárias. Assim, compreende-se a importância de se manterem vivas as estéticas da coletividade, expressão que se dá por meio de diferentes linguagens de corpo, gestos, textos, sabores, cheiros, músicas e formas de salvaguardar. Dessa forma, revelam-se as particularidades da vida em movimento, que está a todo tempo se reinventando, quebrando barreiras e constituindo novas autoridades, deixando com que os experientes líderes continuem a participar dessa “arte de fazer” que o povo de Bonja nos apresenta, a sua arte de “estar vivo” e a insurgência de “não se deixar morrer”.

A primeira dessas particularidades relaciona-se às forças com que os sujeitos sociais, a partir de seus patrimônios culturais, mudam de posição e estabelecem um “querer poder” que busca envolver diferentes pessoas no ambiente para expressar suas convicções culturais. Trata-se, portanto, de compreender o global no local e vice-versa, nesse caso o nacional e suas políticas e econômicas, ou seja, descompassos sociais que obrigam esses habitantes a buscar também a sintonia necessária no local.

A segunda, preocupação em aproximar pessoas, está em constante construção e se dá na relação com o outro. As práticas cotidianas de falar, ler, circular, fazer compras,

trocar alimentos, olhar o/a filho/a da vizinha, preparar e chamar amigos a fazer refeições (especialmente no café da manhã), trabalhar em um empreendimento que está transformando a saudosa Praia da Pontinha, são “maneiras de fazer”, vitória dos fracos sobre os fortes.

Neste aspecto, Certeau (2007), ao sugerir o conceito de “homem ordinário”, que foi discutido por autores no passado como Musil, Freud e outros, vê nesses humanos a perspectiva dos movimentos das sociedades. É ele/ela (homem ordinário) que, anônimo/a, dá sentido às coisas, aos seres, ao mundo. Os ordinários e seus patrimônios culturais, como visto na ilha de Bom Jesus dos Passos, ganham luminosidade (LEFEBVRE, 2011) e tornam-se atores principais, pois se reconhecem na sua potencialidade de se posicionar ante à vida e interpretá-la. Há nesse contexto a ruptura de enaltecer as histórias dos Barões (de Loreto), das donas da ilha (Rosa Passos e Maria Telles), príncipes e reis. Criam-se narratividades sobre esses homens e mulheres que realizam proezas, articulam contraguerras, estabelecem pactos de esperança e, acreditando na construção do amanhã e quebrando paradigmas do medo, permitem outras formas de viver sua memória e história a partir de seus referenciais culturais.

Essa vida que a população de Bonja recria para si está imbricada com a história real da Salvador, grande capital da Bahia, com todas as suas belezas e incongruências. Assim, nessa ilha, com sua própria configuração de ser independente simbolicamente de uma capital, o “homem ordinário” protagoniza e define seu lugar, seu discurso e seus espaços de desenvolvimento.

Ao realizar esta “trampolinagem” (CERTEAU, 2007, p. 79), o “homem ordinário” permite-se usar da astúcia, driblar as asperezas da vida alicerçadas em contratos sociais (Sr. João, capítulo 4). Por sua natureza e necessidade de sobreviver, esse “homem ordinário” pode ou não reconhecer esse código como o caminho para prestar ou não retribuição, pois há mil maneiras de se jogar o jogo no social. Ele é sempre aquele que é forçado pela estrutura, ameaçado de existir, e sua forma de burlar é criar estratégias em um contínuo combate, uma arte de golpes, um certo prazer de alterar as regras estabelecidas. Há nesse sentido um estilo de resistência moral, ou seria resiliência moral? De fato, há uma revanche e estética de “golpes”, que Certeau (2007) chama de “operação artística”, assim como uma ética de tenacidade.

Esses homens e mulheres extraordinários, concebendo patrimônio cultural também extraordinário, permitem liberdade para ler o cotidiano, reconhecer no “calar”, táticas para “dizer que continuarão vivos” e que “logo, daqui para mais 20 e 30 anos tudo

estará velho”. Como lembra Certeau (2007), haverá sempre táticas desviacionistas, movimentos que são próprios da massa na prática cotidiana. Esses seres táticos acionam novas formas de uso do espaço, forçam também novas atualizações do modelo estratégico que rapidamente aciona instrumentos para redefinir o todo, em uma batalha de contínua repressão, que estará novamente gerando a busca por táticas em contínuo movimento de quebra de barreiras e sentidos sociais.

Assim, a ressonância do patrimônio cultural torna-se elemento vital para acionar as ações desviacionistas e as artes de fazer, que se assemelham ao que presenciei nas ruas de Bonja onde seus habitantes realizavam o “processo de produção” do patrimônio cultural, nominado por Certeau (2007) como “economia do lugar próprio”. É nesse saber-fazer anônimo, que também é um referencial para a construção simbólica do cotidiano, que certamente se desenvolve erudição no social daquela ilha, que compreende o como fazer, quando fazer, com quem fazer as práticas culturais que surpreendem os próprios agentes culturais e quem vai conhecer cada expressão cultural daquela Salvador esteticamente insurgente.

Claro que dentro do grupo haverá aqueles que liderarão, o que acontece em momentos nos quais se estabelecem as artes de dizer, as artes de fazer, permitindo a existência de eventos dentro e fora das ruas. Nesse sentido, serão acionadas práticas a partir do campo verbal, gestual, simbólico para dar sentido à narratividade que envolve as artes de dizer, pensar e fazer. Haverá também aqueles que estarão alheios, celebrarão o que vier, aceitarão o presente imposto e que também lavarão as mãos para os problemas que lhes cercam e afetam. Isso é a vida em processo.

Nesse contexto, Certeau traz a categoria grega *métis*, Deusa da Prudência, mas aqui evocada como astúcia da inteligência ligada a práticas contínuas em plena relação com a tática cotidiana, ligada a Zeus. Essa seria a arma absoluta para “com o mínimo de força, obter o máximo de efeito” (CERTEAU, 2008, p. 157). Trata-se da astúcia que se revela no momento oportuno. É nesse mergulho na *métis* que se trava um debate sobre a “memória”, que não é passiva, mas oportuna, pois, ao ser acionada, tem o poder de transformar ou dar continuidade aos lugares que atuam na compreensão do tempo cronológico e orgânico. Esses tempos oscilam, cristalizam, esquecem, fazem lembrar e podem ser utilizados em um golpe de vista, reconhecendo o lugar como um conjunto; é nessa mobilização que, a partir da memória, acontece a surpresa, transformada na ocasião do encontro com o outro.

E como podemos ratificar, não há patrimônio cultural sem a memória ou o

processo de ressonância que faz as gerações se intercruzarem, transpassarem, reviverem, se fazerem fluxo no tempo. Gerações que, ao longo dos séculos, ao reviverem os ritos de passagens, as homenagens aos ícones da cultura, o modo de fazer a culinária, o vestir, o comer, as cores para cada momento de festas e lutos, as formas de educar, casar, morrer, têm nessa ressonância a possibilidade de movimentar outras coisas, seres, ritmos que até então estavam em repouso.

O Patrimônio Cultural e o conflito com o Racismo Estrutural

Essa etnografia permite, via análises de dois heterogêneos grupos (Sociedade local de Bonja e Prefeitura de Salvador), visualizar a marca da colonização portuguesa com grande força ainda no século XXI. Seja pela beleza estética que ainda atribuímos às igrejas no alto das colinas (mesmo que algumas vezes dissociamos o que essa fé significou para os povos originários e para os forçados a vir (africanos)); nos casarões dos centros históricos com sua monumentalidade e seus objetos musealizados, que edificam e compõem os “grandes” museus – requinte, beleza, boas maneiras e tantos outros adjetivos que igualmente dissociamos da vida cruel dos escravizados e das rupturas de memórias e histórias que enfrentaram; ou a própria língua portuguesa, que impõe uma nova compreensão de cosmologias e ontologias para essas terras habitadas por populações que foram trucidadas, assim como seus descendentes.

Nesses contextos que se fazem contínuos, há muitas marcas do poder da colonização que impõem modelos de comportamento, percepção, dogmas e bárbaras agências (negativas). Igualmente, há a temporalidade que envolve os governos que dirigem a Cidade de Salvador, guardam como pedras fundamentais os ícones do modelo de colonização lusitana, leia-se ladrilhar, retirar riquezas, pilhar, escravizar, impor sua cultura (HOLANDA, 2019). Isso se dá especialmente na forma de administrar essas terras e seus habitantes, em sua maioria negros e mestiços, a qual, por meio de uma legibilidade racial e de classe, vem ao longo tempo estabelecendo modelos que destroçam vidas, impõem severas pilhagens, desarticulam famílias e deixam o bagaço do que antes eram humanos e não humanos à própria sorte.

Essa marca colonial cuja existência se dá em amplo projeto de colonização intensificado e explícito atualmente elege o que deve ser preservado ou esquecido. Nessa berlinda, o patrimônio cultural de quem coloniza, esfacela, desconsidera e impõe o silenciamento aos povos colonizados relega essas sociedades a buscarem seu próprio

modo de sobreviver, se realizar por meio do que ainda podem se lembrar e da conexão com seus ancestrais. De qualquer forma, sempre serão menosprezados, ridicularizados e colocados a prova quanto à continuidade do seu existir, especialmente quando os lugares-lares são despedaçados, transformados e agora educadamente ditos “requalificados”.

Dessa forma, o *enigma baiano*, que tantos autores brancos já mencionaram, esconde ou escamoteia, devido às suas ascendências, um problema que identifico como racismo estrutural. É na estrutura da construção da sociedade brasileira, problema ainda não solucionado, que há a imperfeição. Que se configura na possibilidade de dirigentes de órgãos públicos compreenderem que possuem o “direito divino”, a legitimidade de requalificar áreas urbanas que não necessitam dessa ação, em contraposição a áreas populosas que estão na fila para ter acesso ao saneamento básico, estrutura para transporte marítimo e terrestre, recursos para a salvaguarda de seus patrimônios culturais atrelados as lógicas também locais.

Tais premissas atreladas buscam entender os patrimônios culturais e seus processos de produção, que evidenciam que há graves problemas estruturais na sociedade baiana, pois a cidade-capital parece ainda estar “sob o domínio português”, fato visível na marca da colonização ainda não superada. O que ocorre na sociedade local de Bom Jesus ocorre em tantas outras localidades, nas quais a certeza de uma ilegibilidade judicial e gerenciadora impõe às populações a destruição de seus lugares-lares que guardam formas de resistência e resiliência, sendo sempre muito difícil continuar existindo em uma sociedade menospreza suas populações e atrasa a chegada dos avanços sociais (culturais, educacionais, políticos, ambientais e financeiros) para toda população. Tal fato esconde as marcas do controle das riquezas, dos usos de humanos e não humanos, do tempo desses agentes e da potencialidade sempre abortada dessas populações que são propositadamente esquecidas via os GPIs que não permitem a participação desses habitantes, nem a possível transformação mínima de suas realidades.

Nesse sentido, lugar e espaço completam-se. O lugar seria uma “configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. O Espaço tem na sua gênese o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram” (CERTEAU, 2008, p. 201). Assim, esse pesquisador brinca com nossa imaginação ao revelar a dualidade do lugar e do espaço a partir dos relatos, nos quais a descrição, “como ato culturalmente criado”, nos possibilita o deslocamento e a superação de limites, intercruzando-se no processo narrativo do discurso. Essas categorias ensinam teatro de ações, fronteiras e pontos de contradições, pois há uma caminhada

através do relato (DIEGUES, 2000) que, por sua vez, será acionada pela memória, presente na escuridão de nossas mentes, amparadas sempre em fatos que ocorreram.

Chegando aos finalmentes, concluo que a ilha de Bom Jesus dos Passos pertence a Salvador, mas só pertencendo a si mesma, em um quase conflito de identidade e de identificação, forçando a nossa experiência junto ao patrimônio cultural para repensar o que é pertencer. Os interlocutores pertencem à ilha, são a ilha, vivem e morrem pela sua terra natal. Quando longe estão, logo pensam em voltar para aquele lugar que se diferencia da capital com a qual possuem somente os laços jurídicos de pertencimento e que sequer lhes reconhece, mas que tampouco é reconhecida pelos habitantes de Bonja.

É dentro dessa necessidade de dar sentido ao lugar, de produzir “iniciativas intermináveis” que seria preciso compreender os atores por aquilo que produzem, dentro novamente do discurso do fazer-aprender, saber-fazer, a arte de fazer-criar no qual os protagonistas se projetam, sempre realizando ressonâncias da crença segundo a qual é necessário “fazer crer” e “fazer-fazer”. Há uma certa antropologia em curso dentro desses homens e mulheres que vasculha a vida social, que incita a realizar coisas, que lhes toma como sábios detentores de seu lugar-lar e que lhes dá sentido a inventar a invenção.

O entrelace dos capítulos, propositamente arquitetado, conferiu ênfase na compreensão da polifonia da ilha e de seus agentes. Lugar que é lar e, nesse sentido, é vivenciado no cotidiano e percebido junto aos seus habitantes como um local muito amado, invadido “casualmente”, “pilhado” e “domesticado”, impelido a assumir uma nova perspectiva de fazer cultural, que se associa a uma lógica neoliberalizante, há décadas instalada na BTS.

Acredito que o patrimônio cultural e sua ressonância nessa sociedade local, no íntimo das casas e em sua revelação na rua, carregam polifônicas insurreições. Também creio que interessarão sempre outras abordagens que envolvam distintas gerações de tantas manifestações afetivas que configuram a coletividade e fomentam outras tantas ressonâncias que se refletem nas trocas de alimentos, no envolvimento dos filhos para sair como anjinhos na procissão, dos velhos e suas histórias ainda importantes a serem ouvidas e transmitidas. O cotidiano intensamente vivido com as devidas diferenças via os patrimônios culturais (i-materiais) estabelece nessa ilha reverberações que projetam em seus habitantes necessárias revoluções estéticas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Lúcia Hazin. **Estilo de Vida e Sociabilidade: Relações entre espaço, percepções e práticas de fazer na sociedade contemporânea**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massinga, 2008.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Juliana Rosa de. **Enseada Indústria Naval: uma análise sobre processos sociais e dramas em torno de um projeto de desenvolvimento**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; RIBEIRO, Djalma. **Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Djalma Ribeiro (Org.). Belo Horizonte: Letramento. 2018.

APPADURAI, Arjun. **A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.

ARANTES, Antônio A. **O espaço da Diferença**. São Paulo: Papiros, 2006.

ARANTES, Antônio A. O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda. **Resgate Revista Interdisciplinar de Cultura**, n. 13, 2004.

ARANTES, Antônio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaios de antropologia pública. **Anuário Antropológico** 2007/2008. Rio de Janeiro, 2009, p. 173-221.

ARANTES, Antônio A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Primeiros Passos, n. 36.

ARANTES, Antônio A. **Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano**. Projeto História, São Paulo, v. 18, p. 121-134, 1999.

ARANTES, Antônio A. **Patrimônio imaterial e referências culturais**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 147, p. 29-39, out-dez, 2001.

ARANTES, Antônio A. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense/Condephaat, 1984.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. 2.ed. Tradução: Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BATESON, Gregory. **Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 195-223.

BORGES, Antonádia M. **Tempo de Brasília: etnografia lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2003.

BORGES, Antonádia. Terra. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

BOSI, Eclêa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: TAO, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Conceitos Fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BOURDIEU, Pierre. 1. Condição de Classe e Posição de Classe. In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 3.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Paris: Zouk, 1979.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L. **Um convite à sociologia reflexiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BULLARD, Robert D.; JOHNSON, Glenn S.; SMITH, S.; KING, Denae W. Vivendo na linha de frente da luta ambiental: lições das sociedades locais mais vulneráveis dos estados unidos. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 1-29, set./dez. 2013.

BULLARD, Robert. “Enfrentando o racismo ambiental no século XXI”, In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 40-68, 2004.

BULLARD, Robert. Ética e Racismo Ambiental. **Revista Eco 21**, ano XV, nº 98, janeiro/2005.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. São Paulo: Autêntica, 2019.

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In: **Políticas Culturais no Governo Dilma**. RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2015.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias de entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2010.

CAPELLA, Vicente Bellver. El movimiento por la justicia ambiental: entre ecologismo y los derechos humanos, **Anuário de Filosofía del Derecho**, XIII-XIV, 327-347, 1996.

CARSTEN, Janet. **A Matéria do Parentesco**. In: Revista de Antropologia da UFSCAR, jul.dez. 2014. p. 103 a 118.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. **Cadernos Metrópole** 18, pp. 251-273, 2007.

CARVALHO, José J. **Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica**. Série Antropologia, Brasília, n. 316, 2002.

CASTELLS. Manuel. **O Poder da Identidade**: A era da informação, Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: A Era da Informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CASTRO, Bárbara. **Decifrando o mundo social pelo caleidoscópio: os métodos quantitativo, qualitativo e a perspectiva parcial**. In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins. *Pensar o Método*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 15-36.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Arte de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de; GIARD; MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano 2: Morar, Cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANIELLE, Filippo Valli. **A Cultura e a Gentrificação no Centro de São Paulo: Um olhar sobre um recorte do distrito da República**. São Paulo: Terra Livre. Ano 34, Vol.1, n 52 p. 565-607, 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) **Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: Annablume Editora, 2000.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário das Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Como Pensam as Instituições**. São Paulo: USP, 1998.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aron. **Risco e Cultura: Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DURÃO, Susana. **Intimidade na pesquisa etnográfica: a diferença da antropologia.** In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins. *Pensar o Método*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p.199-216.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Antropologia Da e Na Cidade: Interpretações sobre as formas da vida urbana.** Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. O que esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomençar. In: POSSAMI, Zita. **Cidade e Memória na Globalização.** Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: Saberes e Práticas.** Revista Iluminuras, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia da Duração: Antropologia das Memórias Coletivas nas Coleções Etnográficas.** Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

ECKERT, Cornélia; GODOLFPHIM, Nuno; RODOLPHO, Adriane; ROSA, Rogério. **A experiência do Núcleo de Antropologia Visual do PPGAS/UFRGS,** 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Ruy: Reconstruir a Esquerda: Um balanço crítico da experiência histórica e algumas ideias para o futuro. **Revista Piauí,** tribuna livre da luta de classes, edição 121, outubro de 2016.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Complexas**. São Paulo: Global, 1987.

FERNANDES, Mariana B. **Ilha de Cajaíba: lugar, pertencimento e territorialidade nas Comunidades Quilombolas Acupe, São Braz e Porto Dom João / Recôncavo Baiano**. 2016. 301 f. Tese (doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. **Portal Geledés**. Acesso em 20 de novembro de 2019.

FONSECA, Cláudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. Mesa Redonda “O lugar da família na ciência contemporânea: desafios e tendências na pesquisa”. Congresso Internacional Pesquisando a Família, Florianópolis, 24-26 de abril, 2002. Disponível em: <http://files.claudialwfonseca.webnode.com.br/200000044->

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Cláudio Alves. Desenvolvimento. In.: **Dicionário das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. SANSONE, Lívio; FURTADO, C. Alves. Salvador: EDUFBA: 2014.

GAYER, Priscila. Experiência Fotoetnográfica: entre a escrita imagética e as imagens parafraseadas. **Iuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 181-198, jan./jul. 2015.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon, 1998.

GLUCKMAN, Max. Análise de sua situação social na Zululândia moderna. *In:* FELDMAN-BIANCO, Bela. **A Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

GOLDMAN, Márcio. **Mais alguma Antropologia: ensaios de geografia do pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Patrimônio, Memória e Etnicidade: reinvenção da cultura Açoriana**. VIII Congresso Brasileiro de Ciências Sociais – Coimbra – 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In:* ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo S.; GUIMARÃES, Roberto Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro (org.). **A Alma das Coisas: Patrimônio, Materialidade e Ressonância**. Rio de Janeiro: Maund/FAPERJ, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In:* ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA Publicações, 2012, p. 59-74.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Diásporas ou a lógica da tradução cultural**. (Trad. Elizabeth Ramos) Conferência de abertura, VIII Congresso da ABRALIC Associação Brasileira de Literatura Comparada. Salvador, 2000.

HATJE, Vanessa; BICEGO, Márcia Caruso; CARVALHO, Gilson Correia de; ANDRADE, Jailson Bittencourt. Contaminação Química. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (org.). **Baía de todos os santos: aspectos oceanográficos**. Salvador: EdUFBa, 2009.

HERCULANO, Selene. “O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental”. **Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, 3 (1), artigo 2, Janeiro/Abril 2008. Disponível em: <www.interfacehs.sp.senac.br>. Acesso em 20 fev. 2010.

HERCULANO, Selene. **Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil**. Indaiatuba: Encontro da ANPPAS, 2002.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

INGOLD, Tim. Anthropology vs ethnography. **HAU: Journal of ethnographic theory**, v.7, n. 1, pp. 21-26, 2017.

INGOLD, Tim. **O Dédalo e o Labirinto: Caminhar, Imaginar e Educar a atenção. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez, 2015b.

INGOLD, Tim. Epilogue: Anthropology is not Ethnography. In: INGOLD, Tim. **Being Alive**. Routledge: London and New York, 2011. p. 229-243.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimentos, conhecimentos e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015a.

INGOLD, Tim. 'Gente como a Gente', O Conceito do Homem anatomicamente moderno. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, n. 09, 2011.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994, p. 14-32.

INGOLD, Tim. Introdução: O que é um animal? **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 22, p. 129-150, 1º Semestre de 2007.

INGOLD, Tim. "Pare, olhe, escute!" – um prefácio. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, n. 3, 2008.

INGOLD, Tim. Prefácio. In: INGOLD, T. (ed.), **Key Debates in Anthropology**. 2005.

INGOLD, Tim. That's enough about ethnography! **Hau: Journal of Ethnographic Theory**. v.4, p. 383–395, 2015.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 3ª ed.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KOPYTOFF, II A Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A Vida social das coisas: mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 89-121.

LANDES, Ruth. **Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: Andréa Zhouri (org.), **As tensões do lugar. Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVI-STRAUSS. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Estruturalismo de Lévi-Strauss**. São Paulo: Vozes, 1993.

LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento: um fundamento pouco sólido para a resolução de conflitos. In: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs). **Formas de Matar, de Morrer e Resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

MAGNANI, José Guilherme C. **O Circuito: proposta de delimitação da categoria.** Ponto Urbe [Online], 15 | 2014, posto online no dia, consultado o 10 de janeiro de 2020. URL: <<http://pontourbe.revues.org/2014>>.

MAGNANI, José Guilherme C. **Da Periferia ao Centro:** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, junho de 2002.

MAGNANI, Guilherme. **Festa no Pedaco:** Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo: UNESP, 2003.

MAGNANI, Guilherme C. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: Magnani, J. G. C.; Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana.** São Paulo: EDUSP, 1996.

MAGNANI, Guilherme C. Etnografia como Prática e Experiência. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre. Ano 15. N.32, p. 129-156, jul/dez.2009.

MARX, Karl. **O capital, Volume I.** Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira, Centelha - Coimbra, 1974.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica,** São Paulo: n-1 Edições, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Portugal: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3.ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEAD, M. **Sexo e temperamento** (1935). São Paulo: Perspectiva, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o Racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOORE, Carlos. **A humanidade contra si mesmo: Para uma nova interpretação epistemológica do Racismo e do seu papel estruturante na história e no mundo contemporâneo**. In.: II Fórum Internacional Afro-colombiano. Bogotá, 2011.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, novembro de 2014.

NADER, Laura; MATTEI, Ugo. **Pilhagem: quando o Estado de direito é ilegal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NÓR, Soraya. O Lugar como Imaterialidade da Paisagem Cultural. In: **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. n. 32, São Paulo, p. 119-128, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. As "Categorias do Entendimento" na Formação da Antropologia. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 6 n. 1, 1982.

PAES E SILVA, Lays Helena. Ambiente e Justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. In: e-cadernos CES. **Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos**. Nº 17, 2012, p. 85-111.

PAREDES, J. Anthony. Índios de los Estados Unidos Anglosajones. **Coleccion Pueblos y Línguas Indígenas**, n. 12, Madre: MAPFRE, 1996. p. 111.

PASSOS, Antonio Marcos de Oliveira. **Bordejos, tensões e resistência: o tombamento do Saveiro Sombra da Lua**. Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, 2014.

PEDRÃO, Fernando. A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana. In: **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. (Orgs) Carlos Caroso, Fátima Tavares e Cláudio Pereira. Salvador: Edufba, 2011.

PEIRANO, Marisa. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. **A Teoria Viva e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PEREIRA, Álvaro Luís dos Santos. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Caderno MetrÓpole**. São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov 2014.

PINA-CABRAL, João de; SILVA, Vanda Aparecida da. **Gente Livre: Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Os Parentes por Brincadeira. In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Estrutura e Função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Rev. Antropol.** vol.48, n.2, São Paulo July/Dec. 2005.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Gentrificação: Aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, n. 3, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Ana L.; ECKERT, Cornelia. Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana. In: **Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais**. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2003.

RODRIGUES, José Marcos Brito. **Três conversas de barracão em Praia Grande (Ilha de Maré) hoje, assim como no tempo de Mãe**. Dissertação (mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos UFBA, Salvador, 2012.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgar Assis (org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SANSONE, Lívio. Raça. In: **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos Países de fala oficial portuguesa**. SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Neuza; SILVA, Márcia; MOREIRA, Leise; MACHADO, Tatiane. **Projeto Participativo de Vigilância Alimentar e Nutricional em Sociedade local de Pescadores de Ilha de Maré e Santo Amaro, BA**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

SARAIVA, José Augusto Peixoto. **Baía de Todos os Santos: vulnerabilidade e ameaças**. (Mestrado) Universidade Federal da Bahia. Escola de Politécnica. Salvador, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Ângelo. Os Espaços Públicos da Salvador Contemporânea. In.: CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, G. C. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SIMMEL, Georg. A Filosofia da Paisagem. In: **Política e Trabalho 12**. Setembro, 1996, p. 15-24.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. **Revista de Pós-Graduação**. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2007, nº 21, 2007, p. 15-31.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 p.

TAUSSING, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria**. São Paulo: UNESP, 2010.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

UNESP/UNB. **Teia de Práticas e Saberes**. Análise de contexto da Ilha de Maré (Salvador – Bahia). Novembro, 2014. Disponível em: <http://www.saudecampofloresta.unb.br/wp-content/uploads/2014/09/Ilha-de-Mar%C3%A9.pdf>

VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os Desafios da Fragmentação. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio de 2007.

VAINER, C.B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas Alagadas**. Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV. 2008. p. 44-45.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

VIEGAS, Suzana de Matos. **Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2007.

WAGNER, Roy. Automodelagem: o lugar da invenção. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2011.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010

WAGNER, Roy. The Fractal Person. In: STRATHERN, Marilyn; GODELIER, Maurice (org.). **Big Men and Great Men: Personifications of Power in Melanesia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZAGATTO, Bruna. **Sobreposições Territoriais em São Francisco do Paraguaçu: território quilombola, fazendas e unidades de conservação, Baía do Iguape, BA**. Tese (doutorado em Antropologia), 2019. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFBA, Salvador: 2019.

ZHOURI, Andreia; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max (Orgs.) **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial Iguana; ABA, 2018.

ANEXO A – LEI ORDINÁRIA 502, 1956

1/12

LEI Nº 502, DE 12 DE AGOSTO DE 1954.

Fixa a divisão do Município do Salvador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA; faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte, Lei:

Art. 1º O Município do Salvador, nos termos da Lei Estadual Nº 628, de 30 de dezembro de 1953, a vigorar até 31 de dezembro de 1956, terá os seguintes limites:

I - Com o Município de São Francisco do Conde; Começa na Bahia de Todos os Santos, no início, do canal entre as ilhas das Bimbarras e Maria Guarda, segue por este canal e pelo canal do Suape, que separa a ilha de Madre Deus do continente e atravessando a Bahia de Todos os Santos alcança a Foz do Riacho São Paulo; sobe por este até sua nascente na Fonte da Gameleira;

II - Com o Município de São Sebastião do Passé; Começa na Fonte da Gameleira e segue em reta até a nascente do Riacho São Francisco; desce por este até sua Foz no Rio Joanes; por este abaixo até a Foz do Rio Lamarão;

III - Com o Município de Camassari: Começa na Foz do Rio Lamarão, no Rio Joanes e desce por este até sua Foz no Oceano;

IV - Com o Oceano Atlântico; Começa na foz do Rio Joanes e segue pela orla marítima até a Ponta de Santo Antônio da Barra;

V - Com a Bahia de Todos os Santos: Começa na Ponta de Santo Antônio da Barra e vai até o início do canal entre as linhas de Maria Guarda e das Bimbarras, compreendendo as Ilhas de Maria Guarda, das Vacas, Madre Deus, Bom Jesus, dos Frades e Maré.

Art. 2º O Município do Salvador, de acordo com a Lei Estadual Nº 628, de 30 de dezembro de 1953, fica dividido em cinco (5) Distritos assim denominados:

Salvador, (sede), Ipitanga, Agua Comprida, Nossa Senhora das Candeias e Madre de Deus.

DIVISAS INTER-DISTRITAIS

Art. 3º Os Distritos do Município do Salvador, terão os seguintes limites:

Entre os distritos de Salvador e Ipitanga:

- Começa no Oceano, na foz do Riacho do Flamengo; sobe por esta sua nascente; daí por uma reta na direção noroeste até encontrar o marco à margem do Rio Ipitanga; sobe por este, atravessando pelo centro da represa, até a foz do Riacho Curupí.

Entre os distritos de Salvador a Água Comprida:

- Começa no Rio Ipitanga, na foz do Riacho Curupí, sobe por este até sua nascente; daí em reta até a nascente do Riacho Macaco, descendo por este até sua foz na Bahia de Aratu; segue por esta e pelo canal de acesso até a Bahia de Todos os Santos. A ilha de Maré fica pertencendo ao distrito do Salvador.

Entre os distritos de Ipitanga e Agua Comprida:

- Começa na foz do Riacho Curupí, no Rio Ipitanga, segue por este a sua nascente; daí em reta até a nascente do córrego Canta Galo, pelo qual desce até sua foz no Rio Joanes.

Entre os distritos de Água Comprida e Nossa Senhora das Candeias:

- Começa no Rio Joanes, na foz do Rio Embiruçu, por este sobe até a foz do Riacho Jacaracanga; por este acima até o marco do encontro da reta tirada da nascente do Riacho do Ferreira, cem a direção Norte; segue por esta reta até a referida nascente do Rio Ferreira; desce por este até sua foz na enseada do Jacaracanga.

DISTRITO DE MADRE DE DEUS

- Compreende as ilhas de Madre de Deus, Maria Guarda, das Vacas, Bom Jesus, dos Frades, Santo Antônio e pequenas ilhas adjacentes.

SUB-DIVISÃO DE DISTRITOS

Art. 4º O Distrito de Salvador compreenderá os seguintes subdistritos:

I - Amaralina;

II - Brotas;

III - Conceição da Praia;

IV - Itapoan;

V - Mares;

VI - Maré;

VII - Nazaré;

VIII - Passé;

IX - Penha;

X - Pilar;

XI - Plataforma;

XII - Peri Peri;

XIII - Pirajá;

XIV - Paripe;

XV - Sé;

XVI - Santana;

XVII - Santo Antônio;

XVIII - São Caetano;

XIX - São Pedro; e

XX - Vitória.

Art. 5º Os subdistritos do Distrito de Salvador, terão as seguintes delimitações;

I - SUBDISTRITO DE AMARALINA

- Começa na foz do Rio Camarogipe e por este acima até a Baixa do Cabula: daí segue pelo eixo da Rua Cristiano Buis, Largo do Cabula; continua pelo eixo da Rua Tomaz Gonzaga até alcançar a margem direita do Rio Pituaçu no local denominado Beca do Rio; continua pela margem direita do Rio já mencionado até sua foz no Oceano; daí continua pelas praias Maria Pires, Pouso Grande, Porto da Pituba, Porto Ubarana, Amaralina, até chegar à praia do Mariquita, ponto de partida dos limites deste Subdistrito.

II - SUBDISTRITO DE BROTAS

- Começa na foz do Rio Camarogipe e por este acima até encontrar o Rio das Tripas na Rua José Barros Reis; continua pelo eixo da Rua José Barros Reis, até o Largo dos Dois Leões; continua pelo eixo da Rua Cônego Pereira, Praça 1º de Maio no entroncamento da Rua Djalma Dutra, e pelo eixo desta segue até encontrar o Largo da Fonte Nova; continua pelo eixo da Rua Vasco da Gama até a Rua Conselheiro Pedro Luiz; segue pelo eixo desta rua até a Praça Augusto Severo pertencente ao subdistrito da Vitória, ponto de partida deste subdistrito, na foz do Rio Camarogipe.

III - SUBDISTRITO DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

- Começa no prédio onde existiu a antiga Marcenaria Alcântara, pertencente ao subdistrito

de São Pedro e situado no entroncamento da Rua do Sodré e da antiga Ladeira da Conceição da Praia, atual Rua D. Macedo Costa; segue pelas muralhas de sustentação da antiga ladeira da Montanha, hoje Rua Barão Homem de Melo até o pé desta ladeira, no bairro do Comércio; daí continua pelos limites da Rua do Passo, fundos das casas das Ruas Guindastes dos Padres e Conselheiro Lafaiete, até encontrar com os limites do Pilar na Baixa do Taboão; prossegue pelo eixo das ruas Conde d'Eu e da Polônia, lado oposto aos limites do subdistrito do Pilar, passando pela Praça Conde dos Arcos, que pertence, também, ao subdistrito do Pilar; continua em linha reta até o Cais do Porto, 4º Armazém das Docas; daí segue pelo mesmo Cais indo atingir a Praia da Jaqueira, na atual Rua Fagundes Varela, pertencente a este subdistrito da Conceição da Praia, sobe pelo eixo da antiga Ladeira da Jaqueira, hoje Rua Joaquim da Mata, até onde se cruza com a Rua Visconde de Mauá e pelo eixo desta rua até o entroncamento com a antiga Ladeira da Preguiça, atual Rua Dionísio Martins; corta esta última rua neste ponto; passa pelos fundos das casas do denominado Beco da Califórnia, tudo pelo lado oposto aos subdistritos da Vitória e São Pedro, até alcançar o prédio da antiga Marcenaria Alcântara, ponto de partida deste subdistrito da Conceição da Praia.

IV - SUBDISTRITO DE ITAPOAN

Entre os subdistritos de Itapoan e São Caetano;

- Começa no açude de Mata Escura, segue por uma linha reta até a localidade denominada Venda do Buraco, no cruzamento das Estradas de Campinas, Barreiras e São Bento; continua pelo eixo da Estrada Campo Seco até a represa do Cachoeirinha; daí em linha reta até o Oceano na distância de trezentos metros da foz do Rio Pituaçu.

V - SUBDISTRITO DOS MARES

- Começa no Porte da Jequitia, limites do Pilar; daí segue pela praia até o antigo Largo da Boa Viagem - hoje Praça Dr. Adriano Gordilho, pertencente ao subdistrito da Penha; atinge a Avenida Luiz Tarquínio; passa pelos fundos das casas Nº 119 a 97, desta Avenida, alcança a casa nº 4 da Rua Polidoro Bitencourt pertencente ao subdistrito da Penha; passa pelos fundos das casas da denominada Travessa Cárdenas e da Vila Operária Luiz Tarquínio, também pertencentes a este subdistrito dos Mares, até o entroncamento da antiga Rua dos Dendezeiros - hoje Avenida Bomfim, com a Avenida Luiz Tarquínio; alcança a Travessa Manoel Pinto - antiga Travessa de Roma, cujas casas ficam pertencendo ao subdistrito da Penha; margina o muro existente na denominada Avenida Formosa, até a começo das Ruas Prainha e dos Mangue - hoje, respectivamente, Ruas Araújo Bulcão e Jeronimo Albuquerque, as quais ficam pertencendo a este subdistrito; daí contorna toda a praia do Bairro do Bruguay por detrás do Penitenciária, acompanha os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro até atingir o lado da numeração par da Rua Nilo Peçanha - antiga Bom Gosto da Calçada; segue pelo eixo da Rua Elias Nazaré - antiga do Gasômetro, pelo lado oposto aos limites do subdistrito do Pilar até a praia do Forte da Jequitia, ponto de início dos limites deste subdistrito dos Mares.

VI - SUBDISTRITO DE MARE

O subdistrito de Maré compreenderá a Ilha do mesmo nome.

VII - SUBDISTRITO DE NAZARÉ

- Começa no prédio N° 149, da Avenida Joana Angélica, onde atualmente funciona o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pertencente ao subdistrito de Santana; segue pelo muro do Convento do Desterro na Rua Santa Clara e pelas antigas Ruas do Desterro e Fonte Nova do Desterro, hoje, respectivamente, Franco Velasco e Almeida Sebrão, até alcançar a Praça São Miguel, ruas e praça que ficam pertencendo ao subdistrito de Santana; daí pela Rua Dr. Seabra ao lado da numeração ímpar, segue até o antigo Largo das Sete Portas - hoje Praça 1º de Maio que pertence ao subdistrito de Brotas; continua pelo eixo da Rua Djalma Dutra, antiga Rua das Sete Portas, lado oposto aos limites do subdistrito de Brotas, até alcançar o antigo Largo da Ponte Nova - hoje Praça Francisco Viana, que fica pertencendo a este subdistrito de Nazaré; segue daí pelo eixo da Rua Joaquim Maurício, antiga da Fonte das Pedras, pelo lado oposto aos limites do subdistrito de Santana até alcançar o prédio N° 149, na Avenida Joana Angélica, ponto de início dos limites deste subdistrito de Nazaré.

VIII - SUBDISTRITO DO PASSO

- Começa na Baixa do antigo Beco do Ferrão - hoje Rua Ângelo Ferraz segue por esta rua, lado da numeração par; conservando este, atravessa a antiga Rua do Maciel de Baixo - atual Rua Gregório de Matos e o antigo Beco do Mota - atual Rua Leovigilio de Carvalho; corta a antiga Rua das Portas do Carmo - atualmente Rua Alfredo Brito; segue por um antigo e estreito Beco que serve de entrada comum ao prédio de cômodos, nº 18, cujo grupo de casas aí existente, fica pertencendo ao subdistrito da Sé; alcança a encosta da Montanha; passa pelos fundos da Faculdade de Medicina, tudo pelo lado oposto aos limites da Sé; atinge o Início da muralha de sustentação da Ladeira da Montanha - atual Rua Barão Homem de Melo, no Bairro do Comércio; continua pelos fundos das Ruas Guindastes dos Padres e Conselheiro Lafaiete; alcança a denominada Fonte dos Padres, na Baixa do Taboão; prossegue pelos fundos das casas da Rua Campos Sales, antiga Julião; ruma para o início da Rua Pethion de Vilar, antigo Caminho Novo, pertencente a este subdistrito; atravessa a Rua Capistrano de Abreu - antiga Ladeira do Pilar, na altura da casa nº 3, do subdistrito Do Pilar; atinge Igreja do Boqueirão, pertencente a este subdistrito do Passo; desce pela Rua Custódio de Melo - antiga Ladeira do Boqueirão, e alcança a Praça dos Quinze Mistérios, logradouros estes que ficam compreendidos neste subdistrito; daí segue pelos fundos das casas denominado Beco da Gasosa e da Rua Aquidaban, indo alcançar a Rua Dr. Seabra, no começo da Rua Frei Henrique - antiga ladeira do Hospital; continua pelo eixo da Rua Dr. Seabra, pelo lado oposto aos limites do subdistrito de Nazaré, até atingir a Baixa de antigo Beco do Ferrão - atual Rua Ângelo Ferraz, ponto de partida dos limites deste subdistrito do Passo.

IX - SUBDISTRITO DA PENHA

- Começa no ângulo do último prédio de esquina do antigo Largo da Boa Viagem - hoje Praça Dr. Adriano Gordilho e prolongamento da Rua Barão de Uruguaiana, prédio este

pertencente ao subdistrito dos Mares, daí segue pela orla do mar, passando pela ponta de Mont-Serrat, abrangendo toda a península de Itapagipe e Massaranduba, até alcançar os limites dos Mares, nas proximidades do início das antigas Ruas da Prainha e do Manguê - hoje, respectivamente, Ruas Araújo Bulcão e Jerônimo Albuquerque, pertencentes ao subdistrito dos Mares; margina o muro existente na denominada Avenida Formosa; prolongasse pela Travessa Manoel Pinto - antiga Travessa de Roma, cujas casas ficam pertencendo a este subdistrito da Penha, até atingir o entroncamento das Avenidas Luiz Tarquínio e Bomfim - antiga Rua dos Dendezeiros; daí passa pelos fundos da Vila Operária Luiz Tarquínio e da denominada Travessa Cárdenas até atingir o prédio nº 4, na Rua Polidoro Bitencourt, pertencente a este subdistrito, tudo pelo lado oposto aos limites do subdistrito dos Mares; continua pelos fundos das casas nº 97 a 119, da Avenida Luiz Tarquínio, até alcançar o ponto de partida deste subdistrito da Penha, na Praça Dr. Adriano Gordilho.

X - SUBDISTRITO DO PILAR

- Começa no Cais do Porto, na altura do 4º Armazém das Docas; daí rumo pelo eixo da Rua da Polônia, passando pela Praça Conde dos Arcos que fica pertencendo a este subdistrito; continua pelo eixo da Rua Conde d'Eu, antiga do Comércio; na Baixa do Taboão, onde se encontra com os limites do subdistrito do Passo; segue por estes até o fundo da igreja do Boqueirão que fica, também, pertencendo ao subdistrito do Passo; continua pela encosta; corta a antiga Ladeira do Pilar - atual Rua Capistrano de Abreu, na altura da casa nº 3, pertencente a este subdistrito, indo alcançar a antiga Ladeira d'Água Brusca hoje Rua Botelho Benjamin, na altura da casa nº 115, pertencente ao subdistrito de Santo Antônio, atravessa a antiga ladeira do Canto da Cruz - hoje Maria Quitéria, na altura das casas nº 34 e 15, pertencentes, também, a este subdistrito; prossegue pela encosta; corta o antigo Caminho Ramos de Queiroz - hoje Barão da Vila da Barra, continua pelos fundos dos prédios da Rua Augusto Guimarães; a travessa a antiga ladeira de São Francisco de Paula na altura dos prédios nº 2 e 3, que ficam pertencendo a este subdistrito, prossegue pela encosta, pelos fundos da Casa Pia e Colégio dos Órfãos do São Joaquim, até o início da antiga Rua Bom Gosto da Calçada - hoje Nilo Peçanha; segue pelo eixo da Rua Elias Nazaré, antiga do Gasômetro até a praia do Forte da Jequitia e pelo lado oposto aos limites do subdistrito dos Mares e continua pelo litoral, até o Cais do Porto na altura do 4º Armazém das Docas, ponto de início dos limites deste subdistrito do Pilar.

XI - SUBDISTRITO DE PLATAFORMA

Entre os subdistritos de Plataforma e Pirajá:

- Começa na foz do Rio do Cobre, na enseada dos Tainheiros; sobe por este Rio até a barragem do Serviço de Águas.

XII - SUB-DISTRITO DE PERIPERI

Entre os subdistritos de Plataforma e Peri Peri:

- Começa na Barragem do Rio do Cobre; daí em linha reta até a nascente do Riacho do Pedro Lopes; por este Riacho abaixo até a sua foz na Bahia de Todos os Santos, nas proximidades do povoado de Praia Grande.

XIII - SUB DISTRITO DE PIRAJÁ

Entre os subdistritos de Peri Peri e Pirajá:

- Começa na Barragem do Rio do Cobre; sobe por este rio até a sua nascente, e daí, em linha reta, vai até a nascente do Riacho Peri Peri.

XIV - SUBDISTRITO DE PARIPE

Entre os sub distritos de Peri Peri e Paripe:

- Começa na nascente do Riacho Peri Peri e segue por este Riacho abaixo até sua foz na Bahia de Todos os Santos, nas proximidades do Povoado de Peri Peri, que pertence ao sub distrito de Peri Peri.

XV - SUB DISTRITO DA SÉ

- Começa no ângulo do prédio onde funcionou a antiga Marcenaria Alcântara, que dá face para as Ruas D. Macedo Costa, antiga Ladeira da Conceição da Praia e do Sodré; segue para a esquina do prédio do Saneamento, no início da Avenida Sete de Setembro; daí ruma pelo eixo da antiga Rua da Barroquinha - hoje Aristides Milton, lado oposto aos limites do sub distrito de São Pedro, prossegue pelo eixo da Rua Dr. Seabra até encontrar o antigo Beco do Ferrão - hoje Rua Ângelo Ferraz; daí continua pelo eixo desta rua, atravessando a antiga Rua do Maciel de Baixo boje Gregório de Matos e seguindo pelo antigo Beco do Mota - hoje Rua Leovigildo de Carvalho, atravessa a antiga Rua das Portas do Carmo - hoje Rua Alfredo Brito, pelo lado oposto aos limites do sub distrito do Passo; segue por um antigo estreito Beco que serve de entrada comum ao prédio de cômodos, nº 18 abrangendo o grupo de casas aí existentes que fica pertencendo a este sub distrito; alcança a encosta da Montanha; segue pelos fundos da Faculdade de Medicina até o início da antiga Ladeira da Montanha - atual rua Barão Homem de Melo, no Bairro de Comércio; soba por esta rua, pelas muralhas de sustentação até atingir o prédio da antiga Marcenaria Alcântara, pertencente ao sub distrito de São Pedro, pelo lado oposto aos limites do subdistrito da Conceição da Praia e ponto de início dos limites do sub distrito da Sé.

XVI - SUBDISTRITO DE SANTANA

- Começa no antigo Largo do Campinho, atual Rua Rocha Pita; daí pelos limites do sub distrito de São Pedro, passa pelos fundos das casas da Travessa Antônio Bacelar até atingir o prédio nº 48 da Rua Cipriano Barata - antiga Paraíso, o qual fica para este sub distrito; atravessa esta rua neste ponto, segue pelos fundos das casas da Rua Engenheiro Silva Lima e do Beco aí existente; continua pelos fundos das casas de nº 102 a 122 da Avenida Joana Angélica; corta esta Avenida na altura desta última casa, passa pelos

fundos dos prédios da Rua Francisco Ferraro, lado par; prossegue pelos fundos do Bairro Novo, nas proximidades do Colégio da Bahia, até alcançar o Dique, na baixada aí existente, e na vizinhança das antigas Ruas da Mesquita do Tororó e dos Barris - hoje Rua Martins, lado oposto aos limites de São Pedro; deste ponto em diante, margina o Dique até o antigo Horto Municipal na Rua Vasco da Gama - antiga Estrada Dois de Julho; atinge o início da antiga Ladeira da Fonte das Pedras - atual Rua Joaquim Maurício; segue pelo eixo desta rua até encontrar o prédio nº 149 na Avenida Joana Angélica, onde funciona atualmente o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, pertencente a este sub distrito de Santana e pelo lado oposto aos limites do sub distrito de Nazaré; continua daí, passando pelo antigo Largo do Desterro, hoje Praça Sátiro Dias, que pertence também a este sub distrito de Santana; segue pelo muro do Convento do Desterro na Rua Santa Clara e pelas antigas ruas do Desterro e Fonte Nova do Desterro - hoje, respectivamente, Franco Velasco e Almeida Sebrão, até alcançar a Praça São Miguel, compreendendo as casas desta ruas e praça; daí pelo eixo da Rua Dr. Seabra, lado oposto ao sub distrito da Sé, atinge o antigo Largo do Campinho atual Rua Rocha Pita, ponto de início dos limites deste sub distrito da Santana.

XVII - SUBDISTRITO DE SANTO ANTÔNIO

- Começa na Rua Nilo Peçanha, lado da numeração ímpar do Bom Gosto da Calçada no ponto dos limites do sub distrito do Pilar; segue por esta rua e pelos trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro até alcançar a Baixa do Fiscal (cruzamento); segue pelo eixo da Rua Pedreira Franco e Praça do Tanque da Conceição, rua e Praça do lado direito, alcança a Rua San Martin, e pelo eixo desta até a Praça Conde de Porto Alegre (Largo do Retiro); alcança a Rua José Barros Reis, e pelo eixo desta, até o Largo Dois Leões; alcança a Rua Cônego Pereira e pelo eixo desta até a Praça 1º de Maio, continua pelo eixo da Rua José Joaquim Seabra até o Arco; aí segue pela parte posterior da Rua Aquidaban, atinge o denominado beco da Gasosa; alcança a Praça dos 15 Mistérios, Rua Custódio de Melo, atinge e Igreja do Boqueirão pelo lado oposto ao sub distrito do Passo; continua pela encosta, corta a Rua Capistrano de Abreu, na altura da casa nº 3, pertencente ao sub distrito do Pilar, indo alcançar a Rua Botelho Benjamim na altura da casa nº 115, que fica pertencendo a este sub distrito; corta a antiga Ladeira do Canto da Cruz na altura das casas 34 e 15, pertencentes ao sub distrito do Pilar, prossegue pela encosta, atravessa o antigo caminho Ramos de Queiroz, pelos fundos das casas da Rua Augusto Guimarães; corta a antiga Ladeira de São Francisco de Paula na altura das casas nº 2 e 3, pertencentes ao sub distrito do Pilar; prossegue pelo encosta; continua pelos fundos do Colégio São Joaquim, indo atingir a Rua Nilo Peçanha, já mencionada no ponto de partida deste sub distrito.

XVIII - SUB DISTRITO DE SÃO CAETANO

- Começa no cruzamento do leito da linha Férrea Federal Leste Brasileiro com a Rua Pedreira Franco; daí alcança a orla marítima da enseada dos Tainheiros e por esta até a cabeceira da Ponte de São João; segue em reta em direção ao quilômetro três da rodovia Bahia Feira, trecho que fica igualmente pertencendo ao mesmo sub distrito; prossegue pela baixada existente até o açude da Mata Escura; alcança o lugar denominado Venda do Buraco, no cruzamento das estradas de Campinas, Barreiras e São Luiz; continua pelo eixo

da Estrada de Campo Seco; alcança a Cachoeirinha e daí em reta até o Oceano; na distância de trezentos metros da foz do Rio Pituaçú; continua pela praia até a foz do Pituaçú e por este acima até a Bolandeira; alcança a Rua Tomaz Gonzaga e pelo eixo desta até a Praça Francisco Manoel, antigo Largo do Cabula; alcança a Rua Cristiano Buís e pelo eixo desta até o entroncamento da Rua José Barros Reis; continua pelo eixo desta a Praça Conde de Porto Alegre; continua pelo eixo da Rua San Martin até alcançar a Praça do Tanque da Conceição; continua pelo eixo da Rua Pedreira Franco até o cruzamento desta rua com os trilhos da Leste Brasileiro, ponto de partida deste sub distrito.

XIX - SUB DISTRITO DE SÃO PEDRO

- Começa no prédio da antiga Marcenaria Alcântara, esquina da Rua do Sodré e D. Macedo Costa - antiga Ladeira da Conceição da Praia, propriedade que fica pertencendo a este sub distrito de São Pedro; daí segue para os fundos das casas do Beco denominado da Califórnia; corta a Rua Dionísio Martins - antiga Ladeira da Preguiça, na altura do entroncamento da atual Rua Visconde de Mauá; prossegue pelo eixo desta até atingir a Rua Democrata, lado oposto ao sub distrito da Vitória; continua pelos fundos das casas de nº 41 e 45 desta última rua, alcança a muralha de sustentação existente na Rua Gabriel Soares; corta esta rua na altura do Forte do Gabriel; segue pelos fundos das casas de numeração par do denominado Beco do Gabriel; atinge a casa nº 41 da Rua Senador Costa Pinto; prossegue pelos fundos das casas desta rua até atingir o prédio de nº 105; passa entre este prédio e o de nº 107; corta, casa na altura da Rua Senador Costa Pinto; segue pelo lado da numeração ímpar, o antigo do Chafariz - hoje Travessa Jonathas Abbot; corta a Avenida Seis de Setembro em direção da lateral do Convento das Mercês, junto à casa nº 180; desce pela baixada aí existente; segue pelos fundos do Convento de São Raimundo, das casas da Rua Aurélio Leal, antiga do Salete, fundos com a antiga Villa Militar - hoje Bairro dos Barris, até atingir o Dique, tudo pelo lado oposto aos limites de sub distrito da Vitória; deste ponto vai até a Baixa da Mesquita dos Barris - hoje Rua Martins indo atingir o denominado Bairro Novo, nas proximidades do Colégio da Bahia; continua pelos fundos das casas da Rua Francisco Ferraro; corta a Avenida Joana Angélica no entroncamento da Rua Francisco Ferraro com esta Avenida; dirige-se para a lateral do prédio nº 122 na Avenida citada; passa pelos fundos dos prédio de nº 122 a 102 e pelos fundos das propriedades do lado ímpar da antiga Travessa da Lapa, atual Rua Engenheiro Silva Lima, inclusive as do Beco aí e existente, corta a Rua Cipriano Barata - antiga do Paraíso, na altura da casa nº 45, estando inclusive a referida casa pelo lado oposto aos limites do sub distrito de Santana; passa pelo fundo das casas da Rua Antônio Bacelar que fica para este subdistrito de São Pedro; ruma para o denominado Barracão das Hortas da Cia. linha Circular até encontrar a Rua Rocha Pita antigo Largo do Campinho, Barracão e rua, pertencentes ao sub distrito de Santana; daí alcança o eixo da antiga Rua da Barroquinha - atual Aristides Milton; e, pelo lado oposto dos limites do sub distrito da Sé, atinge o prédio do Saneamento, no início da Avenida Sete de Setembro de onde ruma para o ponto de partida deste sub distrito de São Pedro, no ângulo do prédio da antiga Marcenaria Alcântara já citada.

XX - SUB DISTRITO DA VITÓRIA

- Começa na praia da Jaqueira no ponto de início do sub distrito da Conceição da Praia, na Rua Fagundes Varela; daí acompanha a Rua do mar, passando pelos lugares; Gamboa, Barra, Avenida Presidente Vargas - antiga Avenida Oceânica, Rio Vermelho, Praia da Mariquita; aí alcança a Rua Brigadeiro Faria da Rocha nas proximidades do Hospital das Crianças, passa pelo fundo das casas de numeração par desta rua até atingir o início da Rua Osvaldo Cruz - antiga Dendezeiros da Mariquita; daí segue pelo eixo desta rua, cujas casas do lado ímpar ficam pertencendo a este sub distrito continua pela Praça Augusto Severo antigo Largo da Mariquita; pela Praça Colombo - antigo Largo do Rio Vermelho, que ficam, também, pertencendo a este subdistrito da Vitória; acompanha o eixo das antigas Ruas do Hipódromo a Estrada Dois de Julho, atuais Ruas Conselheiro Pedro Luiz e Vasco da Gama, respectivamente, e pelo lado oposto aos limites do sub distrito de Brotas, até atingir, a margem do Dique da Fonte Nova, no Sangradouro deste Dique; daí segue pela margem de um braço do referido dique, conhecido por Língua de Vaca; passa pela baixada da Curva Grande, no Garcia, marginando o citado dique, até alcançar os limites do sub distrito de São Pedro; segue por estes, pelos fundos da antiga Vila Militar - hoje Bairro dos Sárís, acompanhando a baixada aí existente, e pelos fundos da antiga Rua Saleté, atual Aurelino Leal, e da Convento de São Raimundo, até alcançar a lateral do Convento das Mercês, Junto à casa nº 180, atravessa a Avenida Sete de Setembro; atinge a Travessa Jonathas Abbot - antigo Beco do Chafariz, pelo lado par desta travessa; corta a Rua Senador Costa Pinto - antiga da Faísca, entre os prédios nº 105 e 107; segue os limites de São Pedro, pelos fundos das casas do Beco denominado do Gabriel que pertence ao sub distrito de São Pedro; corta a Rua Gabriel Soares, na altura da Fonte do Gabriel alcança a muralha de sustentação existente na Rua Gabriel Soares; continua pelos fundos das casas nº 45 e 41 da Rua Democrata, nas proximidades do Hospício de Jerusalém; atinge a Rua Visconde de Mauá, prossegue pelo eixo desta rua até o ponto de cruzamento da antiga ladeira da Jaqueira - atual Rua Joaquim da Maia; desce pelo eixo desta rua até atingir a Rua Fagundes Varela, pertencente ao sub distrito da Conceição da Praia e alcança a praia da Jaqueira pelo lado oposto aos limites do sub distrito da Conceição da Praia, ponto de partida dos limites deste sub distrito da Vitória.

Art. 6º O distrito de IPITANGA compreenderá a Vila de Ipitanga e o sub distrito de Portão, o qual terá os seguintes limites; começa na foz do córrego Canta Galo no Rio Joanes, segue pelo córrego Canta Galo até a entrada de São Bento; continua pelo eixo da Estrada de São Bento até o seu cruzamento com a Estrada de Portão; segue pela Estrada de Portão; daí em linha reta até a localidade denominada Carapina; daí também em linha reta até o Oceano.

Art. 7º O distrito de NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS compreenderá a Vila de Candeias e o sub distrito de Passé, o qual terá as seguintes delimitações; começa no Rio Joanes, na foz do Rio Embiruçu pelo qual sobe até a foz do Riacho Jacaracanga; por esse acima até o marco do encontro da reta tirada da nascente do Riacho do Ferreira com a direção norte; Segue por esta reta até a referida nascente do Riacho do Ferreira; descendo por este até a foz da enseada de Jacaracanga; daí segue pela Bahia de Todos os Santos; continua pelo córrego Engenho Velho; alcança Roça Grande, Mamão, Borussú, Massuim até Carauassú; alcança o Rio Joanes e por esse abaixo até a foz do Rio Embiruçu, início desse sub distrito.

Art. 8º O distrito de ÁGUA COMPRIDA compreenderá os seguintes sub distritos:

I - ARATU

II - COTEGIPE

III - MATOIM

Art. 9º Os sub distritos do distrito de Água Comprida terão as seguintes delimitações:

Entre os sub distritos de Aratu e Cotegipe, começa na Enseada do Aratu, na foz do Riacho São Gonçalo; segue por este Riacho acima até a sua nascente; daí, por uma reta para a nascente do Riacho Jaíba.

Art. 10 Limites do sub distrito de MATOIM:

- Começa no Rio Joanes, na foz do Rio Embiruçu pelo qual sobe até a foz do Riacho Jacaracanga; por este acima até o marco do encontro da reta tirada da nascente do Riacho do Ferreira com a direção norte; segue por esta reta até a referida nascente do Riacho do Ferreira; desce por este até sua foz na enseada de Jacaracanga; continua pela enseada até alcançar Cassenda, Quindú, Passagem do Teixeira; daí em linha reta até Caatinga; daí também em linha reta até alcançar o Rio Embiruçu.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 As áreas urbanas do Município, nos termos do Art. 101, da Lei Estadual Nº 140, compreendem as áreas de edificações contínuas aos Distritos, ou ininterruptas e as adjacentes diretamente servidas por quaisquer melhoramentos municipais como sejam:

- Pavimentação, estrada de rodagem, iluminação pública, meios fios, esgotos, abastecimento de água, obras de urbanização, decoração e higiene mercado, cais, matadouro, por ele realizadas, mediante acordo ou por concessionários.

Art. 12 A área urbana do Distrito de Salvador, compreenderá todo o seu território.

Art. 13 A área urbana do Distrito de Nossa Senhora das Candeias, será de um raio de 3 (três) quilômetros, tendo como ponto geométrico o centro do Pátio dos Milagres das Candeias.

Art. 14 A área urbana do Distrito de Ipitanga será de um raio de 2 (dois) Quilômetros, tendo como ponto geométrico a torre da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga.

Art. 15 A área urbana do Distrito de Água Comprida será de um raio de 2 (dois) quilômetros, tendo como ponto geométrico o centro da Estação da Leste Brasileiro.

Art. 16 A área urbana do Distrito de Madre Deus será de 2 (dois) quilômetros de extensão,

a partir do ponto de embarque e terá um raio de 1.000ms, tendo como ponto geométrico a ponte já mencionada.

Art. 17 As linhas perimétricas da área urbana dos sub distritos dos distritos de Ipitanga, Água Comprida, Nossa Senhora das Candeias e Madre de Deus, acompanharão à distância máxima de 1 (um) quilômetro os pontos ocupados ou percorridos pelos melhoramentos a que se refere Art. 11, e não existindo nenhum deles, os limites de edificação contínua.

Art. 18 O Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará, decreto estabelecendo as linhas perimétricas das áreas urbanas de que trata o artigo 17

Art. 19 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, 12 de agosto de 1954.

ARISTÓTELES GÓES
Prefeito

ALOÍSIO F. BRASIL RIBEIRO
Secretário

HERMILO AFONSO GUERREIRO
Secret. de Adm. e Finanças

ALFREDO NOGUEIRA PASSOS
Secret. de Viação Obras Públicas

ANEXO B – LEI ORDINÁRIA 2781, 1975

1/1

LEI Nº 2781, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1975.

**DÁ NOVA DENOMINAÇÃO A DIVERSAS
RUAS DA ILHA DE BOM JESUS DOS
PASSOS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA; Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passam a denominar-se:

- a) Rua Pedro Teixeira Lima, a atual conhecida como Rua da Igreja.
- b) Rua César Donatillo dos Santos, a atual Rua do Fogo.
- c) Rua Agostinho José dos Passos, a atual Rua das Flores.
- d) Rua Manuel Emílio Pereira, a atual Rua do Nordeste.
- e) Rua Arlindo Mata Virgem, a atual Rua do Tanque.
- f) Rua Manoel Duarte de Oliveira, a atual Rua da Chapada.
- g) Rua Manuel Roque, a atual Rua do Cemitério.
- h) Rua Francisco Teixeira, a atual Rua Ponta do Padre.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, em 12 de novembro de 1975.

JORGE HAGE SOBRINHO
Prefeito

PAULO SEGUNDO DA COSTA
Secretário de Urbanismo e Obras Públicas

ANEXO C – DECRETO 5508, 1978

1/3

DECRETO Nº 5508, DE 04 DE AGOSTO DE 1978.

**ALTERA A ESTRUTURA DO DCOP,
DIVIDE O MUNICÍPIO EM ZONAS PARA
EFEITO DE CONSERVAÇÃO DE
LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do Art. 45 da LEI Nº 2313, de 07 de Junho de 1971, com fundamento no Art. 6º da Lei 2639/74 e tendo em vista a necessidade de disciplinar a execução dos serviços de conservação, manutenção e melhoramento dos logradouros públicos do Município, DECRETA:

Art. 1º Ficam acrescentadas à estrutura do Departamento de Conservação e Obras Públicas, da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas, as Seções adiante indicadas:

- a) Seção de Medições, vinculada ao Gabinete do Diretor;
- b) Seções de Drenagem e Seção de Topografia, vinculadas à Divisão de Conservação;
- c) Seção de Orçamento, vinculada à Divisão de Obras.

Art. 2º Ficam criadas 04 Funções de Confiança de Chefe de Seção, Código DAA-111-5, vinculada, para efeito de lotação, às Seções mencionadas no Artigo anterior, para cujo exercício será exigido dos titulares formação de Nível Superior.

Art. 3º Para fins de ordenamento dos serviços de conservação, manutenção e melhoramento dos logradouros públicos e próprios Municipais, o Município da Cidade do Salvador fica dividido em 23 zonas definidas da seguinte maneira:

Zona 01 - Compreendendo o subdistrito da Sé.

Zona 02 - Compreendendo o subdistrito de Nazaré.

Zona 03 - Compreendendo o subdistrito de Santana.

Zona 04 - Compreendendo o subdistrito de Brotas.

Zona 05 - Compreendendo o subdistrito de São Pedro.

Zona 06 - Compreendendo o subdistrito de Vitória.

Zona 07 - Compreendendo o subdistrito de Conceição da Praia.

Zona 08 - Compreendendo o subdistrito do Pilar.

Zona 09 - Compreendendo o subdistrito dos Mares.

Zona 10 - Compreendendo o subdistrito da Penha.

Zona 11 - Compreendendo o subdistrito do Passo.

Zona 12 - Compreendendo o subdistrito de Santo Antônio.

Zona 13 - Compreendendo o subdistrito de São Caetano.

Zona 14 - Compreendendo o subdistrito de Pirajá.

Zona 15 - Compreendendo o subdistrito de Amaralina.

Zona 16 - Compreendendo o distrito de Itapuã.

Zona 17 - Compreendendo o distrito de São Cristóvão.

Zona 18 - Compreendendo o subdistrito de Valéria.

Zona 19 - Compreendendo o subdistrito de Periperi.

Zona 20 - Compreendendo o subdistrito de Plataforma.

Zona 21 - Compreendendo o subdistrito de Patipe.

Zona 22 - Compreendendo a Ilha de Maré.

Zona 23 - Compreendendo as Ilhas de Madre Deus e Bom Jesus dos Passos.

Art. 4º Ficam criadas 23 funções de confiança, de Chefe de Setor, Código DAA-111-1, subordinadas à Seção de Conservação de Obras Diversas, da Divisão de Conservação, do Departamento de Conservação e Obras Públicas, a cujos titulares serão cometidas atividades de supervisão, coordenação e fiscalização do serviço de conservação, manutenção e melhoramento de logradouros públicos nas Zonas definidas por este Decreto.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA CIDADE DO SALVADOR, em 04 de agosto de 1978.

FERNANDO WILSON MAGALHÃES
Prefeito

ANTÔNIO ALBERTO MACHADO PIRES VALENÇA
Secretário de Administração e Serviços Públicos

LUIZ CARLOS LEAL BRAGA
Secretário de Urbanismo e Obras Públicas

ANEXO D – DECRETO 18783, 2008



1/9

DECRETO Nº 18.783 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008.

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO A
ÁREA QUE INDICA, LOCALIZADA NA ILHA BOM JESUS DOS PASSOS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**



O PREFEITO MUNICIPAL DE SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação área de terreno, com acessões e benfeitorias porventura existentes referenciada no Sistema de Coordenadas UTM do SICAR/CONDER com área total de 134.599,67m² localizada na Ilha Bom Jesus dos Passos, Zona Insular deste município, conforme Quadro I a seguir apresentado e mapa constante do ANEXO I.

QUADRO I
PONTOS REFERENCIADOS AO SISTEMA SICAR

Área 134599.67m²
Perímetro 2133.0802m

| | | | |
|---|-----------------|------------------|------------|
| 1 | X = 539291.4430 | Y = 8589307.8716 | Z = 0.0000 |
| 2 | X = 539276.2789 | Y = 8589292.4546 | Z = 0.0000 |
| 3 | X = 539282.9663 | Y = 8589283.7164 | Z = 0.0000 |
| 4 | X = 539275.7676 | Y = 8589278.3175 | Z = 0.0000 |
| 5 | X = 539277.0540 | Y = 8589277.0377 | Z = 0.0000 |
| 6 | X = 539254.9550 | Y = 8589258.0115 | Z = 0.0000 |
| 7 | X = 539205.7354 | Y = 8589225.6380 | Z = 0.0000 |
| 8 | X = 539208.7204 | Y = 8589237.6756 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02



2/9

| | | | |
|----|-----------------|------------------|------------|
| 9 | X = 539191.7422 | Y = 8589232.9765 | Z = 0.0000 |
| 10 | X = 539183.7931 | Y = 8589232.2567 | Z = 0.0000 |
| 11 | X = 539175.1185 | Y = 8589227.9175 | Z = 0.0000 |
| 12 | X = 539159.9378 | Y = 8589245.2641 | Z = 0.0000 |
| 13 | X = 539150.9086 | Y = 8589258.6414 | Z = 0.0000 |
| 14 | X = 539170.7811 | Y = 8589267.3097 | Z = 0.0000 |
| 15 | X = 539157.0518 | Y = 8589285.7360 | Z = 0.0000 |
| 16 | X = 539140.7909 | Y = 8589294.7742 | Z = 0.0000 |
| 17 | X = 539133.2047 | Y = 8589292.9645 | Z = 0.0000 |
| 18 | X = 539127.4161 | Y = 8589300.9129 | Z = 0.0000 |
| 19 | X = 539115.8554 | Y = 8589296.9437 | Z = 0.0000 |
| 20 | X = 539113.6867 | Y = 8589305.6120 | Z = 0.0000 |
| 21 | X = 539095.2572 | Y = 8589297.3037 | Z = 0.0000 |
| 22 | X = 539089.4768 | Y = 8589313.9203 | Z = 0.0000 |
| 23 | X = 539082.3771 | Y = 8589309.4412 | Z = 0.0000 |
| 24 | X = 539075.1455 | Y = 8589307.4316 | Z = 0.0000 |
| 25 | X = 539064.4506 | Y = 8589303.5424 | Z = 0.0000 |
| 26 | X = 539069.9671 | Y = 8589281.0369 | Z = 0.0000 |
| 27 | X = 539059.8494 | Y = 8589278.1475 | Z = 0.0000 |
| 28 | X = 539035.2767 | Y = 8589276.3379 | Z = 0.0000 |
| 29 | X = 539034.5510 | Y = 8589267.3097 | Z = 0.0000 |
| 30 | X = 539026.9648 | Y = 8589235.8760 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|----|-----------------|------------------|------------|
| 31 | X = 539083.8779 | Y = 8589230.0871 | Z = 0.0000 |
| 32 | X = 539083.1522 | Y = 8589219.2493 | Z = 0.0000 |
| 33 | X = 539057.1365 | Y = 8589221.4188 | Z = 0.0000 |
| 34 | X = 539052.0818 | Y = 8589181.3069 | Z = 0.0000 |
| 35 | X = 539080.6290 | Y = 8589166.8598 | Z = 0.0000 |
| 36 | X = 539115.1297 | Y = 8589132.5266 | Z = 0.0000 |
| 37 | X = 539104.2947 | Y = 8589110.8410 | Z = 0.0000 |
| 38 | X = 539116.5810 | Y = 8589100.5530 | Z = 0.0000 |
| 39 | X = 539092.0083 | Y = 8589059.7212 | Z = 0.0000 |
| 40 | X = 539103.9318 | Y = 8589054.6622 | Z = 0.0000 |
| 41 | X = 539101.0458 | Y = 8589040.3850 | Z = 0.0000 |
| 42 | X = 539109.7122 | Y = 8589028.8174 | Z = 0.0000 |
| 43 | X = 539118.7497 | Y = 8589024.8382 | Z = 0.0000 |
| 45 | X = 539125.6185 | Y = 8589025.2081 | Z = 0.0000 |
| 46 | X = 539131.0360 | Y = 8589032.0667 | Z = 0.0000 |
| 47 | X = 539142.5967 | Y = 8589036.4058 | Z = 0.0000 |
| 48 | X = 539151.5105 | Y = 8589038.7954 | Z = 0.0000 |
| 49 | X = 539148.3771 | Y = 8589022.3087 | Z = 0.0000 |
| 50 | X = 539148.3771 | Y = 8589016.7198 | Z = 0.0000 |
| 51 | X = 539159.9378 | Y = 8589010.5710 | Z = 0.0000 |
| 52 | X = 539162.8321 | Y = 8588988.8953 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|----|-----------------|------------------|------------|
| 53 | X = 539189.5735 | Y = 8588984.1963 | Z = 0.0000 |
| 54 | X = 539191.7422 | Y = 8589007.6816 | Z = 0.0000 |
| 55 | X = 539195.7167 | Y = 8588994.6742 | Z = 0.0000 |
| 56 | X = 539203.3029 | Y = 8588986.0059 | Z = 0.0000 |
| 57 | X = 539221.3696 | Y = 8588977.6976 | Z = 0.0000 |
| 58 | X = 539225.7069 | Y = 8588979.1373 | Z = 0.0000 |
| 59 | X = 539226.7871 | Y = 8588984.1963 | Z = 0.0000 |
| 60 | X = 539240.5165 | Y = 8588973.7184 | Z = 0.0000 |
| 61 | X = 539248.4655 | Y = 8588971.1889 | Z = 0.0000 |
| 62 | X = 539253.1657 | Y = 8588974.0783 | Z = 0.0000 |
| 63 | X = 539259.3088 | Y = 8588971.5488 | Z = 0.0000 |
| 64 | X = 539263.6462 | Y = 8588972.9985 | Z = 0.0000 |
| 65 | X = 539269.0637 | Y = 8588963.6004 | Z = 0.0000 |
| 66 | X = 539273.7639 | Y = 8588966.4898 | Z = 0.0000 |
| 67 | X = 539278.1012 | Y = 8588963.9603 | Z = 0.0000 |
| 68 | X = 539283.1559 | Y = 8588964.6902 | Z = 0.0000 |
| 69 | X = 539286.7676 | Y = 8588959.9911 | Z = 0.0000 |
| 70 | X = 539295.4423 | Y = 8588961.8008 | Z = 0.0000 |
| 71 | X = 539297.9738 | Y = 8588951.6828 | Z = 0.0000 |
| 72 | X = 539301.9483 | Y = 8588954.5722 | Z = 0.0000 |
| 73 | X = 539309.5345 | Y = 8588952.4026 | Z = 0.0000 |
| 74 | X = 539313.5090 | Y = 8588946.2639 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|----|-----------------|------------------|------------|
| 75 | X = 539318.9348 | Y = 8588946.2639 | Z = 0.0000 |
| 76 | X = 539320.3778 | Y = 8588942.6446 | Z = 0.0000 |
| 77 | X = 539323.9895 | Y = 8588943.0045 | Z = 0.0000 |
| 78 | X = 539329.7698 | Y = 8588941.9247 | Z = 0.0000 |
| 79 | X = 539339.1701 | Y = 8588938.6754 | Z = 0.0000 |
| 80 | X = 539355.0682 | Y = 8588934.3363 | Z = 0.0000 |
| 81 | X = 539366.2331 | Y = 8588932.6566 | Z = 0.0000 |
| 82 | X = 539388.5877 | Y = 8588915.9499 | Z = 0.0000 |
| 83 | X = 539401.9542 | Y = 8588907.9915 | Z = 0.0000 |
| 84 | X = 539414.5457 | Y = 8588902.5926 | Z = 0.0000 |
| 85 | X = 539427.3927 | Y = 8588898.9933 | Z = 0.0000 |
| 86 | X = 539405.5494 | Y = 8588901.0529 | Z = 0.0000 |
| 87 | X = 539396.2976 | Y = 8588901.8228 | Z = 0.0000 |
| 88 | X = 539388.8433 | Y = 8588899.2533 | Z = 0.0000 |
| 89 | X = 539384.9925 | Y = 8588901.0529 | Z = 0.0000 |
| 90 | X = 539375.7406 | Y = 8588902.5926 | Z = 0.0000 |
| 91 | X = 539380.3665 | Y = 8588890.2551 | Z = 0.0000 |
| 92 | X = 539396.8170 | Y = 8588881.2569 | Z = 0.0000 |
| 93 | X = 539407.8665 | Y = 8588883.5764 | Z = 0.0000 |
| 94 | X = 539420.9692 | Y = 8588879.9771 | Z = 0.0000 |
| 95 | X = 539429.1986 | Y = 8588879.7172 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|-----|-----------------|------------------|------------|
| 95 | X = 539429.1986 | Y = 8588879.7172 | Z = 0.0000 |
| 96 | X = 39441.5344 | Y = 8588877.1477 | Z = 0.0000 |
| 97 | X = 539451.0419 | Y = 8588877.4076 | Z = 0.0000 |
| 98 | X = 539473.0419 | Y = 8588875.4380 | Z = 0.0000 |
| 99 | X = 539486.7713 | Y = 8588886.2759 | Z = 0.0000 |
| 100 | X = 539498.6948 | Y = 8588907.5916 | Z = 0.0000 |
| 101 | X = 539506.6438 | Y = 8588926.3778 | Z = 0.0000 |
| 102 | X = 539509.3650 | Y = 8588949.8632 | Z = 0.0000 |
| 103 | X = 539511.8882 | Y = 8588968.6594 | Z = 0.0000 |
| 104 | X = 539507.5509 | Y = 8588980.2271 | Z = 0.0000 |
| 105 | X = 539506.8335 | Y = 8588989.2553 | Z = 0.0000 |
| 106 | X = 539506.8335 | Y = 8589001.9027 | Z = 0.0000 |
| 107 | X = 539507.9137 | Y = 8589012.7406 | Z = 0.0000 |
| 108 | X = 539494.9100 | Y = 8589024.3083 | Z = 0.0000 |
| 109 | X = 539495.9902 | Y = 8589042.7346 | Z = 0.0000 |
| 110 | X = 539493.4587 | Y = 8589060.0811 | Z = 0.0000 |
| 111 | X = 539478.2863 | Y = 8589093.3245 | Z = 0.0000 |
| 112 | X = 539479.3665 | Y = 8589101.6328 | Z = 0.0000 |
| 113 | X = 539477.5606 | Y = 8589109.2213 | Z = 0.0000 |
| 114 | X = 539473.9490 | Y = 8589113.9203 | Z = 0.0000 |
| 115 | X = 539473.5861 | Y = 8589120.4190 | Z = 0.0000 |
| 116 | X = 539469.9744 | Y = 8589122.5886 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|-----|-----------------|------------------|------------|
| 117 | X = 539469.2488 | Y = 8589133.4264 | Z = 0.0000 |
| 118 | X = 539459.8568 | Y = 8589137.4056 | Z = 0.0000 |
| 119 | X = 539461.2998 | Y = 8589142.4646 | Z = 0.0000 |
| 120 | X = 539466.7173 | Y = 8589142.8246 | Z = 0.0000 |
| 121 | X = 539468.1686 | Y = 8589148.2435 | Z = 0.0000 |
| 122 | X = 539472.8605 | Y = 8589152.5826 | Z = 0.0000 |
| 123 | X = 539470.6918 | Y = 8589160.5310 | Z = 0.0000 |
| 124 | X = 539480.8095 | Y = 8589184.0163 | Z = 0.0000 |
| 125 | X = 539487.8597 | Y = 8589224.8482 | Z = 0.0000 |
| 126 | X = 539490.0284 | Y = 8589259.5412 | Z = 0.0000 |
| 127 | X = 539484.6109 | Y = 8589294.5942 | Z = 0.0000 |
| 128 | X = 539453.8950 | Y = 8589298.2035 | Z = 0.0000 |
| 129 | X = 539442.6888 | Y = 8589295.3141 | Z = 0.0000 |
| 130 | X = 539440.5284 | Y = 8589289.1653 | Z = 0.0000 |
| 131 | X = 539423.9047 | Y = 8589290.6150 | Z = 0.0000 |
| 132 | X = 539394.9947 | Y = 8589294.9541 | Z = 0.0000 |
| 133 | X = 539394.9947 | Y = 8589294.9541 | Z = 0.0000 |
| 134 | X = 539388.8515 | Y = 8589284.8362 | Z = 0.0000 |
| 135 | X = 539386.6829 | Y = 8589279.4172 | Z = 0.0000 |
| 136 | X = 539380.2758 | Y = 8589281.3369 | Z = 0.0000 |
| 137 | X = 539378.0082 | Y = 8569277.6076 | Z = 0.0000 |

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

| | | | |
|-----|-----------------|------------------|------------|
| 138 | X = 539369.7046 | Y = 8589283.7464 | Z = 0.0000 |
| 139 | X = 539358.1357 | Y = 8589294.5942 | Z = 0.0000 |
| 140 | X = 539353.7983 | Y = 8589294.9541 | Z = 0.0000 |
| 141 | X = 539347.2923 | Y = 8589305.7920 | Z = 0.0000 |
| 142 | X = 539341.1491 | Y = 8589305.7920 | Z = 0.0000 |
| 143 | X = 539332.8373 | Y = 8589300.0131 | Z = 0.0000 |
| 144 | X = 539325.6139 | Y = 8589299.2933 | Z = 0.0000 |
| 145 | X = 539311.8845 | Y = 8589309.0413 | Z = 0.0000 |

Parágrafo Único - As áreas ora declaradas de utilidade pública e de interesse social serão utilizadas para implantação de Parque destinado à proteção integral dos ecossistemas ali existentes.

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal da Habitação - SEHAB autorizada a promover a efetivação da desapropriação das áreas referidas no artigo anterior, na forma da legislação federal em vigor.

Art. 3º Em caso de efetivação por via judicial fica autorizada a Procuradoria Geral do Município - PGMS para, em nome do expropriante, mover a ação competente, podendo, na petição inicial ou no curso do respectivo processo, solicitar a aplicação do regime de urgência, nos termos da Legislação Federal que regula, para obtenção de imissão na posse dos bens declarados de utilidade pública.

Art. 4º Para efeito do disposto neste Decreto, a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ fornecerá logo lhe sejam solicitados, os recursos necessários segundo as rubricas orçamentárias próprias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 10 de setembro de 2008.

JOÃO HENRIQUE

LeisMunicipais.com.br - Decreto 18783/2008 (<http://leismunicipa.is/nsmbt>) - 07/07/2019 17:15:02

Prefeito

PEDRO ANTONIO DANTAS COSTA CRUZ
Secretário Municipal do Governo

FLÁVIO ORLANDO CARVALHO MATTOS
Secretário Municipal da Fazenda

ANTÔNIO EDUARDO DOS SANTOS DE ABREU
Secretário Municipal da Habitação

KÁTIA CRISTINA GOMES CARMELO
Secretária Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente